



## V ENCONTRO NACIONAL DO GT DE ESTUDOS DE GÊNERO DA ANPUH/BRASIL

Gênero e Colonialidade nos 200 anos de  
Brasil (In)dependente

# CADERNO DE RESUMOS

Montes Claros - MG, 24 e 25 de novembro de 2022



# CADERNO DE RESUMOS

V Encontro Nacional do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/BR  
Gênero e Colonialidade nos 200 Anos de Brasil (In)dependente

Montes Claros - MG, 24 e 25 de novembro de 2022

Realização:



Apoio:



**Editoração eletrônica:**  
Millena Luzia Carvalho do Carmo

**Arte da capa:**  
Kaoana Sopelsa

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Revisão ortográfica e gramatical sob a responsabilidade dos autores dos resumos. A Comissão Editorial do evento se responsabilizou pela revisão da formatação dos textos de acordo com as normas de edição do Caderno de Resumos. Eventuais erros ortográficos e o conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui resumos aprovados pelos/as respectivos/as coordenadores/as dos Simpósios Temáticos, que, por sua vez, foram avaliados previamente pela Comissão Científica do evento. Esta versão eletrônica encontra-se em:

<https://www.engteg.anpuh.org/site/capa>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Nacional do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/BRASIL (5. : 2022 : Montes Claros, MG)  
V ENGTEG [livro eletrônico] : gênero e colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente /  
organizadores Filomena Luciene Cordeiro Reis...[et al.]. -- Montes Claros, MG : ANPUH-Brasil, 2023.  
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Ingrid Damásio Ribeiro Tófani, Cláudia de Jesus Maia, Bárbara Figueiredo Souto, Kátia Franciele Corrêa Borges.

Bibliografia.

ISBN 978-65-995718-6-2

1. Feminismo 2. Gêneros - Estudos  
3. Identidade de gênero 4. Mulheres - Identidade  
I. Reis, Filomena Luciene Cordeiro. II. Tófani, Ingrid Damásio Ribeiro. III. Maia, Cláudia de Jesus.  
IV. Souto, Bárbara Figueiredo. V. Borges, Kátia Franciele Corrêa. VI. Título.

23-151083

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Identidade de gênero : Sociologia 305.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

## **Coordenação do GT Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL (2021-2023)**

Andréa Bandeira Silva de Farias (UPE)

Kaoana Sopelsa (ANPUH)

### **Comissão de organização do Caderno de Resumos**

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Ingryd Damásio Ribeiro Tófani

Cláudia de Jesus Maia

Bárbara Figueiredo Souto

Kátia Franciele Corrêa Borges

### **Comissão de Organização do V ENGTEG**

Cláudia de Jesus Maia (Unimontes – Coordenadora)

Marta de Oliveira Rovai (UNIFAL – Coordenadora)

Jorgetânia da Silva Ferreira (UFU)

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)

Ana Maria Veiga (UFPB)

Bárbara Figueiredo Souto (Unimontes)

Érika Amorim (UEMG)

Lídia Maria Vianna Possas (UNESP)

Kátia Franciele Corrêa Borges (IFMG)

Fabrcio Vilela (UFU)

Filomena Luciene Cordeiro (Unimontes e Funorte)

Patrícia Giselia Batista (UFU)

Luana Balieiro Cosme (UFSC)

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)

Ingryd Damásio Ribeiro Tófani (Unimontes)

Pedro Augusto Aguiar e Silva (Unimontes)

### **Comissão Científica**

Dra. Alcileide Cabral do Nascimento (UFRPE)

Dra. Ana Maria Veiga (UFPB)

Dra. Ana Paula Vosne Martins (UFPR)

Dra. Carla Adriana da Silva Barbosa (SEDUCRS)

Dra. Claudia Regina Nichnig (UFGD)

Dra. Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Dra. Katia Cilene do Couto (UFAM)

Dra. Luzia Margareth Rago (Unicamp)

Dra. Lana Lage (UFF)

Dra. Luciana Rosar Fornazari

Klanovicz (UNICENTRO)

Dr. Losandro Antônio Tedeschi (UFMS)

Dra. Maria Aparecida Prazeres Sanches (UEFS)

Dra. Maria Beatriz Nader (UFES)

Dra. Marina Vieira de Carvalho (UFAC)

Dra. Marlene de Fáveri (UDESC)

Dra. Natalia Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFPA)

Dra. Paula Faustino Sampaio (UFR)

Dr. Paulo Eduardo Teixeira (UNESP)

Dra. Soraia Carolina de Mello (UFSC)

Dra. Suane Felipe Soares (UFRJ)

Dra. Tânia Mara Pereira Vasconcelos (UNEB)

Dra. Têmis Gomes Parente (UFT)

Dra. Vânia Nara Pereira Vasconcelos (UNEB)

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>ST 01: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: DIMENSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS, NARRATIVAS E ENFRENTAMENTOS</b>	
Dra. Maria Beatriz Nader (UFES)	
Dra. Érika Oliveira Amorim (UEMG-Carangola).....	<b>10</b>
<b>ST 02: (SOBRE)VIVÊNCIAS FEMININAS: CAPTANDO SENTIDOS E SIGNIFICAÇÕES!</b>	
Dra. Lídia Possas (UNESP)	
Dra. Natália Cavalcanti (IFRN).....	<b>20</b>
<b>ST 03: RASGANDO A COLÔNIA, COSTURANDO BRASIS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA</b>	
Dnda. Janaina Guimarães (UPE)	
Dnda. Katharine Trajano (UFSC) .....	<b>34</b>
<b>ST 04: GÊNEROS, PODERES E SEXUALIDADES NAS TRAMAS DA HISTÓRIA</b>	
Dnda. Maria Aparecida P. Sanches (UEFS/DCHF)	
Dnda. Artur Vitor de Araújo Santana (Unicamp)	
Dnda. Adriana Albert Dias (UFBA).....	<b>40</b>
<b>ST 05: GÊNERO E RE-EXISTÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL: POSSIBILIDADES DE(S)COLONIAIS</b>	
Dra. Marina Vieira de Carvalho (UFAC);	
Dra. Claudia Regina Nichnig (UFGD/UDESC)	
Dra. Vanessa Generoso Paes (UFAC).....	<b>53</b>

**ST 06: GÊNERO E SERTANIDADES INSURGENTES: TERRITORIALIDADES NÃO CENTRAIS, DECOLONIALIDADE E INVENÇÕES DE FEMINISMOS**

Ana Maria Veiga (UFPB)

Tânia Vasconcelos (UNEB)

Vânia Vasconcelos (UNEB) ..... **64**

**ST 07: RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES, IDENTIDADE E PODER NO BRASIL CONTEMPORÂNEO)**

Dndo. Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (SEDUC-GO) (ANOMALOS/UFCAT)

Ms. Anne Caroline Fernandes Alves (Centro Universitário Estácio de Sá Goiás)..... **78**

**ST 08: MULHERIDADES E FEMINILIDADES AMEAÇADAS: PESQUISAS E AÇÕES SOBRE VIOLAÇÕES E RESISTÊNCIAS**

Dr. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

Dnda. Daliana Cristina de Lima Antonio (Unimontes)..... **87**

**ST 09: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS SOCIAIS**

Dnda. Michele Pires Lima (UFAM)

Ms. Roger Kenned Repólho (UFAM)..... **102**

**ST 10: PENSAR O GÊNERO, DE(S)COLONIZAR A HISTÓRIA: OS DIVERSOS ATIVISMOS FEMINISTAS NO SUL GLOBAL**

Dra. Suane Felipe Soares (UFRJ)

Dnda. Maria Clara Cavalcanti (UERJ)..... **113**

**ST 11: GÊNERO, MUNDO DO TRABALHO E VIDA RELIGIOSA: REFLEXÕES SOCIOCULTURAIS E HISTORIOGRÁFICAS**

Dra. Kátia Franciele Corrêa Borges (IFMG - Campus São João Evangelista)

Dra. Marcella de Sá Brandão (UFRRJ) ..... **124**

**ST 12: PERSPECTIVAS DE GÊNERO - HISTÓRIAS DE (RE)CONFIGURAÇÕES  
E (RE)EXISTÊNCIAS**

Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO/PR)  
Dra. Kety Carla March (UNESPAR/Paranaguá)  
Dra. Michele Tupich (UNICENTRO/PR) ..... **132**

**ST 13: HISTÓRIA, CORPOS-TERRITÓRIOS E VIOLÊNCIAS**

Dra. Ana Maria Marques (UFMT)  
Dra. Paula Faustino Sampaio (UFR)..... **147**

**ST 14: GÊNERO E RELIGIÃO: DEBATES, MOBILIZAÇÕES E RUPTURAS**

Dra. Miriam Cabral Coser (UNIRIO)  
Mnda. Aline Beatriz Coutinho (UERJ)..... **158**

**ST 15: MULHERES EM CARGOS DE PODER: VIOLÊNCIAS, POLÍTICAS, EMBATES**

Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)  
Dra. Roselane Neckel (UFSC) ..... **168**

# Apresentação

O ano de 2022 foi marcado por discussões em torno do Segundo Centenário da Independência do Brasil. Ao retomar tal evento oitocentista, percebemos que se tratava de um passado-presente que necessitava ser problematizado. Logo, na quinta edição do Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da Associação Nacional de História (V ENGTEG-ANPUH) nos dedicamos a reflexões e proposições que envolveram os corpos-territórios que ficaram – ou ainda estão – às margens de toda a trajetória dita independente do nosso país. Com o objetivo de contribuir com os debates historiográficos e com propostas de transformações emancipadoras da sociedade, o V ENGTEG teve como tema “Gênero e Colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente”.

Após dois anos de realização de atividades on-line devido à pandemia de COVID-19, foi com muita alegria e energia que o V ENGTEG ocorreu no Campus sede da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no norte de Minas Gerais. Com o distanciamento social, novos aprendizados se tornaram necessários, por isso, aceitamos o desafio de realizar um evento híbrido, agregando mais pessoas e potencializando as discussões propostas na quinta edição. O evento foi realizado pela seção do GT Estudos de Gênero e Feminismos da ANPUH/MG, pelo Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG/Unimontes/CNPq) e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes. No entanto, as atividades só foram possíveis devido ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pela parceria com outras instituições e setores, como a Associação Nacional de História (ANPUH), o Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Federal de Uberlândia – UFU), o Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM/UFU), o Grupo de Estudos de Gênero, Diversidade e Afeto da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), o Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais (NUPECS) da Universidade de Pernambuco e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/Unimontes).

Vale lembrar que o GT Nacional Estudos de Gênero da ANPUH-Brasil foi criado em 2001, entretanto, a idealização do Encontro Nacional teve início em 2013. A finalidade do GT é reunir historiadoras brasileiras estudiosas de Gênero, visando a formação, bem como a troca de experiências e diálogos entre pesquisadoras, professoras da educação básica e estudantes dedicadas à História das Mulheres, dos Feminismos e do Gênero.

Desse modo, podemos afirmar que cumprimos com o propósito do GT e já temos uma trajetória de encontros. A seção do GT Gênero da ANPUH/ES organizou o I ENGTEG, que aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, nos dias 19 e 20 de novembro de 2014. O II ENGTEG ocorreu nos dias 27 e 28 de outubro de 2016, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro; o III ENGTEG foi realizado entre os dias

20 e 21 de setembro de 2018, na Universidade de Pernambuco (UPE), Recife; o IV ENGTEG ocorreu na Universidade Estadual Paulista de Marília (UNESP/Marília), de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2020. Esse histórico é relevante, pois demarca o espaço conquistado pelo grupo de estudiosas sobre a temática persistente na luta por direitos dos grupos sociais pautados nos seus debates e análises.

O V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH-Brasil aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, na Unimontes. A finalidade dessa edição constituiu em “promover reflexões relativas à História das Mulheres, aos Estudos de Gênero, em suas interseccionalidades, e às epistemologias feministas, debatendo a efeméride do bicentenário da Independência do Brasil e seus significados para a conquista da cidadania plena das mulheres”. Para tanto, as discussões transcorreram com abordagens historiográficas sobre mulheridades e feminilidades LGBTQIAP+ e que se dedicam a discutir esse amplo período e seus múltiplos contextos.

Para registrar a pluralidade das pesquisas debatidas no evento, esse Caderno traz a publicação dos resumos de trabalhos inscritos e apresentados no V ENGTEG, os quais foram organizados em 15 Simpósios Temáticos, quais sejam: ST 01: Violências de gênero: dimensões sócio-históricas, narrativas e enfrentamentos; ST 02: (Sobre)Vivências femininas: captando sentidos e significações!; ST 03: Rasgando a colônia, costurando Brasis: perspectivas de gênero, raça e sexualidade na história contemporânea; ST 04: Gêneros, poderes e sexualidades nas tramas da história; ST 05: Gênero e Re-existência na História do Brasil: possibilidades de(s) coloniais; ST 06: Gênero e sertanidades insurgentes: territorialidades não centrais, decolonialidade e invenções de feminismos; ST 07: Relações de gênero, sexualidades, identidade e poder no Brasil contemporâneo; ST 08: Mulheridades e feminilidades ameaçadas: pesquisas e ações sobre violações e resistências; ST 09: Gênero, interseccionalidade e Direitos sociais; ST 10: Pensar o Gênero, De(s)colonizar a História: os diversos ativismos feministas no Sul global; ST 11: Gênero, mundo do trabalho e vida religiosa: Reflexões socioculturais e historiográficas; ST 12: Perspectivas de gênero - histórias de (re)configurações e (re)existências; ST 13: História, Corpos-Territórios e Violências; ST 14: Gênero e Religião: debates, mobilizações e rupturas; e ST 15: Mulheres em cargos de poder: violências, políticas, embates. O V ENGTEG teve 355 inscritos e 210 trabalhos inscritos para apresentação nos Simpósio Temático; foi realizada uma conferência de abertura, duas mesas redondas, uma seção de Debates Feministas sobre o tema das maternidades e quatro oficinas; ao todo foram treze palestrantes e quatro debatedoras, a quem deixamos registrados os nossos agradecimentos pela colaboração e pelas potentes exposições.

Após as trocas intelectuais e afetivas possibilitadas pelo V ENGTEG, seguimos esperando. Desejamos que a saudosa Elza Soares tenha vislumbrado um horizonte de conquistas para os próximos centenários do Brasil, que nosso país, um dia, se torne nosso lugar de fala!

Boa leitura!

Comissão de organização do Caderno de Resumo

# ST 01: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: DIMENSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS, NARRATIVAS E ENFRENTAMENTOS



Dra. Maria Beatriz Nader (UFES)

Dra. Érika Oliveira Amorim (UEMG-Carangola)

Este Simpósio Temático objetiva agrupar pesquisas que discutam as diversas formas de violências de gênero e suas relações com a violação dos direitos humanos das mulheres na história. A cotidianidade feminina é marcada por perdas, ameaças e retrocessos que impactam os direitos conquistados e às políticas públicas voltadas para as mulheres. A contestação da concepção de gênero como construção social e o enfoque na moral sexual cristã, pautada na família e nos arranjos heterossexuais superam contextos locais, regionais e nacionais e, desse modo, até o presente vivenciamos inúmeros casos de violências contra as mulheres em diferentes espaços, seja no ambiente doméstico e familiar, no trabalho, nas universidades, e/ou nas instituições de poder político. Desse modo, buscamos compartilhar estudos que estejam voltados às dimensões sócio-históricas de todas as mulheres e suas pluralidades históricas, interseccionalidades, subjetividades, narrativas e enfrentamentos.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, maio/agosto, p. 449- 469, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Assassinato de mulheres e Direitos Humanos. São Paulo: USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2008, p. 51-93.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (Orgs.). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista Tempo e Argumento, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTERSECCIONALIDADE

*Dária Maria Martins Assis (Unimontes)*

**Resumo:** O presente texto é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado sobre os custos sociais ao nível da educação causados aos filhos das vítimas de violência doméstica, portanto o desenvolvimento e a análise das fontes será feita no decorrer da pesquisa da dissertação. Em 1989, a ativista Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade. Tal termo se refere a como cada indivíduo sofre opressões com base nas diferentes categorias sociais em que se encaixa: em relação a gênero, raça, classe, etnia, deficiência, sexualidade (2002). Segundo dados do Atlas da Violência Doméstica produzido pelo Ipea e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021), as mulheres negras são as maiores vítimas de violência no Brasil e em onze anos, os casos de violência contra essas mulheres aumentaram 2% e 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas ocorreram dentro de casa. Para Margareth McLaren (2016, p.158), “a opressão estrutural, como o sexismo ou racismo atuam em vários níveis – político, legal, social, cultural e linguístico”. Enquanto os recursos políticos e legais podem levantar questões como inclusão no processo político e discriminação, não conseguem levantar questões sociais e culturais. Apesar da Lei Maria da Penha e de vários movimentos contra a violência doméstica, as mulheres negras ainda são as mais vitimadas, sendo que há notável falta de proteção devida por parte do Estado, bem como falta de mobilização e empatia por parte da sociedade que assiste a esses corpos negros serem feridos ou mortos, mas não reage. Podemos ver nos noticiários a grande comoção nacional que ocorre quando uma mulher branca é assassinada pelo seu companheiro, mas não há essa mesma comoção quando o crime ocorre na casa de uma mulher negra periférica. Partindo dessa premissa, não podemos pensar sobre violência doméstica sem nos atentarmos a toda problemática que o tema requer, posto que estatisticamente, a maior parte das mulheres que sofre violência, são mulheres negras e pobres. O método a ser utilizado, a posteriori, será a análise de processos-crimes, ainda a serem selecionados, da cidade Montes Claros, através de uma perspectiva de gênero, no recorte temporal de 2013 a 2018, especificamente as declarações/ouvidorias das mulheres que foram vítimas de violência doméstica e procuraram à Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres (DEAM), durante esse período, para medidas cabíveis previstas na Lei 11340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Gênero; Mulheres negras.

## VIOLÊNCIA(S) CONTRA MULHERES E O PESO INSUPORTÁVEL DAS PERMANÊNCIAS: DESIGUALDADES TERRITORIAIS EM CONTEXTO PANDÊMICO

*Joice S. Soares (ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas)*

**Resumo:** Este trabalho se destina a analisar a possível - e provável - relação entre desigualdades territoriais e socioeconômicas, marcadores raciais e violência(s) contra mulheres. Para tanto, pretende-se analisar os registros de casos de violência praticada contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro, entre 2020 e 2021 - período profundamente marcado pela transformação significativa das relações sociais em virtude da pandemia de COVID-19. Embora diferentes pesquisas venham demonstrando nos últimos meses que o número de casos de violência contra mulheres aumentaram sensivelmente no período pandêmico, não se tem caminhado com a

mesma velocidade quando se trata de estabelecer possíveis relações entre aspectos sociais mais complexos. Na cidade do Rio de Janeiro, capital metropolitana marcada por enormes desigualdades, parece oportuno considerar que os registros de ocorrência relacionados a crimes violentos contra mulher também podem estar ligados a outros tipos de desagregação social. Na medida em que os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelo recrudescimento da crise econômica; e pelo avanço do desemprego, do desamparo e da fome, importa considerar de que maneira tais elementos podem ter impactado a realidade de meninas e mulheres na cidade. Se as desigualdades territoriais no espaço urbano são marcas significativas da realidade social carioca, parece razoável considerar que um contexto deveras anômico pode ter contribuído para amplificar ainda mais as profundas injustiças sociais e desigualdades de gênero, marcas prementes dessa sociedade. Assim, buscar-se-á analisar comparativamente os números de casos registrados de violência contra mulheres no período entre 2018-2021, de modo a verificar os impactos da pandemia neste aspecto. Por seu turno, também se pretende verificar de que forma as desigualdades socioeconômicas e territoriais se fizeram sentir nesse cenário.

**Palavras-chave:** Violência; Mulheres; Pandemia.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO INTERIOR PAULISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CIDADE MÉDIA**

*Paulo Teixeira (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)*

*Flávia Candido Da Silva (UNIPAR - Universidade Paranaense)*

**Resumo:** Esta comunicação pretende estudar a violência cometida contra mulheres a partir de um estudo de caso em uma cidade média do interior paulista, entendendo por cidade média não apenas por seu tamanho demográfico e dimensões, como também em relação às funções que desempenha na rede urbana, isto é, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e de outros municípios e áreas menores. Assim, a partir de um banco de dados construído com informações de atendimento a 601 mulheres vítimas de violência, arquivados no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) da cidade de Bauru, considerando o período de 2010 a 2014, é que faremos uma discussão sobre a violência contra a mulher. Com a criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006) foi colocado o problema da violência doméstica e familiar contra as mulheres como forma de violação de direitos humanos que não está inscrita dentro da normalidade da dinâmica familiar, razão pela qual passou a ser discutida e enfrentada pelo Estado e pela sociedade. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha simboliza o fruto de uma articulação bem-sucedida do movimento feminista, tanto na área da mobilização internacional no plano dos direitos humanos, quanto por meio de estratégias locais adotadas para acompanhar e influenciar a elaboração de uma Lei para tratar especificamente da violência contra as mulheres. Assim, pretendemos discutir o papel do Estado como promotor de políticas públicas, e como tal, pensar como se estruturam em uma cidade média.

**Palavras-chave:** Gênero; Companheiro; Século XXI.

## ENTRE SUICÍDIO E HOMICÍDIO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A MORTE DE JOSEFINA CAVALCANTE E SUAS DIFERENTES VERSÕES (PORTO SEGURO, BAHIA- 1884)

*Joceneide Cunha (UNEB - Universidade do Estado da Bahia)*

*Maria Sandra (UNEB - Universidade do Estado da Bahia)*

**Resumo:** A história dos crimes entre casais que vitimam mulheres no Brasil, é longa e recorrente, nos Oitocentos eles também eram comuns. A esse respeito, há estudos que abordam tanto a natureza dos discursos do judiciário acerca dos crimes, quanto os que versam sobre as experiências dos homens e mulheres envolvidos nos conflitos. Kênia Rios, ao analisar os discursos jurídico e eclesial sobre os crimes que vitimaram mulheres pobres nos séculos XVIII e início do XIX, constata que, naquela sociedade entrelaçada pelo patriarcalismo e escravismo, as duas instituições naturalizavam as violências sofridas por elas (RIOS, 2010). O estudo de Santos aponta que mulheres livres e/ou forras, casadas com homens escravizados, foram assassinadas na Vila de Lagarto, Província de Sergipe. Os conflitos decorriam da “desobediência” delas a seus companheiros que, mesmo tendo status jurídico inferior, queriam ter o controle sobre suas parceiras. Essa relação desigual também era respaldada e autorizada pela Justiça (SANTOS, 2004). Nessa direção, este trabalho objetiva narrar e analisar caso ocorrido na Vila de Porto Seguro em 1884, envolvendo um juiz municipal e sua amásia, Josefina Cavalcante. Para isso utilizaremos as correspondências de juizes, inventários post-mortem dentre outros. A partir do cruzamento e complementação da documentação buscaremos os indícios, os pequenos registros existentes nessas fontes. Até aqui o estudo têm evidenciado as estratégias do juiz para escapar das acusações, bem como as diferentes versões sobre a morte de Josefina Cavalcante, as narrativas apontam tanto para homicídio quanto para o suicídio dela. Por fim, salientamos que essas versões se mantêm vivas na memória coletiva da cidade na atualidade (SANTOS, 2018).

**Palavras-chave:** Violência de gênero; Discurso jurídico; Memória.

## FOTOGRAFIAS DA REALIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ES NO SÉCULO XXI

*João Sana (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)*

*Beatriz Nader (UFES- Universidade Federal do Espírito Santo)*

**Resumo:** Este texto apresenta um breve diagnóstico sobre as violências contra as mulheres no Estado do Espírito Santo no século XXI. Em seguida aborda as iniciativas de políticas públicas a partir do protagonismo das mulheres capixabas através da luta por seus direitos humanos, discorre sob o pacto estadual de enfrentamento as violências contra as mulheres, discute o envolvimento dos municípios na implantação das políticas públicas e, a partir de observações livres realizadas em cinco municípios capixabas, na microrregião do Caparaó, no ano de 2019, reflete sobre alguns problemas evidenciados na implantação das políticas públicas/rede de enfrentamento e atendimento as mulheres em situação de violência. Ao apresentar o diagnóstico sobre as violências contra as mulheres no Brasil e no Estado do Espírito Santo, o texto apresenta uma série de informações referentes aos período 2019-2021 que detalham as ligações para o disk 190 da Polícia Militar; o conjunto de medidas protetivas concedidas pelo poder judiciário; as ocorrências policiais registradas como ameaças, assédio sexual,

importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável, lesão corporal dolosa, homicídios de mulheres e tentativas de feminicídios. Além de registrar as violências o trabalho apresenta um quadro sobre o conjunto de ações, projetos e políticas públicas desenvolvidas no Estado do Espírito Santo no período de 2003-2015. Ademais, realizada uma abordagem sobre o pacto de enfrentamento a violência contra as mulheres no Estado do Espírito Santo e as iniciativas visando a celebração de acordos de cooperação técnica com os municípios visando a implementação do referido pacto.

**Palavras-chave:** Violências contra as mulheres; Feminicídios; Políticas públicas, rede de enfrentamento a violência contra as mulheres.

## **CRIME SEXUAL OU CASO DE AMOR? O DEFLORAMENTO COMO RESISTÊNCIA**

*Érika Amorim (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais)*

*Beatriz Nader (UFES-Universidade Federal do Espírito Santo)*

**Resumo:** Este texto apresenta os resultados do estudo sobre um processo por crime sexual ocorrido nos anos de 1940, na cidade de Divino-MG. O enfoque a esta fonte se deu em razão da especificidade dos autos, aos quais foram juntados bilhetes e cartas trocados entre o casal envolvido no crime de defloração. O defloração é um dos tipos de crimes sexuais assentados pelo Código Penal Brasileiro de 1890, que em seu artigo 267 o define como: “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”. Apresentava como pena a prisão “celular por um a quatro anos” e apontava que haveria a extinção da pena, caso ocorresse o casamento da vítima com o agressor. As análises desse documento e seus anexos permitem-nos afirmar que houve envolvimento amoroso entre a vítima, Maria Corrêa, e acusado, Reynaldo Oliveira, e que o defloração se tratava de estratégia para que os dois pudessem se casar, uma vez que os pais da moça não consentiam com o namoro, tampouco com o matrimônio, pelo fato dele ser negro, viúvo e “forasteiro”, além de ter “fama de conquistador”. O casamento se constituía como atitude reparadora para o crime sexual, já que se tratava de uma jovem “honrada”. De acordo com os rígidos códigos patriarcais a noção de honra consiste em valor social que impacta diretamente a vida pessoal da mulher, mas também afeta seus familiares, tendo em vista que a manutenção da virgindade sexual preserva a honra da família e garante a aceitação social perante a comunidade. O processo analisado neste estudo está inserido no contexto histórico de meados do século XX, na chamada Primeira República e, através desta pesquisa foi possível conhecer os valores sociais da época através do discurso judiciário contido nos autos e, ainda, os comportamentos afetivo-sexuais das camadas populares daquela comunidade.

**Palavras-chave:** Defloração; Patriarcado; Crime sexual.

## **PAPÉIS E LUGARES FEMININOS NA LITERATURA PORTUGUESA DO BAIXO MEDIEVO**

*Imaculada Baita Alves Da Silva*

**Resumo:** Nesse trabalho buscou-se evidenciar a participação feminina na “Crônica de el-Rei Dom Pedro I”, escrita por Fernão Lopes. A crônica narra episódios referentes ao reinado de D.

Pedro I de Portugal (1320-1367), e se insere no contexto de legitimação da Dinastia de Avis, trazendo em seu texto um discurso normatizador. Nesse contexto de legitimação a crônica age como uma ferramenta para a difusão de valores e normas comportamentais a serem seguidas. A análise presente nesse trabalho valorizou trechos que fazem referência às mulheres a fim de analisar as relações sociais e de gênero do período, de acordo com o imaginário vigente nessa sociedade, onde buscou-se levantar dados especialmente sobre a participação feminina em ambientes da realeza e nobreza. A obra analisada está inserida tanto em um movimento de legitimação da Dinastia de Avis, quanto de modelos de comportamentos construídos e pautados em uma moralidade de fundamento cristão. Essa pesquisa investigou as principais personagens presentes na obra e trechos que fazem referência ao comportamento feminino, que seguem uma forte proposta moralizante na época selecionada, e quais espaços e funções a mulher ocupou no reino de Portugal na Baixa Idade Média e principalmente onde as mulheres foram silenciadas. Ao observar a presença feminina na obra de Fernão Lopes e as representações acerca das mulheres no imaginário do baixo medievo, o que se pode evidenciar a partir da leitura é que a presença feminina se mostra como um acessório narrativo.

**Palavras-chave:** História das mulheres; História e Literatura; Dinastia de Avis.

### **BASTIDORES DO FEMINICÍDIO: PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DO CRIME EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES. (2001-2010)**

*Luan Tofano Elias (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)*

**Resumo:** Trata-se de um estudo de caso que consiste na análise quanti-qualitativa de 30 assassinatos de mulheres ocorridos no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade localizada ao sul do estado do Espírito Santo, no período compreendido entre os anos de 2001 e 2010. Toma como objeto de estudo os inquéritos policiais disponibilizados pela Delegacia de Crimes Contra a Vida do município para tecer uma reflexão e crítica sobre a forte presença histórica do patriarcado no discurso social cachoeirense, que influencia na morte de mulheres por razões de gênero – fenômeno chamado de feminicídio. A fim de elucidar essa influência das relações de gênero na criação de espaços de cultura historicamente violentos, esta dissertação apresenta o perfil das mulheres vitimadas, levando em consideração a faixa etária, estado civil, cor/etnia e profissão. Além disso, visando a compreensão das formas pelas quais o fenômeno do feminicídio se manifesta nessa amostragem de Cachoeiro de Itapemirim, é proposta a análise das formas pelas quais as mulheres foram assassinadas, isto é, os meios utilizados pelos assassinos para retirarem a vida de suas vítimas, bem como o local de ocorrência e residência dessas mulheres. Aponta também uma reflexão sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, no que se refere à prevenção desse crime. Por fim, é analisada as motivações aparentes no inquérito que explicam os motivos pelos quais o algoz retirar a vida de sua vítima. Os números revelaram a incidência do patriarcado matando a mulher cachoeirense. O município registrou no referido período o número de 30 feminicídios, causados em sua imensa maioria dentro da residência da vítima, por meio do uso da arma de fogo e por indivíduos que mantinham algum tipo de relação íntima com elas.

**Palavras-chave:** Gênero; Patriarcado; Feminicídio.

## **VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS NA APURAÇÃO DO CASO DE ESTUPRO E ASSASSINATO DE FRANCIELY - GUARAPARI/ES (1990-2000)**

*Rosânia Soares*

**Resumo:** Em minha dissertação, analiso a influência do patriarcado no tratamento das personagens que figuram no centro da ação penal que trata dos crimes que foram cometidos contra Franciely Madeira de Aguiar, menina de 11 anos, na cidade de Guarapari no ano de 1994. Franciely, foi estuprada e morta, por um casal de vizinhos (André Lino e Maria da Conceição), com o objetivo de, com o ato sexual forçado, o homem pudesse recuperar sua potência sexual. As fontes analisadas, são os autos processuais de inquérito e ação penal, cuja análise termina com o julgamento pelo Tribunal do Juri, bem como as reportagens de jornal impresso que noticiaram o caso, inclusive em circulação nacional. O objetivo é demonstrar as permanências de crenças e costumes patriarcais, desde a justificativa dada para a prática do estupro até a forma como este crime é julgado tanto pela imprensa quanto pelo Judiciário. A dinâmica das relações entre vítima e seus supostos algozes é analisada sob a ótica do contexto social em que viviam, levando em consideração a construção da masculinidade, feminilidade e os direitos e garantias da criança na última década do século XX. Além disso, destacamos o tratamento dispensado ao acusado homem e à acusada mulher, especialmente quanto ao fato da confissão feita por aquele ter sido entendida como a confissão do casal, sendo reafirmada nas decisões que mantiveram a mulher presa, bem como nas notícias de jornais veiculados à época, inclusive de abrangência nacional. O trabalho possui como tema central a objetificação do corpo da menina virgem sacrificado com a intenção de cura e como esse tema central perde relevância e sequer é mencionado na acusação formal do Ministério Público. Neste caso, é possível perceber que a necessidade de oferecer uma resposta rápida à população, retira da vítima o protagonismo de sua própria história, sendo este destacado para a figura de seu assassino.

**Palavras-chave:** Estupro; Cura; Patriarcado.

## **O REALITY SHOW DA BÁRBARIE: O CASO ELOÁ CRISTINA PIMENTEL**

*Laura Mendes (FAC FUNAM - Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco)*

**Resumo:** O romance, a paixão, ciúmes, o silenciamento, os ciclos de violência e, por fim, o assassinato. Como um enredo de filme, os casos de feminicídio foram/são acompanhados por câmeras de TV, imagens captadas em planos-sequência e trilha sonora de adrenalina e ação. Por isso, faz-se necessário analisar como os elementos de significação do Caso Eloá são analíticos ao reality e as representações do "passional" e da vítima, circunscritos aos estereótipos de fenótipo, que refletem elementos linguísticos e estéticos ordenando sentidos e trazendo como resultado um produto simbólico da morte feminina. Assim, o sequestro e morte de Eloá Pimentel em outubro de 2008 carregou elementos "sedutores" para essa exorbitante mobilização midiática: paixão, amizade, adolescência, ciúme. Neste reality show da barbárie, os personagens envolvidos tomaram consciência de que estavam na mídia, a partir de uma cobertura televisiva intensa onde o próprio sequestrador passou a dar entrevista para vários programas mesmo antes do término do sequestro. Foram 100 horas de cárcere privado e quase 100 horas de cobertura jornalística. Ao acompanhar o

caso Eloá nos telejornais é possível perceber a necessidade no detalhamento máximo de informações sobre o andamento das negociações e da integridade física das reféns. Mesmo sem ocorrer muitas novidades durante os cinco dias de sequestro, os jornalistas permaneceram de plantão no local para conseguirem noticiar ao vivo sobre o resgate das jovens ou alguma ação policial. O sequestrador virou o protagonista da história, pois jornalistas, policiais, negociadores e outros envolvidos procuravam-no, seja para obter uma exclusiva ou a fim de conseguir a liberdade das reféns. Observando os aspectos que ganham destaque na narrativa, como os valores que são convocados, a quem eles falam, e mesmo a dinâmica das entrevistas, as quais apontam para o papel que se pretende destacar, diante de ações e comportamentos que são enfatizados, e como se dá a inter-relação entre eles. A análise do conteúdo dos programas e a forma como são exploradas as representações dos envolvidos do caso Eloá, revela como a mídia retratava os episódios de violência do cárcere da jovem, exibindo suas imagens, buscando enfatizar os elementos que impactam a construção da narrativa e marcando a relação que se estabelece entre os personagens. Por isso, será observado a construção do processo de espetacularizações, atentando às formas dos programas caracterizarem o universo do crime de Eloá, dando efeitos de ação, suspense, amor, perigo e paixão, bem como a tônica dramática que é empregada para destacar o contexto das ocorrências televisionadas.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Femicídio; Mídia.

## **DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NEGRAS: UM RECORTE URGENTE PARA SE PENSAR O FEMINISMO**

*Flavia Nayara Mones Viana*

*Maria da Luz Alves Ferreira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** A incompatibilidade entre mulheres negras e brancas no movimento feminista, marcaram um grande momento dentro do movimento. Essas mulheres viviam uma mesma época histórica, mas não experienciavam das mesmas opressões. Isso significa que a dominação das mulheres, se passava dentro de um contexto muito mais amplo, do que somente a desigualdade de gênero, abarcando também questões como: raça e classe. Na sua criação, as pautas feministas não consideravam a situação de vida de mulheres negras e pobres e enfocavam quase sempre na luta por direitos que atingiriam as mulheres brancas de classe média. Essas mulheres reivindicavam direitos políticos e espaços no mercado de trabalho para conquistarem sua autonomia financeira, ao mesmo tempo que as mulheres negras que sempre trabalharam, ocupavam a base da pirâmide econômica, e sendo assim, obviamente, esses privilégios requeridos pelas feministas brancas não as atingiriam. A temática da violência contra mulheres negras, por exemplo, é uma das pautas essenciais para se pensar nas diferenças existentes entre as vivências das mulheres como um todo. Acontece que as mulheres negras, desde o início da história mundial e mesmo após a abolição da escravatura, foram silenciadas e vinculadas a escravidão, ao sexo e a pobreza, o que potencializa ainda mais a opressão. A mulher negra, pobre, da periferia é a que mais percebe os efeitos da culpabilidade branca. Nesse interim, um espaço para discutir a interseccionalidade entre classe e raça foi criado. Ficou claro a partir daí que o movimento feminista necessitava ser muito mais do que a busca por igualdade no mercado de trabalho. Era necessário que houvesse uma reestruturação de toda a sociedade na busca de uma nação fundamentalmente antissexista. Para tanto, o movimento

feminista deveria ser consolidado em uma base de consciência crítica que discutisse a interseccionalidade de gênero, raça e classe, firmado em uma sororidade verdadeira, além da necessidade de reconhecimento e entendimento de como o capitalismo, havia colaborado para manutenção do sistema sexista e opressor das minorias. A proposta a partir daí seria pensar em uma teoria feminista que pudesse condenar a dominação racista, classista e sexista na busca pela verdadeira libertação de mulheres brancas e negras da dominação patriarcal.

**Palavras-chave:** Feminismo negro; Interseccionalidade; Violência contra mulheres negras.

## **MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA CORRADI E LUZIA ALVES TOLEDO NO PODER LEGISLATIVO – 1980 A 2018**

*Leandro da Silva Lunz (Secretaria de Estado da Educação - ES)*

**Resumo:** Nesta pesquisa analisamos a participação política de Myrthes Bevilácqua Corradi no Congresso Nacional e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período de 1980 a 2018. Procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Ao mesmo tempo, buscamos investigar a ideia, durante o período estudado, de que caberia à mulher o papel social reservado ao campo privado, compreendendo, assim, as identidades sociais construídas sob a ótica patriarcal. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos, as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. O exercício desse resgate teve como suporte metodológico principal a História Oral, através de entrevistas realizadas com as duas mulheres investigadas, com o intuito de verificar a visão de cada uma delas sobre sua própria atuação no meio político e as relações de gênero no meio doméstico. Também foram realizadas leituras de suas proposições e de uma ampla bibliografia relacionada às temáticas ligadas à História Política no Brasil e ao Estudo de Gênero. Deste modo, articulamos a análise aos debates contemporâneos sobre a participação da mulher na política, de um lado, e de História de Mulheres, feminismo e relações de gênero, de outro. E assim foi possível evidenciar a existência de um hiato significativo entre mulheres e homens no que se refere a representatividade política brasileira e descrever as grandes dificuldades vivenciadas pelas mulheres investigadas no exercício da vida pública somente pelo fato de serem mulheres.

**Palavras-chave:** Participação Feminina; Trajetória Política; Espírito Santo.

## **O MERCADO DE TRABALHO COMO MECANISMO DE PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA E VIOLÊNCIAS NO COTIDIANO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/E.S (2015-2020)**

*Luciene Carla*

**Resumo:** Essa pesquisa tem o objetivo de investigar os diversos tipos de violência praticadas contra mulheres transexuais e travestis, visto que em geral tais pessoas são postas à margem

da sociedade, por causa do preconceito e da transfobia que experimentam desde muito cedo, na família, na escola e na sociedade. A inserção no mundo do trabalho formal nem sempre é uma possibilidade, e por isso, muitas delas, seja por escolha ou como única alternativa de subsistência, atuam como profissionais do sexo. O presente estudo pretende compreender as barreiras enfrentadas por mulheres trans travestis para conseguir um emprego formal, analisando os tipos de violência que enfrentam e os mecanismos utilizados por elas para enfrentarem essa situação em seu cotidiano. O cenário da pesquisa é a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, município do sul do estado do Espírito Santo, no período de (2015-2020). Serão entrevistadas seis mulheres trans travestis a fim de trazer para a pesquisa a percepção que estas têm do mundo do trabalho, para demonstrar como suas experiências neste contexto, podem interferir na sua vivência, existência e no modo como elas se percebem na sociedade. O estudo aspira traçar o perfil de tais mulheres, a partir da análise de dados que caracterizam o seu modo de vida, a saber: faixa etária, raça/etnia, estrutura familiar, escolaridade, estado civil, profissão, entre outros. A pesquisa pretende demonstrar os tipos de violações e supressão de direitos que mulheres trans e travestis enfrentam no seu dia a dia, a fim de trazer a temática para debate e discussão.

**Palavras-chave:** Mulheres Trans; Travestis; Violência.

## **PATRIARCADO E A SUPERIORIDADE MASCULINA: ENTENDENDO A RELAÇÃO ENTRE O ÁLCOOL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM VITÓRIA-ES (2016)**

*Dionatan Miranda de Almeida*

**Resumo:** A capital Vitória, localizada no Espírito Santo, é uma das capitais que lideram o ranking dos índices mais elevados de violência de gênero no Brasil. Um setor expressivo de mulheres procura a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) da cidade para registrar boletins de ocorrência contra seus agressores. A partir dos dados presentes nesses registros, no ano de 2016, notou-se que o álcool é citado pelas vítimas como a motivação ou possível circunstância da agressão, sob a justificativa, na maioria das vezes, de que os autores mudam de comportamento quando estão alcoolizados, de modo que passam a não reconhecê-los. A frase “o autor bebe e fica agressivo” é constante nos relatos. Mas, também, entende-se que o discurso que culpabiliza o consumo de álcool se faz presente nas falas dos agressores, que buscam fugir da responsabilidade pelos crimes cometidos por meio da alegação de que se transformam ao beber. Assim, o álcool é uma das justificativas mais usuais para a violência, estando associado a discursos que atribuem a culpa pela agressão à mulher violentada, que poderia ter deixado de cumprir com o seu papel social, tendo como punição o ataque físico cometido pelo agressor. Faz-se necessário analisar e discutir como a violência de gênero está associada ao exercício do poder masculino, possuindo origem no patriarcado, e como o álcool enquanto uma droga reforça o comportamento violento do agressor, de modo que acaba por ser considerado não como um motivador imediato, mas como o causador da violência em si. O objetivo é entender o álcool como um potencializador da violência de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero; Violência; Álcool.

## ST 02: (SOBRE)VIVÊNCIAS FEMININAS: CAPTANDO SENTIDOS E SIGNIFICAÇÕES!



Dra. Lídia Possas (UNESP)  
Dra. Natália Cavalcanti (IFRN)

O objetivo do Simpósio Temático é ampliar e provocar a discussão sobre as práticas e significados da “sobrevivência feminina” em processos históricos traumáticos como: as guerras do sec. XX e XXI; a violência doméstica e institucional; as condições de subalternidade e silenciamento impostas pelas relações de gênero, de poder e raça: as vivências e as resistências diante da persistência de uma estrutura rígida, moldada na concepção heteronormativa, racista e LGBTQIA+fóbica mantidas pelo Estado que deslegitima outras formas de existir e de viver, além de outras corporalidades. Captar as experiências múltiplas, o “lugar de fala” das sujeitas e sujeitos através da oralidade e da memória como importantes metodologias para retomar a cada momento, lembranças ressignificadas e atualizadas que possibilitam rever sentidos e presenças em uma perspectiva decolonial.

### Referências

- AKOTIRENE, Carla . Interseccionalidade. São Paulo, Polén, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.
- BISADECA, Karina. Cartografías descoloniales de los feminismos del sur. CONICET – Universidad Nacional de San Martín. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.
- BUTLER, Judit, The Force of Nonviolence – An Ethico-Political Bind [Título original em Inglês], Verso, 2020. A força da não-violência – um vínculo ético-político. Introdução Pag.11 - 26. Postscript: Repensando a Vulnerabilidade, a Violência e a Resistências pag.127 - 139.
- KILOMBA, Grada. A Mascara “A máscara”. In Cadernos de literatura em tradução. Universidade de São Paulo. ~ (traduzido por Jessica Oliveira de Jesus), n. 16. pp. 171-180.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. IN: Historia e Historiografia. V.11, n,28, set/dez, 2018. <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>.
- LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.
- VERGÈS, Françoise. Definir um campo: O feminismo decolonial. In: VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu, 2020, p. 19-51 [ebook].

## **AFRICANAS LIVRES EM BELÉM DO GRÃO PARÁ (1738-1785)**

*Marley Antonia Silva da Silva*

*(IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará)*

**Resumo:** É sobre aspectos de trajetórias de mulheres africanas livres e/ou que lutaram via justiça por liberdade em Belém do Grão Pará nos anos de 1738 e 1785 que trata este texto. A cidade teve como habitantes fundamentais africanos e seus descendentes. A escravidão foi amplamente utilizada na Amazônia colonial. Inicialmente, os colonizadores subjogaram os distintos povos indígenas, muitos retirados de maneira forçada das aldeias; depois se concentraram sobre os africanos, sobretudo na segunda parte do século XVIII. As “pretas” Mariana e Maria Madalena trabalhavam, circulavam e buscaram caminhos de liberdade, em momento em que era regra a escravização de pessoas oriundas de África. Mariana em 1738 buscou via justiça sua liberdade. Tentou os caminhos da justiça local e solicitou sua liberdade junto a Coroa Portuguesa, já em 1738, quando a presença majoritária era da população indígena. E quando é comum apontar que a presença africana era rarefeita, Mariana estava buscando sua liberdade pelas vias legais. Maria Madalena aparece como chefe de família em Belém, no ano de 1785 já era livre e dona de sua própria casa. Além disso, abrigava dezenas de pessoas não brancas livres em sua residência. No caso das duas mulheres aqui mencionadas, a documentação as define como pretas; o que leva a inferir tratar se de africanas e/ou nascidas de pais africanos. A documentação para a reconstituição da vida de tais mulheres é oriunda do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público do Pará, somada a bibliografia possibilitou reconstituir e analisar aspectos da vida destas mulheres que lutaram e exerceram sua liberdade.

**Palavras-chave:** Liberdade, Africanas, Grão Pará.

## **UMA HISTÓRIA DAS MENINAS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: GÊNERO, JUSTIÇA, TEMPORALIDADES E DIREITOS NO ÂMBITO DOS ATOS INFRACIONAIS (1990-2000)**

*Marina da Silva Schneider*

*(UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina)*

**Resumo:** A pesquisa ora apresentada na condição inicial de proposta de tese no Doutorado em História do Tempo Presente está em diálogo com um projeto de pesquisa maior intitulado “Uma História dos adolescentes em conflito com a lei: justiça e políticas sociais na trajetória brasileira (1990-2016)”. A proposta, dialogando com este projeto maior, propõe investigar a história das/os adolescentes em conflito com a lei, com ênfase nas meninas, com um recorte temporal a partir da década de 1990 até os anos 2000. As fontes documentais utilizadas para a investigação serão os processos jurídicos da Vara da Infância e da Juventude, da Comarca da Capital de Santa Catarina (Florianópolis). O recorte temporal inicia com 1990 pela promulgação da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o ECA, que passou a compreender as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Como problemática central, esta pesquisa buscará compreender se o ECA representou uma ruptura no tratamento a adolescentes em conflito com a lei ou se esse tratamento de violações de direitos ainda teve suas permanências, em camadas de passados que se fazem presentes, mesmo anos após o ECA, dificultando a implementação dos direitos das crianças e adolescentes. Outro ponto na análise, será mensurar, com o auxílio das reflexões

do historiador Reinhart Koselleck, diferentes temporalidades presentes nesta implementação do ECA, como o tempo na implementação dos direitos para as crianças elitizadas, o tempo na implementação dos direitos das crianças pobres e ainda, o tempo na implementação dos direitos para adolescentes em conflito com a lei, o que na hipótese inicial, é um tempo mais lento, mais resistente às mudanças, encharcado de passados. Uma categoria central para a construção da pesquisa será a de gênero, a medida em que a pesquisa também propõe investigar a existência de uma outra temporalidade, a do tempo das relações de gênero. Em uma ideia inicial, levantamos a hipótese de que há uma temporalidade mais lenta que a dos adolescentes em conflito com a lei no que tange a implementação dos direitos preconizados pelo ECA, que é das meninas em conflito com a lei. Levantamos a hipótese inicial de que o tempo da implementação de direitos e do seu reconhecimento como sujeitos é mais lento e mais resistente para as mulheres, principalmente se tratando aqui de meninas e em grande medida, meninas pobres, marginalizadas, racializadas e ainda em conflito com a justiça. Há quando tratamos de meninas em conflito com a lei, uma dupla subversão, por estarem em condição de subversão às leis e ao gênero, no momento em que ocupam uma posição de vivências masculinizadas, que perpassam os crimes. Por fim, a problemática de pesquisa com a categoria central mobilizada se dá em investigar se o ECA representou uma ruptura no tempo das violências contra meninas em conflitos com a lei ou se estamos tratando pós década de 90 de constantes permanências, repetições e passados que não passam e que ecoam nas vivências dessas meninas.

**Palavras-chave:** Adolescência; Gênero; Direitos.

## **MEMÓRIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM RECIFE: O GRUPO MULHER MARAVILHA DE NOVA DESCOBERTA**

*Caroliny Marinho*

**Resumo:** O seguinte trabalho tem o objetivo de compreender a mobilização e a articulação de mulheres em Recife que tiveram histórico de resistência e luta pela garantia de seus direitos durante o período da ditadura civil-militar e nos anos subsequentes. O Grupo Mulher Maravilha (GMM), situado no bairro de Nova Descoberta, em Recife, foi fundado oficialmente em 1975 por mulheres que não se conformaram com a situação de opressão que viviam diariamente, uma realidade que, naquele período, refletia sobre todo o povo brasileiro. Destacam-se dois atores externos que nortearam a criação e as ações do GMM, a Igreja Católica e as organizações clandestinas. A pedagogia educacional de Paulo Freire também foi uma importante ferramenta para processo de ensino aprendizagem e de construção coletiva do conhecimento desenvolvidos pelo Grupo Mulher Maravilha. Do ponto de vista teórico-metodológico essa pesquisa se apoia em debates levantados por pesquisadoras como Joana Maria Pedro, Cristina Wolff, Rachel Soihet e Rebecca Tarlau. Para atender a proposta investigativa e ao objetivo traçado, essa pesquisa faz uso da abordagem qualitativa utilizando as fontes orais, provenientes de entrevistas semiestruturadas com mulheres do Grupo, além da pesquisa documental, sustentada por materiais encontrados no acervo físico do GMM, bem como em outros acervos públicos e/ou privados. Sendo assim, essa pesquisa evidencia a participação das mulheres do bairro de Nova Descoberta como atrizes de articulações sociais que buscaram o fim da Ditadura civil-militar, a redemocratização do país e a garantia de direitos civis, sociais e políticos para a mulheres, observando ainda como as relações de gênero geram

impactos no exercício do poder político e nas formas de exploração, levando em conta não só as engrenagens do gênero, mas também as de classe e raça.

**Palavras-chave:** Resistência Feminina; Grupo Mulher Maravilha; Ditadura.

### **“NÃO FALEM DOS SERVIÇOS QUE VOCÊS PRESTARAM”: A DESMOBILIZAÇÃO E O APAGAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS MILITARES FEMININAS NA URSS**

*Giovanna Bem Borges*

**Resumo:** Historicamente, a historiografia ocidental hegemônica quase sempre pensou a guerra a partir de um suposto protagonismo masculino. Entretanto, há evidências de que mulheres estiveram direta ou indiretamente envolvidas no esforço de guerra há séculos, embora suas histórias nem sempre foram contadas. Nesse sentido, a Segunda Guerra Mundial representou um marco importante na medida em que pela primeira vez na história contemporânea, um país, a União Soviética, incentivou abertamente o alistamento feminino para todas as especialidades militares. Mas apesar do relativo progressismo soviético, após 1945 houve um esforço sistemático para “desarmar” – metaforicamente ou não – as ex-combatentes a partir de um retorno à “normalidade” e a papéis de gênero mais tradicionais porque as mulheres que serviram não se encaixavam nas narrativas sobre o conflito promovidas pelo Estado. Portanto, uma vez que a guerra amplificou as contradições presentes nos papéis de gênero da sociedade soviética consideramos importante estudar a participação das mulheres nela, principalmente por ser um tema ainda relativamente pouco explorado e porque a Segunda Guerra Mundial é um fenômeno cuja memória exerce funções políticas até os dias de hoje, especialmente na Rússia contemporânea. Dessa forma, o objetivo desse texto é entender como as experiências das mulheres que serviram nas forças armadas foram marcadas pelas relações de gênero do período, principalmente após a Vitória, e o referencial teórico adotado será os estudos de gênero.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial; Mulheres Soviéticas; Gênero.

### **A PROPOSTA DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR EM BELÉM DO PARÁ E SUA RELAÇÃO COM AS PARTEIRAS SEGUNDO O DISCURSO DO MÉDICO CLAUDIO PASTOR DACIER LOBATO (1956)**

*Cecilia Brasil Cordovil*

**Resumo:** O objetivo principal desse trabalho é investigar os discursos sobre maternidade e corpo feminino no discurso da medicina oficial. Para tal, serão examinadas as teses de doutoramento “Assistência ao Parto” e “A educação materna no puerpério”, escritas pelo médico Cláudio Pastor Dacier Lobato em 1956, que figuram como fontes históricas utilizadas para a pesquisa em andamento com o fim de constituir texto de dissertação. Essas fontes estão localizadas no setor de obras raras da biblioteca da UFPA. Após a discussão da história da assistência ao parto no Brasil, embasadas nos trabalhos da historiadora Maria Lúcia Mott, particularmente das experiências do Rio de Janeiro e de Salvador, será analisada a proposta teórica de Cláudio Pastor Dacier Lobato para a assistência domiciliar ao parto em domicílio em Belém do Pará. Segundo o artigo de título “Assistência ao parto: história oral de mulheres

que deram à luz nas décadas de 1940 a 1980”, escrito por Leister e Riesco, enfermeiras e pesquisadoras que construíram uma pesquisa que tinha por objetivo investigar a transição dos partos domiciliares para os hospitalares. Utilizando a metodologia da história oral, as pesquisadoras entrevistaram 20 mulheres que passaram pela experiência do parto entre 1940 e 1980. As autoras identificaram o período entre 1930 e 1960 como o momento de transição em que ambos os modelos de assistência ao parto (domiciliar e hospitalar) e de profissionais que o faziam (médico e parteira) estavam em coexistência. A pesquisa aqui construída se situa nesse momento histórico da coexistência dos modelos de assistência, possibilitando ao historiador investigar as disputas de poder ao redor dos modelos de assistência, bem como os agentes nelas envolvidos. É o que se pretende debater por meio dessa apresentação nesse encontro.

**Palavras-chave:** História das mulheres; História da Amazonia; História da Maternidade.

### **HISTÓRIA ORAL, HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS MULHERES: NARRATIVAS EM DIÁLOGO**

*Marcela Boni Evangelista (USP - Universidade de São Paulo)*

**Resumo:** A história das mulheres é um campo de produção de conhecimentos que vem sendo construído e se consolidando desde as décadas de 1960/70 em diferentes partes do mundo. A produção acadêmica sob esta perspectiva, por sua vez, tem se avolumado significativamente, especialmente a partir dos anos 1990, quando a categoria de gênero assume destaque, e oferece substância suficiente para pensar uma historiografia voltada especificamente para a história das mulheres. Trata-se de uma produção relativamente recente e que operou muitas vezes de forma independente, articulada a outras perspectivas teóricas e, por isso, atualmente demanda esforços de reunião e organização em torno de uma epistemologia particular. Além da constatação desta produção, é relevante reconhecer que muitas de suas responsáveis seguem atuantes e guardam importante reserva de memória sobre os processos que constituíram a elaboração de pesquisas que se debruçaram sobre diferentes tipos de fontes, mobilizando metodologias variadas. Neste sentido, a história oral, procedimento muito utilizado no campo das pesquisas sobre mulheres, sobretudo em recortes temporais contemporâneos, é também ferramenta potente para o registro, análise e valorização das trajetórias de quem foi e continua sendo responsável pelo desenvolvimento do campo da história das mulheres. Nesta comunicação, pretendo apresentar reflexões sobre esses três âmbitos, com especial atenção para o contexto da América Latina, onde se cruzam e dialogam narrativas historiográficas e trajetórias de vida, as quais também oferecem caminhos para processos de produção e análise de fontes.

**Palavras-chave:** História oral; História das mulheres; Historiografia.

### **MARIA JOANA DOS REIS ASSUNÇÃO DE SOUSA: TRAJETÓRIA, LUTA E RESISTÊNCIA DE UMA MULHER QUILOMBOLA MARAJOARA**

*Raimunda Conceição Sodré (IFPA- Instituto Federal do Pará)*

**Resumo:** Os territórios quilombolas são espaços de existências negras femininas desde as

primeiras organizações que se tem notícia, cuja mais conhecida é Palmares. A literatura de pensadoras negras está recheada de histórias de heroísmo de mulheres negras destemidas que lograram batalhas contra o estado escravagista para defender seu povo das amarras do cativo e sonhar com a vida em liberdade. Essa tradição de luta está muito viva e configura-se como uma marca da experiência de mulheres negras quilombolas. Elas participam ativamente da vida das comunidades quilombolas exercendo os mais diversos papéis, seja na roça, na casa, nos quintais, como mães, avós, tias, esposas, irmãs, lideranças, professoras, guardiãs da memória e dos saberes científicos. A lista de funções por ela desempenhadas é longa na medida em que as vislumbramos dentro e fora das comunidades, inclusive como estudantes universitárias na graduação e pós-graduação. Elas atuam como acervo da memória coletiva registrando, por exemplo, as estratégias de luta e resistência nos quilombos, como a luta pela regularização fundiária e pelos direitos sociais como educação e saúde. Neste artigo discutimos a trajetória de Maria Joana dos Reis Assunção de Sousa da Comunidade quilombola do Rosário, situada no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó, interior do Pará. O objetivo é a partir da trajetória dessa mulher quilombola compreender o processo de luta das mulheres quilombolas nos seus territórios de pertencimento, enfocando a educação como pauta dessas lutas. Adotamos como metodologia do processo de construção das fontes a história oral e a entrevista como técnica de coleta de dados, além da documentação produzida sobre a comunidade no processo de assunção da identidade quilombola e o acervo pessoal da família de Maria Joana (diário, cartas, fotografias, etc.). Contudo, é importante ressaltar que não se trata de elaborar uma biografia dessa personagem, mas, trazer para o debate histórias e trajetórias de sujeitos outros invisibilizados durante muito tempo pela historiografia oficial e ainda visamos lançar a luz sobre a luta das mulheres quilombolas como protagonistas na reivindicação de seus direitos como a educação. As inquietações teóricas e metodológicas das feministas negras e quilombolas serão o norte da análise proposta.

**Palavras-chave:** Mulher; Quilombola; Protagonismo.

## MULHERES NA AMÉRICA LATINA EM LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA: UM OLHAR PARA A HISTORIOGRAFIA

*Stella Franco (USP - Universidade de São Paulo)*

**Resumo:** Esta comunicação procura realizar uma análise de obras voltadas à história das mulheres e das relações de gênero na América Latina, publicadas a partir da Espanha e dos Estados Unidos, entre 1976 e 2012. Nesses países, desde a emergência da História das mulheres, vários foram os projetos de coletâneas, ou mesmo de livros autorais, com uma visão abarcadora sobre as mulheres dessa porção do continente americano. Entre as autoras selecionadas que produziram nos Estados Unidos estão June Hahner, Asunción Lavrín e Susan Socolow. Entre as que publicaram seus trabalhos na Espanha estão Pilar Gonzalbo Aizpuru, Berta Ares, Isabel Morant e Pilar Pérez-Fuentes Hernández. Pretende-se evidenciar as principais temáticas e abordagens presentes nessas obras, indagando se e como as mesmas tocaram no tema das lutas pela sobrevivência por parte de mulheres latino-americanas em situações de fragilidade social e política. Busca-se também identificar os desdobramentos das vertentes teóricas relacionadas a gênero que acompanharam essa produção (especialmente a perspectiva interseccional e a questão da diversidade sexual), compreendendo como

lançaram luz sobre a temática da luta pela sobrevivência. Sendo a historiografia o enfoque deste trabalho, pretende-se colocar as próprias historiadoras (e, com elas, a construção do conhecimento histórico sobre mulheres da América Latina) no centro do debate. As balizas cronológicas estão estabelecidas pelas datas de publicação do primeiro e do último volume a serem analisados como fontes dessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Mulheres; América Latina; historiografia.

## **EVOLUÇÃO DO FEMINISMO NO BRASIL E DISTOPIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR E DA SÉRIE THE HANDMAID'S TALE**

*Gislene Quaresma Oliva (Secretaria Estadual de Educação)*

*Maria da Luz Alves Ferreira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** A Ditadura Militar no Brasil representou um momento de autoritarismo político, de violação dos direitos humanos, bem como à liberdade de expressão. Foi nesse contexto de repressão que surgiu uma série de movimentos sociais no Brasil, em especial o Movimento Feminista, que se caracterizaria como uma conseqüência das ações na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal, passando a questionar e ao mesmo tempo desestabilizar a ordem vigente na sociedade. Nessa perspectiva, o Movimento Feminista buscou uma rede de protesto e resistência, frente aos acontecimentos vivenciados naquele momento, marcado pelas mortes, cassações, exílio e perseguições. Desse modo, o presente artigo se interroga a cerca de quais são as possíveis compreensões entre a Ditadura Militar no Brasil e o contexto da série distópica “The Handmaid’s Tale” de Bruce Miller. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, buscando compreender como se deu o processo de resistência e consolidação frente ao período de negação dos direitos e também a pesquisa qualitativa descritiva para compreender a referida série. Concluiu-se que a Ditadura e a série “The Handmaid’s Tale” contribuem para compreender um estado repressivo de negação de direitos e que também potencializam o surgimento de movimentos em prol das liberdades. Portanto, da ficção à realidade, inúmeros são os desafios que se colocam na pauta das reflexões, e a todo o momento sentimos que a luta do ponto de vista da conquista e manutenção dos direitos é uma constante.

**Palavras-chave:** Feminismo, Ditadura Militar, opressão.

## **O TRABALHO DO CUIDADO E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES**

*Jhefene Souza*

*(IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)*

*Natália Cavalcanti*

*(IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)*

**Resumo:** O presente trabalho trata da pesquisa realizada no projeto “Integração produtiva e tecnológica para o desenvolvimento sustentável e empreendedorismo feminino no estado do

Pará” desenvolvido pelo grupo – Meninas da geotecnologia – (IFPA/UFRA) em parceria com o grupo de pesquisa CLIO (IFPA). A pesquisa foi desenvolvida a partir da oficina “A economia do cuidado e os desafios da inserção de mulheres no trabalho produtivo remunerado” do minicurso “Empoderamento feminino na perspectiva da participação cidadã”. Tendo como objeto compreender a formação profissional da mulher diante do trabalho do cuidado. Pois, diante de uma sociedade hierarquizada a partir da dicotomia do gênero (MATHIEU, 2009) (LAMOUREUX, 2009) torna-se relevante problematizar as categorias gênero, trabalho e formação profissional, tendo como base a discussão sobre a invisibilidade do trabalho do cuidado. Os sujeitos da pesquisa foram 13 mulheres ribeirinhas que realizam atividades extrativistas na ilha João Pilatos no município de Ananindeua-Pará. Foi desenvolvido um trabalho de campo com a exibição de dois curtas: “Acorda Raimundo, acorda!” e “Um sonho impossível?” seguido por uma roda de conversa desenvolvido a partir de perguntas norteadoras e aplicação de uma entrevista semiestruturada (SEVERINO, 2007). Sobre os resultados da pesquisa é interessante perceber que mesmo com a conciliação de tantas tarefas, muitas ao descreverem suas rotinas iniciavam com a seguinte frase: ‘EU SÓ TRABALHO EM CASA’ o que evidencia a lógica da divisão sexual do trabalho que desqualifica o trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2021), e nesse sentido foi abordado com as participantes a necessidade do trabalho doméstico como manutenção da sociedade e da vida, sendo um aspecto que pertence a uma estrutura complexa que mantém as relações interpessoais atravessadas pela dicotomia do gênero (PERROT, 2017). Sobre a categoria trabalho é necessário destacar as contribuições de Antunes (2009) acerca da conceituação da classe que vive do trabalho, pois ultrapassa a compreensão do proletariado fabril ou industrial e envolve a massa de trabalhadores e trabalhadoras inseridos e inseridas na informalidade ou na prestação de serviços. Nesse sentido, a partir do percurso metodológico percebeu-se que a rede de apoio é essencial para uma mulher que trabalha seja no âmbito privado ou público. A maioria das participantes prezam pela divisão das tarefas domésticas com marido, filhos, irmãos ou pai. Porém, ainda exprimem em suas falas a percepção do trabalho doméstico como menos importante. Sobre o trabalho do cuidado, todas afirmaram veem-se como responsáveis pela manutenção de várias atividades bem como da dificuldade em conciliar trabalho, formação e cuidado. Acerca da formação profissional existem vários impedimentos, desde a escassez de políticas públicas que não garantem o acesso à maiores níveis de estudo, à necessidade de um trabalho que garanta remuneração logo no início da adolescência ou vida adulta.

**Palavras-chave:** Mulher; Formação Profissional; Trabalho do cuidado.

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CAMPUS UNIVERSITÁRIOS. O ATO DA “ RECLAMAÇÃO” COMO UMA PEDAGOGIA FEMINISTA**

*Lidia Possas (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)*

**Resumo:** No contexto de Comemoração dos 200 Anos de Independência, foi possível acessar as várias faces, narrativas e sujeitos que vieram iluminar outros ângulos interpretativos e explorar os vários desdobramentos de um processo histórico contraditório. Articulado com temporalidades distintas, foi possível explorar as demandas e conquistas sociais significativas que (re) interpretaram o campo historiográfico. No tempo presente confrontar os discursos contraditórios de igualdade, autonomia e alteridade existentes nas relações de gênero no

espaço acadêmico é um desafio. Para tanto tomei como ponto de partida as “figurações de sobrevivência”, a partir dos relatos de Primo Levi, italiano judeu, deportado para Auschwitz, em 1944, assumiu-se como uma testemunha do seu vivido e ao mesmo tempo ser uma testemunha de terceira mão, de um outro que não poder narrar. Assim ao debruçar-me sobre as denúncias e narrativas das/dos estudantes frente às situações de assédio e violência física foi possível romper a ideia de uma totalidade, confirmando que os indivíduos são indissociáveis dos laços sociais, e ao mesmo tempo resultante de um agrupamento de seus membros, porém ser perder a individualidade de contar, sentir, revelar. A permanência das condições de subalternidade e silenciamento, no caso das mulheres, ainda expõem as relações hierárquicas de gênero, de poder, raça e sexualidade que evidenciam as configurações de si, de existências distintas. Nas instituições universitárias há uma estrutura mecânica, rígida moldada na concepção heteronormativa, racista e LGBTQIA+fóbica e afiançadas pelo Estado que deslegitima outras formas de Ser e Existir. A pesquisa sobre Violência de Gênero nos campus universitários me permitiu observar as experiências múltiplas, o “lugar de fala” das sujeitas, sujeitos e sujeitos através da oralidade e da memória como metodologia que permite registrar as “reclamações e as “queixas” e rever sentidos e presenças em uma perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Relatos femininos; Figurações de Sobrevivência; Violência de Gênero e Universidade.

## MULHER-VIOLÃO: A MULHER IDEAL NA CRÔNICA DE VINÍCIUS DE MORAES

*Jéssica Hayeska*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa autônoma de alunas do curso de Letras – Português. O estudo tem como objetivo discutir a imagem da mulher ideal e a figura do violão, um instrumento construído de forma lírica de objetificação da mulher na poética de Vinícius de Moraes, de como este objeto contribui para o imaginário popular dos estereótipos femininos e por consequência frustração diante a quebra do padrão do corpo “perfeito”, assim como o uso de referências dos apreciadores e intérpretes masculinos da música erudita e na literatura, na validação de “ser mulher” como forma de manifestações machistas. Para a nossa investigação selecionamos a crônica “Uma Mulher Chamada Guitarra”, de Para Viver um Grande Amor (1972), julgamos necessário trazer a discussão sob o viés da teoria literária como instrumento tecnológico de análise da crônica como gênero textual do meandro literário entre “crônica e poética” (COUTINHO, 1987; MASSAUD, 1967), considerando que as mulheres sempre desempenharam um papel de musa a medida em que são objetos de desejos vis masculinos, a análise da crônica, tem como metodologia, a leitura das teorias sobre a mulher e sua objetificação (BEAUVOIR, 1967), observando como isso diz sobre toda uma sociedade, em especial, de como os corpos dóceis são facilmente objetificados e qual a função desse ideal de beleza (FOUCAULT, 1987; PLATÃO, 1949). E como resposta a estes preceitos, analisamos a crônica sob a luz da crítica feminista (DUARTE, 2002) de maneira que buscamos refletir como o feminismo pode contribuir para que a mulher seja protagonista de sua história e não continue na lógica de permanência de meros objetos patriarcais que é um reflexo da desigualdade de gênero e que para além disso, os padrões impostos pela sociedade tenham menos efeitos sobre os corpos femininos.

**Palavras-chave:** literatura; mulher; sociedade.

## YNYENZI QUE FALA: MEMÓRIAS DE UM GENOCÍDIO POR SCHOLASTIQUE MUKASONGA

*Andrea da Conceição*

**Resumo:** Esse trabalho é decorrente de uma investigação em andamento no curso Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá) no Colégio Pedro II, unidade Centro, nível pós-graduação lato sensu, a qual se volta para a análise da trajetória Scholastique Mukasonga, com destaque a sua narrativa sobre o genocídio de Ruanda no século XX presente em sua obra *Baratas* de 2018, mais especificamente o massacre do povo Tutsi, fruto de uma política colonial europeia. É interessante que a narrativa de Mukasonga nos permite mergulhar em suas memórias, possibilitando compreender a sombria e a violenta noites de terror responsável por matar em três meses cerca de 800 mil Tutsi. A violência de todas as formas e de todos os tipos foram infligidos as ynyenzi, literalmente tratadas como baratas que deveriam ser esmagadas, especialmente os corpos femininos que foram separados de seus filhos, tiveram seus corpos violados sexualmente e suas filhas obrigadas a se casarem com seus algozes. A violência era tremenda, em particular ainda, as mulheres grávidas que possuíam suas barrigas rasgadas e seus fetos mortos para que as ynyenzi fossem impedidas de reproduzir. Nesse intuito, é necessário que possamos interpretar ainda, que a sobrevivência tema tão caro para Mukasonga está intimamente imbricado com sua própria existência e do seu irmão, André, que foram os escolhidos por sua família para continuar a existir e a persistir. Desse modo, a narrativa de luto também é uma narrativa de (re) existência.

**Palavras-chave:** Narrativa; violência de gênero; sobrevivência.

## PRÁTICAS DECOLONIAIS NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DOS CÍRCULOS DE MULHERES NO RECIFE

*Danielle Goberto Bastos*

**Resumo:** O presente trabalho busca compreender as práticas decoloniais do século XXI, mais especificamente as práticas dos Círculos de Mulheres, tem como objetivo principal analisar a articulação dos Círculos de Mulheres e de que maneira promovem uma nova configuração política do feminino, além de observar como operam com as interseccionalidades, identificar a participação e inclusão das mulheres não-brancas e da população LGBTQIA+, por fim, compreender quais são as práticas decoloniais realizadas dentro do movimento. Para desenvolver a pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico e de fontes, a conceituação de termos utilizados na pesquisa, análise de conteúdos das mídias digitais relacionados aos Círculos de Mulheres. Para este trabalho, o foco de análise foi o Círculo de Mulheres promovido por Liv Falcão, no canal Roda EuMulher, intitulado “Curso de Formação Ginecologia Natural e Autônoma: uma visão ancestral sobre os cuidados com o corpo feminino” realizado de forma remota, em 2020, pela plataforma Youtube. Os resultados finais indicam que as feministas que promoveram e participaram deste Roda/Círculo pertencem a diferentes posições sociais. O movimento busca a conexão com os saberes dos povos originários e ancestrais que reconectam às pessoas aos ciclos da natureza, da vida, da morte e do renascimento. É possível afirmar que o Círculo em análise promoveu um olhar decolonial numa perspectiva interseccional ao promover um fecundo debate sobre gênero e identidade sexual e a dimensão estruturante do

racismo em nossa sociedade. Observa-se um olhar empoderador para os corpos/corpas que performam o feminino e um confronto com o patriarcado e as bases que o sustentam.

**Palavras-chave:** Círculos de Mulheres; Feminismos; Sagrado Feminino.

## **MULHERES DE RUA: UMA ETNOGRAFIA DE SOBREVIVÊNCIA**

*Zuleika Câmara*

**Resumo:** Na Praça do Ferreira e ruas do centro de Fortaleza/Ce, muitas mulheres moradoras de rua lançam mão de disposições masculinas como modo de sobrevivência. Para sobreviverem tanto às intempéries quanto às práticas de violência sexual dos moradores de rua, as mulheres deslocam suas identidades e performatizam gênero incorporando atitudes, posturas, aparências e comportamentos masculinos. Nas ruas há maior vulnerabilidade para as mulheres solteiras, visto que essa condição impõe disposições que as motivam a migrarem seu gênero como estratégia de sobrevivência e a essas práticas chamou-se de masculinidades deslocadas, cujo movimento tem experiências imbricadas entre noções de sexualidade, gênero, estado civil. Constatou-se que as ruas são espaços de extrema violência para as mulheres, ninguém as respeitam e tornam-se objeto sexual de qualquer um; ainda que sejam valentes, que se armem com pau, pedras e garrafas, e que incorporem uma masculinidade exacerbada; mesmo assim sofrem violência sexual; salvo se tiverem um companheiro. Incorporar atributos masculinos é condição essencial que as livrará de tal violência daí porque tomam posições masculinas no sentido de resguardarem suas condições femininas e não sofrerem violência sexual. As análises sugerem que as experiências das ruas estão norteadas não apenas pela ideia de masculinidades e performatizações de gênero como manobras de resistências e sobrevivência, mas pelo tensionamento que articula formas diferenciadas de “higienização social”. Essa pesquisa evidenciou que as masculinidades tanto de homens quanto de mulheres de rua produzem normas, gestões, tensões, violências, territorialidades e alteridades, onde os corpos em suspensão são a última fronteira entre a vida e a morte no que se chamou de “terra de ninguém”. A etnografia apoiou-se nas referências teóricas dos autores Judith Butler, Giorgio Agamben, Primo Levi, Norbert Elias, Raewyn Connell, Michael Foucault, Durval Muniz Albuquerque Júnior, Rita Segato, Lia Machado Zanotta e José Guilherme Cantor Magnai, as quais considerou-se os conceitos de figurações de sobrevivência, gênero, masculinidades, sexualidade, violência sexual e etnografia urbana.

**Palavras-chave:** Sobrevivência; moradoras de rua; masculinidades.

## **REFLEXÕES SOBRE AS IMBRICAÇÕES ENTRE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO A PARTIR DAS INJUSTIÇAS CULTURAIS E ECONÔMICAS CONTRA AS PESSOAS TRANS NO BRASIL**

*Vitor Lages*

**Resumo:** A partir de uma revisão bibliográfica, verificou-se a escassez de estudos em língua portuguesa que relacionam as teorias do reconhecimento de Fraser (1997) e de Honneth (2003) com os estudos queer. Diante disso, este artigo discutirá alguns tópicos dessas duas

teorias críticas para apresentar suas possíveis contribuições ao entendimento das lutas de travestis, transexuais e transgêneros por reconhecimento de sua identidade de gênero, especialmente no contexto do ensino superior, contemporaneamente. E, proporá, a partir de críticas fundamentadas na descrição da realidade econômica trans brasileira, no conceito de interseccionalidade e no potencial transformativo das políticas públicas educacionais direcionadas à população marginalizada, reservas às dicotomias teóricas utilizadas por Fraser, especialmente as de lutas por reconhecimento e redistribuição, de coletividades bivalentes e não bivalentes, e de remédios afirmativos e transformativos. Essas injustiças específicas, assim como quaisquer outras, não repercutem exclusivamente em um campo cultural-simbólico ou econômico-material, mas imbrincam-se de forma interrelacionada. No caso das pessoas trans, a partir do momento em que nascituros ou bebês têm seu gênero definido por órgãos genitais e, a partir dessa definição, toda a sua vida marcada segundo estereótipos associados a ele, aqueles que se distanciam dessas performances “corretas” de gênero são estigmatizados e violentados, na família, na escola, na universidade, no mercado de trabalho. A partir da compreensão interseccional dos marcadores sociais da diferença, reforça-se a necessidade de ampliação do conceito de ‘coletividades bivalentes’, de Fraser, para todos os grupos vulnerabilizados pelos marcadores sociais da diferença, já que as subjetividades, corpos e identidades são múltiplos, com injustiças econômicas e culturais incidindo de forma concomitante, marginalizando especialmente mulheres e negros/as, e, mais gravemente ainda, quando ‘ousam’ ser travestis ou transexuais. Os resultados profícuos encontrados diante da exposição proposta neste artigo sugerem a fertilidade do aprofundamento das críticas construídas às duas teorias a partir de estudos queer e da empiria proposta.

**Palavras-chave:** Cisheteronormatividade; transfobia; transformação social

## **FALAR OU CALLAR? REALIDADES DE MULHERES SOBREVIVENTES FRENTE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. BRASIL E URUGUAI (2002-2019)**

*Camila Rodrigues da Silva*

**Resumo:** A pesquisa buscou analisar como as mulheres que vivenciaram um ciclo de violência doméstica e de gênero se articulavam para superarem a situação de violência doméstica em que estavam inseridas. Tendo como base de análise as Leis de Violência Doméstica instauradas no Uruguai (2002) e a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha instituída no Brasil; a pesquisa buscou identificar possíveis mudanças, permanências ou conflitos vividos por mulheres urbanas em seus cotidianos. A ideia em privilegiar como registros empíricos as cidades de São Paulo e de Montevidéu deveu-se ao fato de que nestas cidades as transformações e as mudanças provocadas pelo movimento feminista as quais desenharam e imprimiram outras configurações ao cotidiano, produziram novos modos de vida para algumas mulheres, além de possibilidades no enfrentamento da violência doméstica. A violência doméstica como um fenômeno complexo e transnacional sai dos porões e dos bastidores da vida doméstica e reverbera nos espaços públicos ganhando a cena dos debates políticos. Os avanços e os recuos quanto à conquista de direitos das mulheres são insuficientes se observarmos a natureza nas letras das leis que acabam amenizando o que de fato é grave e que por efeito produz feminicídio. Como metodologia utilizou-se a História de Vida na qual possibilitou uma escuta ativa dos relatos das interlocutoras as quais narram as experiências e as existências por meio do tempo vivido com a mediação da pesquisadora.

Os dados possibilitaram criar o que se chamou de Tríade da Violência Doméstica: mulheres sobreviventes àquelas que superaram o ciclo de violência doméstica; delegacias/instituições jurídicas e sociais, as mulheres sobreviventes dispõem de espaços institucionais para fazerem denúncias e serem ouvidas, entretanto tais espaços não oferecem uma escuta acolhedora, há um acolhimento precário por parte de alguns agentes jurídicos e policiais que acarreta a falta de credibilidade quanto ao seu testemunho no qual suas falas não têm legitimidade; novos ativismos ganham centralidade no contexto da América Latina, cuja participação das mulheres nesses ativismos incita liberdade e autonomia nos quais as mulheres sobreviventes encontraram abrigo e apoio do qual necessitavam, a essa condição de engajamento ao ativismo político se chamou de além-sobrevivência. A pesquisa busca contribuir com um olhar minucioso sobre as discussões do debate sobre quais impactos das leis de combate à violência doméstica incide na vida das mulheres. Fornece também um quadro da violência doméstica e de gênero evidenciando o dilema de muitas mulheres: falar ou calar ante a situação de violência doméstica.

**Palavras-chave:** Mulheres Sobreviventes; Violência Doméstica e de Gênero; Novos Ativismos.

## **DOR NA PERFORMANCE FEMINISTA CONTEMPORÂNEA (1973-2017)**

*Mariana Utunomiya Artusi*

**Resumo:** A partir da análise de uma série de performances de artistas contemporâneas no continente americano, o trabalho discorre sobre as narrativas de dor e/ou de erotismo na composição do discurso artístico, refletindo sobre as formas como estes elementos se manifestam e analisar as críticas culturais, sentidos e conexões com o imaginário e a cultura visual nesta composição. Organizada em três eixos de estudo, a pesquisa busca compreender como os elementos de dor e/ou erotismo são encontrados nos trabalhos - se são parte ou atribuídos ao próprio corpo feminino, atuante como objeto artístico, ou se estão dispostos de outra forma - e qual seus significados na composição das linguagens estéticas das performances. Para tais articulações, utilizamos os pressupostos teóricos metodológicos da história cultural - as noções de sexualidade e corpo de autores como Michel Foucault, Thomas Laqueur, Georges Bataille, etc. -, bem como a teoria crítica feminista, formando um debate teórico-metodológico que alicerça as questões norteadoras. Nesta comunicação, serão apresentados os resultados obtidos durante o primeiro semestre de trabalho, referentes ao primeiro eixo de estudo. Debruçamo-nos sobre autoras feministas - como Heleieth Saffioti, Rita Segato, María Lugones, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez - que possibilitaram traçarmos um caminho de análise da inscrição da dor nas obras *Untitled, Rape Scene (1973)*, da cubana Ana Mendieta; *Perra (2005)*, da guatemalteca Regina José Galindo; e *Vem...pra ser infeliz (2017)*, da brasileira Priscila Rezende. Assim, traremos em debate diferentes narrativas da dor que denunciam diferentes modelos de violências. Cabe a esta investigação, então, mergulhar na capacidade expressiva da arte enquanto provedora de reflexões, a fim de colaborar na compreensão da arte contemporânea, sobretudo no que tange à perspectiva crítica feminista, e na difusão dos conhecimentos das experiências performativas, para que a arte em sua potência poética/cognitiva sempre se renove em seus (não) limites e possa cada vez mais se aproximar de espaços coletivos e para públicos cada vez mais diversos.

**Palavras-chave:** performance; dor; feminismos

## ENTRE TROIANAS E PERSAS: AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA TEMÁTICA GUERRA NAS TRAGÉDIAS GREGAS

*Thalis Figueiredo Sartorio*

*Juliana Avila Pereira*

**Resumo:** As tragédias aqui elegidas para estudo são “Os Persas”(472 a.C.) de Ésquilo e “As Troianas”(415 a.C) de Eurípedes, que distanciadas temporalmente, podem-se articular “representações sobre a guerra”, “visões sobre o feminino e o masculino”, como também o “contexto sócio-político de Atenas”. Estudos a respeito das duas tragédias destacadas são escassos em plano nacional, e especificamente “Os Persas”, não encontrou-se análise de gênero aplicada. Sendo assim, partindo que ambas tragédias abordam a temática da guerra — em “Os Persas”, o tragediógrafo utiliza-se do fato histórico que foi a Guerra Medo-Pérsica, que teve seu término anos antes da encenação, e “As Troianas”, que por sua vez foi encenada durante a Guerra do Peloponeso —, como também utilizam-se de personagens, em sua maioria masculinos n’Os Persas e femininos em As Troianas, e portanto, configuram-se distintas visões acerca da temática guerra. Enquanto n’Os Persas há a exaltação da vitória do exército ateniense contra os persas, em paralelo a isso, há a exaltação também de um apelo para união entre as cidades gregas, um “pan-helenismo”, e n’As Troianas, o pesar da derrota é escrachado/exposto por meio da personagem principal, a Hécuba, monarca de Tróia, que senta-se as portas de Tróia quando Tróia é saqueada e rui, e o contexto político de Troianas, no qual já se encontra a fragmentação da hegemonia de Atenas, no plano cultural também, além do político. A partir dos elementos cruciais que incorporam a tragédia grega como parte da formação cívica ateniense, e frente a vê-se uma constituição generificada na sociedade grega, é de grande valor incorporar-se a análise de gênero a pesquisa sobre a antiguidade, e o presente trabalho fazer-se-à uso. E acrescenta-se que os estudo de gênero, são essenciais, neste ponto pensando-se seu valor social, dado a realidade brasileira no hodierno, a grande violência que acomete-se a mulher, principalmente pelo homem.

**Palavras-chave:** Gênero; Tragédia; Guerra.

# ST 03: RASGANDO A COLÔNIA, COSTURANDO BRASIS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Dnda. Janaina Guimarães (UPE)

Dnda. Katharine Trajano (UFSC)

O presente Simpósio busca reunir trabalhos que lancem luz sobre temáticas ainda periféricas promovendo deslocamentos em prol de uma historiografia pluralista do Brasil. Nesse sentido, nos interessa debater como o colonialismo ainda impacta a disciplina história e sua constituição, desde a escrita e o campo da educação, até as experiências de pessoas dissidentes de gênero/sexo, assim como não-brancas. Os embates epistêmicos sobre decolonialidade diante do ‘sistema-mundo moderno/colonial de gênero’ emergem da compreensão de que os saberes múltiplos estiveram continuamente em ação/reação, ainda que nas margens desse sistema. E, nas suas proposições, diversos pontos dessa costura tomou por séculos o racismo e a heteronormatividade como organizadores estruturantes das hierarquias sociais e desigualdades. Aqui, são as pessoas que não protagonizaram a história oficial que nos interessam - nos propomos a dialogar sobre experiências de ser e narrar que se diferenciem/rompam com o que nos foi historicamente imposto, ensinado e cobrado socialmente. O atual estado desses embates é o que pretendemos abarcar nesse simpósio, compreendendo que as relações entre gênero, raça e sexualidade foram fundamentais para o controle, violência e dizimação de pessoas não apenas durante a colonização, mas ontem e hoje - ou seja, na colonialidade.

## Referências

BACCHETTA, Paola; MAIRA, Sunaina; WINANT, Howard (Ed.). *Global raciality: Empire, postcoloniality, decoloniality*. Routledge, 2018.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. “Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020.

CAMPOS LEAL, abigail. *ex/orbitâncias - os caminhos da deserção de gênero*. São Paulo: GLAC Edições, 2021.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014.

TOLENTINO, Marcos; FRACCAROLI, Yuri. “Eu quero sair, eu quero curtir, eu quero ser eu”: memórias de velhos e velhas dissidentes. *História Oral*, v. 24, n. 1, p. 29-64, 2021.

## ROMPENDO SILENCIAMENTOS, TRAÇANDO RESISTÊNCIAS: MULHERES NEGRAS E FORMAÇÃO DOCENTE

*Janaina Guimarães (UPE - Universidade de Pernambuco)*

**Resumo:** Partindo de um cruzamento entre os estudos decoloniais ligados ao grupo Colonialidade/Modernidade e aqueles elaborados pelos pensadores ligados ao Movimento Negro, este artigo tem como objetivo analisar a formação das identidades docentes de professoras negras de História do Ensino Fundamental, anos finais, da Zona da Mata pernambucana. Para tanto, procuro traçar uma discussão teórica na fronteira entre a Educação e o ensino de História, pontuando o lugar ocupado pela identidade na produção de teóricos da formação docente, assim como os silenciamentos que compõem o fazer-História. Primeiramente farei uma breve discussão sobre a formação docente dos professores e das professoras de História. Para a melhor compreensão desse processo, tecerei algumas críticas à Base Nacional Comum Curricular para os anos finais do Ensino Fundamental, em especial no que tange à ausência das mulheres negras em seu texto como perpetuidade de um silenciamento presente durante muito tempo na historiografia acadêmica. Os movimentos de mulheres negras, os feminismos negros e latino-americanos foram divisores de águas para o reconhecimento da importância dessas nossas outras narrativas e para a busca de fontes e epistemologias que permitiram a construção de histórias diversas sobre mulheres negras no Brasil, algumas das quais serão aqui pontuadas. Muitas são as historiadoras e professoras negras que poderiam ter suas pesquisas aqui descritas, pesquisas de reconhecida qualidade e elaboradas a partir de perspectivas epistemológicas diversas. Aqui, destaco algumas, como as publicações de Valéria Gomes Costa (2019), Emília Vasconcelos dos Santos (2019), Maria Cláudia Cardoso Ferreira (2014) e Ana Maria Veiga (2020).

**Palavras-chave:** mulheres negras; ensino de história; formação docente.

## GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE HISTÓRIA NA URCA (2005-2022)

*Teófilo Primo*

**Resumo:** Esse projeto de pesquisa tem como objetivo problematizar as propostas pedagógicas curriculares do curso de História da Universidade Regional do Cariri - URCA, tendo como eixo a investigação de uma ausência/presença nos PPCs de discussões e produções de saberes relacionados a gênero, raça e sexualidade na formação de professores e professoras de História entre os anos de 2005 a 2022. A fim de compreender como esses temas vem se inserindo no ensino de história optamos por utilizar os documentos das propostas curriculares instituídos dos anos de 2005 a 2022. Em outro momento será proposto um questionário com questões que envolve os objetivos da pesquisa e por fim história oral, entrevistando professores e professoras que fizeram parte de tais reformulações. A metodologia é a abordagem qualitativa, sendo um estudo de caso. Para o exame do material coletado utilizaremos a Análise de Discurso Crítica (ADC), que se baseia em uma percepção da linguagem como parte inseparável da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais, utilizando-se como referencial teórico os principais autores e autoras latino-americanas/os e brasileiras/os da área. Neste sentido, a pesquisa contribui para a reflexão em torno do currículo enquanto principal

instrumento de formação na licenciatura em História. Desse modo, torna-se pertinente no âmbito historiográfico tendo em vista sua relevância no debate acerca da formação/profissionalização dos/das docentes, bem como nos âmbitos cultural, científico e político.

**Palavras-chave:** Currículo; Gênero; Raça.

## A HISTÓRIA É MEU KASTELO

*Katharine N. Trajano Santos*

**Resumo:** O Banzo, historicamente, foi um termo utilizado para designar a melancolia, as angústias e o sofrimento psicossocial de pessoas negras sequestradas e traficadas pelo regime colonial europeu no que hoje conhecemos como Brasil. Quiçá, é também uma experiência compartilhada na história escravocrata global. Cada vez mais, a diáspora e o atlântico negro são revisitados, estudados, analisados. Os rastros do colonialismo formam chagas profundas no que entendemos sobre história, relações de poder, resistências e profusão de conhecimentos aqui. Sobretudo, delineiam cartografias excludentes, racistas, sexistas e de políticas de morte - uma delas sendo a sua faceta historicida; mas, as reinvenções e os processos de cicatrização da ferida colonial também nos chegam. Neste trabalho, ainda em suas linhas iniciais, busco costurar alguns pontos sobre este, entendendo o Banzo como um Castelo que se ergue no desvelar anticolonial. O kastelo, como fabrico enquanto ferramenta onto-epistemológica, se interliga aos escritos de Jota Mombaça (2021), abigail Campos Leal (2021; 2020), Marcos da Silva e Silva (2018), viviane v. (2014), Ana Maria Veiga (2022), e às músicas dos Racionais MC's (2002), Vandal (2022) e Irmãs de Pau (2021). Através de saberes atravessados pelas dissidências sexo/gênero, sob minhas lentes “escuirecidas” e em “situação de margem”, debato como nossas existências e corpos manifestam de forma singular - e, por isso, também plural - assimilações ou hackeamentos materiais, estéticos, sonoros e subjetivos das pretensas regulações coloniais e o seu terrorismo na contemporaneidade capitalista brasileira. No devir-kastelo se produz e confabulam ideias diante das consequências coloniais, abrigando-se no processo metodológico enquanto estado de fabricação criativa, raivosa, necessária para o exercício que antecede as escritas historiográficas.

**Palavras-chave:** História; Decolonialidade; Kastelo.

## “TIRANDO NOSSAS CAPAS DE INVISIBILIDADE”: CORPOS EM ALIANÇA SE PRODUZEM E SE COLOCAM NA ENCRUZILHADA CONSTRUINDO O PRIMEIRO COLETIVO DE RAP LGBTQIA+ DA DIÁSPORA NEGRA

*Talita Fernandes Araujo (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)*

**Resumo:** A presente pesquisa pretende analisar o acontecimento que foi a publicação da primeira cypher de rap LGBTQIA + “Quebrada Queer” no canal Rapbox no youtube, e que os textos de suas poesias enunciaram como discursos. Analisaremos o “acontecimento” que foi a cypher “Quebrada Queer”, sendo ela o primeiro lançamento do grupo no cenário do rap . Logo buscaremos entender o que se produziu quando esses corpos se aliançaram, e se colocaram em cena com outras narrativas e produzindo outras potencialidades de existência. Nesse sentido se fazem não na margem, mas nas encruzadas, articulando, com suas possibilidades,

com as denúncias dos racismo cotidianos e um machismo na cena do rap, e do mundo atual. Habitando esses corpos na diáspora negra e sendo ela um espaço produzido na encruzilhada, pois é um espaço inventado por esses corpos diaspóricos, não tendo um território específico, mas a partir dos atravessamentos dos sujeitos esse espaço se faz. Os mesmo se encontravam na encruzilhada diáspora negra no atlântico produzindo sua subjetividade em devir, um devir bicha preta. Portanto descUlunizando o espaço de aparecimento, sendo cada vez mais viados, esses bichas pretas em Devir, estão construindo a subjetividade da diáspora. Assim rompendo com a normatividade do espaço construindo outras narrativas a partir de seus corpos. É colocado em evidência na pesquisa como a perspectiva da história global vem de encontro, a uma escrita dissidente, afrodiaspórica. Uma vez que a História Global surge de uma demanda mundial por um descentramento das narrativas eurocêntricas, nasce com esse descentramento uma demanda por novas epistemologias. Logo, a localização de uma posição contra hegemônica da história global pode ser uma possibilidade metodológica para construir uma historiografia sobre corpos dissidentes. Portanto rompendo com a heteronormatividade esses corpos em aliança se colocam na cena do aparecimento, a fim de reconfigurar o sentido do espaço do rap e da diáspora negra, produzindo outras narrativas.

**Palavras-chave:** Diáspora Negra, Subjetividade, História Global.

### **“CORPAS DAQUI: PARA ENFRENTAR O AMARGOR” RELATOS SOBRE A 1ª EXPOSIÇÃO COLETIVA DE ARTE DISSIDENTE EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

*Tainá Maívys da Silva Santiago*

**Resumo:** Nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2022, ocorreu na cidade de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata Sul no interior de Pernambuco, a 1ª Exposição coletiva de arte dissidente no Clube do Leão, região central da cidade. Nessa Exposição, com curadoria e mentoria de Tiago Lima, sete corpos se encontraram com diferentes proposições: Kell Soares, AJ, Sil3, Lane Burnet, Welane Lima, Sammia Gonçalves e eu, Tainá Maívys. No presente trabalho busco transgredir os modelos oficiais da narrativa histórica construindo em primeira pessoa um texto que não se pretende apenas biográfico, mas, principalmente, analítico. A narrativa se debruça sobre o processo de montagem da exposição: desde o meu processo de inscrição e atravessando os encontros que antecederam a construção da exposição em si. Nesse passeio entreolho os aspectos de colonialidade nos estranhamentos de gênero e outras diferenças presentes nesses corpos que se empenham à montagem, questiono o ato de expor e as contradições emergentes que não são tratadas pelos manuais das teorias oficiais da arte. Amarro também outros pensamentos destoantes da lógica que me ocorreram nesse processo de criatividade. Além disso, busco destacar o aspecto territorial, local, geográfico. Como cenário e paisagem, e, como participante de elementos cruciais para a composição do dissidente. Para enlaçar esta empreitada historiográfica evoco também as outras vozes que compuseram esse momento histórico, e trago para a pesquisa a transcrição de diálogos meus com as/es outras/es artistas/es no tempo atual, mas lembrando sensações, críticas, e percepções de esperança para o futuro. Componho como base a Teoria Crítica de Gloria Anzaldúa, Audre Lorde e Cheryl Clarke – leituras que estiveram comigo durante a feitura dos meus desenhos que foram expostos nesse evento através da série “Eu, Vagênica” – e agora retornam para dialogarmos sobre tudo isso.

**Palavras-chave:** Narrativa histórica; Arte dissidente; Teoria Crítica.

## O MEMORIAL SEVERINA PARAÍSO DA SILVA: UM ESPAÇO DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA

*Rosely Bezerra da Silva*

**Resumo:** As narrativas sobre o Memorial Severina Paraíso da Silva, remetem ao ano de 1993, quando o terreiro Ilê Axé Oyá Meguê, popularmente conhecido como Terreiro Xambá do Portão do Gelo, perde a sua principal referência da comunidade religiosa. À vista disso, alguns meses após o falecimento de Mãe Biu (Ialorixá do terreiro), seu filho Adeildo Paraíso da Silva que é o atual sucessor da casa Xambá, convidou seus filhos de santo Antônio Albino, que na época era estudante universitário, Hildo Leal e João Monteiro, para que engendrassem um projeto para o Memorial. No que corresponde a estrutura do museu, está fixado atrás da casa principal do terreiro, em um primeiro andar, que antes funcionava como residência e que ficou comumente chamado de mexidinho. Nesse sentido, o espaço do memorial assume uma função tripla: é um museu, é um acervo da memória material do terreiro, com documentações e fotografias e um espaço destinado a leitura, através de uma biblioteca, que é voltada a temática afro-brasileira. Através do memorial, o grupo religioso tenciona recontar a partir de fotografias e objetos a trajetória histórica do povo de santo da nação Xambá, bem como enfatizar o papel importantíssimo de Mãe Biu para a comunidade. A princípio, o memorial foi inaugurado em sua homenagem, mas este feito conseguiu perpassar no sentido de dar maior visibilidade a casa e a resistência do culto Xambá em Pernambuco. Nessa lógica, a jornalista e filha de santo, Marileide Alves, destaca a importância do Memorial para o terreiro Xambá, no sentido de possibilitar que outras pessoas tenham acesso a trajetória de grupos que são esquecidos, ou por vezes excluídos na escrita da história.

**Palavras-chave:** Memorial Severina Paraíso da Silva; Terreiro Xambá; Mãe Biu.

## LITERATURA FEITA POR MULHERES NOS CADERNOS NEGROS: A ESCRITA DO COTIDIANO COMO POLÍTICA

*Maria Clara Cavalcanti (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** Os Cadernos Negros surgiram na década de 1970, período de intensa movimentação política, onde efervesciam organizações do movimento negro que denunciavam o mito da democracia racial e combatiam a discriminação do povo negro. Se nos primeiros anos de publicação, eram poucas as autoras, a participação feminina cresceu significativamente com o passar do tempo. Conceição Evaristo, Eliane Alves Cruz, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Miriam Alves, Sônia Fátima da Conceição são apenas algumas das mulheres que povoaram a autoria dos Cadernos Negros nestes mais de 50 anos. Apesar de serem diversas as temáticas e os estilos narrativos entre elas - e claro, considerando a originalidade de cada uma -, é possível aferir que os corpos e existências das mulheres negras foram assunto comum nestas narrativas. Esta comunicação espera analisar historicamente a escrita feminina nos Cadernos Negros, pensando a amplitude de sua temática, especialmente interessado nos discursos sobre gênero, raça, história, sexualidade, família etc., que atravessam essa literatura. Essa análise busca não apenas historicizar essa produção negrofeminina/feminista, como também pensar as contribuições intelectuais destas escritoras na construção de narrativas que são também históricas, epistemológicas e, sobretudo, políticas. Parte, portanto, do diálogo entre história e literatura e das perspectivas dos femininos negros e decoloniais, inspirado em autoras como

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Esmeralda Ribeiro, Conceição Evaristo, Miriam Alves, dentre outras -, para pensar como a escrita sobre o cotidiano - em diálogo por vezes com a literatura fantástica, trágica, irônica etc. -, elaboram um espaço de exercício e manifestação política potente.

**Palavras-chave:** Gênero; Literatura. Raça; Cotidiano.

## **GÊNERO E SEXUALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULHER NAS ORDENAÇÕES DE PORTUGAL (SÉC. XV-XVIII)**

*Layane de Oliveira Carvalho*

*(UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão)*

**Resumo:** O presente trabalho trata de um recorte de uma pesquisa de iniciação científica e tem como objetivo analisar e discutir a presença da mulher no âmbito da sexualidade nos códigos das leis régias do antigo Reino de Portugal, sendo aqui abordadas as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Os referidos conjuntos de leis revelam como se concebia e tratava o exercício da sexualidade, a vida íntima e privada cotidiana, interessando para esse trabalho a abordagem sobre a mulher. Na mais antiga das Ordenações portuguesas, as Ordenações Afonsinas, a mulher é citada nas titulações em que a infração é cometida pelo homem: a mulher que é forçada (onde se interpreta o abuso), o homem que se envolve com mulher virgem, casada, viúva, ou sua parente, que casa com duas mulheres e comete adultério, entre outros casos. A mulher é a agente da prática apenas em se tratando da mulher que descobre em adultério. Promulgadas a partir desta, as Ordenações Manuelinas e Filipinas apresentam alterações significativas, ao notar-se que as Ordenações Manuelinas mencionam não só o homem que se casa com duas mulheres, mas também a mulher que se casa com dois maridos, bem como a prática da sexualidade feminina por tanto negligenciada na sociedade que tem sua moral enraizada na ótica cristã: a inclusão das mulheres na prática de sodomia. Seguindo a anterior, as Ordenações Filipinas acrescentam ao Título sobre sodomia, os atos chamados de “molícies” praticados por homens e mulheres com o seu mesmo sexo. A partir dessa perspectiva, o trabalho aborda questões ligadas a gênero e sexualidade dentro da legislação portuguesa, utilizando as documentações dos livros das Ordenações. Estudar as interpretações e penalidades destinadas aos comportamentos e práticas sexuais, trata do lugar social de homens e mulheres, do conhecimento sexual que tinham e como eram entendidos, trazendo, nesse contexto, pesquisas sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. Para pesquisas em Brasil, o tema ganha relevância para entender a estrutura social brasileira e suas relações sociais, com raízes na colonização portuguesa.

**Palavras-chave:** Gênero e Sexualidade; Sexualidade feminina; Gênero e História.

## ST 04: GÊNEROS, PODERES E SEXUALIDADES NAS TRAMAS DA HISTÓRIA



Dnda. Maria Aparecida P. Sanches (UEFS/DCHF)

Dnda. Artur Vitor de Araújo Santana (Unicamp)

Dnda. Adriana Albert Dias (UFBA)

Este simpósio temático focaliza pesquisas na área de história das mulheres e das relações de gênero em suas múltiplas interseccionalidades de raça, etnia, classe social, cor, status, geração, sexualidade e outras. Busca-se, pois, reunir pesquisas empíricas que possam revelar, nas diferentes temporalidades e por meio de documentação variada, algumas práticas e representações de feminilidades no passado e no presente, assim como novas possíveis interpretações que se voltam para as próprias masculinidades, estas excluídas dos campos históricos em benefício da figura ficcional do “Homem” sujeito universal. De tal sorte que trabalhos sobre: gênero e relações raciais, gênero e política, gênero e instituições, família e relações de parentesco, relações amorosas, namoro e conjugalidades, homossexualidades e heterossexualidades, transgeneridades e cisgeneridades, corpo, gênero e relações de trabalho, gênero e escravidão, gênero e pós-abolição, gênero e ditadura, gênero e literatura, gênero e memória, gênero, saúde e doença, etc. serão bem acolhidos nesta proposta. Ademais, pretende-se também propiciar o debate historiográfico sobre as bases sudestinas das pesquisas sobre gênero e história das mulheres, tal como tem sido realizada em nosso país, chamando atenção para a invisibilidade da produção desenvolvida nas universidades nortistas e nordestinas. A produção historiográfica Brasileira das últimas décadas tem articulado o conceito de Gênero a uma significativa gama de temas e discussões históricas, entre eles: Escravidão e Pós-Abolição (incluindo a dimensão da mudança nas categorias de cor e seus significados), Ditaduras, Relações de trabalho, Família e parentesco, Sexualidades dissidentes, etc. Embora seja necessário pontuar a centralidade das produções no eixo sul e sudeste do país, sendo, pois, também necessário o reconhecimento e a visibilidade da produção do Norte e Nordeste. Isso se alinha diretamente no entendimento do conceito de gênero como capaz de evidenciar os diversos marcadores sociais da diferença nas quais estão inseridos os homens e as mulheres, ou seja, diferenças étnicas, raciais, de classe social, geracional, sexuais, incluindo-se também as diferenças regionais que se constroem como naturais e universais. Assim sendo, esse simpósio temático visa congregiar trabalhos que articulem a categoria gênero em suas múltiplas articulações conceituais em variadas temporalidades históricas, tomando também Norte e Nordeste como recorte espacial de suas abordagens. Ademais, pretende-se agregar os pesquisadores e as pesquisadoras dessas regiões com o objetivo de formar uma rede intelectual sobre História das Mulheres, Relações de Gênero, Feminismos e Masculinidades, onde se possa partilhar discussões, fontes e tecer alianças institucionais e políticas.

## Referências

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé. Questões de vida e de Morte na Bahia Republicana: valores e Comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1997.

BESSE, Susan K., Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914/1940. São Paulo: Editora USP, 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade; trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIDDENS, Anthony. A transformação da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

FRY, Peter. Persistência da Raça: Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Riode Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, Vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Ed 34, 1999.

VIEIRA, Claudia Andrade. Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia. Tese Doutorado (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – PPGNEIM. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. As razões do Coração: Namoro, Escolhas Conjugais, Relações Raciais e Sexo-afetivas em Salvador 1889/1950. Tese de Doutorado, Niterói: 2010.

SANTANA, Artur V. A. “Homens verticais ao sol”: A construção do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

## ALGUMAS NOTAS SOBRE MASCULINIDADES, GÊNERO E OUTRAS FORMAS DE PODER NA BAHIA (SÉCULO XX)

*Alessandro Cerqueira Bastos*

**Resumo:** Esta comunicação reflete, de maneira provisória e sintética, sobre alguns aspectos de raça, gênero, classe e cultura na constituição das masculinidades de homens trabalhadores de Feira de Santana, Bahia, no século XX. Para tanto, lanço mão de alguns exemplos que emergem da documentação jurídica, na qual são avaliados os conflitos interpessoais entre homens/homens e homens/mulheres nos mundos socioculturais das áreas periféricas desta cidade.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Gênero; Classe.

## MASCULINIDADES HEGEMÓNICAS DURANTE LA DICTADURA STRONISTA

*Jazmin Duarte Sckell (Universität zu Köln)*

**Resumo:** La dictadura stronista paraguaya fue la dictadura cívico militar de más larga duración en América Latina (1954-1989) en el periodo de la guerra fría. El poder estuvo sostenido en Alfredo Stroessner como articulador de los espacios del gobierno, el partido colorado y las fuerzas armadas. Los espacios de poder estaban casi exclusivamente ocupados por hombres. Además de la violencia aplicada por la dictadura, parte de su larga duración fue la creación de legitimidad entre la población a partir de narrativas sobre democracia y nacionalismo. En estas narrativas, la masculinidad tenía un lugar de gran relevancia, especialmente en la propaganda del régimen concentrada en el culto a la figura del dictador. Esta ponencia analiza las diferentes masculinidades presentes en las narrativas políticas de la época, explorando su hegemonía contextual, a partir del concepto de masculinidad hegemónica de Connell (1995) y las críticas realizadas desde la historia por Tosh (2004) y Griffin (2018). El trabajo suscribe a la concepción de los modelos hegemónicos de masculinidad como específicos y validos en contextos concretos, como modelos ideales más que reales, ya que ningún hombre consigue alcanzar los modelos ideales en su totalidad. Aunque no se realiza comparaciones con otros periodos históricos, el trabajo permite encontrar pistas acerca de construcciones de masculinidad en Paraguay presentes en otras épocas, y que pueden ser exploradas en otros trabajos. También permite demostrar como las narrativas de género en la política son muchas veces transversales inclusive en diferentes grupos de hombres, poniendo de relieve las construcciones comunes desde donde se construye el ejercicio del poder legítimo.

**Palavras-chave:** paraguay, masculinidad, stronismo, masculinidad hegemónica, narrativas.

## MASCULINIDADES NEGRAS POSSÍVEIS E O MUNDO DO TRABALHO NA BAHIA DO INICIO DO SÉCULO XX

*Cida Sanches (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana)*

**Resumo:** A produção historiográfica Brasileira e Baiana das últimas décadas tem articulado o conceito de Gênero a uma significativa gama de temas e discussões históricas: Gênero e

Identities, Gênero, Escravidão e Pós-Abolição (incluindo a dimensão da mudança nas categorias de cor e seus significados), Gênero e Racismo, Gênero e Família, Gênero e Cidades, Gênero e Sexualidade, Gênero e Cotidiano, Gênero e Honra, Gênero e o Mundo do Trabalho. O ponto chave dessa proposta de comunicação está justamente no entendimento do conceito de Gênero como capaz de evidenciar mediante interações dinâmicas que nos permitam melhor refletir sobre sexo/gênero, raça/etnicidade, classe social, masculinidades e o mundo do trabalho. Especificamente para esse proposta buscamos refletir sobre as relações imbricadas entre as construções em torno das masculinidades negras no início do século XX e os processos de posituação do mundo do trabalho que passam de forma simbiótica a expressar comportamentos masculinos de forma positiva e negativa a partir da ligação destes as normas estabelecida pelo trabalho. Assim ao falar de masculinidades e trabalho estaremos a um só tempo falando sobre normas, condutas, padrões, comportamentos (positivos ou negativos) que costumamos identificar como masculino. Pensar gênero, masculinidades e trabalho nos dá a possibilidade de perceber os condicionamentos históricos da construção de masculinidades cotidianamente recitados e dramaticamente encenados. Estamos entendendo também as masculinidades como construções indenitárias precária que carecem de reforço e estarão sempre em processo de transformação. Neste trabalho a masculinidade será entendida como um sistema de representações coletivas e culturais e historicamente localizáveis, um ambiente de homens para homens. As masculinidades portanto, serão pensado como uma construção social e política que reflete hierarquias de poder quer esteja associada as hierarquias entre homem e mulheres quer estejam elas associados aos homens.

**Palavras-chave:** Masculinidades, Trabalho, Relações Raciais.

## **ENTRE RASCUNHOS E BRASIS: A CONSTRUÇÃO AUTORAL NO ENSAIO FIDALGOS E VAQUEIROS (1989) DE EURICO ALVES BOAVENTURA**

*Artur Santana*

**Resumo:** Nessa comunicação tem-se como objetivo analisar o processo da construção da autoria de Eurico Alves Boaventura no ensaio Fidalgos e vaqueiros. Para isso, se dialoga com autores como de Michel de Foucault (2009), Norma Telles (1992), João Adolfo Hansen (1992; 2008) e Roger Chartier (2012). Busca-se investigar os elementos que configuram a escrita do ensaísta baiano, em especial as características que compõe sua autoria, como a relação entre a memória pessoal com a História do Brasil que Eurico Alves se propõe a escrever, centrada no interior da Bahia. Boaventura atrela essa escrita de si e de sua família com o passado político de Feira de Santana e da zona do pastoreio como um todo, a partir dos laços consanguíneos entre os grandes fazendeiros que atuavam fervorosamente nas decisões estratégicas que moldaram a economia da região das Itapororocas. O escritor, dessa forma, relaciona questões de sua trajetória pessoal a questões do cotidiano da urbe feirense (OLIVEIRA, 2016), tendo como foco refletir sobre a cultura do sertão, que por consequência deu origem ao Brasil. A partir dos estudos das masculinidades pretende-se, nesse trabalho, observar os elementos que são inerentes a construção do homem sertanejo, em especial o vaqueiro, que são as identidades que o autor se identifica no decorrer do texto, narrado em primeira pessoa. No campo das masculinidades discute-se a partir de Albuquerque Júnior (2013), Badinter (1993), Bento (2015), Butler (2016) e Santana (2020). A partir da relação entre a autoria e as

masculinidades observa-se os elementos presentes na construção de Fidalgos e vaqueiros e busca-se reconhecer a importância de Boaventura para a história literária.

**Palavras-chave:** Eurico Alves Boaventura; autoria; masculinidades.

## **A “INVERSÃO SEXUAL FEMININA” E A HISTÓRIA DE AMOR ENTRE DUAS MULHERES, SALVADOR, 1931-1934**

*Adriana Albert*

**Resumo:** Esta comunicação destina-se a analisar como fonte histórica a obra intitulada “A inversão sexual feminina”, publicada em 1934, e escrita pelo médico Estácio Luiz Valente de Lima. Um dos objetivos é refletir sobre o processo de construção das masculinidades e feminilidades através de representações médicas sobre mulheres que transgrediam a ordem de gênero e o campo da sexualidade heteronormativa. Busca-se com isso identificar alguns ideais normativos de gênero representações da época e entender como estes discursos informavam representações e experiências dos agentes históricos. A ideia é analisar, especialmente, o caso de Vivi que foi pesquisado por Estácio Lima, professor de medicina legal da Faculdade de medicina da Bahia. Parte da trajetória desta jovem parece ter começado a se tornar conhecida no ano de 1931 quando a imprensa baiana publicou “A nova sensacional: mulher homem!” O termo mulher-homem era usado para denominar mulheres que se vestiam de homem e/ou se relacionavam afetivamente e sexualmente com outra mulher. O tema não é fácil de ser abordado devido à raridade de fontes históricas sobre o que era denominado de “inversão sexual feminina” na Bahia Republicana da década de 1930. Todavia, a pouca documentação não significa que o fenômeno fosse recente. Jocélio Telles demonstrou que desde a Bahia Oitocentista havia pessoas que transgrediam às normas e padrões de vestuário para cada um dos sexos e também no campo da sexualidade. Esta era a história de Vivi, considerada um caso “típico de inversão sexual feminina”, aos 20 anos de idade, ela se vestia com trajes masculinos e morava numa casa na rua da Oração com Amelinha com quem tinha uma relação amorosa. A partir de sua trajetória será possível também demonstrar que elementos associados às masculinidades podiam ser compartilhados por algumas mulheres, dentre elas aquelas que eram vistas como “invertidas”.

**Palavras-chave:** feminilidades transgressoras; inversão sexual feminina; violência.

## **“EM TUAS MÃOS AQUECEREI AS MINHAS PARA ENFRENTAR O RIGOR DOS TEMPOS”: PERCEPÇÕES DE HOMENS MILITANTES SOBRE SEUS RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS**

*Luísa Dornelles Briggmann*

**Resumo:** Este trabalho aborda, sob a ótica dos estudos de gênero e da história das emoções, a presença do amor nas memórias dos militantes homens e heterossexuais que resistiram à ditadura brasileira. Fazendo uso de livros de memórias, coletâneas e entrevistas problematiza-se qual o espaço dedicado aos relacionamentos afetivos em suas narrativas. São fontes,

produzidas em temporalidades, com maneiras e finalidades diferentes, que possibilitam uma gama diversa de recordações sobre as relações amorosas vivenciadas e trazidas por estes homens. Mas que, em sua maioria, acabam por priorizar suas vivências públicas, suas próprias militâncias e envolvimento políticos em prol de suas recordações mais íntimas e familiares. Percebe-se que a masculinidade militante, o tempo dedicado à causa revolucionária, a clandestinidade e a prisão constituíram relacionamentos repletos de particularidades e especificidades, inundados em vivências próprias de seu contexto histórico. A ditadura e a militância uniam e separavam casais, e viam emergir um novo tipo de amor: revolucionário e companheiro. Um amor que nunca poderia ser maior que o dedicado ao povo e à revolução, mas que andava lado a lado na luta contra a ditadura e que tinha em seus ideais sua principal afinidade; uma afinidade que parecia caminhar mais rápida que a guerra, mobilizada por um futuro incerto e pela urgência de se viver o presente. Através das escritas destes militantes, buscar-se também problematizar as relações de gênero e de poder que envolveram e constituíram seus relacionamentos amorosos e suas memórias.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Gênero; Amor.

## **GÊNERO E SEXUALIDADES NA DITADURA CIVIL MILITAR (1964 - 1985)**

*Jamile Pinheiro Da Silva*

*Antônio Jacó de Oliveira Neto*

**Resumo:** O trabalho em andamento pretende discutir a perspectiva de três grupos subalternos que se rebelaram no período do golpe civil-militar brasileiro. Visando analisar a participação e influência das mulheres, das travestis e lésbicas, nos orientamos em destacar as mobilizações significativas em cada um dos três segmentos marginalizados pelo sistema repressivo do período, aqui também destacado como “Ditadura -Hetero Militar e Ditadura Ci(S)vil militar”, termos esses cunhados por Renan Quinalha e Caia Maria, ativistas do Movimento Lgbtqia+ brasileiro. Dentro dessa perspectiva é importante salientar que a pesquisa nasce justamente com o interesse de tornar evidente as narrativas, memórias e lutas dessas classes excluídas pela historiografia brasileira. Além disso, realçamos a utilização de fontes históricas e episódios de hostilidades que ficaram marcados em vários estados do Brasil. Nesse sentido, apresentamos uma contextualização de como se deu o golpe e em quais fases repercutiram o envolvimento intenso em cada uma das especificidades apanhadas pelos grupos estipulados. Analisar a experiências dessas categorias em meio há um momento conflituoso se faz necessário para indicar que os mesmos estiveram sempre presentes atuando de frente, nesse caso, tanto como resistência à ditadura, como também a favor. A pesquisa é financiada pelo Programa de Monitoria Acadêmica – PROMAC/UECE, e surge de nossas experiências na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos com alunos de primeiro semestre do curso de História da FECLESC/UECE e visa aproximar os alunos da investigação das causas que levaram a tais acontecimentos. Para tal, dialogamos com os autores Alves e Pitanguy (2022), Quinalha (2014) e Maria Caia (2022), escritores que contribuíram para a formação da pesquisa.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidades; Memória.

## O MOVIMENTO LGBTQIA+ E A RESISTÊNCIA CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES EM MEIO A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

*Matheus Silveira de Souza*

**Resumo:** Nos anos da ditadura militar brasileira (1964-1985), a homofobia - que é um traço estrutural da sociedade brasileira - ficou ainda mais visível com a elaboração de uma política sexual instituída pelo regime de forma repressiva, violenta e desumana. Na pesquisa realizada, são abordadas a análise documental e bibliográfica, analisando como fonte o jornal gay da época *Lampião da Esquina*, *Relatos de Autoridades da Audiência Pública "Ditadura e Homossexualidade"* na Comissão Nacional da Verdade e reflexões trazidas por parte do Professor de Direito Renan Quinalha e o Professor e Historiador James Green refletindo como a ditadura civil militar vai agir contra os sujeitos que nos hoje chamamos de LGBTQIA+ a parti de uma série de enfrentamentos. O intuito da pesquisa é demonstrar as preocupações do regime sobre a sexualidade, sobre a construção de um discurso fundamentado na defesa da propriedade, da moral e bons costumes, da família e de Deus, bem como sobre como as normas de gênero e sexualidade eram consideradas um ataque direto as instituições deste regime. Isso acaba marginalizando essa parcela da sociedade, onde é realizada assim uma espécie de limpeza moral da visão da família tradicional brasileira, utilizando-se de meios legais que já estavam instituídos na legislação justificando tais repressões. Desse modo, a população LGBTQIA+ era privada de uma série de liberdades e direitos, com acusações genéricas pelo fato de serem homossexuais e dessa maneira estarem atentando contra a ordem pública.

**Palavras-chave:** Ditadura; Homofobia; Movimento.

## A DISPUTA DE REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO FEMININO NO PODER NO OITOCENTOS: O CASO DA PRINCESA ISABEL

*Laís Paiva da Ressureição*

**Resumo:** O presente trabalho define como recorte espacial, o Rio de Janeiro, Corte do Império do Brasil, na segunda metade do século XIX, com a finalidade de analisar a luta de representações tecidas e construídas a respeito da Princesa Isabel, diante de uma perspectiva de gênero como categoria de análise histórica. É de interesse estabelecer um paralelo com a construção do feminino no poder, através da figura de D. Isabel como sucessora do trono imperial e Princesa Regente, e o papel social, de filha, esposa e mãe, postulado as mulheres abastadas no XIX. Em destaque para confluência de dois preceitos básicos, estruturantes e formadores da sociedade imperial, o âmbito público e o privado. Desse modo, a figura da Princesa Isabel, mesmo que proeminente na historiografia, carece de análises críticas à relevância do seu gênero feminino e as respectivas representações construídas por distintos atores e atrizes políticas e sociais. Ainda que, pertencendo à monarquia brasileira e possuindo um título nobiliárquico, a questão em torno do seu gênero é levantada desde o seu nascimento. E a sua dimensão de poder é notoriamente limitada, em contrapartida, pelo fato de ser mulher. Mesmo que, dotada de privilégios materiais, de formação intelectual e de segurança, a construção em torno de sua imagem é marcada por termos qualitativos e predicados que a assemelham as condições femininas postuladas às mulheres de elite no século XIX, sobressaindo assim o gênero em detrimento do poder. É nesta direção que este trabalho tem como objetivo explicitar que a

figura da Princesa Isabel constitui uma intersecção entre o gênero, sendo Isabel uma mulher branca integrante da monarquia, e o poder, enquanto futura sucessora do trono e Princesa Regente. Sendo assim, é possível analisar a luta de representações tecidas e construídas por uma camada masculina e letrada de intelectuais que transitavam nos âmbitos políticos e públicos oitocentista, o que representava uma mulher como herdeira legítima da Coroa Imperial, e em um cargo máximo de poder no século XIX. Portanto, este trabalho busca através do cruzamento de fontes de diferente corpus documentais abranger discussões presentes no campo social e político, e historicizar a construção do feminino no poder através da luta de representações, que emergem por intermédio da trajetória de D. Isabel.

**Palavras-chave:** Gênero; Poder; Representações.

### **O ASA BRANCA ABRIU AS ASAS NOVAMENTE”: O MERETRÍCIO AS MERETRIZES E O TERROR MORAL NA IMPRENSA CRATENSE (1948-1949)**

*Ravenna Rodrigues Cardoso (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)*

**Resumo:** A prática da venalidade do corpo constituiu-se como um grande problema moral para a sociedade cratense na primeira metade do século XX. Crato é uma cidade localizada no interior do Estado do Ceará, na região do Cariri. A presença da Igreja católica foi e é bastante atuante na localidade, sobretudo por ter sede de Cúria Diocesana, seminário de formação de padres e colégios católicos para a formação dos jovens da cidade. O poderio de circulação de regimes discursivos de verdade que a instituição teve se deu sobretudo em razão da quantidade de impressos que esta fazia circular no cotidiano citadino. É o caso do que usaremos como fonte para a reflexão do presente trabalho, o periódico *Écos da Semana*: órgão da união dos estudantes de Crato. Assim como outros aspectos relativos a moralidade e a conduta feminina como um todo esse periódico se interessou particularmente durante mais de um ano no que chamaram de “campanha em prol do saneamento moral da urbs”. Eram expostos locais que eram suspeitos de ser destinado a prática do meretrício, as matérias fornecem conteúdo acerca da construção discursiva sobre as condutas femininas desejáveis e as condenáveis, assim como nos leva a refletir acerca da disputa pelo território urbano da cidade de Crato, visto que com recorrência era pautado como inaceitável a coexistência de estabelecimentos suspeitos nas adjacências das “boas famílias”, revelando portanto os jogos de poder e interesse para além da moral, os interesses econômicos da elite local e da Diocese no direito à cidade. Demonizando as mulheres prostitutas e a sua presença no espaço. Com isso, nossa problemática se centra nas formas de embate entre esses sujeitos sociais, sobretudo na atuação das prostitutas enquanto resistentes no espaço que no discurso da imprensa era posta como outsider. Gerando terror moral em parte do imaginário social através de escritos jornalísticos.

**Palavras-chave:** Imprensa, Meretrício, Moralidade, Mulheres, Igreja.

## **“UM METRO E SESSENTA E TRÊS E CINQUENTA QUILOS DE BOA GAROTA”: REPRESENTAÇÕES CORPORAIS DA JOVEM MULHER BRASILEIRA NAS GAROTAS D’O CRUZEIRO (1938-1964)**

*Mariane Alves de Souza*

*Ester Liberato Pereira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Nas décadas de 1940 e 1950, a revista O Cruzeiro era considerada uma das revistas mais importantes da época no Brasil. Foi o principal semanário ilustrado da primeira metade do século XX, e entrou em falência a partir de 1960, deixando de circular em 1975. A revista tratava de uma variedade de tópicos, incluindo jornalismo, cinema, saúde, celebridades, esportes, política, moda e “questões femininas”. Uma das colunas de maior destaque em O Cruzeiro foi a seção Garotas, ilustrada pelo estilista Alceu Penna. Os textos que acompanhavam as imagens das Garotas eram sempre bem-humorados e de acordo com a situação vivida por elas. Levando em consideração a relevância da coluna para o cenário Brasileiro da época, esse trabalho tem como objetivo compreender como os corpos das jovens mulheres brasileiras foram representados na coluna Garotas através das ilustrações de Alceu Penna, dando destaque as permanências e ausências atribuídas pelos padrões impostos. Assim a presente pesquisa pretende mostrar como são produzidos os corpos femininos dentro de uma revista de alcance nacional, por meio das ilustrações de um desenhista e estilista que imprime sua visão de mundo em seus desenhos, relacionados ao recorte temporal e às diversas influências sociais e regionais. Pesquisas como essa devem ser realizadas com o objetivo de agregar a história do gênero, que vem crescendo depois de um longo tempo esquecida da história, sendo reafirmada pela Nova História Cultural, que busca trazer à tona os excluídos da História, personagens que foram deixados de lado para manter em destaque os homens poderosos da História Tradicional política. Através desse trabalho, conhecemos mais sobre como a mulher brasileira foi pensada no decorrer da história e como seu corpo foi moldado de acordo com os padrões da sociedade, com os interesses do patriarcado, e com os ideais de beleza da época. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**Palavras-chave:** Corpo; Imprensa; Gênero.

## **LIBERTINAS, LÉSBICAS E NEGRAS: ESTUDOS SOBRE A HIGIENE MORAL ATRAVÉS DO DISCURSO MÉDICO NO RIO DE JANEIRO (1832-1906)**

*Vanessa Alves Gouveia (Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz)*

**Resumo:** O discurso médico higienista no Brasil começou a ser realizado e difundido com mais veemência a partir da criação das sociedades de medicina no país. No início do século XIX, com a possibilidade de se estudar no Brasil, os alunos do curso de medicina começaram a se formar e a escrever teses médicas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e no estado da Bahia. A partir do ano de 1932, é possível observamos a criação dessa instituição recém-formada na Capital Federal. Diante dessas novas possibilidades, o trabalho dos médicos passa a ser inserido progressivamente no cotidiano da sociedade. Teremos nesse período a proibição de práticas de cura realizadas por profissionais não cadastrados ou certificados pelo

estado, os chamados curandeiros. Essa iniciativa ocorreu paralelamente ao crescimento do número de médicos recém-formados na universidade dentro do espaço urbano. No entanto, a população ainda tinha receio desses novos higienistas e se mantinha a tradição de consulta com os médicos populares. Essa situação era vista como um agravante frente a propagação do discurso representado pelos médicos, pois devido a essa pluralidade de atendimentos, os higienistas tinham dificuldade de firmar espaço frente a sociedade. Diante disto, o Estado torna o papel do médico higienista essencial para a fiscalização das posturas sociais, como por exemplo, a libertinagem, vadiagem e outras práticas que fomentassem a imoralidade. Utilizando de um discurso onde eram abordadas questões sanitárias, também será construída uma narrativa baseada em preceitos morais. Portanto, teremos a disseminação de conceitos pautados nos ideais de comportamentos a serem seguidos pela população. Dentre o que se entendia como atitudes libertinas tinha-se a homossexualidade, o safismo, o tribadismo, a prostituição, entre outros. Realizamos a análise de como esse discurso médico era aplicado dentro da categoria da homossexualidade feminina, principalmente quando fazemos um recorte através do conceito de raça. Realizamos uma pesquisa que evidencia e explica como esses médicos tratavam desses assuntos por meio do discurso higienista e moralizador. Além disso, também vimos essa abordagem clínica dentro da imprensa carioca, um dos meios de comunicação mais importantes da época. Ao realizar essa pesquisa inicial, foi observado como o discurso médico, a partir do processo de solidificação da instituição médica, se respaldou dessa narrativa pautada na higiene moral, principalmente se direcionamos a leitura para os temas da lesbianidade da mulher negra. Essa iniciativa de fiscalização da higiene moral foi feita pelo Estado, a partir do momento em que articulações no cenário nacional fomentaram para diversas mudanças. Um exemplo dessas transformações foi a reforma nas instituições Universitárias e nas Escolas Médicos-Cirúrgicas as quais vieram a ser convertidas em Faculdades de Medicina.

**Palavras-chave:** Raça; Lesbianidade; Medicina.

## **CORPOS QUE TRANSGRIDEM: O REQUEBRAR DOS QUADRIS DE MULHERES BRANCAS NOS SALÕES DE BAILES CARIOCAS DA DÉCADA DE 1920**

*Karla Carloni (UFF - Universidade Federal Fluminense)*

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo apresentar como durante a década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, a prática de danças sociais por mulheres, identificadas como brancas e pertencentes aos estratos elevados da sociedade, serviu como meio de transgressão das relações de gêneros. A hipótese central é a de que as representantes do “sexo frágil” ao se apropriarem de danças executadas principalmente ao som do jazz norte-americano desenvolveram um novo léxico corporal que contrariava os padrões de comportamento predominantes. Geraram produtos culturais híbridos que revelam o encontro, o conflito e a relação assimétrica entre a cultura de raiz europeia e a cultura dispórica negra. Fato que não era novidade, mas no contexto político e social em questão, marcado por crise e transformações, aparece como elemento importante na luta feminina por emancipação. Usamos o termo “sensível” (Fratagnoli) para definir a capacidade de aprimoramento sensório-motor que acompanha a aprendizagem de um novo gesto ou de uma nova prática de dança. As principais fontes de pesquisa são cinco revistas ilustradas cariocas de grande circulação na época. Os impressos contêm diferentes registros,

textuais e imagéticos. A pesquisa apoia-se em reflexões da História Cultural, da História Cultural da Dança, dos Estudos Culturais, dos Estudos da Dança, da Antropologia da Dança e das Sociologia e Antropologia do Corpo. O material indica a possibilidade de mapeamento de um feminismo informal que se dava por meio de comportamentos e movimentos corpóreos transgressores. Apesar de serem desprezadas pelo próprio movimento feminista da época, as novas formas de se expressar das jovens urbanas dedicadas à dança social podem ser pensadas no contexto de lutas pelo direito ao voto e do exercício de uma profissão fora do universo privado da casa. Os bailes eram momentos importantes de encontros sociais e trocas culturais. Neles tradicionalmente os papéis representados por homens e mulheres correspondem às expectativas sociais das atividades específicas desempenhadas por cada sexo e da relação de poder entre esses. Porém, Judith Hanna indica que quando aqueles que dançam transgridem as expressões convencionais esperadas, novos signos estimulam expectadores e executantes a se defrontarem com a possibilidade de outros comportamentos e mudança de estilos de vida. Representantes de diferentes classes sociais podem se apropriar das danças de forma particular para formular novos modos de relação entre os gêneros e expressão de si, como indica Malnig. As práticas femininas transgressoras não se limitam ao campo da política, estão igualmente no cotidiano das práticas sociais e culturais por mais que estas aparentem ser difusas e silenciosas e, portanto, difíceis de serem identificadas. Para tanto nos apoiamos em reflexões de Davis, Perrot e Costa para desenvolver ideia de múltiplos feminismos formais e informais de mulheres em tempos diferentes e conectados entre si em uma história de longa duração.

**Palavras-chave:** Bailes; Dança; Transgressão.

## **MULHERES TRANSGRESSORAS COTIDIANO, REPRESENTAÇÕES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO RECIFE (1890-1920)**

*Carlos Bittencourt (UPE- Universidade de Pernambuco)*

**Resumo:** Os estudos sobre as relações de gênero, criminalidade e violência, constituem-se em um campo de interesse da História Cultural. Deve-se considerar que muitas das representações presentes na sociedade até os dias atuais, que legitimam discursos e violências cotidianas, podem ser pensadas em suas continuidades e rupturas, a partir de recortes temporais e espaciais. A fim de compreender o cenário de tensões, transgressões e violência, no Recife das primeiras décadas republicanas, onde se constituíram e consolidavam-se as diferenças e as hierarquias entre os gêneros, pretendemos responder a alguns questionamentos: como foram produzidas e quais eram as representações que pairavam sobre as mulheres vítimas da violência de gênero e das transgressoras? Quais suas práticas cotidianas? Como performatizavam? Quais suas redes de sociabilidades? Quais foram as medidas de normatização imposta pelo Estado, para vigiar e punir as transgressões femininas? “Não há dúvida, impera o cacete e a faca de ponta!” Foram estas as palavras escolhidas pela redação do Jornal do Recife, para noticiar mais um crime perpetrado na capital pernambucana no ano de 1890. Os processos-crimes e os periódicos, por exemplo, revelam inúmeros casos que descortinam uma face da violência física e simbólica, as quais estavam expostas as mulheres da cidade. Docilidade é o que exigiam destas mulheres, agressão era o que muitas vezes as davam. Recato e moralidade eram o que cobravam do sexo feminino, o abuso dos seus corpos

não era uma exceção. Diante deste contexto, o que esperavam destes corpos violentados e silenciados era a submissão, a mais estrita obediência. Entretanto, não foi o que se viu. Para sobreviver, estas mulheres agiram, confrontaram as normas e instituições, estabeleceram sociabilidades, negociaram. Por mais díspares que tenham sido os caminhos percorridos, o fato é que elas não aceitaram a condição de dominadas e a violência sofrida, estabelecendo deslocamentos nas relações de poder.

**Palavras-chave:** Transgressões; Performatividade; Violência de gênero.

## ERA UMA VEZ A COLONIALIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DE VERSÕES DO CONTO A BELA E A FERA

*Triodite Partenos*

**Resumo:** Esta comunicação procura analisar as representações e discursos de gênero presentes em três versões do conto A Bela e a Fera, buscando compreender os sentidos acerca da feminilidade, masculinidade, binariedade e heteronormatividade presentes nessas versões. Para tanto, escolheu-se a primeira versão intitulada A Bela e a Fera, escrita pela Madame Gabrielle Suzanne Barbot de Villeneuve (1740), a versão mais conhecida, escrita pela Madame Jeanne Marie Leprince de Beaumont (1756) e a adaptação para o cinema de animação feita pelo Estúdio Disney (1991). Ademais, entende-se os contos de fadas como tecnologias da colonialidade, que instituem e difundem uma forma colonial de conceber e vivenciar os gêneros, de acordo com María Lugones (2008; 2012). Dessa forma, pensa-se os contos de fadas, e de maneira específica A Bela e a Fera, como tecnologias da colonização do imaginário, segundo a formulação de Aníbal Quijano (1992). A escolha de diferentes versões se justifica pela necessidade de pensar como a colonialidade de gênero se apresenta em diferentes contextos, entendendo, segundo Julieta Paredes (2015), que o patriarcado se recicla ao longo do tempo. Assim, pretende-se entender como essas categorias modernas e coloniais (homem e mulher; humano e animal; heteronormatividade; binariedade; amor romântico) são (re)produzidas, usadas e recicladas pelas três versões. Desse modo, norteia-se pelo conceito de gênero, conforme Judith Butler (2019) e Teresa de Lauretis (2019); pelo conceito de representação conforme Denise Jodelet (2009); e pelo conceito de colonialidade de gênero, conforme María Lugones (2008; 2012), Rita Segato (2012) e Catherine Walsh (2018). As três versões vão utilizar-se desses jogos dicotômicos do pensamento moderno e colonial (feminino e masculino, humanidade e animalidade, civilização e selvageria, cultura e natureza, razão e emoção, espaço público e privado, bom e mau), todavia, cada uma delas vai rearranjar e recombinar essas categorias em novas posições em suas tramas. De forma específica ao que se refere às representações de gênero, os contos (cada qual à sua maneira) vão realocar o feminino, junto da cultura, razão, civilidade, espaço público e bondade em um lado, ao passo que o masculino é reposicionado ao lado da natureza, emoção, selvageria, espaço privado, maldade.

**Palavras-chave:** Representações de Gênero; Colonialidade de Gênero; Contos de Fadas.

## UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL: RAÇA, GÊNERO, CLASSE E AS REPRESENTAÇÕES DA “LOUCURA” NO DOCUMENTÁRIO EM NOME DA RAZÃO

*Maria Alice Mendes Pereira*

**Resumo:** O documentário *Em Nome da Razão* foi produzido em outubro de 1979 e se constitui como uma importante fonte histórica para se pensar a psiquiatria e a reforma psiquiátrica no Brasil. Filmado em uma semana pelo cineasta Helvécio Ratton, acadêmico de psicologia na época, foi um projeto do Grupo Novo Cinema e da Associação Mineira de Saúde Mental. O país vivia a Ditadura e o projeto só foi possível mediante a autorização do Secretário de Saúde de Minas para que se entrasse no Hospital Colônia de Barbacena (HCB). O documentário foi apresentado pela primeira vez em novembro do mesmo ano, no III Congresso Mineiro de Psiquiatria em Belo Horizonte e serviu como um gatilho para o debate em torno do modelo de tratamento psiquiátrico vigente até então. O Azylo Central de Barbacena foi criado em 1903 para atender ao crescente número dos considerados alienados da sociedade mineira. Em 1934, após um período de crise de superlotação, são criados novos pavilhões de internamento e o Azylo passa a ser chamado de HCB. O ano de 1979 é um ano chave para a história da instituição, pois, após uma série de denúncias do jornal *O Estado de Minas*, o HCB foi aberto para a produção do documentário aqui analisado. Nos minutos iniciais, a voz over, que faz a locução do documentário, anuncia que aquele hospital não é uma realidade isolada, mas uma representação do modelo de tratamento psiquiátrico vigente. Apesar do discurso crítico ao modelo vigente de tratamento psiquiátrico, o documentário se vale de representações tradicionais da “loucura”. Quanto à questão de gênero: mulheres nuas, engatinhando ou sentadas em camas nas enfermarias são as imagens mais comuns e boa parte dos homens aparece atrás de grades. Há depoimentos de funcionários não identificados relatando a agressividade de alguns internos e depoimento de internas reforçando a imagem de mulher histórica. O documentário contém depoimentos de vários internos e internas, contudo, apenas uma mulher é identificada: Sueli Aparecida Rezende. A ausência de nome dos entrevistados e entrevistas é um sintoma do apagamento das identidades na instituição. Entendendo que as representações da “loucura” atravessam corpos racializados de uma forma diferente, é possível analisar as representações de corpos negros e brancos, ainda que não sejam tratadas de forma explícita pelo documentário. Já quando se trata da questão de classe, o locutor afirma que há uma criminalização da pobreza, e usa como exemplo o caso de um homem, não identificado, que passou por uma lobotomia sem autorização da sua família. Tendo em vista as questões acima levantadas, o objetivo deste trabalho é analisar de que forma as representações produzidas e reproduzidas pelo documentário se distanciam e se aproximam das representações consideradas tradicionais da “loucura” e de que forma as questões de raça, gênero e classe perpassam estas representações.

**Palavras-chave:** Loucura; Representação; Interseccionalidade.

## ST 05: GÊNERO E RE-EXISTÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL: POSSIBILIDADES DE(S)COLONIAIS



Dra. Marina Vieira de Carvalho (UFAC);  
Dra. Claudia Regina Nichnig (UFGD/UEDESC)  
Dra. Vanessa Generoso Paes (UFAC)

A história do Brasil é marcada pelo eixo de opressões do patriarcado colonizador. Os cânones historiográficos produziram (e ainda produzem) um imaginário cultural marcado por estereótipos de raça, gênero, sexualidade, regionalidade e classe; uma galeria de “grandes personagens” associados ao modelo de humanidade afirmado pelas ciências modernas-ocidentais – homens brancos, cis-heteronormativos, dos grupos sociais favorecidos pelas instituições do estado colonizador. No entanto, a implosão das identidades modernas-ocidentais, promovidas pelos estudos periféricos, nos apresentam outras personagens que desorganizam o sistema colonial de gênero. Os estudos de(s)coloniais, afro-diaspóricos, queer e os feminismos não hegemônicos, protagonizam sujeitos históricos não conformados à ordem colonial, cujos os agenciamentos nos permitem ressignificar a forma como compreendemos a política, as religiosidades, os agenciamentos culturais e sócio-econômicos, enfim, a própria história. Esse simpósio tem por objetivo reunir pesquisadoras que aceitam o desafio de problematizar vidas re-existentes à colonialidade de gênero na história do Brasil, em sua dimensão interseccional, contribuindo para a compreensão das possibilidades de de(s)colonização da escrita da história. Justificativa: A proposta reside em agregar pesquisas e correlacionar campos de saberes que apresentem perspectivas de(s)coloniais e interseccionais para historicizar as histórias das relações de gênero no entrecruzamento com a raça, a classe, a etnia, a sexualidade, a geração, uma vez que é necessário compreender como se estruturam e quais os processos históricos que alinhavaram tais categoriais na organização da sociedade, da cultura, da economia e da política nos processos de produção de desigualdades e de violências na história das relações de gênero no Brasil. Nesse Gt, serão debatidas outras perspectivas epistemológicas para a construção de saberes insubmissos, que possam ser acionados por mulheres negras, por mulheres indígenas, por mulheres camponesas, por mulheres extrativistas, por homens e mulheres trans, por mulheres e LGBTQI+ que vivem e atuam nas margens da história no embate (des)colonial de tais clivagens históricas. Pensamos, assim, que esses sujeitos criam táticas de re-existência na produção de discursos e de novos saberes para combater os racismos, os patriarcados, os machismos, o cis-heteronormatividade, dentre outros marcadores sociais da diferença; desnaturalizando a subalternização dos corpos e das existências de sujeitos invisibilizados na História do Brasil devido as colonialidades de gênero, de saberes e de potências de ser. Deste modo, acreditamos que a justiça cognitiva é uma plataforma de construção de conhecimentos insubmissos e de posturas ético-políticas, ao possibilitar a construção de pertencimentos e a edificação perspectivas críticas ao entrecruzar a historiografia tradicional às outras escritas da História, nas quais os sujeitos presentifiquem seus processos de atuação na qualidade de protagonistas de novas produções epistemológicas na História do Brasil. Esse percurso, dará

visibilidade às perspectivas, cujas as performances de gênero reexistam às ordens coloniais outrora vigentes, e que a partir das propostas da encruzilhada de(s)colonial, possam emergir outros endereçamentos de pesquisas que reencantem a produção historiográfica no Brasil. Temáticas: O presente Simpósio Temático pretende abarcar pesquisadoras preocupadas em trazer discussões sobre subjetividades (tanto implicadas nas fontes históricas como das próprias pesquisadoras), além de agrupar pesquisas que abordem questões urgentes como as relacionadas às interseccionalidades, às violências de gênero, a luta pela democracia, às discussões sobre e com os movimentos sociais contemporâneos, a exemplo dos feminismos latino-americanos, bem como considerando a pluralidade dos feminismos não hegemônicos; que relacionem agendas políticas e as agências das sujeitas, individual ou coletivamente, em busca do acesso à justiça. Serão também bem-vindas pesquisas a partir de abordagens e categorias como gênero, etnicidades, memória, sexualidades, geração, dentre outras. Areladas as discussões que englobem os estudos de gênero e os feminismos periféricos, estudos de(s)coloniais, afrodiaspóricos, história das mulheres e as lutas de sujeitas plurais, com destaque aos grupos lgbtqi+, mulheres negras, indígenas, deficientes, entre outras, organizadas em coletivos ou instituições, trazendo suas principais demandas e agendas como o acesso à terra, à igualdade de gênero, à igualdade racial, à saúde, ao trabalho, à educação, à justiça, articuladas através das narrativas das próprias sujeitas, sujeitos e sujeitas.

## Referências

CARVALHO, Marina Vieira de. ‘Femininos de(s)coloniais e a ampliação da imaginação epistemológica: diálogo entre saberes’. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. 1ed. Teresina: Cancioneiro, 2021, v. 1, p. 11-16.

CARVALHO, Marina Vieira de. Feminino Vivificante e a Rede de Formações para Mulheres Negras, Afro-Indígenas e Indígenas do Acre: possibilidades epistemológicas. *HUMANAS – pesquisadoras em rede*. 16. Jul. 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

NICHNIG, Claudia Regina. Conjugalidade, família e violências de gênero: algumas reflexões a partir da Constituição Federal de 1988 trinta anos depois. *Interfaces Científicas – Direito*, Aracaju, V. 7, n. 1, p. 57- 68, 2019.

NICHNIG, Claudia Regina. “Pensa numa dor dolorosa”. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 38, p. 155-174, dez. 2021.

PAES, Vanessa Generoso. Sujeitas de direito: mobilização de mulheres imigrantes na cidade de São Paulo entre os séculos XX e XXI. *História Oral*, 25(1), 135–154. Mar. 2022.

OYEWÙMÍ, Oyèwùmi. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

VERGES, François. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

## ENTRE CÂNONES E ENCRUZAS: HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA A PARTIR DA AUTODEFINIÇÃO DE HISTORIADORAS NEGRAS

*Bianca Silva*

**Resumo:** O presente trabalho, qual se constitui através da minha pesquisa em andamento no Mestrado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), propende analisar a produção historiográfica negra e feminina no Brasil, sobretudo entre a década de 1970 e findando no início dos anos 2000, com o marco da implementação das políticas de cotas e da obrigatoriedade do Ensino de História da África, Afro-descendente e Indígena (Lei 11.645). A delimitação por estes anos acontece principalmente devido às transformações históricas e historiográficas no Brasil e no mundo: a abertura dos cursos de Pós Graduação junto à inserção da população negra nos programas de Mestrado e Doutorado nas Universidades brasileiras; as gerações de historiadores e historiadoras brasileiras propondo uma (re)escrita da História da escravidão e pós abolição através das aproximações com a História Social; a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) e as transformações sociais e epistemológicas decorrentes dos movimentos negros, feministas, marxistas e decoloniais. Portanto, através do trabalho de análise de periódicos do período proposto e das produções historiográficas (e em movimentos sociais) das sujeitas desta pesquisa, a proposta é refletir sobre relação entre sujeito e produção de conhecimento a fim de compreender como (e se) os marcadores sociais da diferença (LIMA, 2018) interferem o modo que olhamos e analisamos o passado histórico, sobretudo a partir da produção historiográfica de historiadoras negras brasileiras que escreveram sobre passado histórico e principalmente sobre os períodos da escravidão, pós abolição e a “formação” do Brasil. Sobretudo através de seus olhares enquanto historiadoras que se constituem também enquanto mulheres negras, tais como Lélia González, Beatriz do Nascimento, Lúcia Helena Oliveira Silva, Alzenide Prazeres Simões, entre outras. Martha Rosa Figueira Queiroz, uma das sujeitas da pesquisa se refere à estas mulheres negras historiadoras enquanto “Guardiãs da Memória”, pois não escreveram e escrevem apenas sobre o papel social da mulher negra no Brasil, mas trazem seus olhares de gênero, classe e raça para suas análises.

**Palavras-chave:** historiografia brasileira; teoria da história; historiografia crítica.

## NORDESTINAS NA AMAZÔNIA: MEMÓRIA, GÊNERO E TERRITÓRIO NA HISTÓRIA DE MULHERES NA AMAZÔNIA (1960 – 2000)

*Vanessa Generoso Paes (UFAC - Universidade Federal do Acre)*

**Resumo:** Esse trabalho é fruto da análise dos relatos de memórias e das trajetórias de vidas de mulheres migrantes – nordestinas - na Amazônia. A história da Amazônia é atravessada por projetos de colonização (MARTINS, 1997), de violências e processos de (Re)existências que transparecem na vida da mulheres que passaram a viver em seus espaços em diferentes tempos e territórios (WOLLF, 1999), tais como: nos antigos seringais, no trabalho precário no campo, nos trabalhos informais das cidades. Acreditamos, deste modo, que essas mulheres, mesmo ao terem vivenciado formas de subjugação e exploração do seu trabalho e de seus corpos, agregam táticas de re-existências na construção de novas sociabilidades nos territórios que passaram a viver, produzindo forças discursivas contra hegemônicas contra os patriarcados,

os racismos, desnaturalizando, assim, a subalternização direcionada aos seus corpos (LOURO, 2000). Deste modo, partimos da ideia que é possível tecer uma outra história das mulheres na Amazônia a partir de uma perspectiva de(s)colonial (LUGONES, 2014). Pensamos que os territórios que essas mulheres passaram a habitar em seus deslocamentos nos espaços amazônicos permitiram a construção de pertencimentos e a edificação de visões de mundo que possibilitam outras escritas da História, nas quais os sujeitos/sujeitas/sujeites presentificam seus percursos de atuação na qualidade de protagonistas de novas produções discursivas e, conseqüentemente, esses outros saberes podem descolonizar as práticas outrora construídas na historiografia tradicional sobre as mulheres na Amazônia. Os relatos dessas mulheres darão visibilidades às perspectivas, cujas as performances de gênero reexistem às relações patriarcais nas encruzilhadas das relações de classe, raça, gênero, etnia no eixo do capitalismo amazônico.

**Palavras-chave:** Mulheres; gênero; Amazônia.

### **REBELDIAS E PROTAGONISMO DE MULHERES ESCRAVIZADAS: LITERATURA, HISTÓRIA, TRABALHO E FUGAS NO BRASIL OITOCENTISTA (PARAÍBA, SÉCULO XIX)**

*Maria da Vitória Barbosa Lima (UESPI - Universidade Estadual do Piauí)*

*Solange Pereira da Rocha (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)*

**Resumo:** Neste estudo analisamos as experiências de vida e trabalho de mulheres escravizadas, de suas rebeldias, narrando histórias de fugitivas do século XIX no Brasil oitocentista, nomeadamente na Paraíba do Norte. O trabalho está assentado em pesquisas empíricas, análises qualitativas e quantitativas e se inscreve na História das Mulheres e na Social da Escravidão, mediante análises de anúncios de jornais do século XIX e da literatura, tendo como referência o conto machadiano (“Pai contra mãe”, 1906), por entendemos que a História e Literatura em diálogo proporcionam reflexões críticas sobre um determinado contexto histórico e permite desvelar comportamentos humano de vários personagens que vivenciaram os últimos anos desse nefasto regime produtivo e social, assim como da cultura de resistência da população negra que foi submetida ao trabalho forçado, conforme outros tantos estudos têm demonstrado no Brasil e no exterior. Outrossim, buscamos decolonizar o saber colonial sobre os africanos e os afrodiáspóricos com uma sugestão de atividades didáticas ao fim do texto, com vistas a colaborar e inspirar, sobretudo, docentes da Educação Básica, oportunizando visibilizar atos de rebeldia de mulheres escravizadas e fugitivas, como agente histórico ativa, cujas histórias nos mostram que elas enfrentaram os desafios de sua época e nos deixaram uma memória de (re)existência possível naquela circunstância histórica. Por fim, com a sugestão pedagógica buscamos expor novas possibilidades com procedimentos/metodologias de ensino para a disponibilização de um aprendizado significativo para discentes, em todos níveis de ensino.

**Palavras-chave:** Resistência; Rebeldia Feminina; Paraíba do Norte.

## MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA E MUSEUS: REPRESENTATIVIDADES, REPRESENTAÇÕES E CULTURAS

*Jaqueline Zarbato (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)*

**Resumo:** Essa pesquisa visa investigar o processo de formação histórico-educativa acerca das memórias e representações cultural das mulheres afro, principalmente em espaços museais. Atrélendo assim, na pesquisa algumas concepções, conceitos e categorias sobre ensino da história e lugares de memória, museus e educação, saber feminino negro e a diversidade cultural, identidades femininas a partir dos objetos do museu, representações culturais das mulheres negras no museu. A fundamentação teórica se dá da história das mulheres, interseccionalidade, diversidades culturais. Analisando como os bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem, Além disso, fundamenta-se as abordagens sobre negritude e representação cultural em espaços não formais de aprendizagem. Metodologicamente analisamos dois museus afros (Museu afro Brasil/SP e Museu africano e afro brasileiro/Bahia), com abordagem analítica, com levantamento de fontes de pesquisa, como exposições, imagens, vestimentas, narrativas do setor educativo sobre as representações femininas negras e os encaminhamentos para ensinar a história. A fundamentação da memória contribui para compreender a trajetória das narrativas femininas e o silenciamento e exclusão de problematizações sobre sua importância seja no âmbito político, cultural, econômico ou histórico. Sendo assim, a aprendizagem histórica a partir do aporte do ensino de história pode ampliar a sistematização do conhecimento sobre o ponto de vista da didática da história.

**Palavras-chave:** mulheres negras, museus, diversidade cultural.

## ANNA IGNÁCIA: UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO DO BRASIL (VILA DE CATOLÉ DO ROCHA, 1858-1866)

*Anicleide de Sousa*

**Resumo:** Os estudos sobre escravidão no Brasil têm passado por grandes avanços nos últimos anos. As novas perspectivas têm nos permitido conhecer o indivíduo escravizado de forma muito mais próxima, suas ações, seus anseios e projetos de vida. Mas, apesar desses progressos, observamos que ainda falta muito a ser conhecido. O presente texto, tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória de Anna Ignácia, escravizada no sertão paraibano, e que buscou de forma incansável comprovar que estava sob cativeiro ilegal. O interesse em pesquisar sobre a população escravizada no Sertão da Paraíba surge inicialmente das inquietações e lacunas ainda presentes na historiografia sobre a temática, que durante muito tempo deu pouca relevância à existência e à importância da presença de cativos na formação social e econômica no Sertão paraibano. Diante disso, buscamos pelas fontes que pudessem nos contar um pouco dessas histórias. Foi então que encontramos a trajetória de Anna Ignácia, mulher negra escravizada, que lutou com todas suas forças pela sua liberdade e dos seus filhos, em plena vigência do sistema escravista no sertão paraibano na segunda metade do século XIX, na Vila de Catolé do Rocha. As fontes encontradas são uma troca de correspondências entre o Governo da Província do Ceará e o Governo da Província da Parahyba, do ano de 1866, que continha alguns anexos, como ofícios enviados anteriormente, depoimentos de

testemunhas que atestaram a liberdade de Anna Ignácia, como também documentos do seu suposto proprietário que reivindicava sua posse e apresenta provas da condição de escravizada de Anna Ignácia. A partir da fragmentada documentação, pudemos conhecer um pouco de sua história, e ainda que com algumas lacunas, percebemos a presença e atuação da população negra escravizada no sertão paraibano durante muito tempo minimizada na historiografia.

**Palavras-chave:** Sertão; Catolé do Rocha; Século XIX.

## **MULHERES/MÃES EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: SUAS NARRATIVAS; SUAS SUBJETIVIDADES**

*Jessyka Lopes Rickli*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar a pesquisa que está em desenvolvimento no Programa stricto sensu de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário - UNICENTRO. A pesquisa pretende caracterizar o fenômeno da monoparentalidade feminina, diante da intersecção de gênero, classe e raça, tendo como recorte espacial o estado do Paraná. As famílias monoparentais femininas sempre estiveram presentes na sociedade, sempre existiram mulheres que exerciam os cuidados pelos seus filhos, sozinhas, mas esses números continuam crescendo, os dados do IBGE nos mostram que o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumentou de 15,3% (2000) para 16,2% (2010), sendo que destas, apenas 12,6% é chefiada por homens, ou seja, um fenômeno atual e atravessa pelas perspectivas de gênero. A metodologia de pesquisa, pauta-se em uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados, tendo como alicerce as teorias e técnicas da História Oral, podendo dessa forma, visualizar as experiências vivenciadas no cotidiano de famílias monoparentais femininas. A história oral, apresenta um lugar de relevância nesse trabalho, principalmente diante do fato de dedicar-se a história dos esquecidos, marginalizados e oprimidos, sendo assim, objetiva mostrar a história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizadas (NETO, 2010). Dessa forma, foi realizado doze entrevistas com mãe/mulheres em famílias monoparentais, tendo como pressuposto as diversas particularidades presente nesses lugares, as entrevistas foram realizados com mulheres de diferentes classes sociais, pensando nas diversidades de raça, idade e espaço geográfico. As análises das entrevistas dividiram-se em três categorias, significação da maternidade, responsabilidade paterna e redes de apoio. As narrativas expressam suas expectativas e entendimentos do que seria a maternidade, as mulheres falavam livremente, sem amarras, sem rótulos, suas vivências, suas experiências cotidianas, a sobrecarga de trabalho, os desafios na educação, as vulnerabilidades financeiras, os sentimentos de abandono, preconceito, falta, mas também as relações de afeto, cuidado e presença. Em todas as entrevistas foram perceptíveis a sensibilização que a temática apresenta, demonstrando as dificuldades e exigências sofridas por elas na criação de seus filhos, sozinhas. A pesquisa demonstra como o fenômeno da monoparentalidade feminina é perpassado por diferentes intersecções, destaca-se que a desigualdade de gênero acaba por intensificar algumas vulnerabilidades, como, as dificuldades financeiras, a culpabilização das mulheres frente a um ideal dos cuidados com os filhos, sem a problematização necessária sobre a falta da responsabilidade paterna. Dessa forma, esta pesquisa abre um espaço para podermos olhar para esse fenômeno em sua amplitude, enfatizando sua heterogeneidade, pois trata de uma problemática contemporânea, crescente e desafiadora.

**Palavras-chave:** Famílias Monoparentais; Interseccionalidade; História Oral.

## TRAMAS DE AMOR, DRAMAS DE SANGUE: DISCURSOS PSIQUIÁTRICO-CRIMINOLÓGICOS SOBRE OS “CRIMES PASSIONAIS” E O CÓDIGO PENAL DE 1890

*Carolina Valente (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)*

**Resumo:** O presente trabalho objetiva analisar de que forma os discursos psiquiátricos informaram, conceitual e teoricamente, à justiça criminal em casos de crimes compreendidos na época como “passionais”, deflagrados na cidade do Rio de Janeiro, durante a vigência do Código Penal de 1890. Crimes passionais, na linguagem sociocultural e científica do contexto de início do século XX, eram definidos como crimes motivados por razões entendidas culturalmente como pertencentes à esfera amorosa. No contexto em tela, diante do Código Penal em vigor, muitos casos envolvendo esse tipo de crime foram solicitados à peritagem psiquiátrica para conformação das responsabilidades penais. Em linhas gerais, havia o questionamento se os indivíduos cometiam tais crimes em estado de “completa perturbação dos sentidos e da inteligência” (BRASIL, 1890), ou seja, sem a capacidade volitiva. Caso a resposta fosse positiva, o/a acusado/a era absolvido/a com base no parágrafo 4º do artigo 27 do Código. Por outro lado, havia campanhas contrárias às absolvições em massa no âmbito desse crime, aglutinando diversos atores como promotores, juristas, psiquiatras, setores da imprensa. Em um cenário marcado por disputas interpretativas e socioprofissionais, processos de negociação e intercâmbio entre os saberes jurídicos e médico-psiquiátricos, os crimes passionais conformaram-se como uma problemática social de relevo, urgindo intervenções do campo científico. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi investigar como a natureza do indivíduo (suas predisposições, o físico-mental-moral), as circunstâncias e as motivações do crime se relacionavam nas observações psiquiátricas de acusados de “crime passionais” para concessão da responsabilidade ou irresponsabilidade criminal. Nesse ínterim, os saberes psiquiátricos, principalmente, a partir dos estudos realizados por peritos no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, atribuíram uma categoria patológica aos indivíduos considerados “anormais” (FOUCAULT, 2001) por serem enquadrados como verdadeiramente “passionais”. Do ponto de vista social, esquadrihar as relações de saber e poder presentes nos discursos científicos que funcionavam como regimes de verdades contribui para uma compreensão histórica mais ampla em torno do fenômeno da violência de gênero circunscrita à esfera conjugal. Desse modo, retornar ao passado com o olhar interessado nas concepções e teorias científicas provenientes dos campos da psiquiatria forense e da justiça penal, ilumina facetas da violência de gênero no âmbito dos relacionamentos amorosos, desde suas motivações e enredos, até os desfechos das tramas nas esferas institucionais.

**Palavras-chave:** Crimes passionais; Psiquiatria; Violência de Gênero.

### “ACHAVA QUE SER BICHA ERA UMA COISA QUE NÃO TINHA NADA DEMAIS, EU ERA PORQUE QUERIA, MAS NÃO DEIXAVA DE SER HOMEM POR CAUSA DISSO...” DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIAS EM MEMÓRIAS DE MADAME SATÃ (1972)

*Thaís Nery*

**Resumo:** Esta comunicação propõe analisar dois trechos da obra biográfica de João Francisco dos Santos (Madame Satã), intitulada Memórias de Madame Satã (1972), narrada por Sylvian

Paezzo e publicada em outubro de 1972 pela editora carioca Lidador. A obra é proveniente a uma entrevista que Satã concede ao jornal “O Pasquim” em 1971 durante a ditadura militar. O livro narra a vida de João Francisco dos Santos (Madame Satã), homem negro, homossexual e transformista brasileiro, pertencente a uma cultura marginal urbana do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. O personagem é constantemente alvo de preconceito de gênero e raça e utiliza sua marginalidade como uma forma de resistência, portanto, a análise dos seus relatos em sua biografia se torna crucial para compreender os discursos de gênero, raça e classe social que são atribuídos pelo próprio personagem e pela sociedade em que ele está inserido representados pela obra. Dessa forma, a interseccionalidade e a decolonialidade são fundamentais para a pesquisa, visto que elas nos permitem investigar como essa diversidade cultural influencia nas práticas e relações sociais e culturais entre os sujeitos, bem como nas suas experiências individuais e cotidianas. Este trabalho integra uma pesquisa em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social - PPGH da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, orientada pela Professora Doutora Andréa Hélena Puydinger de Fazio, financiada pela FAPEMIG- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Gênero; Decolonialidade; Interseccionalidade.

## HISTÓRIA DE TERROR PARA LÉSBICAS NOS BOLETINS CHANACOMCHANA E UM OUTRO OLHAR

*Kleire Anny Pires de Souza  
(UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina)*

**Resumo:** A seção intitulada “heterror” era publicada na imprensa alternativa lésbica. Com início em 1987 e perdurando até 2002. A seção contava histórias reais de denúncias de violência, como também experiências dolorosas e traumáticas. As leitoras poderiam encaminhar suas histórias, porém também havia as que eram apresentadas pelas editoras. A seção nomeava-se dessa maneira por unir as palavras “terror” e “hétero” numa espécie de narrativas de terror da heterossexualidade, fazendo alusão não só ao heterossexualidade compulsória, mas também a realidade de entender-se lésbicas em um mundo de representações somente heterossexuais. A fantasmagoria do real no primeiro boletim lésbico alternativo, nomeado ChanaComChana, depois da sua descontinuidade, foi retomada a seção agora no seu sucessor o boletim Um outro olhar. As histórias são muito mais do que narrativas “assustadoras” do real, são representações e narrativas da experiência lésbica, ou como Cheryl Clarke chamou de “vivendo como uma lésbica”. Esse trabalho se propõe a analisar as narrativas publicadas na seção “heterror” e pensar a partir da lógica das representações e da teoria lesbofeminista às experiências de violência enfrentadas por mulheres lésbicas em diversas temporalidades. Utilizando como fonte os boletins onde eram publicados as histórias, dentro do seu recorte temporal de 1987 até 2002. Construídos e produzidos por mulheres lésbicas, o jornal contava com discursos lesbofeministas, preocupavam-se com o acolhimento e espaço de segurança para outras mulheres.

**Palavras-chave:** Imprensa alternativa; lésbicas; violência.

## ENQUANTO HOVER O SOM DO MBARAKA E DO TAKUAPU, VAI TER LUTA: MULHERES INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

*Claudia Nichnig (UFGD - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados)*

**Resumo:** As insurgências e os enfrentamentos realizados pelas mulheres indígenas diante das violências de gênero são processos individuais e coletivos de (re)existências que buscam políticas, especialmente políticas de gênero. O presente trabalho tem como objetivo analisar as agendas de enfrentamento as violências a partir de dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, realizadas em territórios indígenas do Mato Grosso do Sul, bem como dos Mapas da Violências produzidos igualmente pelas mulheres indígenas. As assembleias que contam com a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá, são espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e de ação e atuação política, os quais são espaços de (re)existências. Assim, a proposta é focar como as mulheres indígenas ali presentes problematizam e focam as questões das violências e as formas de enfrentamento, percebendo como são percebidas pensadas as violências no âmbito conjugal e familiar e ainda no âmbito estatal. Ao problematizar o acesso (ou não) à educação formal, principalmente o ensino universitário, a questão é perceber como o acesso à educação universitária forma e impulsiona as mulheres para a luta política e conseqüentemente o envolvimento nos coletivos indígenas, refletindo como esta participação em movimento sociais é impulsionada (e impulsiona) a formação universitária. A Kuñangue Aty Guasu trata-se de um importante espaço de fala para as mulheres indígena, em que lideranças femininas se formam e são formadas, sendo o relatório final um resumo das discussões, propostas e encaminhamento da assembleia. As discussões sobre violências contra as mulheres foi um dos motes da assembleia, com a realização de oficinas e diferentes formas de enfrentamento propostas nos encaminhamentos finais. Mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam consideradas demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também em ambientes públicos, evidenciam as mulheres e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado.

**Palavras-chave:** Mulheres indígenas; Corpos-territórios; Violências de gênero.

## OS PODERES DA AUTO-DEFINIÇÃO: MULHERES AFRO-INDÍGENAS E OS FEMININOS VIVIFICANTES DA HISTÓRIA DO BRASIL

*Marina Vieira De Carvalho (UFAC - Universidade Federal do Acre)*

**Resumo:** Este estudo pretende analisar as potencialidades de femininos de(s)coloniais na construção de re-existências ao ordenamento racista-patriarcal-cis-heteronormativo-colonizador atuante na organização sócio-histórica do Brasil. Com esse objetivo, problematizarei formas de opressões/resistências tradicionais de nossa sociedade, chamadas neste estudo de mortificantes por se atrelarem ao Padrão do Pai (Gonzalez), comparando-as com as táticas de re-existências tecidas por mulheres cujo corpo sócio-histórico passam por marcadores interseccionais de gênero, raça, classe, regionalidade e religiosidades. Mulheres que diante

do aparato necropolítico do Estado (Mbembe) e das normatividades sociais colonizadas, reinventam a si próprias por meio da conquista de suas autodefinições, materializadas em saberes e práticas de(s)coloniais na História do Brasil, chamadas neste estudo de femininos vivificantes. Como tentativa de comprovação desta hipótese, problematizarei os estudos de caso: “Dona Zenaide: a parteira empoderada do Acre” e a “Princesa Otampê Ojarô e o projeto político da diáspora Iorubá no Brasil”. Personagens que apresentam características de sociedades afro-indígenas, as quais se nutrem de cosmologias e culturas que entrecruzam dicotomias colonizadoras, possibilitando outros significados e atuações para o feminino. Comunidades em que o contato com a natureza e os saberes orais aprendidos em comunidade potencializam uma educação do corpo-mente-espírito, a qual atua como fonte para a conquista de suas auto-definições encantadas e, por meio desta conquista, se tornam especialistas em germinar tecnologias de criação de vida (policultura/alteridade, protagonismo/autodefinição, encantamento/re-existência) no solo esterilizado (monocultural/egocêntrico, opressivo/homogeneizado, desencantado/mortificado) pelo patriarcado colonizador. Seus sentimentos, pensamentos e ações entorno de conceitos associados sócio-históricamente no Ocidente ao feminino (como maternidade, sensibilidade, sedução, empatia e amor) são operacionalizados em chaves afro-indígenas que transgridem seus históricos processos de submissão, invisibilização e genocídio. Nesta perspectiva, este estudo apresentará potencialidades de femininos de(s)coloniais em histórias de vida de mulheres criadoras de re-existências criativas (e não reativas) e diplomáticas (e não competitivas/eliminatórias) nas trajetórias de mulheres vivificantes da História do Brasil.

**Palavras-chave:** de(s)colonialidades; gênero; re-existências.

## A PERCEPÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DA NOITE SOBRE DIACUÍ KALAPALO (1952)

*Bruna Lacerda de Souza*

**Resumo:** A mulher indígena na sociedade brasileira na Segunda República tem seu papel estereotipado a partir dos padrões idealizadores de uma sociedade conservadora para as mulheres e racista para os indígenas. O presente trabalho tem por objetivo compreender a expectativa da sociedade nacional sobre o papel a ser performando por Diacuí Kalapalo - mulher indígena - durante a Segunda República, no ano de 1952. Além das atribuições de gênero que era exigindo pelo padrão comportamental ocidental, havia também em voga, o funcionamento de uma engrenagem institucional racista contra os povos tradicionais - a exemplo temos a instauração do poder tutelar estatal sobre o manejo da vida dos indígenas. Diacuí teve sua imagem posta em grande destaque nos jornais nacionais por sua relação interracial com Ayres Câmara Cunha - sertanista que integrou a Expedição Roncador Xingu com os irmãos Villas Bôas. A narrativa usada pela imprensa era de que a Kalapalo representava o ideal de brasilidade e beleza indígena. Sua aparência era recorrentemente assunto principal, retratada como sensual e a caminho de se civilizar. Por meio das reportagens produzidas pelo jornal “O Diário da Noite”, em 1952, sobre Diacuí e sua relação interracial com um sertanista, podemos interpretar e discutir questões pertinentes sobre a projeção social feita à Diacuí, sua atuação durante a explanação da sua relacionamento, a expectativa da sociedade nacional sobre ela e o padrão comportamental feminino entre os Kalapalo. Desse modo, poderemos ter um panorama do significado de ser uma mulher indígena durante a década de 50, no

governo democrático de Vargas. Como aporte para formulação de um olhar crítico sobre essas relações, mobilizaremos Joan Scott para pensar gênero, Linda Smith na perspectiva de contestação indígena do lugar colonizador e Fredrik Barth para entender a relevância da alteridade no contato entre o mundo indígena e não-indígena.

**Palavras-chave:** Povos indígenas; Segunda República; Mulheres indígenas.

## O QUE AS CRIANÇAS NOS DIZEM SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*Debora Rickli Fiuza*

**Resumo:** A presente pesquisa almeja discutir a violência que se apresenta na infância de muitas meninas brasileiras. Os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, notificados por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN), apontam que 72% das crianças vítimas da violência sexual são do sexo feminino, considerando o período de 2011 a 2017. Outra problemática analisada diz respeito ao fato de que grande parte dos agressores são homens. Diante desse cenário, trata-se de uma investigação em nível de Doutorado, que integra o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Partindo desse levantamento quantitativo apresentado pelos órgãos oficiais, o estudo busca analisar qualitativamente a realidade da violência de crianças-meninas na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Como percurso metodológico, buscou-se realizar a escuta das crianças vítimas de violência por meio do Depoimento Especial acessado na Vara da Infância da Comarca de Guarapuava-PR, com o objetivo de apreender os aspectos sociais, culturais e psicológicos que atravessam o fenômeno da violência. O Depoimento Especial é um procedimento realizado no sistema judiciário brasileiro, onde crianças e adolescentes em situação de violência são ouvidas por um profissional especializado, transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservando o sigilo, conforme expresso na Lei 13.431/2017. Os pressupostos teóricos que conduzem este trabalho pautam-se pelas discussões feministas de Joan Scott, também os debates acerca da violência infantil pelas pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo promovidos pelo Laboratório de Estudos da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Com o objetivo de compreender os marcadores de gênero e raça por meio dos relatos de violência infantil apreendidos pelo Sistema Judiciário, a análise dos resultados será desenvolvida por meio da análise de conteúdo, partindo dos pressupostos de Laurence Bardin (2011). Diante dessa problemática, a pesquisa visa contribuir com o entendimento mais aprofundado do tema, bem como buscar estratégias de superação da violência infantil no Brasil.

**Palavras-chave:** Infância; Violência; Gênero.

## ST 06: GÊNERO E SERTANIDADES INSURGENTES: TERRITORIALIDADES NÃO CENTRAIS, DECOLONIALIDADE E INVENÇÕES DE FEMINISMOS



Ana Maria Veiga (UFPB)  
Tânia Vasconcelos (UNEB)  
Vânia Vasconcelos (UNEB)

As sertanidades podem ser definidas como vivências de sujeitas e sujeitos das mais diversas margens do Brasil, aquelxs que inventam formas de existências para além dos estereótipos construídos historicamente sobre os que habitam, não apenas o território sertão, entendido como o semiárido, mas os espaços rurais, interioranos, periféricos, muitas vezes vistos como estáticos, atrasados, reprodutores de hierarquias de gênero paralisadas no tempo. Representações de um masculino ligado a virilidade, força e violência, tipificado na figura do “cabra macho” e de um feminino submisso e deserotizado, construídas historicamente, ainda persistem. Esse olhar cristalizado revela um colonialismo interno, num constante processo de “outrização” de sujeitxs que vivem fora dos territórios considerados centrais. Neste ponto, a colonialidade é um conceito incontornável para se debater sertanidades insurgentes, mostrando as possibilidades de existência desses sujeitos, especialmente das mulheres, suas rebeldias e sabenças (Menezes, 2022) no enfrentamento aos processos de dominação. Este ST pretende agregar pesquisas que tematizem as relações de gênero e suas intersecções com as variantes de raça/etnia, classe, geração, sexualidade e territorialidade. A partir de uma perspectiva feminista, se propõe a estabelecer diálogos com as teorias decoloniais, queer e com outros saberes subalternizados, priorizando sujeitxs em situação de margem. Busca-se escapar das linhas centrais de teorias eurocêntricas, embora se estabeleça contatos e fricções ao acionar conceitos e teorias transnacionais e transdisciplinares. Pretende-se, com isso, articular estudos que problematizem, além das interseccionalidades, saberes, afetos e práticas dissidentes como partes da produção de conhecimento científico, e também propor releituras sobre os sertões e suas personagens, agregando pesquisas que trabalhem gênero e sertanidades. Deste modo, abre-se a possibilidade de adensar um campo de estudos em formação, que se propõe a discutir gênero e sertões em sua ampla abrangência territorial, conceitual e epistêmica. O simpósio temático, alinhado à perspectiva contracolonial, antirracista e antissexista, acolherá pesquisas sobre mulheres, gênero, feminismos, raça e etnia, masculinidades, sexualidades, com foco em sujeitxs cujo protagonismo ainda está por ser reconhecido. Mulheres sertanejas, negras, indígenas, pessoas LGBTQIA+ e outras possíveis dissidências serão priorizadas como sujeitxs de afetos e estudos.

## Referências

- DINIZ, Rozeane P. O farol de Joana Preta: heterotopias e memórias em Olivedos-PB (1940-1970), Curitiba: Apris, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.
- MACHADO, Flávia P. “Feminismos contra-hegemônicos em contextos de luta pela terra: apontamentos teórico-metodológicos para a pesquisa com mulheres sem-terra”. Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 21-40, jan./jun. 2021.
- MENEZES, Izabel D. de. Sabenças passadas na comunidade tradicional de Fecho de Pasto. In: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia N. P.; BANDEIRA, Andréa (orgs.). Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: EDUFBA, 2022, p.289-306.
- SOBREIRA, Dayane. “É o querer das Margaridas”: tecendo histórias de resistências feministas no Brasil. XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: história e resistências, 2020, Passo Fundo-RS. Anais (p. 1-14).
- VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia N. P. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. Sæculum – Revista de História, v. 24, n. 41, p. 196-203, 15 dez. 2019.
- VASCONCELOS, Cláudia. P. Ser-Tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da Identidade Baiana. Salvador: EDUFBA, 2011. VASCONCELOS, Tânia M. P. Sertanejas defloradas e Don Juans julgados: relações sexoafetivas de mulheres pobres no sertão da Bahia (1942-1959). Salvador: EDUFBA/EDUNEB, 2020.
- VASCONCELOS, Vânia N. P. Entre a norma e a rebeldia: rastros de feminismos no sertão baiano. Sæculum – Revista de História, v. 24, n. 41, p. 204-216, 15 dez. 2019.

## **SERTANEJAS DESNATURADAS: MATERNIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DE MULHERES POBRES NOS SERTÕES DA BAHIA (1890-1945)**

*Miléia Santos Almeida (UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia)*

**Resumo:** Ser “desnaturada” costuma aparecer no imaginário social como uma representação de crueldade e ausência de sentimentos considerados “naturais” à humanidade, sobretudo, às fêmeas da espécie humana. Esse conceito costuma ser associado às mulheres que não assumem os papéis normativos de “amor materno” construídos pelas sociedades ocidentais. Este trabalho se propõe assim, a investigar duas faces das narrativas da maternidade/maternagem nos sertões baianos do fim do século XIX e início do século XX: o não-ser e o vir-a-ser mãe, por meio de discursos e experiências tecidas entre a sua negação, suas dissidências, rebeldias e desvirtuamentos do ser. Tais narrativas estão profundamente atravessadas pelas tentativas de controle reprodutivo presentes em um projeto civilizatório elitista, racista e patriarcal e se consolidam no interior de relações hierarquizadas de gênero, classe e raça no início do período republicano no Brasil. Neste contexto, a maternidade higiênica imputava às mulheres o papel de genitoras da nova nação enquanto as transformava em alvo privilegiado das ações sanitárias de controle das atividades reprodutivas. Porém, os sertões da Bahia, território de ocupação colonizadora tardia e muito diversa, representava um desafio ao projeto que se anunciava e se tornara o escopo dos discursos sanitários e ações maternalistas no próprio estado, em especial nas primeiras décadas do século XX. Segundo Mignolo, a diferença colonial atua nas histórias locais, sendo “o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados”. (MIGNOLO, 2003, p. 10). Assim, os sertões se tornam locais de remodelamento desses “projetos globais” ou nacionais, sendo possível utilizar a categoria “sertanidade” enquanto chave de leitura decolonial para interpretação das particularidades das experiências de sujeitos e sujeitas sertanejos/as. Concentrando o olhar sobre as regiões do alto sertão da Bahia e sertão da ressaca, fontes históricas diversas como processos-crime de infanticídio e processos cíveis de tutela, jornais, teses e periódicos médicos, atas de instituições filantrópicas, manuais de puericultura, decretos sanitários e correspondências pessoais apresentam experiências de maternidade e não-maternidade de mulheres sertanejas pobres e suas estratégias de existência e resistência diante do projeto de controle das elites republicanas.

**Palavras-chave:** Mulheres sertanejas; Maternidade; Sanitarismo.

## **CULTURA DO ESTUPRO, RELAÇÕES CORONELISTAS E RESISTÊNCIAS FEMININAS NO SERTÃO DAS JACOBINAS (BAHIA)**

*Tânia Vasconcelos (UNEB - Universidade do Estado da Bahia)*

**Resumo:** A comunicação trata da relação entre “coronelismos” e violências sexuais contra mulheres e meninas estabelecendo conexões entre o passado e o presente com vistas a refletir sobre mudanças e permanências relativas a violências e hierarquias de gênero e sua relação com a política institucional na região de Jacobina, no sertão da Bahia. Em minha tese analisei concepções e práticas relativas a vivências sexoafetivas de mulheres pobres, focalizando a importância da virgindade feminina e as representações sociais de gênero em processos judiciais de crimes contra os costumes (sedução, rapto e estupro) da comarca de Jacobina nas décadas

de 1940 e 1950. Na pesquisa pude observar que alguns processos que foram enquadrados juridicamente como “crimes de sedução” poderiam ter sido caracterizados como “crimes de estupro”, caso a palavra da vítima fosse considerada relevante. Discuto, assim, como a cultura do estupro contribuiu para uma naturalização da violência sexual praticada dentro de relações afetivas, especialmente contra mulheres pobres, uma vez que a preocupação demonstrada pelo poder judiciário era com a “perda” da virgindade e não com a violência sofrida por elas. A cultura do estupro, para além dos processos citados, está implícita na própria formulação da legislação relativa a crimes contra os costumes devido ao seu caráter patriarcal, uma vez que a concepção de “mulher honesta”, presente na lei, acabava por culpabilizar as vítimas, normalizando o comportamento sexual violento dos homens. Em algumas dessas histórias havia, para além das opressões de gênero, opressões de classe, uma vez que as famílias das vítimas mantinham relações de dependência econômica em relação à família do acusado. A partir de um fato ocorrido recentemente na mesma região: a divulgação de um vídeo em que um velho político estupra uma jovem portadora de transtornos mentais, pretendo refletir sobre as permanências de uma lógica coronelista cisheteropatriarcal, ao lado de importantes transformações culturais, que fizeram com que a reação a esse tipo de violência ocorresse de forma organizada e efetiva.

**Palavras-chave:** Violência Sexual; Coronelismo; Resistências.

## **LEMBRANÇAS DE SI: REPRESENTAÇÃO E AUTORREPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

*Amanda Guedes Cardoso*

**Resumo:** O presente trabalho, desenvolvido a partir do projeto Histórias de Vida de Mulheres no Sertão do São Francisco, pretende avançar nas investigações que vêm sendo feitas no Grupo de Pesquisa Gênero e Violência, a partir da hipótese de que nos sertões do São Francisco da primeira metade do século XX, os papéis de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres não eram tão imutáveis e, assim, as mulheres não estavam subordinadas a uma conduta de comportamento baseado na obediência em que são vistos alguns aspectos, como fragilidade, passividade e submissão. Procura-se analisar as especificidades femininas de representações de gênero e autorrepresentação daquela época a partir de histórias de vida de mulheres de diferentes origens sociais, tendo em vista a realidade social e econômica que parece diferente daquela encontrada nos grandes centros urbanos e no modo de vida burguês. Utilizamos a metodologia da História Oral de Vida; selecionamos para entrevista 10 mulheres com idade igual ou maior que 80 anos das cidades de Montes Claros, São Francisco e Pirapora. As entrevistas foram realizadas em projeto anterior e já foram algumas parcialmente analisadas. Pretendemos fazer a transcrição das entrevistas; que consiste na transcrição, correção do texto e devolução às colaboradoras para elaboração do documento final para análise; e análise dos documentos construídos. A pesquisa aponta que algumas das mulheres do sertão do São Francisco (em especial duas colaboradoras de elite), não seguiam aquele padrão de conduta e comportamento baseado na obediência e subordinação. A Colaboradora 1 era astuta, teimosa e tinha um comportamento diferente da irmã, que era mais feminina, “muito boazinha e delicada”. A Colaboradora 1 queria fazer faculdade, não queria casar e nem ter filhos, e morar em um apartamento. Ela acabou casando, sua casa se tornou uma matriz e

teve 10 filhos, se formou em pedagogia, mas nunca perdeu sua independência e nem deixou de ser dona de si. A Colaboradora 2 se casou e teve filhos, mas nunca deixou de trabalhar e ser decidida. Com receio de depender do dinheiro do marido, dizia que “era mais fácil acabar o casamento do que parar de trabalhar”. Estudou e trabalhou desde muito nova e não deixou de trabalhar mesmo depois de aposentada. Assim, as mulheres estudadas não são representadas pelas mulheres que se viam nos centros mais urbanizados, e o masculino não exercia tanta influência nas suas escolhas sendo elas mesmas protagonistas de sua história.

**Palavras-chave:** Memória; Relações de Gênero; Sertão.

## **REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA OBRA “MONTES CLAROS ERA ASSIM” DE RUTH TUPINAMBÁ GRAÇA**

*Nathalia Maria Pereira Pimenta (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Neste trabalho de pesquisa, buscou-se analisar a maneira pela qual as figuras femininas foram representadas na obra “Montes Claros era assim”, escrita por Ruth Tupinambá Graça em 1986. Vinda de uma família tradicional montes-clarense, a memorialista e escritora Ruth Tupinambá Graça relata, no livro utilizado como fonte para essa pesquisa, suas experiências de vida no antigo povoado que deu origem a atual cidade de Montes Claros, situada no sertão norte-mineiro. Desse modo, ela apresenta, em seus escritos, diversos olhares e vozes, tanto femininas quanto masculinas, sobre como era a vida naquela região ainda no século XX, os costumes daquelas pessoas e suas características específicas, as quais se concretizaram em memórias para a história da atual Montes Claros. Utilizando a hipótese levantada de que nos sertões do São Francisco não havia ainda uma separação rígida e fixa dos papéis de gênero baseados na domesticidade burguesa, objetivou-se analisar como as mulheres foram vistas e tratadas e, dessa maneira, representadas a partir de memórias da autora Ruth Tupinambá Graça. Logo, para tal análise foram utilizados conceitos de memória, Representação Social, sertão e relações de poder e gênero, dos quais esperou-se contribuir para a obtenção de resultados mais amplos a fim de produzir uma historiografia sobre as mulheres no sertão do São Francisco, em Minas Gerais. Portanto, a pesquisa foi realizada através dessa revisão bibliográfica sobre a representação feminina dentro do livro “Montes Claros era assim”, contando também com a contribuição de outras obras, as quais tem, em seus conteúdos, questões relacionadas aos temas que foram trabalhados – gênero, história das mulheres, memória e a cidade de Montes Claros, a qual se encontra localizada dentro das definições de sertão –. Como resultado, espera-se compreender o motivo pelo qual a imagem que se tem da figura feminina, representada no livro em diversas personagens descritas pela autora, ter se alterado com o passar do tempo e evolução da sociedade. Assim, será possível entender o porquê de uma forte representação dentro dessa figura, presente nas características da Montes Claros do século XX lembradas no livro, ainda ser perceptível nos dias de hoje, mesmo que tenham ocorrido todas essas mudanças e adequações.

**Palavras-chave:** Memória; Mulher; Representação.

## MULHERIDADES NO INTERIOR DE SERGIPE: O OLHAR DA ESCRITORA ALINA PAIM

*Iracélli da Cruz Alves (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)*

**Resumo:** A comunicação analisa as imagens e sociabilidades de mulheres construídas pela escritora sergipana Alina Paim nos romances “Simão Dias” e “A sombra do Patriarca”, publicados em 1949 e 1950, respectivamente. Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Andrade Leite - Leite Paim após o casamento - foi uma escritora com carreira literária expressiva na primeira metade do século XX, embora hoje não componha o cânone literário. Talvez sem programar, a mulher que, em 1943, chegou ao Rio de Janeiro para acompanhar o marido, se projetou no cenário político e nos círculos literários. Pouco mais de um ano após a mudança para o Rio de Janeiro, publicou seu primeiro romance: “Estrada da Liberdade”. Bastante comentado no meio literário, o livro de estreia a colocou em evidência. Foi como romancista que a mulher, que nas palavras de Graciliano Ramos, parecia uma “menina tímida, novinha e com jeito de freira à paisana”, se destacou como escritora. Contrariando parte dos críticos que em sua estreia setenciou sua morte como ficcionista, publicaria mais quatorze livros de ficção ao longo de sua carreira: dez romances, entre eles uma trilogia, e quatro livros de literatura infanto-juvenil. Ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), arte e militância partidária se entrecruzaram em seu processo de criação. Os seus espaços de experiência – família, maternidade, escola, igreja, Estância, Simão Dias, Salvador e PCB – se tornaram cenários para as invenções. “A Sombra do Patriarca” e “Simão Dias” seguiram o tom autobiográfico. Escritos quase simultaneamente, foram lançados em um curto intervalo de tempo. Elaborado entre outubro de 1945 e fevereiro de 1946, “A Sombra do Patriarca” foi lançado em 1950 pela editora Globo. “Simão Dias” saiu em 1949 pela Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, mas foi construído meses depois do anterior, entre agosto e dezembro de 1946. O primeiro, considerando a ordem de escrita, é narrado por Raquel, que conta o que viu e ouviu nos meses em que passou na zona rural de uma cidade do interior de Sergipe, com destaque para as vivências das mulheres. “Simão Dias”, por sua vez, é intimista e marcado por penetração psicológica. Situada na pequena cidade de Simão Dias, cidade em que Alina Paim viveu parte da infância, a narrativa conta histórias de mulheres a partir de diferentes pontos de vista, seja de quem observava, seja de quem vivia a experiência. Neste aspecto, evidencia a complexidade da existência humana, mais particulamente das mulheres; das leituras que são feitas delas e da impossibilidade de alcançar os “compartimentos da alma” “feminina”. Em “Simão Dias” a autora depurou seu estilo e expôs com mais firmeza o que elegeu como centro de suas atenções: a condição social das mulheres. É este aspecto que mais nos interessa aqui: analisar as mulheridades/feminilidades observadas/construídas por Alina Paim, uma escritora feminista esquecida nos labirintos do tempo.

**Palavras-chave:** Alina Paim; Mulheridades; Literatura.

## CINEMA NA ENCRUZILHADA DO GÊNERO E RAÇA

*Leonilia Mendes Magalhães*

**Resumo:** O ensaio de Linda Nochlin “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, publicado originalmente no ano de 1971, pode ser reinterpretado na chave de “por que não há grandes mulheres cineastas?”, e ainda inspirada pelo ensaio, posso dizer que não é uma questão de

falta de “genialidade” ou talento, mas de obstáculos e falta de oportunidades; não de realizar filmes, pois mesmo com vários percalços as mulheres continuam filmando, mas de fazer com que esses filmes cheguem ao grande público e, principalmente, de serem colocados na conta dos grandes filmes, pois quem define esse status de grandeza são os homens da indústria cinematográfica e da distribuição, e homens quase sempre elegem homens. Mas estou falando principalmente das mulheres brancas, pois quando com o gênero interseccionizamos raça, a questão fica ainda mais complicada. Se para os homens cineastas negros é difícil vencer em uma indústria que também é racista, para as mulheres cineastas negras a dificuldade é muito maior, mas os obstáculos não impediram que elas fossem pelas margens, abrindo espaços e se fazendo notar. Logo este trabalho pretende discutir sobre Zora Neale Hurston uma cineasta negra do primórdio do cinema descoberta por Alice Walker e da importância das mulheres para a história do cinema; analisar a teoria feminista do cinema tendo como ponto de vista a raça e as críticas levantadas sobre um cinema feminino de hegemonia branca; e mostrar as formas e maneiras como as cineastas negras encontraram para participar da indústria cinematográfica.

**Palavras-chave:** Cinema; Raça; Gênero.

## REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NO JORNAL A TARDE DE 1975 A 1985

*Lorena Nunes de Lima (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana)*

**Resumo:** Propõe-se demonstrar a representação sobre mulheres inserida no jornal A Tarde de 1975 a 1985, com o questionamento sobre a influência do movimento feminista da época, de forma a analisar sobre mudanças e permanências que estavam relacionados ao patriarcado, observando como este meio de comunicação retratava o comportamento feminino. O recorte proposto foi escolhido tendo como marco inicial a segunda onda feminista no Brasil e como termo final a redemocratização do Estado. Tais marcos pretendem analisar a influência do feminismo no cotidiano das mulheres da época, considerando, inclusive, que se trata de uma época em que o Brasil vivia uma ditadura militar. Dentre as análises proposta estão questões como religião, vestimentas, estudos, capacidade, igualdade de gênero, política, profissão, comportamento, beleza, Interseccionalidade com a raça. Quanto ao aspecto teórico-metodológico essa pesquisa se insere no campo da História Social e do Estudo de Gênero e Memória. Quer-se com a pesquisa identificar se os debates feministas corroboraram para mudanças e evoluções nos direitos das mulheres e também como algumas violações permaneceram silenciadas. Para pesquisar as representações sobre mulheres no jornal citado, usaremos artigos, propagandas, carta do leitor, classificados e o jornal como um todo. Ressalta-se que jornal é uma fonte já amplamente usada em pesquisas historiográficas. Para utilização de tal dessa fonte é necessária a interpretação e contextualização, considerando-se, por exemplo, quem escreveu o artigo, quem eram os editores do jornal, sendo necessário muitas vezes ler nas entrelinhas ou à contrapelo.

**Palavras-chave:** Mulheres; Feminismo; Gênero.

## MULHERES NO LIVRO DIDÁTICO: UM DIÁLOGO ENTRE OS DISPOSITIVOS LEGAIS E A ATUAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO

*Maria Eduarda Carlota da Silva (UNB - Universidade de Brasília)*

**Resumo:** Os locais de construção de conhecimento são também locais de construção de gênero e relações de gênero. Historicamente as mulheres sofreram invisibilidades nos diversos espaços de construção do saber, tanto na academia, como nas escolas de ensino básico. Nos últimos anos, algumas legislações sobre educação e programas de política pública educacional tem tentado reverter essa realidade, mesmo que de forma mínima. Essa pesquisa tem duas propostas que se relacionam, a primeira é mostrar os aparatos legais que amparam o ensino de temáticas de gênero nas escolas, como uma forma de fazer frente aos ataques fundamentalistas reacionários que tentam barrar e difundir como ilegal ou imoral a promoção de igualdade de gênero, e construção de identidades plurais. Para isso analisei a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o PNLD, Programa Nacional do Livro Didático. E a segunda proposta é fazer uma análise da prática desses aparatos legais para ensino sobre gênero, especificamente no ensino de história. A partir da política pública de livros didáticos, o PNLD, uma política educacional que tem como critérios: promover a imagem positiva das mulheres, reforçando sua visibilidade em diferentes espaços; Abordar temáticas de gênero para construir uma sociedade não sexista, justa e igualitária e colaborar para erradicar violências (Edital PNLD, 2018). Analisei como as diretrizes sobre os temas de gênero têm aparecido nos livros didáticos de história, para o Ensino Médio, usados a partir do Programa. Problematizando quais mulheres aparecem ou não, de que forma aparecem, quais discursos sobre elas e quais os protagonismos ou invisibilidades estão ligados às mulheres nos livros didáticos de história.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Ensino de história; Representatividade.

## TRAGÉDIA GREGA E O DISCURSO FEMININO

*Darcylene Pereira Domingues; Juliana Avila Pereira*

**Resumo:** O presente trabalho visa demonstrar ao longo da escrita as principais reivindicações do feminino, por meio do discurso trágico, nas obras aqui citadas: Medeia de Eurípidés e As Traquínias de Sófocles. Nesse sentido, analisamos o discurso produzido por essas personagens femininas ao longo do enredo trágico e dimensionamos também as suas atitudes referentes a ação teatral e aproximação com o Coro. O teatro grego é uma produção muito específica, vinculada ao século V a.C, na cidade de Atenas e apresenta-se como fruto da realidade isonômica que a pólis vivenciava. Os textos trágicos nos oferecem de forma discursiva embates e reivindicações do feminino para com o masculino, mulheres adúlteras, assassinas, dissimuladas que tem o poder de fala no teatro de Dioniso. Assim, através da fala das personagens Medeia e Dejanira podemos observar a construção de uma sociedade marcadamente androcêntrica e a construção/manutenção de um modelo de parentesco cívico. Nessa perspectiva, utilizamos a análise de conteúdo a partir de categorias desenvolvidas, como por exemplo, domesticidade e leito nupcial, ambas presentes nas duas peças teatrais para demonstrar o posicionamento dessas mulheres. Portanto, nosso interesse é discutir o espaço desse feminino no ambiente trágico e conseqüentemente sua ampliação para todo o interior da pólis grega. Além disso,

analisar a aproximação e trocas discursivas realizadas entre Medeia e Dejanira com o Coro feminino presente em ambas as tragédias, uma vez que, essas outras mulheres representam a voz da cidade.

**Palavras-chave:** Tragédia; Gênero; Feminino.

## **“A LUTA AQUI É CONSTANTE!” A LUTA DE MULHERES DA COMUNIDADE PORTO DA PEDRA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS.**

*Laise de Lima Pimentel Malta*

**Resumo:** A investigação analisa o protagonismo das mulheres remanescentes de quilombo da comunidade Porto da Pedra, território rural de Maragogipe-BA. O estudo busca desvelar os processos culturais, políticos e sociais envolvidos na construção dos espaços de liderança feminina na comunidade quilombola de Porto da Pedra, apresentando o cotidiano das mulheres desta comunidade, revelando os processos culturais, políticos e sociais envolvidos na construção dos espaços de liderança feminina, através da análise de documentações existentes sobre a história da localidade, da análise de fontes orais obtidas durante a pesquisa e da análise de autores/as que já realizaram pesquisas historiográficas no campo de gênero, raça e comunidades remanescentes de quilombos. Dessa forma, serão consideradas as categorias de raça/etnia como marcadores do racismo que interferem no processo de titulação das terras quilombolas no Brasil. A pesquisa busca analisar a partir das narrativas, a trajetória de liderança das mulheres quilombolas de Porto da Pedra, os feminismos resignificados nas suas ações, resistências, rebeldias e experiências das mulheres quilombolas, observando a atuação intrafamiliar e comunitária, as relações sociais entre homens e mulheres na comunidade e território, as hierarquias de gênero no âmbito da família, trabalho e organização política, bem como a trajetória dessas mulheres considerando suas experiências, vivências, saberes, afetos e engajamento na luta política junto aos moradores da comunidade mediante apropriação do conhecimento sobre os direitos específicos enquanto comunidade quilombola.

**Palavras-chave:** Protagonismo; Mulheres; Comunidades Quilombolas; Gênero.

## **OS REFLEXOS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO DIREITO DE ACESSO À TERRA DAS MULHERES RURAIS**

*Rosa Maria Dias*

**Resumo:** Os movimentos rurais de mulheres, cuja emergência de seu processo de organização e formação se deu a partir das Comunidades Eclesiais de Bases, Pastorais e na articulação das oposições sindicais e do novo sindicalismo evidenciou a necessidade de afirmação das mulheres rurais enquanto sujeito político. Deste modo, com o reconhecimento político das mulheres camponesas e sua participação nos sindicatos e posteriormente nos órgãos diretivos, acrescenta-se à agenda pública dos movimentos sociais do campo a denúncia de formas específicas de opressão, intrínsecas à categoria gênero, a qual o nosso estudo tem por objeto a negação do direito das mulheres de acesso à terra. Este artigo tem por objetivo analisar como as relações de gênero e poder refletem na sistemática de regularização fundiária e no acesso

à terra pelas mulheres camponesas. Partimos dos estudos versados por Maria Ignez Paulilo (2004), Vilênia Venâncio Porto Aguiar (2016), dentre outros autores. Metodologicamente, trabalhamos a partir de uma abordagem documental e bibliográfica tomando como fonte, além dos estudos das autoras acima citadas, a legislação pertinente à temática. Buscou-se entender os aspectos sócio-históricos e culturais da exclusão do acesso à terra pelas mulheres rurais e de como esse cenário pôde ser modificado a partir da articulação e mobilização das mulheres e principalmente sua organização política. Deve ser mencionado que o estudo optou por uma abordagem interseccional entre as categorias de classe e gênero, por meio da análise de conceitos como direito, terra, gênero, articulação política, violência patrimonial, dentre outros. Outrossim, o ensaio justifica-se em face da existência de poucos estudos acadêmicos no recorte conceitual e de análise pretendido por este artigo como também por refletir a salutar busca de garantia dos direitos sociais e da cidadania das mulheres rurais, objetivando a redução das desigualdades de gênero nos processos de regularização fundiária. É sabido que a exclusão das mulheres rurais ao acesso à terra, acarreta a negativa de outros direitos, como alcance de políticas públicas voltadas ao incentivo da agricultura familiar e à previdência rural, além dos reflexos nos direitos sucessórios das camponesas. Logo, vê-se que a articulação política das mulheres rurais teve e têm seu papel decisivo na reivindicação de seu direito de acesso à terra e a regularização fundiária, ao passo que a inclusão da titulação conjunta como obrigatoriedade formal à concessão de políticas públicas para agricultura familiar, foi fruto da mobilização das trabalhadoras rurais, em contraposição ao domínio patriarcal no campo.

**Palavras-chave:** Trabalhadoras Rurais; Direitos; Regularização Fundiária; Gênero; Relações de Poder.

## **NARRATIVAS INSURGENTES: REVISITANDO MEMÓRIAS DE MULHERES ASSENTADAS EM MUCURI-BA**

*Jamile Stephane*

**Resumo:** O seguinte trabalho expõe reflexões de uma pesquisa em andamento sobre as memórias e narrativas de mulheres assentadas na cidade de Mucuri, localizada no Extremo Sul da Bahia. Essa pesquisa, inserida no processo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PGGER-UFSB/Campus Paulo Freire), resulta de observações e inquietações despontadas no contexto da Educação do Campo. Nesse sentido, sob o objetivo de disseminar as memórias e narrativas de mulheres assentadas no município de Mucuri, verifica-se a oralidade a partir de sua potencialidade transgressora, visto que esta, além de metodologia, aparece como uma opção epistemológica que valoriza as distintas formas de construção histórica. Uma vez que a oralidade tem se apresentado como instrumento eficaz para legitimar trajetórias, lutas e memórias daquelas que tanto foram silenciadas e subalternizadas na história vivida e contada, as reflexões desenvolvidas apontam para o uso da História Oral como uma de tantas estratégias metodológicas para fortalecer um feminismo que se postule enquanto Decolonial e/ou Camponês Popular. As narrativas analisadas se despontam como insurgentes na medida em que apresentam existências tradicionalmente subalternizadas, e que, cotidianamente, fazem enfrentamento à colonialidade, ao patriarcado, ao racismo, ao neoliberalismo, ao urbanocentrismo e a tantas outras formas de opressão. Dentro da categoria de mulheres assentadas é possível explorar múltiplas nuances sócio-históricas, interseccionando-as às categorias de raça/etnia, classe, geração, sexualidade e

territorialidade, promovendo, a partir disso, o reconhecimento e valorização dessas mulheres. Para tal, as postulações teórico-metodológicas aqui apontadas então amparadas em teóricas como Lugones (2014;2020), Spivack (2014), Verges (2020) que apresentam análises sobre o Feminismo Decolonial; bell hooks (2013; 2018) e Gonzalez (2020), que ressaltam a importância de um feminismo plural, exaltando sua vertente interseccional e antirracista, também elucidando caminhos para uma educação libertadora; para ressaltar as peculiaridades da Educação do Campo, utiliza-se a autora Roseli Caldart (2008), e, em defesa da potencialidade transgressora da História oral, escritos de Portelli (1997) e Cusicanqui (1989;2020). O produto educacional projetado para essa pesquisa consiste na composição de um Museu da Palavra, o qual corresponderá na criação e organização de um acervo digital fonográfico com relatos de vida dessas mulheres. De modo geral, compreende-se que a promoção de uma intervenção que registre e dissemine as narrativas de mulheres assentadas significa afirmar com todas as palavras qual transformação deseja-se pronunciar nesse mundo, apontando também, instrumentos e meios possíveis para tal.

**Palavras-chave:** Mulheres assentadas; Feminismo Camponês Popular; História oral.

## **MULHERES NO CAMPO E AGROECOLOGIA: PROTAGONISMO SOCIAL NA CULTURA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO-PB**

*Walter Aguiar*

**Resumo:** Frente à importância de entender os aspectos sociais, culturais e econômicos presentes no município de Remígio - PB, a partir da cultura do algodão agroecológico produzido em sua maioria através da agricultura familiar, pesquisamos sobre Mulheres do Campo e Agroecologia: protagonismo social na cultura do algodão agroecológico no município de Remígio - PB, a fim de refletir sobre o lugar da mulher, seu trabalho e atuação na cultura do algodão agroecológico no Assentamento Queimadas. Para tanto, foi necessário mostrar a relevância do trabalho feminino na cultura do algodão agroecológico e na manutenção familiar, além de discutir, com base em pesquisas bibliográficas, sobre a produção de algodão para agricultura familiar remigense e nele identificar o lugar da mulher no Assentamento Queimadas. Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, fazendo estudos de monografias, artigos científicos e análise de fotografias que abordam a temática proposta. Como referencial teórico utilizamos Bourdieu (1989; 1996); Cappellin (1990); Certeau (1994); Costa (2000); Cunha (2000); Del Priore (2001) Mauad (1996); Foucault (1979; 1984); Saffioti (1992); Scott (1994); Perrot (et al., 2001; 2005) e Valoura (2005-2006) entre outros, partindo da abordagem de conceitos como: relações de poder, trajetória, classe social, empoderamento, agroecologia, dentre outros. Desse modo, a pesquisa se situou no campo dos estudos de gênero articulado ao contexto do trabalho, buscando enfatizar o papel das mulheres. Diante disso, verificamos que a cultura do algodão agroecológico é um importante meio para que as mulheres do Assentamento Queimadas manifestem seu protagonismo político, social e econômico. Portanto, a partir do momento que as mulheres geram renda e passam a ocupar os espaços públicos e privados, deliberadamente passam a ecoar suas vozes e se mostram protagonistas com a cultura da produção do algodão agroecológico.

**Palavras-chave:** Gênero e Poder; Cultura do algodão; Agroecologia; Agricultura familiar; Assentamento.

## **“EVOLUÇÃO NOSSA LEMBRAR AQUELE TEMPO PASSADO”: EPISTEMES VIVIDAS, FIADAS E TECIDAS POR MULHERES DO INTERIOR DE GOIÁS**

*Jéssica Marques da Costa*

**Resumo:** Relembrar para a Fiandeira e Tecedeira Noeme Costa é evoluir. Ao se pensar a tecelagem manual, como de um lado, um fazer do “universo privado feminino”, ou de outro, um espetáculo de sedimento cultural, sem evidenciar disputas e construções que estão em seu cerne, cria-se noções sobre essa atividade como sendo um processo de “menor” significado, em que se desconsidera toda uma série de conhecimentos e saberes produzidos por estas mulheres. Para Boaventura de Souza Santos (2010) o pensamento abissal – interessado na manutenção do abismo social, mas também epistemológico – “desqualifica conhecimentos produzidos fora do cânone” da modernidade, constituindo uma monocultura de saber. De outro lado, quando se focaliza os elementos que constituem o saber-fazer da tecelagem manual, esta é muitas vezes posta por um viés de exaltação de identidade regional por meio da representação das práticas tradicionais. Entendendo que, como pensado por Cláudia Regina Duarte (2003), olhar para a tecelagem manual sob lentes folclóricas limita e reduz, e muitas vezes “congela”, as análises dessas práticas e suas relações sociais que ocorrem em variados sentidos, como técnico do trabalho, quanto simbólico, criativo e estético. Portanto, a proposta deste trabalho é refletir acerca do fazer de Fiandeiras e Tecedeiras da região do sudoeste de Goiás, enquanto vivências epistemologias por meio da análise de vídeos feito por essas mulheres e enviados ao Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos na ocasião do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de 2020. Nesse horizonte, se tem por intuito estabelecer reflexões que catalisem criticamente as noções de identidades; bem como as fronteiras inventadas de “tradicional” e “moderno”, articulando a visão de encruzilhada dos “entrelugares” em diálogo com Gloria Anzaldúa (2005), e através das reflexões de Ebraim Moosa (2010) que ao pensar em epistemologias nas dimensões do Sul global, situa que o conceito de progresso precisa ser contextualizado em lócus, ou seja, para além das dimensões atribuídas pela modernidade-colonialidade de gênero capitalista desenvolvimentista e, pois, em relação a tecelagem podemos conjecturar que esse fazer estar sempre, “renovando o passado”, enquanto houver uma mulher ou homem entrelaçando, tramando e ensinando tais saberes.

**Palavras-chave:** Mulheres; História; Sul global.

## **SER MULHER NEGRA, INTELLECTUAL E SEM TERRA NOS RINCÕES DE GOIÁS: TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DECOLONIAIS, FEMINISTAS E INSURGENTES DE DONA ELBA**

*Flávia Pereira Machado*

*(IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)*

**Resumo:** A proposta dessa comunicação é um recorte da minha pesquisa de doutoramento sobre as trajetividades e narrativas de onze mulheres sem terra em Goiás. Por meio da interlocução com essas mulheres, tenho percorrido o alinhavamento das tramas compostas pela articulação entre classe, gênero, etarismo, raça e maternidades, na compreensão das vidas-travessias e resistências na luta pela terra e pela reforma agrária. Para tanto, as narrativas orais de vida e temáticas emergem como fontes de pesquisa e referências teóricas para as reflexões em torno de como as subordinações e violências que as atravessam, transformam seus

corpos-políticos e dores enfrentadas em potências de lutas e (re)existências, compreendidas no espectro dos feminismos populares e decoloniais. Na esteira da proximidade com suas vivências narradas, delimito para esta comunicação, a narrativa de Elbani Ferreira, Dona Elba. Aos sessenta e quatro anos de idade, Dona Elba provoca uma série de questionamentos, deslocamentos e ressignificações sobre sua posição enquanto mulher negra, sem terra (em situação de acampada) e empobrecida. Evoca uma análise sobre os atravessamentos e violências perpetrados por suas marcações, que a impulsionam para a construção de uma perspectiva crítica, decolonial e insubordinada sobre a questão agrária, as intersecções e as formas de enfrentamento da sua condição social, política e econômica. A partir de seu ponto de vista privilegiado (COLLINS, 2016), enquanto sujeita à margem da sociedade patriarcal, colonial, hetenormativa e excludente, Dona Elba afronta a história canônica e colonizadora da posse da terra no Brasil e das imagens negativadas construídas em torno dos “sem terra”. De sua posição de subalternização, Dona Elba insurge frente aos eixos de subordinação que atravessam seu corpo e se coloca em um lugar de resistência. Considerando tais questões, proponho, a partir da análise da narrativa oral de Dona Elba, refletir sobre como a matriz colonial ocidental de poder e de gênero (cf. QUIJANO, 2010; LUGONES, 2020) estabelece um processo de desempoderamento em uma mulher negra e sem terra, assim como tais opressões são impulsionadoras de uma interseccionalidade emancipadora (cf. CRENSHAW, 2002; BERNARDINO-COSTA, 2015). Dessa forma, busco compreender como as intersecções de raça, classe, gênero e etarismo atravessam o corpo e a travessia de Dona Elba e a impulsiona a constituição de uma perspectiva decolonial e feminista frente à vida e a luta pela terra e pela reforma agrária. Para tanto, me referencio teórico e metodologicamente nas epistemologias feministas decoloniais (CURIEL, 2014; 2020; LUGONES, 2014) que me localizam enquanto mulher, branca, urbana, periférica, em um movimento de deslocamento mediante a interlocução com mulheres sem terra, na possibilidade de construção de um diálogo que possibilite a constituição de epistemes e narrativas insubmissas da história a partir de nossas experiências compartilhadas.

**Palavras-chave:** Mulheres sem Terra; Decolonialidades; Feminismos.

## **FEMINISMOS APRENDENTES: TECENDO REBELDIAS EM UMA FORMA CONSTELAR DE CONHECIMENTO**

*Vânia Vasconcelos (UNEB - Universidade do Estado da Bahia)*

**Resumo:** Nessa comunicação me proponho a desenvolver o conceito de feminismos aprendentes, a partir de uma experiência de pesquisa e do diálogo com os feminismos pós-coloniais e decoloniais. A ideia é refletir sobre as possibilidades de gestão de novas formas de construção do conhecimento, tecidas pelo afeto e o acolhimento, que rompam com uma lógica colonial: vertical, hierárquica e excludente. Nesse sentido, dialogo com autoras do feminismo negro (Gonzalez, 1979) e decolonial em suas críticas ao caráter civilizatório (Vergès, 2020) e excludente dos feminismos hegemônicos, para fazer emergir vozes das “mulheres do Sul”, e daquelas que se identificam como tal, trazendo suas rebeldias e suas sábias construções de existências possíveis. Essa proposta de aprendência, tecida a partir de uma forma constelar de conhecimento, na qual se aprende com quem vem antes, mas também com quem vem depois de nós, nos provoca, enquanto feministas, a um deslocamento epistemológico para aprender com

as mulheres das margens: periféricas, empobrecidas, racializadas, transgêneras, lésbicas, com deficiência, mulheres “da roça” ou moradoras de pequenas cidades, sertanejas, entre tantas outras, que criam movimentos de resistência, essenciais para sua sobrevivência e a existência do planeta. Aprender também com as personagens das nossas pesquisas para exercitar novas possibilidades de construção do conhecimento e da luta. Romper com os extrativismos epistêmicos tecendo encontros epistêmicos (RAMOS JR., 2019) nos quais a desierarquização do conhecimento seja fundamental para a escuta de outras epistemologias forjadas na luta, no cotidiano, nas insurgências daqueles e daquelas vistos/as como descartáveis pelos sistemas. Proponho que nossas investigações aprendentes tenham uma escuta sensível para que delas possam brotar resultados inesperados, conclusões surpreendentes, que nos provoque a sair do nosso lugar de saber e de poder.

**Palavras-chave:** Feminismos Aprendentes; Rebeldias; Margens.

## SERTANIDADES INSURGENTES - DE QUE CHÃO DA HISTÓRIA ESTAMOS FALANDO?

*Ana Veiga (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)*

**Resumo:** Cada vez mais a historiografia se depara com desafios renovados, trazidos por sujeitos históricos não previstos ou pouco prováveis. As universidades brasileiras trazem em suas histórias as marcas dos privilégios sociais e de uma tradição eurocêntrico-positivista e cientificista, que vem sendo posta em discussão nos últimos anos. Mulheres pobres, negras, indígenas, sertanejas, consideradas “periféricas” chegam a esse espaço e colocam-se à frente daquilo que já denominei “linhas de confronto teórico” (VEIGA, 2020), trazendo com elas saberes outros que se tornam visíveis nas pesquisas e na produção do conhecimento científico. Neste estudo, proponho uma reflexão sobre a necessidade da busca de teorias emergentes, que deem conta dos desafios propostos por esse diálogo e suas tensões. A demarcação de lugares específicos, o respeito e menção à ancestralidade, e uma reverência às suas próprias práticas e costumes, como o autocuidado e os saberes populares que atravessam gerações, causam incômodo ao questionarem o cânone da razão, que historicamente nos submete. Neste estudo, a “margem” é considerada um centro emanador de saberes, práticas e rebeldias. O conceito de sertanidades aqui trabalhado refere-se a vivências daquilo que é tornado inadmissível, algo a ser negado em nome do reconhecimento pelos pares, de acordo com seus códigos, os mesmos que já não nos servem mais. Neste sentido, descolonizar torna-se preciso, na tarefa de desenvolver argumentos próprios para um campo em plena expansão, um diálogo travado a partir das margens, tomadas coletivamente pelo grupo de pesquisa ProjetAH como o nosso centro, tanto geopolítico quanto de interesses pessoais, portanto afetivos, e acadêmicos. Serão problematizadas e privilegiadas teorias e metodologias que dialoguem com essa perspectiva.

**Palavras-chave:** Sertanidades; Gênero; Linhas de confronto teórico.

## ST 07: RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES, IDENTIDADE E PODER NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



Dndo. Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (SEDUC-GO) (ANOMALOS/UFCAT)  
Ms. Anne Caroline Fernandes Alves (Centro Universitário Estácio de Sá Goiás)

No Brasil contemporâneo são inúmeras as articulações culturais e políticas que nos levam a repensar os conceitos de gênero, sexualidades e suas relações de poder. Importante se faz, nesses 200 anos de história do Brasil, confrontarmos a colonialidade, pensada para naturalizar e inferiorizar nossa gente e nossos corpos, como alude Quijano(2000). Entendemos a colonialidade como uma sistematização das relações históricas de poder que se configuram no contexto da América Latina definindo, por vezes, as condições de ação política e de resistência a partir de três eixos: ser, poder, saber. Destarte, esse Simpósio Temático recepciona trabalhos que apresentem, de forma crítica, análises sobre os padrões de normalidade e diferença suscitados a partir das relações de gênero e de sexualidades partindo de um diálogo intrínseco com a categoria de interseccionalidade, desenvolvida por Kiberlé Crenshaw (1989), e percebida nos esforços múltiplos dos feminismos na América Latina. A partir disso, levando em consideração o contexto de recrudescimento autoritário e da crescente mobilização de movimentos sociais como o movimento negro, feminista e LGBTQIA+, este Simpósio Temático investiga a aplicação de conceitos e práticas políticas no intento de ampliar os esforços pela manutenção da fragilizada, porém relutante democracia no Brasil. Entremeadado por laços de permanência e reconfiguração – instituídos pela trama da colonialidade – nosso objetivo é reconhecer, visibilizar, e interconectar e potencializar diferentes perspectivas contra-hegemônicas, visíveis ontem e hoje, no intuito de delimitar as transformações das estruturas sociais, a construção da cidadania e a capacidade de formação de políticas de alianças, institucionalizadas ou não. São encorajadas as inscrições que tenham como temas, relações de gênero, sexualidades, identidade interconectadas com as diferentes correntes feministas, estudos de masculinidades e as teorias queers. Trabalhos que pensem a ausência e/ou o silenciamento do Estado ante as violências que permanecem praticadas e acolhidas nessa trajetória histórica também são bem-vindos na medida em que reflitam sobre como essas são construídas e se tornam barreiras intransponíveis para a realização dos direitos humanos.

### Referências

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- OYÈWÚMI, Oyèronké. What Gender is Motherhood? Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>.

## UMA NARRATIVA DE HETERROR: DISCUSSÃO SOBRE LESBOFOBIA, RACISMO E CONEXÕES COM A HISTÓRIA GLOBAL

*Jaíne Chianca*

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma conexão teórico-metodológica entre o campo da História Global e os estudos de gênero, sexualidade e raça. O primeiro campo desponta com seu almejo contra hegemônico, que supere o eurocentrismo pujante na historiografia tradicional, assemelhando-se ao caráter emancipatório do segundo. Apesar de tais perspectivas possuírem diálogos paralelos, elas pouco se interseccionaram. Neste artigo, portanto, buscaremos destacar a potencialidade que tal diálogo pode oferecer. Assim, utilizaremos a edição 7 (1985) do periódico brasileiro ChanacomChana (1982-1987) e três edições da revista digital hondurenha La Maricada (2020-2022). A análise da edição número 7 do ChanacomChana pontua um episódio narrado na seção intitulada Uma história de heteror, escrita por Míriam Martinho, uma das produtoras do boletim. Objetivamos, ao interligar o caso de lesbofobia, escrito por Martinho, a discussão sobre raça e as temáticas abordadas na revista La Maricada com a História Global, refletir sobre como a luta contra essas opressões foi posta dentro dos dois periódicos em questão, expondo uma rede global de resistência. São os discursos inscritos sobre sexualidade, gênero e raça presentes no boletim e suas intencionalidades que queremos analisar como ferramenta metodológica de pesquisa. Para tanto, o trabalho pontua uma discussão que atualmente se faz muito necessária, principalmente com o aumento de autoritarismo e, exponencialmente, o aumento de opressões de identidades de sexualidade e raças dissidentes. De modo a contribuir e atribuir sentido a estas interações e discussões, utilizaremos diálogos teóricos e metodológicos fornecidos principalmente Achille Mbembe (2001), Luciana Ballestrin (2013), Patrícia Lessa (2007), Sebastian Conrad (2019).

**Palavras-chave:** Lesbofobia; ChanacomChana; La Maricada.

## CORPOS ABJETOS: A LÓGICA CONSERVADORA FRENTE À PRODUÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES

*Nívia Xavier Correia Nóbrega*

**Resumo:** O presente objetiva refletir sobre quais são os corpos abjetos dentro da lógica conservadora heterocisnormativabinária frente à produção de novas subjetividades. Além de analisar o lugar da educação como promotora de transformação social, através da implementação efetiva de políticas educacionais que rompam com essas estruturas coloniais, patriarcais, misóginas, machistas, racistas e lesbofóbicas. Para tal, analisaremos dados obtidos, entre os anos de 2021 e 2022, pelo Relatório Descritivo da 1ª Etapa do I LesboCenso Nacional realizado pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em parceria com a Associação Lésbica Feminista de Brasília (Coturno de Vênus). Como referenciais teóricos, Louro, a qual mergulha nos estudos feministas para discutir gênero e sexualidade à luz da educação assim como a teoria queer. Butler para a discussão sobre gênero, sexualidade e educação como construções sociais, defendendo a subversão das normas, a liberdade individual e os estudos da teoria queer também. Ademais, Crenshaw, considerada a mãe dos estudos em interseccionalidade, analisa o choque entre as estruturas sociais e o fracasso do feminismo ao não contemplar mulheres negras, reproduzindo, então, o racismo. Collins e Bilge nos fornecem nesta obra

a introdução necessária aos estudos interseccionais e à prática da ação interseccional. Já Akotirene reflete sobre o racismo estrutural, o capitalismo e o patriarcado que colocam a mulher negra em maior condição de vulnerabilidade social diante de outros. Já Davis raça e classe social predominam em sua obra, principalmente, pelos estudos de feminismo negro em que se inclui. Para os estudos de decolonialidade, Nascimento e Silva, defensores de estudos decoloniais os quais façam a educação apresentar o outro lado da história, o lado do colonizado e do marginalizado. Sobre a educação, Freire com a crítica à educação bancária e a importância de observar a educação como forma de libertação das amarras sociais, uma vez que é por meio dela que o indivíduo pode ascender socialmente; e Bourdieu defensor da educação como reprodutora de condutas sociais que possibilitam a manutenção das discriminações e desigualdades sociais. Concluímos a partir da análise dos dados obtidos, que os corpos abjetos são aqueles considerados como minorias, no sentido de minorias políticas, ou seja, os corpos lésbicos e negros. Isso significa dizer que são os corpos emergentes na exploração da construção de suas subjetividades, a partir de uma conscientização de que somos sujeitos políticos e ocupantes de espaços sociais. Em virtude dessa conscientização e da mobilização social por garantias de direitos, a onda conservadora heterocisnormativabiniária persiste. Por isso, visa limitar e retroceder as conquistas das políticas públicas educacionais, para que a educação seja a mera reprodutora das desigualdades e discriminações sociais as quais perpetuam a lógica colonial.

**Palavras-chave:** Gênero e sexualidade; LGBTQIA+; Políticas Públicas Educacionais.

## **POLÍCIA E MASCULINIDADES: AS CAPAS DA REVISTA MILITIA (1947/1964)**

*Silvane Ribeiro Gonçalves*

**Resumo:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar a construção da representação de si da Fôrça Pública de São Paulo, por meio das capas e editoriais da Revista Militia, publicadas de 1947 a 1964. A revista em questão era o meio oficial de comunicação da Fôrça Pública de São Paulo e estava sob responsabilidade do Clube de Oficiais. Nessa análise observamos alguns temas recorrentes: reminiscência de heróis do passado; exaltação do modernismo do Estado de Paulo, da cidade e da instituição; homenagens aos soldados constitucionalistas de 1932; o trabalho dos milicianos em desfiles e rondas; o interior do estado em paisagens e o uso político de imagens femininas. Embora fosse uma revista produzida essencialmente por policiais militares, também era destinada ao público civil. Dessa forma, sua análise é fundamental para a historicização da construção da representação de si da Fôrça Pública paulistana, por meio de uma estética visual referente ao soldado/miliciano/policial, perpassadas pelo Gênero (categoria de análise). Trata-se de um trabalho relevante no campo da historiografia por integrar os debates sobre imprensa policial e militar, além de estabelecermos um panorama de como o Gênero e estereótipos de masculinidade e feminilidade perpassam o debate político. Nesse sentido, foi possível observar que as capas foram construídas de forma a enaltecer, em primeiro lugar, o nome da revista, que sempre apresentou sua escrita em latim. Algumas capas estavam estruturadas e apresentadas promovendo visibilidade a um passado e um presente repleto de heróis e pautado pela grandiosidade e modernidade da cidade e do Estado. Os milicianos estão presentes nas capas em momentos de trabalho e de lazer (os oficiais neste caso). Além disso, um feminino foi usado de forma a enaltecer valores sobre o

lugar das mulheres, associados aos ideais políticos da cuidadora, da mulher zelosa, do ícone da beleza, da mãe sacrificial. As masculinidades postas em âmbito público, enaltem o caráter de proteção, força, provisão e heroísmo como uma masculinidade hegemônica (Connell, 1995). Por fim, apontamos, na magnitude das fotografias sobre a cidade a força e imponência de São Paulo e de seus conterrâneos.

**Palavras-chave:** Gênero; Masculinidades; Revista Militia.

## **SILENCIARAM O GÊNERO: A EXCLUSÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR**

*Renata L. Montagnoli (Secretaria Municipal de Educação de Itapema/SC)*

**Resumo:** O ensino de História é marcado por uma historiografia tradicional, que durante muito tempo privilegiou grandes feitos, grandes heróis e acontecimentos relacionados com o Ocidente. Mesmo com o surgimento de outros olhares historiográficos, o ensino escolar da História continuou atrelado a uma historiografia tradicional, universalizante, masculinista, branca e Ocidental do Norte Global. As categorias gênero e feminismos são quase inexistentes nos documentos norteadores da educação no Brasil nessas duas últimas décadas, assim como nos currículos, planejamentos e livros didáticos. Analisando os documentos referência da educação básica no Brasil, é possível observar um silenciamento, quando não negligenciamento dos debates que envolvem gênero e feminismos, seja no Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação – SC, Plano Municipal de Educação de Itapema – SC, Base Nacional Comum Curricular/BNCC, Currículo Base do Território Catarinense. Esse movimento de exclusão vem na contramão de todo o processo que já havia sido construído na década de 90 do século passado com os Parâmetros Curriculares Nacionais, quanto a discussão sobre orientação sexual. Esse movimento de exclusão das discussões que envolvessem gênero, ocorreu no mesmo momento em que se articulou no nosso país movimentos políticos conservadores de combate aos estudos de gênero no espaço escolar. Não bastasse a exclusão dessas questões dos documentos norteadores da educação nacional, pelo país a fora, foram criadas leis que proibiram o estudo das temáticas que envolvessem gênero nas escolas. Esses processos de negligenciamento das questões que envolvem gênero, de cunho conservador e retrógrado, fizeram com que as/os docentes tivessem inseguranças quanto a abordagem dessas temáticas em sala de aula. Esses movimentos políticos conservadores criaram um ambiente de medo e perseguição, onde a proposta encabeçada por eles é denunciar docentes que abordem esses temas nas escolas, como se estivessem essas/esses, promovendo alguma ilegalidade no que tange ao processo de ensino-aprendizagem. Toda essa articulação política conservadora conseguiu silenciar as discussões que envolvem gênero tanto nas legislações educacionais, quanto nos currículos escolares, gerando um grande fosso educacional no que tange as discussões sobre sexualidade, direitos humanos, identidade, feminismos, direitos da população LGBT entre tantos outros temas que são cruciais para uma a construção de uma educação cidadã e emancipadora.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais; Gênero; Silenciamento.

## INTERSECÇÃO ENTRE TEORIAS FEMINISTAS E DOCUMENTOS LEGAIS NOS CURSOS SUPERIORES DE HISTÓRIA EM FLORIANÓPOLIS/SC NO TEMPO PRESENTE

*Luana Balieiro Cosme (Prefeitura Municipal de Florianópolis)*  
*Gabriela Marques (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)*

**Resumo:** O objetivo principal desta pesquisa foi perceber possíveis diálogos com a noção de feminismos interseccionais e decoloniais a partir da análise de leis nacionais, estaduais e documentos formais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC referentes aos cursos de História. Procurou-se assim, investigar como as teorias feministas se inserem nas legislações e nas documentações que regem estes cursos. As fontes utilizadas foram coletadas online, nos sites oficiais do estado e das universidades devido ao contexto da pandemia de Covid-19. Após a leitura atenta dos documentos disponíveis as fontes selecionadas foram: a) as legislações mais relevantes sobre educação no âmbito federal e estadual; b) planos de educação nacional e estadual; d) Base Nacional Comum Curricular; e) Proposta Curricular do estado de Santa Catarina e f) dois Projetos Político Pedagógicos dos cursos de História das universidades públicas de Florianópolis. Utilizamos o sistema de busca por **Palavras-chave** para a seleção de conteúdo da documentação e em seguida realizamos as análises do contexto. As **Palavras-chave** escolhidas, conforme o escopo dessa pesquisa, foram: “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “feminismo”, “feminino”, “sexo” e “orientação sexual”. Esta pesquisa foi desenvolvida inicialmente como uma pesquisa de iniciação científica, encerrada em abril de 2022. Foi possível verificar que as temáticas relacionadas às questões das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos aparecem pouco nas fontes consultadas, portanto, é possível considerar que as legislações e outras documentações da educação não acompanham o crescimento desses debates no âmbito acadêmico e na Sociedade.

**Palavras-chave:** Documentos Legais; Teorias Feministas; Ensino Superior.

## REFLEXÕES ACERCA DA HQ GÊNEROS(S) E(M) SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA, COM A CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

*Sasuke R. de Almeida*

**Resumo:** Na contemporaneidade brasileira observamos que têm se desenvolvido pesquisas acadêmicas relacionadas às questões de direitos humanos, principalmente sobre gênero e sexualidade, mas notamos também que ainda há muitos paradigmas a serem enfrentados com a realidade vivenciada pela chamada de minoria. Objetivamos com a nossa pesquisa, mediante a esse enfrentamento social por assim dizer, nos debruçarmos sobre esses aspectos para melhor compreendermos como tem ocorrido em seu processo de identidade, gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo. Para conduzir melhor a nossa reflexão, destacamos a HQ Gêneros(s) e(m) silenciamentos: A violência nossa de cada dia, escrita por Fernanda Lunkes, Gabriel Onasses e Saulo Carneiro, ilustrada por Gabriel Onasses. 2018, UFSB Universidade Federal do Sul da Bahia Itabuna. A metodologia adotada está pautada em levantamentos bibliográficos, artigos que abordam sobre a temática estudada, e a análise da referida História em quadrinhos. A nossa pesquisa está no período de desenvolvimento a priori, portanto dos resultados que até o momento obtivemos, estão relacionados com a problemática que ainda se enfrenta no

Brasil a respeito de se estudar e dialogar sobre essas questões de direitos humanos, que se remetem pelo preconceito ainda vigente. Em se tratando da obra analisada, podemos destacar a pertinência dos assuntos que foram abordados, do esclarecimento sobre os gêneros, as dificuldades ao enfrentar a sociedade e o conflito imposto que reverbera em seus interiores, bem como a trazer alento para as pessoas que passam por situações parecidas, em demonstrar que podem ter o seu lugar de fala a sua identidade não é nula e sim marca a resistência e a existência. Tivemos respaldo teórico até o momento, para além dos autores e autora citados e citada da obra, Hall (2006), Balbino; Cardoso; Fonseca (2021), Fetter; Silva (2021), Souza (2022), Froemming; Irineu; Navas (2009), Louro (1997), Carrara (2010), entre outros.

**Palavras-chave:** Gênero; Identidade; Contemporaneidade.

## MULHERES NEGRAS: TRANSITANDO ENTRE TRAJETÓRIAS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE

*Jessika Cristina Silva Santos*

**Resumo:** Este trabalho versa sobre a construção da identidade de mulheres negras no Brasil, onde o estigma de uma sociedade eurocêntrica dominante determina o local em que estas devem está posicionada. A constituição do ser mulher negra está alocada sob os ditames de uma sociedade estruturada sobre as bases escravistas que discriminam e revestem o povo negro sobre um ideal de branquitude e espelhamento nos ideais europeus. Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado e tem como objetivo adentrar o universo da mulher negra brasileira e as particularidades estruturais que a compõe. O ideário da mulher negra perpassa diversas dimensões que devem e serão desenvolvidas neste estudo, para uma compreensão acerca do objeto de pesquisa, não se pretende aqui o esgotamento desta discussão, pois, compreendemos que os estudos sobre mulheres necessitam de aprofundamento em diversas áreas de conhecimento devido ao amplo leque de entrelaçamento presentes nos desse campo. A metodologia utilizada transita sobre os paradigmas propostos pelo então feminismo negro que propõe uma análise interseccional sobre a categoria de mulher negra. Destarte, apesar de ser um resultado parcial da pesquisa, apontamos que o ideário da mulher negra requer um intenso processo de transformação social, econômica e política da sociedade brasileira, as bases dadas necessitam de uma modificação ampla, mas também assinalamos que existe um processo em andamento de reconhecimento da identidade da mulher negra o que aponta para um reconhecimento da sua subordinação e assim são lançadas as estratégias para sua transformação.

**Palavras-chave:** Mulher negra; Raça; Identidade.

## A INFLUÊNCIA DO GÊNERO E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

*Daniel Fellipe Ribeiro Santos*

*Vitória Dreide (Ordem dos Advogados do Brasil)*

**Resumo:** No Brasil a realidade de mulheres ocupando espaços de poder ainda se mostra muito distante. Essas encontram muitas dificuldades tanto para serem eleitas como para ter voz

ativa nas tomadas de decisões políticas. Essa dificuldade na aceitação do gênero feminino em espaços de poder pode ser visualizada nas pesquisas realizadas pelo “Nós e as desigualdades: pesquisa Oxfam/Datafolha percepções sobre as desigualdades no Brasil”. Nessa pesquisa foi almejado aferir a percepção social sobre a desigualdade política no país no que tange o gênero. Para analisar esse contexto a metodologia utilizada foi o método de abordagem dedutivo e técnicas de pesquisa foi a documental e bibliográfica, com a leitura de artigos e obras sobre o tema, a partir do que foram analisadas informações gerais para a construção de resultados específicos. Os dados demonstraram como ainda é forte a corrente que entende que as mulheres devem ser afastadas desses ambientes. Conforme ela, em relação à participação política, 71% dos brasileiros e brasileiras entendem que mulheres têm menos chances de serem eleitas para mandatos no Executivo e Legislativo pelo fato de serem mulheres, enquanto 28% discordam. Na média, 53% concordam totalmente com a afirmação “Mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres”; 59% somente entre as mulheres e 47% apenas considerando os homens. A defesa dessa premissa é maior entre jovens de 16 a 24 anos (78%), entre quem tem renda individual de até um salário-mínimo (74%), entre moradores da região Centro-Oeste (74%) e de cidades com mais de 500 mil habitantes (75%), entre pessoas auto identificadas como “pretas” (76%) ou que seguem religiões afro-brasileiras (81%), e entre mulheres brancas (75%) e negras (77%). Em contraposição a afirmação encontram-se as pessoas que ganham mais de cinco salários-mínimos (47%) ou que se autotransclassificam como “classe média alta” (50%), moradores da região Norte (33%), e entre homens (34%), principalmente homens brancos (38%) (OXFAM, 2022). Analisando esses dados é perceptível como o gênero tem influenciado para definir aqueles que ocupam lugares de poder no Brasil. Embora quase nove em cada 10 brasileiros entendam que reduzir desigualdades é um pressuposto para o progresso do país. Os mesmos em sua grande maioria não defendem essa ideia quando se trata do gênero. Diante disso, torna-se necessário que esse tema seja uma prioridade para os governos, ou seja, é preciso uma maior atuação estatal criando e administrando políticas públicas sociais inclusivas. No entanto, o que é observado é que a adoção desse tipo de políticas tornam-se enfraquecidas em um país em que a desigualdade de representação política é uma realidade. Por isso, é essencial o estímulo ao lançamento de mais candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras, indígenas e de identidades LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** Gênero; Desigualdades; Política.

## HISTÓRIA GLOBAL DA SEXUALIDADE: ABORDAGENS, LIMITES E PERSPECTIVAS

*Rhanielly Pereira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)*

**Resumo:** A História Global é uma abordagem historiográfica recente no Brasil. Conforme destacou Sebastian Conrad (2015), esta é uma forma de analisar e produzir contextos transnacionais para além da comparação. Tendo como perspectiva a observação de processos globais estruturados pelas mudanças locais a História Global vem chamando atenção, assim como abordagens concorrentes, em um contexto histórico onde os eventos e processos históricos estão cada vez mais integrados. Com uma tradição marcada pela incorporação de perspectivas e ferramentas teóricas advindas dos marxismos a História Global tem uma trajetória que destoa das perspectivas e tradição dos estudos de gênero e sexualidades. Neste artigo propomos observar as aproximações entre História Global e estudos de gênero

e sexualidades para propor a formação de uma ponte que permita-nos observar fenômenos globais a partir das práticas e das identidades sexuais construídas para além da unidade do Estado-Nação. Deste modo nos propomos a discutir conceitualmente como estes dois campos podem se aproximar destacando os limites e as possibilidades interpretativas quando estes estão isolados. Assim como também, perspectivamos apontar a formação de pontes teóricas e metodológicas que nos permitam efetuar uma História Global da Sexualidade descentralizada e marcada pela confluência de outras abordagens que situam-se nas margens, como é o caso do queer marxismo, da crítica Queer of Color Critic e dos estudos decoloniais sobre gênero e sexualidade. Este artigo trata-se de uma reflexão exploratória que, a partir de uma revisão historiográfica, nos permite observar aproximações, tensões e possibilidades de reinvenção da escrita da história.

**Palavras-chave:** Sexualidade; História Global; Queer marxismo.

## **A CARNE MAIS BARATA DO BRASIL É A CARNE TRAVESTI: ANÁLISE DO DESDOBRAMENTO DA MORTE DE KELLY DOS SANTOS**

*César Augusto Zacheo (USP - Universidade de São Paulo)*

*Tainá Fagundes Lente (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais)*

**Resumo:** O país tem vivenciado, nos últimos anos, uma onda alarmante de retrocessos sociais movidos principalmente pelos órgãos governamentais, sobressaltando os movimentos neoconservadores que tendem a invisibilizar grupos marginalizados, em especial, a comunidade travesti (ZACHEO; COELHO, 2020). Por tais situações, o presente estudo se dá na medida em que visa aferir como essas afrontas tem afetado diretamente esse corpo, utilizando, como afunilamento da observação, o caso da travesti Kelly dos Santos no qual o agressor arrancou o coração da vítima alegando que esta era um demônio, para dialogar, entre fundamentos teóricos e vivibilidades sociais, como o corpo travesti tem sido cada vez mais discriminado, em especial no âmbito judicial (BRASIL, 2019). Para tanto, na busca de evidenciar tal problemática, o presente estudo utilizará do método de raciocínio dedutivo, amparado pela abordagem qualitativa, bibliográfica e investigação jurisdicional, que partirá de premissas gerais condizentes às bases teóricas relativas aos atos discriminatórios até que se cheguem às noções específicas que verificarão se o desdobramento do caso em questão pautou na análise de gênero ou se só disseminou os ideais patriarcais (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2019). Neste sentido, é cabível concluir, preliminarmente, que a morte da travesti Kelly dos Santos se deu por uma conduta discriminatória direta que apenas reforçou as relações de poder patriarcais (MOREIRA, 2017), condutas essas que também foram verificadas judicialmente ao se arbitrar a absolvição sumária do infrator alegando incidente de insanidade mental com a sua sucessiva internação em hospital psiquiátrico, demonstrando, mesmo que de forma micro, como o corpo travesti tem sido alvo de descaso social e judicial ao deixar flexível a condenação do infrator neste crime hediondo, deslegitimando a busca pela igualdade e reconhecimento de travestis que, mesmo em meio a muito sangue, ainda não tem sido verdadeiramente efetiva.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual; Discriminação; Minorias sexuais e de gênero.

## ST 08: MULHERIDADES E FEMINILIDADES AMEAÇADAS: PESQUISAS E AÇÕES SOBRE VIOLAÇÕES E RESISTÊNCIAS



Dr. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)  
Dnda. Daliana Cristina de Lima Antonio (Unimontes)

A recente institucionalidade do feminicídio no Código Penal é expressão de um reconhecimento das especificidades humanas dignas de respeito e imputabilidade numa estrutura social. Em suma, implica em lutas por direitos numa estrutura social atravessada e que atravessa diferenciações imanentes aos projetos individuais e suas formas de vida. A violência não é uma entidade, mas um construto histórico, no qual estão presentes diversos aspectos raciais, de gênero, sexualidade e classe, constituindo o que denominamos vida e, obviamente, a negação da vida. As inúmeras formas de violência, simbólicas ou físicas (e no seu extremo, o feminicídio), contra as mulheridades e feminilidades expressam a negação do direito e da existência sob considerações morais, religiosas, políticas, sociais, científicas e econômica, que buscam colonizar seus corpos. Sendo assim, à luz de Judith Butler, a que atribuição sobre a mulher impulsiona um efeito de morte? Como afirmou Heleieth Safiotti, uma gramática sexual constituiu uma organização sexual de gênero. Logo, homens e mulheres são biologizados e ideologizados, e as pessoas são diferentemente reconhecidas, de modo que as relações intersubjetivas estão implicadas numa gramática e numa série de práticas relativas a princípios éticos violentos. Também, há efeitos intersubjetivos nos quais práticas de violência são fundamentais para identificar aspectos abjetos de modo a não abrir possibilidades para uma demanda por reconhecimento. O que pode ser exemplificado sobre pessoas com doenças raras ou crônicas, corpos deficientes, corpos transgêneros, entre outras intersecções expressas em formas de vida ditas “anormais”. O cerne da proposta deste GT compreende reflexões sobre práticas de violência na complexidade cartográfica formada por pessoas em suas práticas sociais, propondo o compartilhamento de pesquisas que abordam a questão das múltiplas formas de violência de gênero, levando em conta que contra discriminações, hierarquizações e exclusões também se constituem inúmeras formas de resistência, uma vez que os corpos não são receptáculos submissos.

### Referências

BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Estado e Sociedade*. Soc. estado. 29 (2) • Ago 2014.

BENEVIDES, Bruna G.; Nogueira, Sayonara (org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

CAMPOS, D., & Trentini, L. (2022). O silêncio de Yebá Beló: violência e ausência de legislação protetiva específica das mulheres indígenas. *Interfaces Científicas - Humanas E Sociais*, 9(3), 149–168.

CATOIA, Cinthia C.; Severi, Fabiana; Firmino, Inara. Caso “Alyne Pimentel”: Violência de Gênero e Interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1).

CARRIJO, Christiane. A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(2).

MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

ROVAI, Marta G.O. “A gente é pessoa”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Labrys, Estudos Feministas. Revista Eletrônica*, n. 1-2, Jul./Dez. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B.; Almeida, Suely S. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995. Schraiber, Lilia B. et alii. *Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

## OBSERVATÓRIO NORTE-MINEIRO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*Cláudia de Jesus Maia (UNIMONTES)*

**Resumo:** A violência de gênero é um fenômeno histórico que atinge mulheres de todas as classes, raças e gerações. Apesar dos instrumentos criados para seu enfrentamento, pesquisas mostram seu constante aumento e a necessidade de análises interseccionais e regionais para a melhor compreensão desse fenômeno e maior eficácia das políticas públicas em sua erradicação. Este trabalho discute a criação do Observatório permanente para acompanhar e analisar a violência de gênero, especialmente contra mulheres no norte de Minas, com vistas a aprofundar o conhecimento desse fenômeno na região, auxiliar o aprimoramento das ações da Rede de Enfrentamento a Violência contra Mulheres e fornecer dados para a pesquisa acadêmica. A Rede foi formada com a participação de setores da Segurança Pública, Judiciário, Sociedade Civil e Universidade. Contudo, ainda enfrenta o desafio de efetivar o fluxo de atendimento e o acesso a análises estatísticas multivariadas e interseccionais da violência para melhor orientar suas ações e a proposição de políticas públicas. Assim, o problema que orienta esta pesquisa é entender quais as dimensões e especificidades da violência de gênero contra mulheres em Montes Claros? Como se constituiu a Rede e qual a sua efetividade no atendimento às vítimas e na redução dos índices de violência? A metodologia adota uma abordagem qualitativa e quantitativa: na primeira, serão feitas análises de documentos produzidos pela Rede e entrevistas de História Oral com agentes dos serviços que integram a Rede e com mulheres atendidas; na segunda será feito o levantamento de dados em registros gerados pelas Polícias Militar e Civil e pelo Centro de Referência no Atendimento a Mulher; os dados serão tratados a partir de análises multivariadas. O lócus da pesquisa é o município de Montes Claros no período de 2013-2023. Espera-se que os conhecimentos decorrentes desta pesquisa auxiliem a implantação/aperfeiçoamento de políticas públicas de contenção da violência às mulheres. Este projeto recebe apoio financeiro da FAPEMIG (APQ-00721-22).

**Palavras-chave:** Gênero; Redes de Enfrentamento; Observatório.

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO, BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS: ENTRE PESQUISAS E COMENTÁRIOS EM PÁGINAS DE NOTÍCIAS DE MONTES CLAROS

*Rayane Assunção*

*Cláudia de Jesus Maia (UNIMONTES)*

**Resumo:** Partindo da década de 1970, o contributo de movimentos feministas na denúncia e criminalização da violência de gênero, faz com que essas discussões se tornem impreteríveis quando se fala em direito das mulheres. Considerando o aumento de 0,7% feminicídios no Brasil no ano de 2020 e de 2,2% no estado de Minas Gerais (FBSP, 2021) como justificativa para da presente pesquisa, que pretende analisar as percepções e os sentidos produzidos sobre a violência contra mulheres em ambientes virtuais. Foi selecionado como recorte temporal o período pandêmico de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 e a região do norte de Minas. Durante esse período pôde ser constatada uma vasta repercussão de diversos casos de violência, esses casos foram replicados em páginas de notícias locais que podem ser

identificadas facilmente nas redes sociais, conhecidas como “Moc News” e “Moc Urgente”. Essas páginas possuem um público amplo, todavia, é importante apontar que as notícias são, em alguns casos, veiculadas com um viés sensacionalista e sem compromisso com a ética jornalística. Como problema de pesquisa, procurou-se compreender como a violência de gênero é entendida pelas parcelas mais populares da sociedade, utilizando-se como metodologia a netnografia, uma modalidade etnográfica aplicada no campo digital onde os comentários serão recolhidos e analisados refletindo como a sociedade reage a esses crimes. Considerando a internet uma ferramenta poderosa que exerce uma influência atenuante e ambígua, também um espaço que aguça os sentidos de liberdade de expressão dos usuários, podemos observar algumas opiniões, em forma de comentários, expressadas de maneira bastante cômoda, relacionadas a um senso de justiça duvidoso, à estereótipos de gênero ou em último caso à culpabilização das vítimas, reproduzindo-se assim misoginia e machismo que expressam as relações de poder assimétricas que estruturam a sociedade norte-mineira. Para a conclusão identificamos e sugerimos aspectos sociais e culturais para ações e políticas de intervenção que impacte positivamente na redução e/ou erradicação da violência contra mulheres, principalmente pelos meios digitais.

**Palavras-chave:** Gênero; Feminicídio; Internet.

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET: RESISTÊNCIA E ATIVISMO FEMINISTA**

*Maria Clara Silva Chaves*

**Resumo:** A violência de gênero é um problema estrutural que as mulheres sempre enfrentaram, porém nos últimos três anos, em decorrência da pandemia de COVID-19, a incidência de casos de violência contra a mulher aumentou a um ritmo preocupante. Neste cenário, a internet se tornou um espaço onde as mulheres se sentiram à vontade para denunciar os abusos sofridos, se unindo para lutar contra a violência de gênero. Este projeto visa analisar a violência de gênero na internet, enfatizando o ativismo feminista. As redes sociais são espaços notáveis de debate sobre a violência contra a mulher. Neste sentido, a importância desta pesquisa está em conhecer as ações e reações da sociedade diante da violência de gênero, uma vez que essas reações são fundamentais para influenciar a mudança de comportamento e a política de intervenção do Estado, que deve garantir o direito à proteção às mulheres. Assim, o principal objetivo é analisar a apresentação “Um Estuprador no seu Caminho” criada pelo coletivo chileno, LasTesis que viralizou na internet ao final de 2019 e em sua essência denuncia a violência de gênero contra as mulheres. A apresentação ficou famosa nas redes sociais, levando mulheres de todas as partes do mundo a reproduzi-la, tornando-a um hino de resistência feminina à violência de gênero. Como procedimento metodológico para produzir as análises, foi realizado um estudo netnográfico exploratório nos comentários de postagens relacionadas à apresentação no Instagram e no YouTube. O período de análise dos comentários abrange os anos de 2019 a 2021, quando houve um aumento de denúncias na internet a respeito de violência contra a mulher devido à Pandemia. Ao analisarmos os comentários feitos em postagens sobre os protestos, constatamos que a maioria deles no Instagram, foram feitos por mulheres apoiando o movimento. Além destes, estão presentes comentários de mulheres que se sentiram confortáveis em compartilhar relatos de abusos que sofreram. Foram encontrados comentários masculinos apoiando a causa, mas a maioria

dos comentários advindos de homens é negativo. No YouTube prevalecem as impressões negativas a respeito dos protestos vindos majoritariamente de homens porém, ainda existe a presença de comentários de mulheres relatando as violências que vivenciaram. Nota-se então, a importância de movimentos feministas se tornando virais nas redes sociais pois, incentivam mulheres a denunciarem seus agressores.

**Palavras-chave:** Feminismo; Violência; Internet.

## **MULHERES NA HISTÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

*Raíssa Teixeira*

**Resumo:** O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que visa discutir a violência de gênero letal, nomeada como feminicídio, que a partir da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Violência Contra a Mulher (CPMIVCM), cria a lei que tipifica o crime, Nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio. A discussão sobre feminicídio tem sido abordada por feministas nas últimas décadas e entrou no debate institucional a partir do início dos anos 2000 no México, se espalhando pela América Latina, região com alto índice de homicídios de mulheres por questões de gênero, e que no Brasil foi debatido na CPMIVCM em 2012-13, quando apresentam o projeto de lei para a tipificação do crime no Relatório Final. Juntamente com a proposta de tipificação do crime de feminicídio, a CPMIVCM apresenta o Projeto de Lei do Senado Nº 6010/2013, que propõe alterar o artigo 27 da lei Nº 9394/1996, sobre as diretrizes e bases da educação, propondo inserir a pauta de igualdade de gênero e prevenção em relação à violência contra as mulheres nos conteúdos curriculares da educação básica. Desta forma, proponho discutir o papel das mulheres na História e uma melhor inserção destas no debate histórico e historiográfico, para que sendo compreendidas como sujeitos históricos, sejam apresentadas para os educandos de forma que estes aprendam o respeito e a igualdade desde a entrada na escola, a partir da reflexão que apenas debater e apoiar uma lei punitivista não auxilia na mudança estrutural de desigualdade econômica, política e social em que as mulheres estão inseridas, e portanto, debater o feminicídio de forma propositiva é trazer formas de solução que fazem parte da construção das novas gerações, a partir de novas perspectivas do papel da mulher na sociedade e seu direito à vida.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Gênero e educação; Prevenção do feminicídio.

## **CORPOS E VOZES DA RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO E RAÇA EM NARRATIVAS ORAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA OS DIREITOS DAS MULHERES**

*Fernanda Rocha (USP- Universidade de São Paulo)*

**Resumo:** Este artigo é elaborado a partir de um recorte das reflexões iniciais da minha pesquisa de mestrado que se propõe a traçar uma relação entre teorias de gênero e raça, analisando as práticas de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das violências domésticas

e familiares contra mulheres da Secretaria da Mulher de Embu das Artes/SP. A pesquisa envolve narrativas a partir da história oral sobre os efeitos produzidos nos corpos e vidas das mulheres que são atendidas e que realizam os atendimentos. O intuito é evidenciar o fato de que ao literalizar as memórias e narrativas das mulheres por meio da escuta e análise de suas trajetórias é possível trazer à luz os impactos coletivos que as políticas públicas produzem em suas experiências atravessadas pelas violências simbólicas, patrimoniais e físicas. Nesse sentido, procura-se trazer para a discussão a importância dos estudos de história oral, baseados em autores como José Carlos Meihy, Marta Rovai e Losandro Tedeschi, relacionados às teorias de gênero, através da abordagem de teóricas como Joan Scott e Judith Butler, incluindo a perspectiva do direito das mulheres sob o olhar de Wânia Pasinato, e o feminismo decolonial como Patrícia Hill Collins, Rita Segato, María Lugones e Lélia Gonzalez. A escolha da perspectiva da história oral se baseia no compromisso existente desse processo com a escuta sensível e humanizada como forma de encontrar nas experiências e narrativas de mulheres que sofrem violência e daquelas que as acompanham em setores da Prefeitura da cidade de Embu das Artes/SP, a possibilidade de dialogar com as teorias de gênero e raça, como forma de compreender os avanços e também os limites das políticas de gênero, de combate à violência. Compreender e analisar o narrado e o não narrado como símbolo da resistência às violências que produzem a invisibilização dos corpos e direitos das mulheres. Busca-se assim, evidenciar que as falas, corpos e memórias, são capazes de demonstrar os sinais de acolhimento e, paradoxal e simultaneamente, de opressão que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres podem produzir na vida individual e coletiva, questionando desse modo a função e papel do Estado de arrefecer ou potencializar as desigualdades e violências de gênero por meio de suas políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Violência de Gênero; Direito das Mulheres.

## **QUANDO O SOFRIMENTO MUDA DE LUGAR NA DISSOLUÇÃO DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

*Daliana Antonio (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** A partir de levantamento no banco do Portal do projeto LexML, buscou-se conhecer estudos, no âmbito da violência doméstica, que tratavam da técnica de mediação de conflitos utilizada no direito brasileiro a partir de 2000 denominada Constelação Familiar. Foram definidos os descritores “violência doméstica”, “constelação familiar”, “direito sistêmico” e uma revisão narrativa de 11 artigos e 5 livros. A técnica se baseia na crença de uma lei sistêmica revelada no campo morfogenético do escopo da natureza humana, logo, há uma consideração básica de relações constituídas historicamente, mas orientadas ou não para o equilíbrio natural explicado como “ordens do amor”, conforme o criador da técnica, o teólogo Bert Hellinger, denominado, mais tarde, por sua companheira de pesquisa e esposa como Princípios Básicos da Vida. Entretanto, a natureza não corresponde a uma entidade abstrata para fazer referência às formas de vida, humanas ou não, sendo nas relações que as formas se fazem, se estabelecem, se diluem e/ou se reformam, se transformam etc. A forma família diz respeito às mais diversas relações, sendo o direito de família um instrumento com função na institucionalização de uma explicação sobre o que é o familiar. Na hipótese de que foi com o debate sobre a equidade de gênero que a contribuição para uma garantia das especificidades sobre as relações de gênero na Lei Maria da Penha se deram, a técnica que se baseia nos

princípios pertencimento, hierarquia e equilíbrio no dar/receber para legitimar “ordens do amor” não se coaduna com o princípio de equidade.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Gênero; Constelação familiar.

## **ABORTO E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA: RELATOS DE PROFISSIONAIS MÉDICAS QUE ATENDEM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

*Kétlen Almeida Martins*

**Resumo:** O Hospital Universitário Clemente de Farias (HUCF) é a referência para os atendimentos de casos de violência sexual e aborto em caso de gestação resultado de um estupro, compreendendo a região macro Norte, Vales do Mucuri e Jequitinhonha do estado de Minas Gerais. O serviço é composto por equipe multiprofissional que recebe treinamentos anuais para atender as demandas recebidas conforme a legislação e o protocolo da instituição, seguindo o atendimento às vítimas de violência sexual e, quando indicado, a realização do procedimento de aborto. Tal procedimento, independente da indicação, é uma prática exclusivamente médica e, diante disso, analisamos, por meio de entrevistas (CAAE nº 56145622.0.0000.5146), os relatos das profissionais sobre essa experiência. Como resultado, não houve relato que associou a relação entre a objeção de consciência e a religiosidade. Dentre as entrevistadas, 67% afirmaram ser religiosa, sendo que 50% realiza o procedimento de aborto em caso de gestação decorrente de estupro e 17% não realiza, e 33% afirmaram não ser religiosa, dentre estas 16,5% realizam o procedimento e a outra metade não. Seguindo a perspectiva de estudos similares conforme o levantamento bibliográfico durante a pesquisa, em termos de objeção de consciência e religiosidade, existe forte relação entre um e outro, no entanto, o que foi primordialmente afirmado como o principal receio se refere a possíveis complicações em termos judiciais devido ao abortamento. Quase 50% das médicas entrevistadas que realizam o procedimento são religiosas e afirmaram acreditar que, conforme suas crenças, estão cometendo um pecado e, por isso, irão “prestar contas”. Mesmo tendo ciência de que possuem o direito de não prestar esse atendimento, desde que haja disponibilidade de outro médico o faça, sob o jugo da objeção da consciência, existe um padrão de justificação que as fazem optar pela decisão de realizar o procedimento de aborto. Tal padrão seguem motivos variam desde o incômodo que sentem a fim de evitar que a/o médica/o de um próximo plantão tenha que se submeter a essa situação porque ela se absteve, até pensar subjetivamente no acontecimento ao qual a paciente foi envolvida, no caso, a violência sexual, o estupro. Disseram que, ao atenderem vítimas de violência, entendem que não são apenas médicas, mas são mães, filhas, tias, irmãs, por óbvio, são mulheres que podem ser vítimas de violência também.

**Palavras-chave:** Estupro; Aborto; Objeção de Consciência.

## **50 TONS DE PROBLEMAS: A VIOLÊNCIA E A MISOGINIA NO FILME 50 TONS DE CINZA**

*Joyce Mariane de Araújo Cruz (Secretaria do Estado da Educação)*

**Resumo:** A presente comunicação consiste em discutir as problemáticas relacionadas à violência de gênero e a misoginia no filme 50 Tons de Cinza, lançado no 12 de fevereiro de

2015 pela Universal Studios e que alcançou um estrondoso sucesso de público, ainda que a crítica tenha sido negativa. Narra a história de “amor” entre a mocinha ingênua, virgem e “sonsa” - Anastácia Steel- com o mocinho dominador, machista e “traumático” - Christian Grey. Baseado em um livro de mesmo nome, escrito pela inglesa E. L. James, a história demonstra um relacionamento erótico e dramático entre seus personagens, que incluem práticas de Sadomasoquismo que o filme também buscou retratar ainda que de forma superficial esse mundo BDSM, que significa: “Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo”, bem como o sexo e o erotismo. Percebe-se que o cinema é uma excelente fonte de observação e riquíssimo material de análise. Mais do que as informações nele contido, o que de fato possui de importante é que, como documento da cultura serve como observador e disseminador dos modos de viver e pensar de uma época. Nesse sentido, 50 Tons de Cinza representa padrões de comportamentos conservadores, violentos e misóginos pois utiliza uma narrativa que condiciona as mulheres no perfil submisso/ subserviente e os homens como controladores/ abusadores, demonstrando um relacionamento ideal e desejado principalmente pelas mulheres, mascarando a violência por meio do “amor romântico”, sexo e erotismo. Do ponto de vista teórico metodológico, a fundamentação desse trabalho tem nos estudos feministas e sobre violência de gênero e sexualidade seu aporte ao compreender a importância dessas discussões serem proporcionadas ao público no contexto atual.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Sexo; Erotismo.

## VISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE FONTES PSIQUIÁTRICAS

*Eliza Toledo*

**Resumo:** A invisibilidade e a banalização da violência contra as mulheres nunca foi um tema tão de batido socialmente. A massificação de redes sociais tem contribuído substantivamente para que essas questões sejam debatidas publicamente em movimentos contemporâneos de expressivo vulto. A manifestação de nível global #metoo, por exemplo, teve seu início em 2007 com uma onda de denúncias de mulheres de casos de estupro e de outras formas de violência sexual sofridas desde a infância e a adolescência. Milhões de mulheres divulgaram em plataformas online relatos dessas violências, demonstrando com a hashtag (“eu também”) que estes casos são muito mais banais do que se pensa. No Brasil, de forma mais particular, a mobilização de mulheres em torno de diversas violências e discriminações de gênero ganhou significativa força entre os anos 2015 e 2017, no que ficou marcado como a “Primavera das Mulheres”. Atualmente, trabalhos do campo psi e das ciências sociais tem dedicado bastante atenção à naturalização das violências contra mulheres e meninas – realidade cruel do país há muitos séculos. Mas o que particularmente a história tem produzido neste sentido? Importante historiografia no Brasil tem demonstrado, sobretudo a partir da década de 1990, que a história das “loucas” no país ao longo do século XX é, também, a história das resistentes – mulheres resistentes a circunstâncias da vida, a violências e imposições de gênero, à interações e terapêuticas psiquiátricas. Todavia, a história das relações de gênero e das mulheres no Brasil, assim como a história da psiquiatria, guardam ainda importantes fontes para a compreensão do fenômeno da violência e seus impactos individuais e sociais. A comunicação aqui proposta tem, assim, como objetivo, recuperar trabalhos historiográficos ainda, incipientes sobre essa

temática, além de propor possíveis caminhos de análise a partir de fontes clínicas produzidas entre as décadas de 1930 e 1950 no Brasil. Procura-se ainda demonstrar como violências geradoras de sofrimento mental no Brasil são historicamente conjugado a outras formas de vulnerabilidade para além da de gênero.

**Palavras-chave:** História; Psiquiatria; Violência de Gênero; Mulheres.

## **A CHEGADA DA VÊNUS CARIOCA: O IMPACTO DE ROBERTA CLOSE EM BELÉM (1980-1990)**

*Júlio Ferro*

**Resumo:** Em julho de 1984, ocorre a chegada de Roberta Close em Belém do Pará, sendo uma visita marcada por manchetes que procuraram contextualizar a percepção em torno da modelo carioca. João Seixas, colunista do Diário do Pará, apresenta Close enquanto uma pessoa envolta de debates plurais de gênero e sexualidade, uma vez que ela é vista envolta de designativos reducionistas e sensacionalistas como a “cólera das feministas”; alvo de mulheres (cis) “ciumadas”; “famoso transexual”; “símbolo sexual” e “objeto de desejo”. A cobertura midiática estava envolta de alcunhas plurais como: a “maior personalidade transexual brasileira”, a “mulher mais linda do Brasil”, “o homem mais elegante do país”, entre outras. Dona de uma beleza atrelada a concepções de gênero e sexualidade além do esperado, Roberta gerou debates entre estudiosos, apresentadores de televisão, empresários e frequentadores do bar de esquina (VERAS, 2020). A modelo realizou desfiles em Belém e em Mosqueiro, sendo os dois com repercussões midiáticas diferentes no periódico estudado. O resultado de suas apresentações é repleto de quebras diacrônicas, que a cada edição do jornal as opiniões, terminologias, recepção e impacto são alterados, a despeito de ser escrito por um único jornalista. As avaliações em torno dos desfiles realizados por Roberta Close no Pará foram narrados em um tom de ironia, comum em colunas jornalísticas que cobrem eventos envolvendo celebridades. Posto isso, a ironia não é a problemática, o questionamento está nos dispositivos narrativos escolhidos, como o foco na transexualidade de Close, na forma de seu corpo “não ser aquele prodígio da natureza”, suas habilidades intelectuais que “procuram escafeder-se de conversas profundas”, na cobertura nacional de “um simples desfile de transexual”. A representação do Diário do Pará sobre a chegada da modelo pode ser entendido envolto de um paralelo: questiona a atenção recebida da mídia nacional ao criticar detalhes corporais, sua habilidade de modelar e comportamentos; assim como ajuda na sua construção ao dedicar páginas sobre sua chegada, “alimentando” a ambiguidade em torno de sua imagem, um elemento fortemente associado ao seu fenômeno. Após sua breve visita ao Pará em 1984, a presença de Roberta Close na mídia paraense entra em queda, sendo seus desfiles e boatos cada vez menos frequentes. Porém, o imaginário em torno de sua imagem continua marcante ao ser utilizado pelos jornalistas e políticos como metáfora em discussões sobre o regime político a ser adotado no Brasil com o fim da ditadura militar brasileira, uma vez que a modelo - ou sua identidade, em específico - é vista enquanto exemplo de ambiguidade, mentira, segredo.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Travestilidade; História Queer.

## O CORPO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS ORAIS

*Silvani Maria da Silva*

**Resumo:** Produzir tensão, reações sutis, silêncios, pequenos movimentos. Retenção de informação. Aquilo que em teatro podemos chamar ausência, mas que na minha pesquisa chamo presença. Empréstimo da performance os conceitos de territórios de experimentação, produção de subjetividades e encontro. Relações com o tempo e o espaço que nos conecte ao tempo presente; busca pela forma própria de perceber o mundo e compartilhar sensibilidades. Produzir tensão = despertar memórias e narrativas. Nessa fase do meu trabalho de pesquisa, explicito as performances observadas durante as entrevistas coletivas, tendo como ponto de partida minha experiência com vivências teatrais e o conceito de produção de presença de Hans Ulrich Gumbrecht. Trago da performance, alguns conceitos como: territórios de experimentação - momentos previamente elaborados com o intuito de convocar a criatividade, para transformar os espaços externos (físicos) e internos (subjetividades). Quando penso nas histórias de vida das mulheres que participam desse trabalho, não consigo desvincular a oralidade do corpo que a evoca. Serão corpos que ainda cantam, representam, brincam? O que estará entre aquilo que presentificam através da oralidade e aquilo que resolvem silenciar, mas que o corpo, muitas vezes, revela? Assim como Gumbrecht, penso que presença diz respeito aos modos de ser no mundo. A presença é revelada pelas experiências vividas que podem ser explicitadas, mostradas, mas que também podem estar nas ausências. Algo que muitas vezes não é perceptível aos olhos, mas que desperta sensações nos outros corpos. Considerando isso, como essas mulheres revelam suas formas de ser no mundo a partir dos seus corpos negros?

**Palavras-chave:** Narrativas orais; Corpo; Presença.

## OCUPAR E EXISTIR: CORPO DISSIDENTES NO ENFRENTAMENTO COTIDIANO À TRANSFOBIA

*Marta Rovai (UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas)*

**Resumo:** O trabalho a ser apresentado trata da pesquisa realizada com onze mulheres trans/travestis, a partir de suas trajetórias de vida no sul de Minas Gerais, a partir de um trabalho com a comunidade LGBTQIA+ iniciada em Alfenas. A pesquisa é baseada na história oral e procurou conhecer formas de existência e resistência em diferentes espaços públicos que corpos transgêneros constituem para enfrentar formas diversas de transfobia, na escola, na família, no trabalho, na festa e na rua, além dos espaços públicos de debate político. A partir das narrativas de mulheridades/feminilidades que atuam em dimensões diferentes da sociedade - como trabalhadoras do sexo, professoras, médicas, agentes de saúde, escritoras, advogadas - procura-se compreender a memória coletiva e a intersubjetividade como formas de resistência e de demandas sobre o direito ao reconhecimento das identidades e dos danos causados pela sociedade cisheteronormativa em suas vidas, como cidadãs e pessoas com direito ao afeto. Pretende-se mostrar como em diferentes experiências e lugares, o corpo trans, dotado de inúmeras tecnologias de gênero, incomoda e subverte a ordem, enfrentando as violências simbólicas e físicas e se reconstruindo, de forma a gerar efeitos coletivos e públicos sobre normas. O corpo (des)educado na escola, o corpo da festa, o corpo amoroso, o corpo político,

enfim, que negocia a sua transformação e resiste, é central nas narrativas das colaboradoras, desvelando e questionando o próprio corpo cisgenderizado e denunciando a opressão de sua imposição.

**Palavras-chave:** Corpos trans/travestis; Sul de Minas; Violência e resistência.

## **“ARREDA HOMEM QUE AÍ VEM MULHER”:** UMA ANÁLISE DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA

*Maria Luiza Lopes Oliveira*

*Luiz Fábio Pinheiro Lima*

**Resumo:** O presente trabalho busca (re)produzir reflexões sobre o apagamento do conhecimento produzido por mulheres negras nas universidades e espaços de produção científica, visto que este debate vem sendo discutido e aprimorado nos últimos anos, sobretudo pelas teóricas do pensamento feminista negro. Brasileiras ou não, intelectuais da diáspora tem lidado com uma estrutura de perpetuação do conhecimento concebida aos moldes euroamericanos, que partem da dissolução da subjetividade e de um conhecimento que teoricamente se afastaria das emoções, reivindicando a razão como única possibilidade na construção daquilo que se conceitua “científico”. Filósofa e socióloga, a autora dedica boa parte de sua produção a pensar outro projeto de construção e validação do conhecimento que não seja a hegemônica, apontando para a importância da validação de saberes de povos originários, aqueles transmitidos pelas mulheres negras afro-americanas que carregam consigo a herança da sabedoria africana. Historicamente, mulheres negras constroem conhecimentos que fragilizam e ameaçam a hegemonia dos homens brancos (não necessariamente representados pelo objeto que institui a categoria). Devido a posição que lhes foi renegada, exclusão de posições de autoridade e deslegitimação de suas pesquisas, mulheres racializadas sempre produziram conhecimento por formas alternativas aos espaços hegemônicos de produção. A sombra do apagamento e do anonimato que persegue historicamente mulheres negras ainda é fator que exige esforços conscientes de retomada. Pensadoras negras afro-americanas e latinas tem sido recuperadas da marginalização através do trabalho de acadêmicas contemporâneas, a fim de construir propostas e caminhos ao “saber científico universal”. É ainda neste sentido que Hill Collins constrói sua crítica ao demonstrar que o Movimento Feminista Negro, ou como ela prefere denominar, o Pensamento Feminista Negro não se trata de uma vertente ou classificação do Movimento Feminista enquanto abordagem pretensamente universal, mas como uma possibilidade teórica alternativa. A autora nos coloca que, enquanto “ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 102), algumas premissas particulares fundamentam essa definição. O objetivo central deste trabalho é se debruçar sobre a análise das premissas elencadas pela autora, utilizando os aportes teóricos da Teoria Crítica da Raça e da Interseccionalidade como método de análise das opressões.

**Palavras-chave:** Epistemologia feminista negra; Feminismo negro; Diáspora africana.

## QUANTAS VEZES MORREMOS?: NARRATIVAS DE NEGRAS LÉSBICAS SOBRE MORTE, INVISIBILIDADE E O NÃO DIREITO A CIDADE

*Fernanda Gomes de Almeida*

**Resumo:** O presente trabalho foi inspirado na exposição oral de negras lésbicas e bissexuais da Coletiva Luana Barbosa. Mulheres moradoras das periferias de São Paulo, que foram responsáveis por diversas manifestações, atos e caminhadas frente ao racismo e o lesbocídio no caso Luana Barbosa, negra lésbica da periferia que sofreu sessões de tortura em via pública, após sofrer uma abordagem e exigir uma policial feminina. O caso Luana Barbosa ganhou visibilidade nacional e internacional após a ONU Mulheres apontar que a morte e o Caso Luana Barbosa é uma expressão da gravidade da violência racista, de gênero e lesbofóbica. Diante da resistência das mulheres negras e lésbicas, proponho despertar a reflexão sobre o movimento de negras lésbicas, sobretudo das integrantes da coletiva Luana Barbosa, em busca de justiça contra o racismo, lesbocídio e o direito a cidade a partir da prática da história oral com mulheres. Desta maneira, pretende-se, por suas narrativas, estimuladas pelo caso de Luana e a partir de suas próprias experiências de violência sofrida, tanto nos aspectos reais ou imaginados, compreender como negras lésbicas (re)existem e lutam para tornarem-se visíveis, debruçando-se sobre as subjetividades, a invisibilidade das pautas de negras lésbicas e as memórias de traumas e resistência diante as movimentações em torno do caso Luana Barbosa. Portanto, esse trabalho busca mostrar as narrativas dessas mulheres como caminho de partilha, que recria e dá sentido às suas experiências de vida e quem sabe morte mesmo estando vivas. Ênfase a importância dessas histórias individuais e coletivas como lugar de compreensão dos processos sociais e históricos de um movimento que questiona a invisibilidade da memória dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Racismo; Lesbofobia; Invisibilidade.

## (TRANS)GREDINDO A “NORMALIDADE”: A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Ingyrd Damásio Ribeiro Tófani (UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros)*

*Renan de Souza Nascimento (UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Os corpos e comportamentos desviantes da heterossexualidade são rotulados como problemas e alvos de violências explícitas ou simbólicas. Visibilizar suas experiências e narrativas, nos tempos atuais, é agir frente a onda de retrocessos sociais, políticos e econômicos que assola nosso país. Nota-se que as construções de gênero binárias formadas ao longo do tempo alimentaram historicamente o preconceito e reforçaram a marginalização das pessoas trans e travestis que, pela quebra dos padrões sociais, estão em frequente negação de seus direitos e em uma constante condição de invisibilidade. Manifestações de discriminação, violência e assassinatos oriundos da LGBTfobia são bastante noticiadas nos diversos dispositivos midiáticos. Aliado a falta de proteção adequada, pela ausência de leis específicas que criminalizem a incidência dessas violências, os indivíduos desse segmento, ficam cada vez mais expostos e vulneráveis as mais complexas violações dos seus direitos. Nesse sentido o presente trabalho tem como objetivo compreender os desafios relacionadas

à invisibilidade do público transexual e travesti no Brasil e as violências ocasionadas pela transfobia. Para isso, empregou-se o método de pesquisa bibliográfica e documental para se ter contato com o que já foi produzido e registrado sobre o tema. Assim, pode-se concluir que as manifestações de ódio e violência contra as pessoas trans e travestis reflete o quanto os binarismos ainda estruturam as relações sociais. Dessa forma, tudo que transcende a heterossexualidade compulsória está suscetível de sofrer as represálias sociais, muitas vezes, com a própria vida. Trata-se de uma luta contínua não apenas de seres individuais, mas de todo um grupo, onde o preconceito acomete de forma diferente cada um dos segmentos pela diversidade de formas de vivenciar o mundo.

**Palavras-chave:** Gênero; Invisibilidades; Transfobia.

## **A RECONFIGURAÇÃO DE SI APÓS O DIAGNÓSTICO POSITIVO PARA O HIV/AIDS NAS VIVÊNCIAS DE MULHERES EM MONTES CLAROS, MG**

*Matheus Felipe Oliveira Costa (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

*Daliana Antonio (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Esse trabalho analisa histórias de vida de três mulheres que vivem com HIV e são atendidas pelo Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores de HIV/Aids, no município de Montes Claros, Minas Gerais, a partir da metodologia História Oral. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (CEP/UNIMONTES) pelo parecer nº 50898921.0.0000.5146, 2021. Os relatos expuseram (sobre)vivências singulares, mas que foi possível generalizar sobre uma reconfiguração de si e das relações de afeto. A primeira entrevistada descobriu o diagnóstico aos 21 anos quando foi internada em um hospital já estando acometida da Aids. O que a levou a considerar que perspectivas diferentes se constituem para quem vivencia o HIV e quem vivencia a Aids: “Durante muito tempo, eu vivi doente. Quando eu descobri o HIV, eu não descobri só HIV, eu descobri a Aids. [...] quem teve o HIV e quem teve a Aids, a visão é totalmente diferente. Hoje é mais fácil falar, eu chego a dizer que é até mais tranquilo viver também. Falar de Aids hoje, não me machuca, não me dói. Teve momentos da minha vida, que eu abria a boca e as lágrimas vinham. Hoje eu entendi que isso é algo que eu vou viver com ele, tendo ou não alguém do lado.” A segunda entrevistada contou que teve o diagnóstico durante a gestação do primeiro filho, interrompida por um aborto espontâneo. Ainda que afirmou sempre ter desejado ser mãe, era cobrada na família por esse papel social, pois teve dificuldades em engravidar: “[...] quando eu engravidei do primeiro, foi entre oração, eu orando a Deus e falava, eu quero ser mãe para mostrar que eu poderia ser mãe, porque eu sabia que eu podia. Aí, eu engravidei do primeiro e já foi o abalo do primeiro resultado do exame. Mas, graças a Deus, hoje eu sou outra pessoa. Eu levantei minha cabeça mais depois que eu conheci aqui, essa casa de apoio”. A terceira entrevistada também teve o diagnóstico durante uma gestação. Estando casada, acreditou ter sido infectada antes do casamento, quando era garota de programa. Já separada, relatou várias violências que sofreu de seus companheiros afetivos, tais como exposição sorológica, físicas, psicológicas e patrimoniais: “Mas eu tenho esperança de arrumar um namorado sim. Um namorado não, um marido e bão! (risos). Deus é fiel e eu creio que ele vai arrumar uma pessoa boa pra mim, um dia. Porque eu já sofri demais com homem.” Conclui-se que uma resignificação do diagnóstico positivo para o HIV foi vista como o primeiro passo na reconfiguração de si e das relações

de afeto, sendo comum o enfrentamento de estigmas e imposições sociais historicamente misóginas.

**Palavras-chave:** HIV; Gênero; Mulheres.

### **AÇÕES DE DIVÓRCIO COMO FONTES POTENCIAIS PARA A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO (PORTO ALEGRE/RS, 1978-1985)**

*Marluce Dias Fagundes (UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos)*

**Resumo:** O problema social e histórico da violência de gênero, sobretudo contra as mulheres, passou a ser pesquisado com maior ênfase a partir da década de 1980. Tal interesse oportunizou que o fenômeno fosse publicizado e, posteriormente criado mecanismos de coibição e proteção aos corpos femininos e feminizados. Para a análise da violência de gênero, em suas diferentes dimensões (física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, etc.), utilizam-se como fonte histórica as Ações de Divórcio e de Separação, provenientes da Comarca de Porto Alegre/RS, entre os anos de 1978 e 1985. Como escolhas metodológicas são analisados os casos de caráter litigiosos e de iniciativa da cônjuge mulher. O marco temporal insere-se, logo após a aprovação da Lei do Divórcio (nº 6.515), em 26 de dezembro de 1977. Para a investigação do processo judicial enquanto fonte histórica lembra-se de considerar os limites que o documento produzido pela Justiça apresenta, como o aspecto manipulável presente em seu contexto. Além disso, os aportes teórico-metodológicos estão concentrados nos estudos feministas, de gênero e da História das Mulheres. Em conjunto com as categorias teóricas definidas, os casos são explorados com as temáticas de natureza violenta oferecidas pela fonte, sendo elas: o abandono de lar, as agressões e maus tratos físicos, o adultério, os vícios, as condutas ilícitas, a falta de prestação de alimentos e auxílio econômico para com os/as filhos/as, levando em conta outros marcadores sociais como a classe, raça, e faixa etária, os quais se desdobram em outros. Portanto, o objetivo da comunicação é a apresentação dos resultados parciais da pesquisa, que analisa a Lei do Divórcio como um movimento inicial de denúncia e amparo, social e jurídico, para com as mulheres vítimas da violência de gênero.

**Palavras-chave:** Violência; Divórcio; Mulheres.

### **MULHERES CERCADAS: RELAÇÕES DE GÊNERO NAS OCORRÊNCIAS CRIMINAIS DE PERSEGUIÇÃO NO PARANÁ**

*Amanda (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** Em abril de 2021, entra em vigor uma lei específica para criminalizar a perseguição no Brasil. Antes, a prática era considerada apenas contravenção penal no país (BRASIL, 1941). Agora, “perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade” é crime no país (BRASIL, 2021). Levantamentos como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) revelam que no primeiro ano da lei, entre abril e dezembro de 2021, já foram realizadas 27,7 mil denúncias por

perseguição registradas pelas delegacias de polícia de 22 estados brasileiros que divulgaram dados. A estatística equivale a uma média de quatro casos a cada hora no Brasil. No Paraná, a partir de dados coletados pela autora desta pesquisa, dos 3.484 boletins de ocorrência registrados em 2021, 84,11% correspondem à vítimas do sexo feminino e, por outro lado, 86,78% dos autores da violência são do sexo masculino. Considerando o cenário exposto, faz-se necessária uma análise da perseguição em uma perspectiva de gênero. Este trabalho busca interpretar os dados estatísticos dos crimes de perseguição no estado do Paraná, a partir dos números de boletins de ocorrência e inquéritos policiais enquadrados na Lei 14.132/21. A partir de informações solicitadas pela autora desta pesquisa à Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Ministério Público do Estado do Paraná, compõe-se um panorama quantitativo da questão, sendo um recorte de uma pesquisa de doutorado sobre a temática. Ressalta-se que a análise dos números fornecidos pelas instituições citadas é realizada de forma crítica, buscando compreendê-los à luz dos Estudos de Gênero, considerando também interseccionalidades como raça, idade e localidade, presentes nos relatórios dos referidos órgãos. Pensadores referência em explicitar as relações entre homens e mulheres como intrínsecas às estruturas de poder são trazidos para interpretar os dados levantados, tais como Joan Scott (1995), Michelle Perrot (2005), Michel Foucault (1987), Pierre Bourdieu (2012), Maria Izilda Santos de Matos e Rachel Soihet (2003), Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2012), Silvia Federici (2017), Heleieth Saffioti (2004), dentre outros. A partir das referidas autoras e autores, traça-se conexões entre a história do corpo, a ocupação da mulher no espaço público e as relações de poder, considerando a perseguição enquanto uma manifestação violenta da hierarquia presente nas relações de gênero histórica e culturalmente constituídas. Para além do proposto aqui, a pesquisa prevê também a coleta de depoimentos das vítimas de perseguição para a construção de um panorama qualitativo acerca de uma questão que, quantitativamente, já tem demonstrado necessidade de atenção. Tais narrativas serão úteis para diagnosticar a perseguição, vislumbrando também caminhos para sua erradicação.

**Palavras-chave:** Perseguição; Gênero; Dominação.

## ST 09: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS SOCIAIS



Dnda. Michele Pires Lima (UFAM)

Ms. Roger Kenned Repólho (UFAM)

O ST Gênero, interseccionalidade e Direitos Sociais tem como objetivo congrega pesquisadores, pesquisadoras de diversas correntes teóricas para refletirem sobre estes campos, contribuindo assim, para ampliar o debate acerca dos mesmos. Os estudos sobre gênero, tem fomentado debates, permitindo dessa forma um aprofundamento dos problemas, perguntas e questões, inerentes aos temas propostos, que possibilitam discussões cada vez mais substanciais sobre os direitos sociais, que englobam sujeitas (os) (es) que produzem uma historicidade de reivindicações de direitos cada vez mais amplos, aprofundando dessa forma a compreensão do termo 'cidadania'. Os estudos pós-coloniais em especial, tem permitido novos marcos de reflexão, para além da relação binária imposta pela historiografia clássica, produzindo nos estudos de Gênero e das interseccionalidades, a capacidade de romper com a invisibilidade dos problemas que cercam os (as) indivíduos (as) que protagonizam suas lutas por mais visibilidade, mais direitos e exercício de uma cidadania plena. O ST tem o intuito de congrega trabalhos que discutam os temas gênero, interseccionalidade e direitos sociais de forma localizada, integral ou relacional que contribuam para expansão dos estudos de gênero no estado do Amazonas.

### Referências

SAMARA, Eni de Mesquita. A construção da identidade social de gênero. In: SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (orgs.). Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

CONNELL, Raewyn. Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

BLAY, Eva Alterman. Mulher e estado mulher, movimentos sociais, Partidos Políticos e Estado. International Conference: Trends and challenges of urban Restructuring Class and gender: economic, domestic and urban changes. Rio de Janeiro. 1988.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. In: Lutas Sociais, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.

## DESAFIOS DA MULHER VIVENCIANDO A MATERNIDADE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

*Amanda Breda (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*  
*Cristiana Magni (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** A pandemia da COVID-19 trouxe inúmeras modificações de vida em toda a população, em especial as mulheres, pois evidenciou as suas múltiplas faces e funções relacionadas ao seu papel de cuidadora. Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado que tem como objetivo dar espaço de escuta e acolher o relato de mulheres que vivenciaram a gestação e a maternidade durante a pandemia. Para o alcance do objetivo proposto realizou-se uma pesquisa qualitativa mediante entrevista aberta através da ferramenta Google Meet com uma mulher, mãe, gestante e trabalhadora. Durante o discurso a participante abordou o fato de que a pandemia modificou seus hábitos de vida, a gestação foi “mais difícil” e expressando hesitação entre suspiros e tremores na fala demonstrou ansiedade, insegurança, medo e solidão. Comparou com a sua experiência anterior de gestar, na qual pôde desenvolver suas atividades laborais e sociais normalmente, demonstrando sua insatisfação com o isolamento vivido durante a crise em saúde pública. Em outros fragmentos a participante também coloca em evidência seu descontentamento com a limitação de vida social, a qual também foi consequência da Lei 14.151 de 12 de maio de 2021, afastando mulheres gestantes do trabalho presencial. A nova rotina não a permitiu fazer o que gosta a seu tempo, ressaltando a sobrecarga de afazeres domésticos e do cuidado à família. Sentiu ansiedade em vivenciar o homeoffice, uma experiência negativa atrelada ao isolamento social e demonstra empatia com outras mulheres que passaram por situação semelhante. Aqui ressalta-se a presença da dualidade proporcionada pelo afastamento, pois além da ansiedade de estar em homeoffice houve também o receio de contrair a infecção, principalmente no último trimestre onde poderia necessitar de antecipação do parto, demonstrando como o fato de pertencer ao grupo de risco afeta a percepção das mulheres frente ao risco de contaminação. Expressa o quanto está sendo desafiador vivenciar a maternidade, demonstrando que a pandemia enfatizou o sentimento de culpa materna já tão fortemente descrito pelas mulheres. O relato elencado aqui corrobora com diferentes estudos e também com a história social das mulheres que assumem múltiplos papéis e que em situações de crise, como a vivida pela COVID-19, acabam intensificando ainda mais essa carga. O relato traz à tona sentimentos atravessados por ansiedade, insegurança, medo e solidão, o que evidencia a importância de espaço de escuta e reflexão desta fase da mulher.

**Palavras-chave:** Mulheres; COVID-19; Maternidade.

## LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA PERSPECTIVA FEMINISTA

*Débora Regina Amaral*

**Resumo:** A presente pesquisa objetiva, a partir da revisão da literatura, analisar por meio de uma perspectiva feminista a trajetória de aprovação da Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, que se trata da alienação parental (AP). A lei conceitua a alienação parental como um conjunto de articulações que resultam no afastamento do genitor alienado de seu filho por aquele

que detém a guarda ou que seja o responsável pelas crianças e adolescentes no momento. Trata-se de um processo de conflitos entre os genitores ou responsáveis pelos menores que resultam em sofrimento para as crianças e adolescentes. É fundamental esclarecer que existe uma diferença entre a lei de alienação parental e a síndrome de alienação parental (SAP). A lei foi criada com base na SAP, já a suposta síndrome de alienação parental é resultado de uma ideia do médico estadunidense Richard Gardner, porém sem fundamentação científica sobre possíveis prejuízos psíquicos nos filhos como consequências de conflitos entre os genitores. (EDNA ROCHA, 2016). Além disso, é importante informar que o Brasil é o único país do mundo a utilizar esse instrumento legal e existem movimentos sociais e iniciativas do Conselho Federal de Serviço Social, do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e outros que vêm demonstrando como essa lei tem sido um instrumento legal para violação dos direitos de crianças, adolescentes e mulheres. Saffioti (2007) explica que historicamente as mulheres assumem a função do cuidado reconhecido como uma habilidade ligada a essência feminina, logo, no âmbito sociojurídico as decisões que envolvem guarda e responsabilidades com crianças e adolescentes têm sido favoráveis às mulheres. Contudo, a literatura vem demonstrando que a LAP é um instrumento jurídico-legal para a manutenção de violência doméstica, porque obriga o contato com o autor de violências e impede a aplicação da Lei Maria da Penha e suas medidas protetivas para mulheres extensivas aos filhos e filhas, num país que ocupa o 5º lugar na prática de feminicídios no mundo. Quando uma acusação de alienação parental é incluída em um processo a investigação é voltada para a verificação da suposta alienação, pois há previsão legal de tramitação prioritária, sobrepondo a casos de violência doméstica. (CEFESS, 2022). Observa-se que a utilização da lei de AP no âmbito sociojurídico tem tido sérias repercussões sociais, políticas e econômicas que demandam melhor compreensão, o que justifica a realização de pesquisas e talvez a sensibilização de um grupo maior de pessoas envolvidas nas lutas já existentes pela revogação da LAP. Conclui-se que em um país estruturado pelas questões de raça, gênero e classe é preciso desnaturalizar mecanismos que permitem a produção e reprodução de violências contra mulheres.

**Palavras-chave:** Alienação Parental; Violação de Direitos; Gênero.

## DECOMPONDO CONCEITOS: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E CORPO

*Enndiel dos Santos Mendes*

**Resumo:** Na área de Relações Internacionais, as análises feministas foram pioneiras na construção de novas reflexões sobre o Internacional, os sujeitos, seus corpos e gêneros. Com o auxílio de trabalhos elaborados por autoras e autores feministas decoloniais que consideram os conceitos e os sujeitos através da sua capacidade de ação política e das suas relações sociais, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a forma na qual os conceitos de Gênero e Corpo são trabalhados nas Relações Internacionais. Ainda que essa área tenha acompanhado as amplas transformações vivenciadas pelo mundo, até o final da década de 80 o campo teórico das Relações Internacionais se mostrou uma exceção quanto à crescente conscientização acerca das questões de gênero. Nesse sentido, os conceitos destacados atravessam diversos campos do saber e por isso o trabalho refletirá sobre os silêncios, as ausências e as exclusões que permeiam os estudos das Relações Internacionais.

A metodologia de pesquisa utilizada será a Revisão Sistemática de Literatura, embasada em uma investigação analítica e interpretativa de artigos, livros, publicações nacionais e internacionais, com ênfase comparativa nos trabalhos feministas e decoloniais. Utilizando-se da abordagem interseccional, buscará discutir as intersecções e as dinâmicas políticas que conectam corpo e gênero pela lente do internacional, para investigar as discussões teóricas acerca de práticas políticas de controle dos corpos enfrentadas por aqueles cuja existência é negada, prejudicada e esquecida nas nossas sociedades.

**Palavras-chave:** Feminismo; Performatividade; Biopolítica.

## **DESAFIOS INTERSECCIONAIS DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA CENTRADA EM GÊNERO : ESTUDO DE CASO SOBRE OS DISCURSOS GOVERNAMENTAIS NOS MODELOS DE POLÍTICA EXTERNA FEMINISTAS**

*Gabriela Rabello (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta como modelos políticos orientados ao trabalho de igualdade de gênero devem desenvolver, entre outras questões, uma linguagem inclusiva em suas agendas sociais. Essa linguagem, devem atender sobretudo as sujeitas do feminismo, entendendo como todas as pessoas que, diante de sua autodeterminação, compreendem-se pertencendo a categoria de mulheridades e-ou feminilidades (NASCIMENTO, 2021). Diante desse contexto, o trabalho apresenta resultados parciais de dissertação de mestrado que analisou um estudo de caso comparado com cinco modelos vigentes de Política Externa Feminista (PEF) através do apoio de estudos de teorias feministas decoloniais (LUGONES, 2007, 2011) e pós-estruturalistas (BUTLER, 2017, 1990/2020; DE LAURETIS, 1987; NASCIMENTO, 2021). Entende-se por PEF, modelos políticos que visam centrar o tema de igualdade de gênero junto ao trabalho de suas relações diplomáticas a partir de acordos e cooperações de ajuda humanitária, segurança, comércio e assuntos referentes à paz (ACHILLEOS-SARLL, 2018; AGGESTAM; BERGMAN ROSAMOND; KRONSELL, 2018; AGGESTAM; BERGMAN-ROSAMOND, 2019). Esses temas, centrais para discussão de estudos feministas contemporâneos, ainda demonstram-se emergentes em literatura nacional, possibilitando assim que abordagens interseccionais que envolvam estudos das categorias de gênero, raça e classe sejam colocados em pauta de maneira crítica. Ainda, argumenta-se na necessidade de reestruturação narrativa dos documentos vigentes, por ter sido possível verificar que as agendas implementadas pelos Estados da Suécia, Canadá, França, Espanha e México tratam suas beneficiárias de maneira binária, invisibilizando sujeitas do feminismo pertencentes à população 2SLGBTQIAP+. Assim, partindo dos pressupostos de pensamento críticos que os estudos sobre o tema de interseccionalidade propõem (COLLINS, 2019), apresentamos a contribuição proposta por Nascimento (2021), com os estudos sobre transfeminismo, para trabalhar como as sujeitas beneficiárias desses modelos políticos podem ser vistas de maneira inclusiva e humanitária. Por fim, visa-se neste trabalho oportunizar o fomento e discussão sobre o assunto, buscando romper com a tendência de embranquecimento (e binaridade) dos estudos interseccionais, sobretudo na academia, que utilizam-se de técnicas narrativas para invisibilizar pessoas submissas a diferentes formas de dominação relacionadas a gênero, raça e classe (BILGE, 2015).

**Palavras-chave:** Política Externa Feminista; Gênero; Interseccionalidade.

## O FEMINISMO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE D. GEMICA 1964-1974

*Roger Kenned Repolho de Oliveira*

**Resumo:** Nossa comunicação abordará os estudos das relações de gênero, juntamente com ideias feministas e dos estudos da mulher no poder político na trajetória para analisar a trajetória da vereadora e professora Geminiana Campos Bulcão Bringel. Na busca de interpretar sua trajetória no meio político e entender as relações e desigualdades de gênero presentes nesse meio, o que se mostra um reflexo do patriarcado, assim como as estratégias da vereadora para sobrepor as desigualdades. Nosso corte temporal que irá de 1964, ano que se dá o início de seu terceiro mandato como vereadora e início da ditadura civil-militar no Brasil, a 1974, momento em que a vereadora recebe o anticandidato Ulysses Guimarães no município de Parintins, ela como vereadora e líder do MDB. Geminiana Campos Bulcão Bringel, ou Gimica, nasceu em Parintins em julho de 1923, de família que pode lhe proporcionar privilégios, teve acesso aos espaços públicos por meio da educação lecionando. Sua participação na política na câmara municipal em um primeiro momento se deu com uma atuação de três mandatos consecutivos, que foram de 1956 a 1968. Embates com figuras importantes da política local fizeram parte de sua trajetória, assim como contribuições registradas em atas e em projetos de leis no município, além disso sua participação é marcada por diversos cargos de chefia dentro desse espaço de poder, como presidente de comissões, presidente da câmara municipal, prefeita interina. Sua atuação como figura política e como educadora deixou um rastro em um acervo fecundo, este nos possibilita múltiplas abordagens. Sua participação nos espaços públicos e políticos possui forte indícios e características análoga ao feminismo, por se localizar em um tempo e espaço de lutas, conquista e embates das ideias e do movimento feminista.

**Palavras-chave:** Política, Relações de gênero, Feminismo.

## RELAÇÕES DE PODER NO ÂMBITO CONJUGAL: RELATOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MANAUS

*Lidiany de Lima Cavalcante (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)*

*Aline dos Santos Pedraça (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)*

**Resumo:** Disciplinamento dos corpos através da complexa relação de conflitos existentes entre os casais. Falar sobre a violência doméstica nos impulsiona a pensar que essas relações sociais, econômicas e políticas que envolvem as relações de poder nos espaços conjugais são molas propulsoras para o desencadeamento da violência sofrida por mulheres no município de Manaus. O universo que envolve a prática da violência contra o sujeito feminino durante muito tempo foi por diversas vezes compreendido apenas como uma relação entre dominador e dominado, no caso entre homens e mulheres, assim como defende a teoria do patriarcado. A violência conjugal não é uma prerrogativa dos casais héteros, pelo contrário, durante a coleta de dados para o desenvolvimento de nosso estudo, observou-se que a violência em decorrência das relações de poder é também vivenciada pelos casais homoafetivos. Após a década de 1980, com os novos estudos de gênero pautados em teorias pós-estruturalistas, a visão sexista foi perdendo sustentação teórica que não mais contemplava os anseios dos

movimentos feministas, principalmente os do segmento LGBT da época. Entende-se que a relação desigual de gênero, da qual está presente em todas as esferas das relações sociais não pode ser analisada de forma estática, visto que, o poder não possui sexo, tanto o sujeito masculino quanto feminino são detentores do poder, ambos praticam violência. É importante mencionar que embora saibamos que as mulheres também praticam violência e o uso da força nos espaços conjugais, em comparação aos homens, registros das Delegacias das Mulheres e das Redes de Apoio apontam que essa prática é muito menor. Este estudo nasceu da necessidade de compreender o universo que envolve essa violência conjugal no município de Manaus, apesar de sabermos que a violência contra o sujeito feminino não se limita somente ao espaço conjugal, ainda sim, é nesse âmbito que a Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) mais obteve registro. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semi estruturadas junto aos sujeitos femininos participantes da pesquisa, composto por 10 mulheres que se encontravam em caráter de abrigo conforme Diretrizes Nacionais para o Abrigo de Mulheres em Situação de Risco e de Violência de 2011. Utilizamos o método da História Oral que após transcrição dos áudios, realizamos uma análise minuciosa sobre os relatos obtidos para a execução da escrita. Após análise do material empírico e com os estudos das fontes teóricas, entendeu-se o quanto se faz relevante ampliarmos o debate sobre a violência conjugal, tendo em vista, o crescente número de mulheres vítimas da violência por parte de seus (suas) companheiros (as). Este estudo nos demonstra também que a falta de punição aos agressores têm deixado os sujeitos femininos menos confiantes no poder da justiça. Infelizmente, por ser um crime que normalmente ocorre nos espaços privados, a percepção da sociedade ainda é bastante limitada e conservadora.

**Palavras-chave:** Relações de Poder; Espaço Conjugal; Violência Contra a Mulher.

## **SEXUALIDADES DESENHADAS: QUADRINISTAS TRANS E AUTOREPRESENTAÇÕES**

*Conceição Pires (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** A proposta é pontuar como quadrinistas trans empregaram as histórias em quadrinhos como instrumento artístico para abordar e romper com estereótipos, tabus e estigmas sobre transexualidade. Interessa-nos assinalar como, através da exposição dos dilemas subjetivos e preconceitos vividos e da construção de uma autorrepresentação, tais narrativas disputam espaço e legitimidade com as narrativas hegemônicas, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação de um pensamento crítico e compreensivo sobre os temas abordados. Para realizar essa abordagem discutiremos a produção gráfica das quadrinistas Samie Carvalho, criadora de Sasha, a leoa de juba, e Alice Pereira, autora dos quadrinhos Pequenas Felicidade Trans. Pontuaremos, primeiro, o esforço de, através de uma escrita íntima e aberta, afetar o público leitor, apresentando-lhes aquilo que as afetam cotidianamente; falar de suas experiências pessoais de modo que estas ecoem coletivamente; compartilhar modos de existência que expressam a recusa enfática de identidades estáticas e do pressuposto da cisheteronormatividade. O segundo aspecto que nos interessa pontuar é que, ao contrário do que muitas vezes é veiculado de forma rápida por estudiosos de HQs, é possível falarmos da existência de um mercado de consumo quadrinhos produzidos por e para transexuais, embora tenha alcançado um público mais amplo. Essas histórias promovem um debate sobre temas que por muito tempo estiveram fora das histórias em quadrinhos como transexualidade, processos

internos de autodeterminação e reconhecimento, performance, caminhos de modificação corporal, entre outros. Aliás, é possível afirmar que narrativas transexuais estiveram por longo tempo, por medo, incômodo ou estranheza, marginalizadas também dos espaços de produção de conhecimento. A grande maioria dos estudos desenvolvidos e publicados sobre o tema não foram escritos pelos próprios sujeitos envolvidos, uma vez que estes ainda são minorias nos espaços acadêmicos. Muitas pesquisas ainda se restringem a tematizar questões relacionadas à violência impetrada cotidianamente contra esses grupos (algo necessário e importante de ser feito incessantemente, é bom salientar), sem colocar em foco as suas experiências cotidianas, subjetividades, redes de solidariedade, etc. Nesse sentido, nós que pesquisamos e escrevemos sobre esses temas e questões, independente ou apesar de nossas intenções, muitas vezes atuamos como voyeurs, “espectadores passivos que não se relacionam com os menos poderosos, mas que estão interessados em observar como o ‘diferente’ vive” (COLLINS, 2015, p. 32). Entendemos que essa ausência/silenciamento/apagamento tem sido uma forma contundente de desumanização desses sujeitos e de seus saberes e que a ocupação desses espaços faz parte de um processo crescente de tomada e difusão da palavra, tanto a oral como a escrita, e da imagem por parte desses grupos marginalizados, transformando-se numa forma de ação política coletiva.

**Palavras-chave:** Histórias em Quadrinhos; Identidade de Gênero; Transexualidade.

## **CHIQUINHA GONZAGA: UMA REFLEXÃO SOBRE MÚSICA E (SOBRE)VIVÊNCIA FEMININA**

*Amanda Maciel Silveira*

**Resumo:** Uma das histórias relevantes no contexto da música brasileira diz respeito à figura de Chiquinha Gonzaga, compositora, instrumentista e maestrina brasileira que produziu mais de duas mil partituras. Após separar-se de um marido ciumento e sem poder contar com o apoio de sua família que fora contra a separação, Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935) precisa ingressar no mercado de trabalho para conseguir sustentar a si mesma e a seu filho mais velho. Então, transformar seus conhecimentos musicais em profissão e tornar-se musicista passa a ser uma necessidade e uma escolha. Ocupando um lugar que antes não existia para si, Gonzaga começa a se apresentar como pianista, dar aulas de música e vender suas composições. Com muita dificuldade, consegue aos poucos ingressar também no campo do teatro, compondo músicas para peças e tornando-se a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Neste âmbito, refletir sobre a trajetória da musicista que conseguiu ocupar um lugar na vida pública através do piano, instrumento que fazia parte da educação das moças de classe alta da época, transformando-o em um instrumento de libertação, é o objetivo desta proposta. Para tanto, utilizam-se os conceitos de Akotirene (2019) e Butler (2019) no debate sobre feminismo, gênero e interseccionalidade. Ao final, ao refletir sobre a trajetória empreendida pela musicista, discute-se também as práticas e significados da “sobrevivência feminina” em processos históricos como os do Segundo Reinado e começo da República no Brasil.

**Palavras-chave:** Chiquinha Gonzaga; Música; Trajetória.

## VIVÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS DE SÃO FRANCISCO-MG NO ÂMBITO DO TRABALHO DOMÉSTICO

*Kárem Castro*

**Resumo:** A pesquisa apresentada ainda se encontra em desenvolvimento e tem como objetivo central traçar o perfil e as condições de trabalho das mulheres negras no âmbito doméstico na cidade de São Francisco/MG, bem como averiguar as manifestações de discriminações raciais vivenciadas. Outros objetivos que têm orientado a investigação são a pesquisa em jornais, redes sociais e Justiça do Trabalho com a finalidade de encontrar registros de denúncias de preconceito e discriminação racial relacionado às trabalhadoras domésticas de São Francisco/MG, além de mapear as práticas e características das discriminações raciais vivenciadas no âmbito do trabalho doméstico das mulheres negras. A metodologia de trabalho até o momento se deu a partir de análises bibliográficas e levantamento de dados sobre trabalhadoras domésticas em bancos de dados de instituições governamentais e não governamentais. No mês corrente realizaremos entrevistas a partir dos métodos da História Oral, objetivando conhecer de maneira mais pessoal as vivências das trabalhadoras domésticas negras em seu ambiente de trabalho. É interessante salientar, a partir da análise de dados e da revisão bibliográfica, que o perfil de trabalhadores domésticos no Brasil é majoritariamente feminino, sendo que, essas trabalhadoras são em sua maioria mulheres negras pobres e frequentemente mães solas. Em São Francisco-MG, foi possível constatar na investigação até o momento, que grande parte das trabalhadoras domésticas não têm carteira assinada e recebem menos da metade de um salário mínimo como pagamento por seus serviços. Essas mulheres são constantemente subjugadas e humilhadas em seus locais de trabalho; ganham pouco e precisam trabalhar muito devido a necessidade de obter uma renda fixa para se manter e manter a família. Ao final desse trabalho, o que se espera além de entender o perfil e as vivências das trabalhadoras domésticas, é também descobrir o que pode ser feito para que as condições de trabalho dessas mulheres sejam melhoradas, assim como contribuir para diminuição do processo discriminatório contra as mulheres negras e trabalhadoras domésticas na cidade.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Trabalho Doméstico; Discriminações Raciais.

## AS OPERÁRIAS DE MANAUS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE (1974-2000)

*Jordana Coutinho Caliri*

**Resumo:** Em meados da década de 1970, as mulheres constituíam a maior parte da mão de obra do recém instalado Distrito Industrial de Manaus. Eram jovens, em sua maioria, solteiras ou casadas e muitas eram mães e o único sustento da família. Fizeram parte da intensa migração de pessoas que vieram das cidades do interior do Amazonas para a cidade “grande”, como era vista a cidade de Manaus em relação às cidades do interior, dada a sua dimensão humana e espacial. Viviam na esperança de ver a vida transformada por novas oportunidades, ainda que esses sonhos não tivessem sido concretizados. Elas eram as trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus. Nossa pesquisa se debruça na trajetória de vida e de trabalho dessas mulheres, as operárias da Zona Franca. Mulheres que enfrentaram muitos desafios para fazer parte desse universo fabril que instalou-se na cidade de Manaus na segunda metade do século XX. Diante do contexto de implantação do Distrito Industrial, durante o período compreendido entre

1974 e 2000, torna-se fundamental compreender as relações de vida e de trabalho existentes entre os operários e operárias dessas indústrias, em particular das mulheres, que constituíram a maioria dessa mão de obra. Trazer à tona a voz dessas mulheres será o cerne desse trabalho. O objetivo geral da pesquisa está em perceber as relações sociais e trabalhistas construídas pelas operárias do Distrito Industrial de Manaus. Para tanto, importante identificar quem eram essas trabalhadoras, quais as condições de vida, quais as dificuldades econômicas e sociais, suas memórias, como se relacionavam com os demais trabalhadores das fábricas e com a sociedade na qual estavam inseridas.

**Palavras-chave:** Gênero; Trabalho; Identidade.

### **“O AMOR QUE SE OUSA DIZER O NOME”:** MEMÓRIAS, AFETOS E DIREITOS HUMANOS ENTRE LÉSBICAS EM MANAUS/AM

*Michele Pires (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)*

**Resumo:** Esta comunicação se propõe historicizar o amor profundo e as narrativas públicas sobre o casamento igualitário nas experiências das ativistas lésbicas negras, Francy Junior e Sebastiana Silva, em Manaus a partir das últimas décadas do século XX. Para esse fim, utilizo a História Oral como metodologia que contribui para o rastreamento, coleta e análise das memórias de sujeitos e o registro de suas impressões pessoais e participação em eventos históricos, tangenciando temas como cotidiano, educação, relações sociais, formas de ativismos e a presença das relações afetivo-sexuais, reconhecendo, desse modo, os efeitos nocivos do patriarcado e da heterossexualidade compulsória, que dificultam os direcionamentos de paixões entre mulheres, sendo a lesbianidade um componente capaz de desestabilizar estruturas de opressão. Além das fontes orais, a memória pública presente na imprensa local contribui para entender como o sistema cisheterossexual operam na cultura brasileira, “perseguido” aqueles/as que ousam transpassar o limbo da instituição da heterossexualidade para vivenciar seus afetos, sejam eles sexualizados ou não. Portanto, essa problemática compõe a agenda política de direitos, inquirindo a ordem social: quem tem direito ao afeto-sexualizado? Esta proposta, assim, pretende contribuir com a guinada na história do esquecimento das lésbicas, especialmente das lésbicas negras, que são/foram silenciadas pelo entrecruzamento de opressões sociais, descortinando possibilidades para que outras sujeitas narrem suas memórias e as mesmas sejam analisadas historicamente.

**Palavras-chave:** Lesbianidades; Relações afetivas; Casamento homoafetivo.

### **“MATA-HARI TUPINAMBÁ”:** POLITIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE E REABERTURA POLÍTICA EM BELÉM

*Inácio dos Santos Saldanha*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de politização da homossexualidade através de um episódio ocorrido em Belém entre os anos de 1979 e 1980. Usando como metodologia a análise de conteúdo de jornais e revistas variados, descrevo

a iniciativa de criação de um grupo homossexual organizado na capital paraense e os seus desdobramentos controversos que incluem a acusação de que se tratava de uma farsa idealizada como uma estratégia de repressão do DOPS, que repercutiu nacionalmente na imprensa gay da região Sudeste com tons de ironia que envolvem imagens de raça e região. As fontes são matérias da revista Manchete, do jornal Lampião da Esquina e de jornais locais, além de uma incipiente discussão sobre o fato na bibliografia histórica e antropológica sobre o que é denominado geralmente como “homossexualidade” no Pará. Da mesma forma, o seu mentor, a “bicha” Mário Franco/Francisco, foi descredibilizada e recebeu acusações de colegas, militantes e autoridades que envolvem uma relação simbólica entre homossexualidade e problemas mentais. Este episódio aprofunda o argumento de que a politização da homossexualidade no Brasil se deu de forma descentralizada e que, na região Norte, isso ocorreu ainda durante a ditadura, e não na década de 1990, como parte da literatura especializada vinha apontando. Em vez de tentar buscar a suposta verdade por trás dessa controvérsia, ou de apontar qual versão dos acontecimentos é a correta, estou interessado em perceber como a circulação e a mobilização de categorias da sexualidade se dava na cidade nesse período específico da história.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil-Militar; Movimento homossexual; Belém do Pará.

## LESBIANIDADES E PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS: REVISÃO NARRATIVA DE ESTUDOS RECENTES

*Carolina Albornoz Costa*

*Juliana Cruz*

**Resumo:** Apesar da popularização de temas relacionados aos estudos de gênero e das sexualidades, são menores os estudos que focam nas experiências das mulheres lésbicas. Reconhecer a existência lésbica implica admitir que a heterossexualidade é uma construção política, cuidadosamente mantida, que tem como um de seus objetivos a submissão da mulher a objeto de desejo. Nesse contexto, a categoria lesbianidade surge, também com caráter político, para destacar a existência lésbica e retirá-la da sombra da referência constante a um padrão tido como natural. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em andamento a partir do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no qual, para refletir sobre lesbianidades, articulamos epistemologias feministas aos marcadores sociais da diferença como categorias de análise social. O objetivo deste trabalho é debater como se dá a interseccionalidade de opressões e a invisibilidade dessa população a partir de marcadores sociais da diferença. A pesquisa é de cunho qualitativo e foi realizada uma revisão bibliográfica buscando produções que têm como foco as lesbianidades em intersecção com marcadores como cor/raça, classe, deficiência, identidade de gênero, dentre outros. Espera-se contribuir na construção de conhecimento em psicologia, com ênfase na psicologia social e nos processos de subjetivação de gênero e das diversidades, sinalizando elementos acerca das lesbianidades e dos diferentes marcadores que interseccionam essas vivências. Além disso, busca-se ampliar os debates sobre inclusão, diversidade e acessibilidade, bem como questionar modelos hegemônicos presentes com tanta força nos mais diversos espaços. Outro ponto importante que justifica a relevância do presente de trabalho é a pouca produção científica acerca da temática, visto que durante o processo de revisão bibliográfica

poucos foram os trabalhos encontrados abordando questões que perpassam pela categoria lesbianidade, apontando assim para uma lacuna na produção do saber e mostrando a urgência de pesquisas com esse foco.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Lesbianidades; Psicologia Social.

## UMA HISTÓRIA ESTRANHA: UMA GENEALOGIA DOS ESTUDOS QUEER

*Fabrizio Marçal Vilela (Escola Estadual João Pinheiro)*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo realizar uma genealogia da(s) teoria(s) queer. Os estudos queer emergem no início de 1990. O contexto é marcado por uma epidemia de um vírus, o hiv, que causa a aids. A doença desencadeada por esse microrganismo causou muitas mortes, inclusive de dissidentes de gênero (homossexuais, bissexuais, transgêneros). A mídia e o governo conservador de Ronald Wilson Reagan associou a doença à homossexualidade e iniciou um processo de institucionalização da homofobia e transfobia. Os movimentos sociais LGBTQ+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) e Queer Nation emergiram com o objetivo organizar manifestações e política contra a homofobia, transfobia e o racismo. Nas universidades, as/os intelectuais LGBTQs e heterossexuais passaram a problematizar as construções discursivas e materiais das violências homofóbicas e transfóbica. Em 1990, a teórica feminista italiana, Teresa de Lauretis, elabora o rótulo “teoria queer”, em um evento acadêmico, como objetivo de problematizar os estudos feministas e estudos gays e lésbicos, propondo uma análise interseccional, conectando-os estudos étnico-raciais com a filosofia pós-estruturalista francesa, para refletir sobre como os são produzidos dentro e fora destes estudos. Um dos objetivos desse trabalho é reunir um acervo de reflexões em torno do corpo, sexo-gênero, sexualidade e raça. Pergunte-me: como as reflexões queer podem oxigenar a História e o fazer historiográfico?

**Palavras-chave:** História; Historiografia; Gênero; Sexualidade; Teoria Queer.

## ST 10: PENSAR O GÊNERO, DE(S)COLONIZAR A HISTÓRIA: OS DIVERSOS ATIVISMOS FEMINISTAS NO SUL GLOBAL



Dra. Suane Felipe Soares (UFRJ)  
Dnda. Maria Clara Cavalcanti (UERJ)

O presente Simpósio Temático visa a construção de um momento de trocas para se pensar alternativas em busca de um futuro feminino. A partir da história das mulheres e dos estudos de gênero, em um planeta arrasado por uma cultura de morte, pela monocultura da mente, que Vandana Shiva tão bem conceitua, com a imposição do neoliberalismo machista e racista, buscamos reunir histórias de mulheres e corpos contra-hegemônicos que sempre sedimentaram e sustentaram o mundo, a saber, o trabalho das mulheres, eternas guardiãs e difusoras dos saberes para as próximas gerações. Os feminismos de(s)coloniais se configuram como “contra epistemologias” situadas, dedicadas a produzir reflexões a partir do Sul global, enfrentando impérios cognitivos. São, portanto, propostas teóricas, políticas, epistemológicas, que entendem gênero, classe, raça, nacionalidade etc., de forma imbricada, justamente porque são elaboradas de maneira específica a partir das experiências das colonizações. Ou seja, destacamos que as maneiras como experimentamos o racismo, a misoginia, o classismo, a LGBTI+homofobia, a xenofobia etc. têm origem nas violências e opressões dos processos colonizadores. Neste ínterim, os corpos das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas, lésbicas, trans, meninas, velhas, nordestinas, nortistas etc., foram lugares privilegiados dessas violências, ao mesmo tempo, desenvolveram expressões de “contra conduta”, de luta política e social a partir da arte, da intelectualidade, das relações e, principalmente, a partir do cotidiano, porque estas são as mulheres que sistematicamente não acessaram espaços de poder e de construção de saber elitizados, como a academia e a política. Temáticas Diversos tipos de ativismos feministas se desenrolaram historicamente, contrapondo-se à lógica misógina, racista, lesbofóbica etc. construindo, especialmente no Sul global, um cenário importante de enfrentamento à colonialidade e ao patriarcado, de forma interligada. Nos parece que um papel importante para uma historiografia crítica aos modelos patriarcais, racistas e neoliberais é justamente buscar o tão discutido giro epistêmico e repensar nossas formas de fazer história focando-nos em sujeitas tradicionalmente esquecidas, intencionalmente ignoradas e excluídas de visibilidade, mas que nem por isso deixaram de ser protagonistas dentro e fora de espaços essencialmente masculinos. Desde de uma micro-história, até uma forma diferente de se fazer a história das mulheres, a história social, econômica, antiga etc. buscamos para esse ST as escritas que se afinam com um ponto de partida feminino, por uma feminilização do saber de forma contra-hegemônica, buscando a valorização de saberes ancestrais e originários, saberes marginais que compõem a sociedade e a força das mulheres em construir suas histórias e o campo da história. Neste Simpósio Temático serão, portanto, bem-vindas propostas que versem sobre estes diferentes tipos de ativismos feministas – presentes na luta política, na arte,

literatura, na imprensa etc., – assim como trabalhos sobre temas como direitos reprodutivos e direitos sexuais, religião & política, estudos lésbicos, lesbocídio, gênero, histórias das mulheres e das lésbicas, ecofeminismos, interseccionalidade, decolonialidade e também estudos com temáticas voltadas para epistemologias femininas e feministas de outras regiões subalternizadas, como mulheres curdas, zapatistas, comunitárias e afins. Buscamos assim, um espaço de partilha de trabalhos que valorizam o feminino como linguagem, como modo de vida e de pensamento, um espaço diverso, inclusivo e propositivo: às mulheres, eternas guardiãs dos saberes, as primeiras historiadoras.

## **Referências**

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

MOHANTY, Chandra Talpade: “Under Western eyes: feminist scholarship and colonial discourse”, IN *Boundary. 2/3(12/13)*, 1984.

MORAGA, Cherríe e ANZALDÚA, Gloria (org.): *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, 2ª edição, New York, Kitchen Table, 1983

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?*. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010, p. 126.

## ARTIVISMOS FEMINISTAS NA AMÉRICA LATINA: ENTRE A ARTE E A EDUCAÇÃO POPULAR

*Indiara Launa*

**Resumo:** Os ativismos feministas surgem na contemporaneidade criando intersecções entre a criação artística e o ativismo político de “quarta onda” (MATOS, 2010). Ao engajar a coletividade como ponto de partida, essas experiências são gestadas por uma geração de mulheres que, organizadas, reivindicam uma ecologia de saberes (SANTOS, 2010) expressa na horizontalidade das produções, na pluralidade de linguagens estéticas e na descentralização dos espaços artísticos institucionais, deslocando-os para os espaços de convivência facilmente acessados, bem como para o meio virtual. Nessa perspectiva, a ação artista feminista tenciona práticas multifacetadas de experimentação estética e expressão política na construção de redes de sociabilidades, criando possibilidades de interlocuções de vozes e realçando os diálogos entre arte e poder na esfera pública. Aliados ao próprio fazer artístico, que é atravessado pelos/nos corpos, territórios de vida e identidades de suas criadoras, a fim de fraturar esquemas colonialistas que determinam o que e quem está na ordem do visível e do enunciável, os ativismos feministas introduzem engajamentos de forças na criação de outras narrativas, não mediadas pelos mecanismos hegemônicos de representação (MESQUITA, 2011) e que operam na coalizão entre sujeitas que carregam em si uma diversidade de práticas, experimentadas coletivamente para efetuar resistências criativas, avançando na lógica da multiplicidade e da diferença. Não por acaso, ao apresentar o ativismo como um compromisso de engajamento de forças contra hegemônicas, realçamos seu diálogo com a pedagogicidade dos movimentos sociais enquanto campo de atividades e de experimentação social, fontes de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2003) para uma relação participativa com a memória, com as lutas do presente e com o “inédito viável” do futuro. Movimentos e relações que conjugam a base para a Educação Popular da Autonomia com inspiração freireana. Tal inserção revela um importante catalisador para os objetivos do presente trabalho, o qual investiga quais disposições pedagógicas existem nos ativismos feministas promovidos a partir da América Latina, entendendo a transdisciplinaridade de suas estratégias de produção com as lutas e estudos sobre raça-gênero-sexualidade-classe numa perspectiva decolonial. De modo geral, pretende-se evidenciar as insurgências pedagógicas que perpassam as táticas desenvolvidas por coletivos feministas radicados na América Latina, sendo eles: Mujeres Creando (Bolívia), La Lengua en La Calle (Argentina) e TROVOA (Brasil), em um recorte temporal de 2016 até os dias atuais. Esse recorte objetiva compreender como estes coletivos que se inserem nos ativismos feministas têm se mobilizado, seja ocupando espaços institucionais de arte, seja intervindo nos meios urbano e virtual. De modo específico, busca-se apreender suas táticas como tramas a partir do Sul global, fundadas no paradigma da educação popular como projeto político e cultural.

**Palavras-chave:** Artivismos; Feminismos; Educação Popular.

## AS MULHERES SEM RELIGIÃO EM COLETIVOS FEMINISTAS E A DECOLONIALIDADE

*Renata Andrade (Colégio Santo Agostinho - BH)*

**Resumo:** A presente comunicação objetiva colocar em discussão o projeto de pesquisa doutoral em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião na PUC Minas

“A experiência vivida: as mulheres sem religião em coletivos feministas”. O campo de estudo explorado é o de mulheres que já estiveram vinculadas a alguma instituição religiosa, mas que, por não se sentirem mais pertencentes, se declaram sem religião. O problema que se propõe investigar é problematizar como a desinstitucionalização religiosa de mulheres pertencentes a coletivos feministas pode ser pensada a partir performances de gênero exigidas nas instituições religiosas. Levanta-se como hipótese que a desinstitucionalização das mulheres que se declaram sem religião em coletivos feministas pode ser motivada pela incompatibilidade das mulheres que, se autodeclaram como sem religião, com as performances de gênero exigidas nas instituições religiosas, pois o desempenho adequado da performance de gênero é essencial para o controle dos corpos e depende do controle das instituições sociais de apoio. Além disso, os coletivos feministas, que serão os espaços de contato com o campo, podem ter influenciado no rompimento, pois possibilitam o questionamento do *modus operandi* do gênero defendido pelas instituições sociais de apoio, uma vez que os coletivos feministas são espaços de mobilização política de mulheres que questionam as concepções tradicionais do que é ser mulher. Nessa trajetória os conceitos abordados na teoria decolonial nos ajudarão a analisar as mulheres sem religião na pesquisa. A colonialidade do poder, por exemplo, é um conceito que inter-relaciona as práticas e legados do colonialismo europeu na organização social e nas formas de estruturação e produção do conhecimento. Nesse caso as mulheres, em especial as racializadas, tinham um papel definido em sociedade, pois, por meio de uma classificação racial naturalizou-se que as colonizadas eram inferiores aos colonizadores. As relações de poder foram baseadas e controladas por esse princípio, bem como a formação das identidades e das subjetividades das mulheres. O cristianismo e a intolerância religiosa estabelecida por ele, faz parte da colonialidade do poder, assim como o patriarcado que subjugou as mulheres nas Américas estruturando o acesso ao poder exclusivamente aos homens brancos e ricos. Para executar tal proposta optou-se pela técnica de análise das práticas discursivas como produção de sentido. Por meio de entrevistas semiestruturadas acessaremos o campo que fornecerá os dados que possibilitarão compreender o objeto de pesquisa especificidade do fenômeno pesquisado. As entrevistas qualitativas são entendidas como práticas discursivas, pois apresentam as diferentes formas, por meio do discurso, a leitura da realidade social das entrevistadas. Essa metodologia ajudará a compreender os processos pelos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem, incluindo a si mesmas.

**Palavras-chave:** Ciência da Religião, Decolonialidade, Feminismo, Sem-religião, Desinstitucionalização.

## **UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO POPULAR NO SÉCULO XIX: JUANA MANSO E SUA ATUAÇÃO NA IMPRENSA**

*Bárbara Figueiredo Souto (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Na segunda metade do século XIX, algumas mulheres da América do Sul utilizaram a imprensa para propor mudanças sociais e reivindicar direitos. A argentina Juana Paula Manso ficou exilada no Brasil durante as décadas de 1840 e 1850, fundando o primeiro periódico de caráter feminista em nosso território, o *Jornal das Senhoras*. Após a queda do governo de Juan Manuel de Rosas e a progressiva abertura política na Argentina, Juana Manso retornou para sua terra natal e, em 1854, fundou o periódico *Album de Señoritas*. A periodista tentou

dar prosseguimento à sua atuação no Rio de Janeiro, veiculando suas ideias em prol da emancipação das mulheres em Buenos Aires. No âmbito das pautas defendidas por Juana Manso, a educação das mulheres ocupava um lugar central. Nesta comunicação, objetivamos refletir sobre um aspecto específico das defesas de Juana, trata-se da proposta de educação popular elaborada pela periodista, a qual foi veiculada em quatro artigos publicados entre os meses de janeiro e fevereiro de 1854. É importante ressaltar a relevância de dar ênfase às propostas de mudanças sociais elaboradas pelas mulheres do Sul Global, por muito tempo invisibilizadas nas narrativas historiográficas tradicionais, ainda arraigadas no ponto de vista masculino, elitista, norte-global, branco e com pretensões de uma suposta objetividade na elaboração do conhecimento. No entanto, as proposições teórico-práticas das epistemologias feministas revelam o papel ativo das mulheres na história e os registros na imprensa oitocentista revelam indignação e desejo de contribuir para a construção de outra sociedade possível, rompendo com preceitos patriarcais e caminhando rumo à construção de nações mais livres e justas. Este projeto recebe apoio financeiro da FAPEMIG.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Feminismos; Imprensa.

## IMAGENS DECOLONIZADAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

*Maria Inês Almeida Godinho*

*(UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)*

**Resumo:** Toda imagem traz uma história entrelaçada entre suas formas, linhas, cores e sombras. São narrativas de afetos, crenças, saberes, lutas e angústias que sintetizam sentimentos ou ações que precisamos compreender em nossa relação com o mundo. Também podem se tornar protestos quando as palavras são caladas ou não são ouvidas. É o caso das imagens compartilhadas por estudantes nos coletivos feministas criados em redes sociais digitais com a intenção de expor a violência de gênero e suas interseccionalidades praticada nas universidades públicas estaduais paulistas – UNESP, USP e UNICAMP. A partir de ilustrações, participantes desses coletivos expõem nas plataformas Facebook e Instagram seus sentimentos, discutem suas vivências e divulgam ações de resistência em um ambiente onde cotidianamente são vítimas de violências físicas, morais e psicológicas, perpetradas por seus próprios colegas e professores no espaço acadêmico. Estas imagens são a saída encontrada por alunas e alunes para expressar sua indignação com um problema que quase nunca é resolvido pelas instituições de ensino, muito ao contrário: as queixas costumam ser minimizadas, relevadas ou simplesmente apagadas, por desinteresse em modificar a estrutura de poder ou por receio de expor a instituição. Aqui o objetivo é mostrar que, além de deixar visível os tipos de violência de gênero vivenciados, muitas destas representações visuais têm a intenção de decolonizar o olhar, isto é, desconstruir as lógicas hierárquicas de percepção de corpos, gêneros e sexualidades concretizadas pela colonialidade, que justamente são os pontos de onde partem as discriminações. A decolonização do olhar tem como proposta pensar estratégias de desconstrução de práticas impregnadas no imaginário social e cultural pela colonialidade de poder, consideradas legítimas e universais pelos discursos institucionais e midiáticos postos em circulação em todo o mundo, além de dar visibilidade a sociedades marginalizadas. O estudo parte das propostas de decolonização do olhar descritas por

autores latino-americanos, a exemplo de Barriendos (2019), León (2012) e Schenkler (2019; 2017; 2016; 2012), que vão ao encontro das teorias decoloniais e das investigações sobre interseccionalidade.

**Palavras-chave:** Decolonização do olhar; Violência de gênero; Coletivos universitários.

## **A PERFORMANCE ARTE E A PARRÉSIA: REPENSANDO A VERDADE E CORAGEM NAS ARTES FEMINISTAS**

*Patrícia Giselia Batista (UFU - Universidade Federal de Uberlândia)*

**Resumo:** Ao estabelecer diálogos entre a História e a Arte, a partir de eixos de análise dos estudos culturais, decoloniais, feministas e foucaultiano, apresento os resultados de uma discussão teórica para entender o cenário atual das artes no Brasil. A arte contemporânea tem-se configura como palco político – lugar que questiona e (des)constrói as camadas que encobrem os sujeitos artistas e suas subjetividades. A parresia é um conceito apropriado por Michel Foucault, que envolve a estética da existência, isto é, o modo como o sujeito elabora e produz sua subjetividade, através das práticas do exercício de si (FOUCAULT, 2011). Os parresistas e/ou parresistas são os sujeitos que escapam, que se arriscam por sua verdade, com muita coragem, sem restrições e silenciamentos. Na contemporaneidade, a Arte Feminista e as produções performáticas não apresentam nenhum constrangimento em gritar as verdades, mostrando-se combatentes em relação ao que os discursos normativos tentam ocultar. A análise mostrou que o cenário artístico brasileiro é um dos lugares mais significativos de resistências e, não por acaso, as artistas na atualidade têm-se utilizado da “performance arte” como um dos espaços para formular críticas incisivas à cultura androcêntrica, racista e neoliberal. Além disso, as produções da atualidade desvelam o comprometimento em desestabilizar os discursos normalizadores na sociedade, têm sido fundamentais para se alargar a arena teórica e política, ao promoverem novos modos de pensamento e espaço para novas práticas sociais. O debate igualmente mostrou que os questionamentos atuais, não apenas hoje, não se encontram especificamente na esfera da arte, mas atravessam a relação de poder/saber sobre o que aparece revelado na sociedade, representações e nos discursos por ela, como o racismo, gênero, o sexo e a sexualidade.

**Palavras-chave:** História; Performance Arte; Teorias Feministas.

## **FEMINISMOS E GINECOLOGIA POLÍTICA NA “RODA EUMULHER”: HISTÓRIAS, CONEXÕES E POTENCIALIDADES**

*Alcileide Cabral (UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco)*

**Resumo:** A pesquisa que ora apresento está em curso e se inscreve no tempo presente. Tem por objetivo investigar as conexões entre os feminismos e a ginecologia política na construção de outras percepções sobre as mulheres, sua saúde, seus corpos, sua sexualidade numa perspectiva interseccional (Carla Akotirene) e decolonial (Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Maria Lugones, entre outros). Assim, o foco desta análise encontra-se no Roda EuMulher, evento remoto

realizado durante a pandemia, pela plataforma do Youtube, em 2020, promovido por Liv Monteiro – recifense, feminista, professora de biologia e terapeuta ginecológica – e financiado pela lei Aldir Blanc. Sabe-se que a Ginecologia Política, também chamada de Ginecologia Natural, parte da crítica à medicalização do corpo feminino e da retirada da autonomia feminina sobre seus corpos (Carla Perez). A partir dos encontros virtuais, é possível vislumbrar uma perspectiva decolonial e interseccional das participantes das mesas na elaboração de uma outra percepção sobre a vida e o bem viver das mulheres que se conecta a uma noção de natureza cíclica, a valorização dos saberes dos povos originários e ancestrais e amplia a noção do feminino. Todavia, há uma tensão que âncora a “natureza feminina” num corpo biológico e ahistórico, bem como nos corpos produzidos pelo fármacopoder (Paul Preciado). O encontro e as conexões entre estes dois movimentos parecem promissor e potentes ao promover a desconstrução de padrões e conceitos patriarcais e coloniais sobre nossos corpos e emoções, ao mesmo tempo em que enfrenta muitos desafios e armadilhas.

**Palavras-chave:** Feminismos: Ginecologia Política: Mulheres.

## FEMINISTAS E FEMINISMOS COMUNITÁRIOS ECO-TERRITORIAIS ESPIRITUALISTAS NA AMÉRICA LATINA (1980-2022)

*Tânia Regina Zimmermann*

**Resumo:** Nesta pesquisa, perscrutarei perspectivas de pensamentos ecofeministas territoriais latino-americanos em sua historicidade evidenciando trajetórias individuais e de coletivos em cruzamentos interseccionais. Para tal propósito elenco Ivone Gebara no Brasil, Rosa Dominga Trapazo e o coletivo Talitha Cumi (Perú), Safina Newbery e o coletivo Urdimbre de Aquehua na Argentina, Mary Judith Ressa no Chile, Gladys Parentelli e o coletivo Gaia na Venezuela. O recorte temporal estende-se a partir de 1980 quando houve inúmeros eventos e encontros basilares para alçar as configurações de movimentos ecofeministas eco-espirituais e da maior presença de teóricas e suas publicações sobre o tema. Proponho uma pesquisa bibliográfica e empírica (entrevistas) revisando distintas perspectivas conceituais e categorias (gênero, epistemicídio, terricídio, hetero-patriarcado, corpo-território, economia do cuidado, espiritualidades e interseccionalidades) que hodiernamente problematizam as relações de gênero em interseccionalidade com o meio ambiente e sua degradação em países da América Latina. Propomos iniciar com uma revisão de diferentes e distintas perspectivas conceituais e categorias que hodiernamente problematizam as relações de gênero em interseccionalidade com o meio ambiente e sua degradação em países da América Latina. Para tal propósito, a apresentação de algumas perspectivas de pensamentos ecofeministas espiritualistas e a recuperação de existências pautadas no bem viver pode alavancar esta pesquisa que tem por finalidade compreender a emergência dos ecofeminismos de base territorial e espiritual em diferentes contextos latino-americanos. Esses coletivos e ecofeministas arvoram um projeto ético e político que propõe uma alternativa à crise ecológica contemporânea, reconhecendo a existência do vínculo entre subordinação e violência contra a mulher e a destruição da natureza.

**Palavras-chave:** Ecofeminismos; Espiritualidades; América Latina.

## ENTRE GÊNERO E COLONIALIDADE: UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO TRANSATLÂNTICO

*Bruna Alves Lacerda*

**Resumo:** Neste estudo, propomos um entrelaçamento de teorias sobre gênero e mulheres por pensadores transatlânticos e terceiro mundistas que se engajam em refletir sobre conceitos e práticas de descolonização. Sobre este tema, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir do livro *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (1997), produzido pela nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí que apresenta sua tese de doutorado uma análise epistemológica da relação entre dominação, colonização dos corpos, mentes e da cosmo percepção de mundo em mulheres africanas pré e pós colonização. O estudo proposto pela socióloga provoca grandes inquietações que nos leva a refletir sobre a origem do conceito de gênero e mulheres, que, segundo a autora, em África pré-colonial, mais precisamente na sociedade iorubá, a hierarquização a partir da diferença sexual não existia. A estudiosa destaca ainda sobre o conceito reeditado por ela, a partir de uma nova nomenclatura: a “bio-lógica”. Neste conceito, entendido como a ‘lógica da vida’, Oywùmí destaca-o como tese central da suposta conformação para o processo colonialista Ocidental, como, por exemplo, a subalternização cultural, a hierarquização de corpos, a racialização e o epistemicídio de povos autóctones. A partir de um diálogo entre as teorias africanas e de escritores latinoamericanos como Aníbal Quijano (2001), abordamos também sobre o conceito de colonialidade, cunhado pelo sociólogo para definir a continuação das violências sofridas pelos povos colonizados que, pensar do fim do colonialismo, não pôs fim aos problemas estruturais e simbólicos gerados por ele. Com isso, objetivamos criar um espaço de interação entre teorias transatlânticas que vão de encontro aos discursos eurocêntricos frente a história da cultura mundial, centralmente tida como história do Ocidente. Desse modo, buscamos compreender as relações coloniais de poder, ser e saber a partir de estudos advindos de outras culturas, religiões, de organização social e saberes como forma de descentralizar o foco narcísico em teorias que pretendem-se universais.

**Palavras-chave:** Gênero; Epistemologia; Colonialidade.

## FALHAS NAS METODOLOGIAS DE PESQUISA ESTATÍSTICA SOBRE MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL: REVISÃO, ANÁLISE E PROPOSTAS DE MELHORIA

*Daniela Alvares Beskow*

**Resumo:** O presente artigo é marcado pela valorização de dados sobre as mulheres lésbicas brasileiras, grupo populacional historicamente esquecido pelas pesquisas estatísticas e políticas públicas e tendo como um dos patrocinadores desta realidade, o próprio Estado. Sujeitas de direitos, as mulheres lésbicas vem sendo porém, negligenciadas em suas várias realidades. As reflexões aqui desenvolvidas resultam da necessidade de levantamento de dados fidedignos sobre a população lésbica no Brasil e para tal, parte da revisão de pesquisas estatísticas sobre a população lésbica publicadas recentemente no Brasil e que tenham como foco a produção de dados a nível nacional, abordando tanto estimativas da quantidade de mulheres lésbicas existentes atualmente no Brasil quanto informações mais detalhadas sobre o perfil das mulheres lésbicas no Brasil atual. As pesquisas foram escolhidas em função de quatro critérios: terem sido produzidas tanto pelo poder público como por movimentos sociais/organizações

da sociedade civil; terem sido publicadas integral ou parcialmente no ano de 2022; a coleta de dados ter sido realizada a nível nacional; a metodologia de coleta de dados ser de dois tipos, 1) amostra final definida previamente a partir de ferramentas estatísticas e sendo acessada a partir do contato presencial da pesquisa com as pessoas respondentes e 2) amostra ter sido definida apenas como uma meta inicial e modificada de acordo com o andamento da pesquisa e sendo acessada a partir do interesse e contato remoto das pessoas respondentes com a pesquisa. São três pesquisas analisadas neste artigo: Pesquisa Nacional de Saúde, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 e publicada parcialmente em 2022; I Lesbocenso: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil, coordenada pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, realizada em 2021 e 2022 e publicada parcialmente em 2022; Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTIA+, coordenado pela Organização Não-Governamental Todxs (Todes), realizada em 2019 e publicada entre 2020 e 2022. São apontadas falhas nas metodologias de coleta de dados destas pesquisas e propostas melhorias e modelos metodológicos mais eficazes que gerem números confiáveis sobre a população em questão. Tais melhorias são pensadas enquanto um desenvolvimento das pesquisas já publicadas, entendidas em sua importância enquanto impulsionadoras na construção do pensamento estatístico sobre mulheres lésbicas brasileiras e enquanto ações de visibilização ao tema. Desta forma e partir deste desdobramento coletivo, políticas públicas consistentes podem ser pensadas, propostas e aplicadas, proporcionando a solução de problemas, assim como maior conscientização sobre o tema na sociedade.

**Palavras-chave:** Mulheres lésbicas brasileiras; Pesquisas estatísticas; Métodos de coleta de dados.

## **CORPO DAS MULHERES COMO CAMPO DE BATALHA: SOS CORPO E A ATUAÇÃO FEMINISTA NO RECIFE E OLINDA (1980 A 1991)**

*Karuna De Paula (UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco)*

**Resumo:** Os percursos da politização do corpo das mulheres foram traçados por uma prática militante marcada pelas passeatas, atos públicos, e pela expressão simbólica de ruptura e insurgências ao conjunto de normatizações impostas aos corpos das mulheres. Nesse sentido, a queima de sutiãs prefigura como acontecimento simbólico do movimento feminista. Esta pesquisa dará destaque às práticas político-educativas baseadas nos grupos de reflexão, também conhecidos como grupos de self-help. Tais grupos de reflexão foram numerosos, no Recife e em Olinda, já desde o final dos anos 1970. O autoexame foi introduzido como parte da proposição político-educativa dos grupos de reflexão. As análises sobre a condição feminina existentes no período apresentavam as noções sobre corpo, sexualidade e reprodução, de forma central. Com a isso, a prática do autoexame ganhou forte aderência dentro dos grupos de reflexão. A oportunidade de ver o próprio corpo, a vagina e o colo do útero – como uma experiência com conotação política e emancipatória – foi significativamente marcante para um grupo de mulheres, o qual se manteve reunido desde finais de 1980, vindo a se formalizar no ano de 1981, em Olinda, com o nome S.O.S / Corpo. Pouco tempo depois, foi adicionado o complemento: Grupo de Saúde da Mulher. Comemorando quarenta anos em 2021, o SOS Corpo tem em sua trajetória um longo projeto coletivo de ações políticas e educativas, efetuando

a construção de conhecimento, desenvolvimento de teorias, conquistando marcos legais no plano internacional, e, políticas públicas, no plano nacional. A presente proposta tem como objetivo apresentar uma pesquisa histórica acerca do corpo das mulheres como campo de batalha política, a partir da atuação da ONG feminista SOS Corpo - Grupo de Saúde da Mulher, durante o período compreendido entre 1980 a 1991, nas cidades do Recife e de Olinda.

**Palavras-chave:** Corpo; Feministas; Feminismos.

## **JINEOLOJÎ EM PRÁTICA. A REVOLUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO CURDISTÃO.**

*Isabella Daiub (UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** A jineolojî é a ciência da mulher, uma proposta epistemológica criada dentro do movimento revolucionário do Curdistão, o qual as mulheres são protagonistas históricas. A jineolojî é um desafio à ciência hegemônica e é construída através de práticas que confrontam o domínio masculino sobre todos os seres. A revolução das mulheres de Rojava ficou mundialmente conhecida pela ação do exército feminino YPJ (Unidades de Proteção das Mulheres) em combate com o Daesh. Com o amparo das Unidades de Proteção, regiões vulneráveis foram libertadas e são defendidas pelas guerrilhas de resistência. Um desses lugares é a Jinwar, vila de mulheres livres criado em 2017. Nela mulheres e crianças são acolhidas e recuperadas dos traumas impostos pela situação de guerra e/ou pela opressão patriarcal, e depois são estimuladas a buscar sua própria autonomia e liberdade. Nesse espaço é construído um novo modo de vida, livre das imposições do sistema capitalista patriarcal. Analisando os aspectos valorizados da luta curda, a libertação da mulher, a contenção da degradação ambiental, a educação livre etc e que compreendem as bases do Confederalismo Democrático, teoria política desenvolvida pelo curdo Abdullah Öcalan, esse recorte me permite uma dimensão para além das discussões geopolíticas que envolvem o Partido dos Trabalhadores do Curdistão(PKK), possibilitando destacar o desenrolar dos interesses em comum das pessoas que vivem nesses vilarejos e que demonstram pelo menos a preservação dos avanços conquistados sob a esfera da mentalidade social mesmo em caso da revolução ser suprimida.

**Palavras-chave:** Revolução; Oriente Médio; Interseccionalidade.

## **ENSAIO SOBRE O ESCÂNDALO NA NOVELA GRÁFICA “HSHOUMA: CORPS ET SEXUALITÉ AU MAROC” E ATIVISMO FEMINISTA NO MARROCOS CONTEMPORÂNEO**

*Fernanda Gabrielly Terra Moura*

**Resumo:** O mundo árabe-muçulmano é comumente retratado no Ocidente como uma sociedade opressora e violadora no que diz respeito às vidas mulheres, que por incapacidade e vulnerabilidade não conseguem advogar em causa própria e, por isso, conquistar dignidade por si só. A lente da crítica orientalista de Edward Said, sobre a qual as bases desse trabalho se fundamenta, ajuda a compreender essa prática discursiva que estabelece uma dicotomia entre sociedades civilizadas (ocidental) e aquelas de práticas bárbaras e estritamente violadoras

(Oriente). Um dos grupos sociais mais atingidos pela observação descuidada e inferiorizante do Ocidente é o das mulheres. Desde a década de 1970 é possível encontrar no meio acadêmico trabalhos sobre as resistências às violências e opressões sofridas por mulheres das mais distintas regiões do mundo falante de língua árabe por discursos e ações islâmicas. É significativo considerar, portanto, a pluralidade de experiências de resistência e ativismo nesse universo tão vasto como o “Oriente”, no qual é possível encontrar distintas abordagens feministas religiosas e secularistas. Nesse ensaio, a perspectiva secular ajudará na construção de reflexão sobre a questão feminista marroquina contemporânea através da novela gráfica “Hshouma: corps et sexualité au Maroc” de Zainab Fasiki. Por meio da análise de seus grafismos e da proposta de sociedade laica, o foco será o potencial para o “escândalo” provocado por sua obra. Para esse recorte será fundamental compreender as noções sobre espaço público e espaço privado no mundo árabe muçulmano, além de suas relações e tensões. À medida que eles ordenam o coletivo e estabelecem papéis a serem performados pelos indivíduos, o que não está prescrito pela norma é suscetível de promover escândalo. Desse modo, o objetivo da apresentação desse ensaio é propor algumas reflexões iniciais acerca dessas questões.

**Palavras-chave:** Público e privado; Marrocos contemporâneo e Feminismo; Novela Gráfica.

## ST 11: GÊNERO, MUNDO DO TRABALHO E VIDA RELIGIOSA: REFLEXÕES SOCIOCULTURAIS E HISTORIOGRÁFICAS



Dra. Kátia Franciele Corrêa Borges (IFMG - Campus São João Evangelista)

Dra. Marcella de Sá Brandão (UFRRJ)

A religiosidade, assim como o trabalho, são fenômenos da experiência humana verificados e vivenciados em toda localidade e temporalidade da história humana. Se a vida religiosa, a espiritualidade e os modelos que dessas experiências – individuais ou coletivas – surgem nos permitem a análise da polivalência da experiência humana no campo religioso, o mundo do trabalho possibilita analisar as múltiplas relações sociais e cotidianas, de poder, de gênero, de classe e raça que estão implicadas nas formas de produção. Destarte, verifica-se, no curso da história, a escrita de memórias e de trajetórias, a construção ou a formação de tradições que não podem ser furtadas ao olhar crítico do/a historiador/a. Devemos questionar os usos, objetivos e construções narrativas, nos afastando de acepções conservadoras que buscam um discurso de verdade, totalidade imóvel ou alheia à história. Ao lado de estruturas como sexualidade, vida doméstica, noções de público e privado, refletir sobre a religiosidade em articulação com as diferentes atividades de trabalho (trabalho livre ou compulsório; individual ou cooperativo) é um desafio que está posto na história de ontem e hoje. Este Simpósio Temático pretende viabilizar a exposição de trabalhos e debates historiográficos, tendo em vista metodologias e/ou perspectivas da histórica cultural, social e política, interseccional, de gênero e/ou decolonial, que lancem olhar acerca de trajetórias e memórias (individuais e coletivas), religião e religiosidades em articulação ao universo dos modos de trabalho, mudanças e permanências históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais no Mundo Ibérico (Portugal e Espanha, América Portuguesa e Hispânica) dos séculos XVI ao XXI.

### Referências

BURRIEZA SÁNCHEZ, Javier (ed.). El alma de las mujeres. Ámbitos de espiritualidade feminina en la modernidade (siglos XVI-XVIII), Valladolid: Universidad de Valladolid, 2015

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 20/02/2022.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. As mulheres e a História. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. História das mulheres no Ocidente: o Século XIX. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4 p.199-237.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GEBARA, Ivone. Vida religiosa: da teologia patriarcal à teologia feminista. São Paulo: Paulinas, 1992.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 67-75

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45. pp. 327-351, Dez. 2012.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. Revista Mundos do Trabalho, v. 1, n. 1, jan/jun., 2009.

WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a História do Trabalho: o caso da revista International Labor and Working-Class History. Revista Mundos do Trabalho, v. 9, n. 18, pp. 11-23, jul/dez., 2017.

## FEMINICÍDIOS NA INTERNET: DISPUTAS, PERCEPÇÕES E EMOÇÕES

*Pedro Augusto Aguiar e Silva (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** A violência de gênero é um fenômeno que atinge mulheres de todas as classes, raças e gerações. Em linhas gerais, as Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como qualquer ato de violência baseada no gênero “que resulte, ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo na vida pública ou privada”. Com o advento da internet, a rede web tornou-se a principal ferramenta de compartilhamento de notícias e de relatos de violência sofridos, e a internet, em especial as redes sociais, é um espaço importante para a pesquisa uma vez que nela as pessoas se expressam mais livremente e em tempo imediato aos acontecimentos. Nesse viés, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a forma como são construídas as narrativas de feminicídio no Portal G1 do Estado de Minas Gerais, e em que medida essas narrativas provocam a revitimização ou contribuem para o combate à violência. Os métodos adotados foram o dedutivo, bibliográfico, quantitativo e qualitativo, com a elaboração de planilhas e “nuvens de palavras” que reúnem dados pertinentes a casos de feminicídio no estado de Minas Gerais divulgados no G1 entre os anos de 2020 e 2021. Analisa-se de que maneira manchetes e textos relativos a notícias acerca de feminicídio retratam a violência sofrida e a situação da vítima do sexo feminino. A partir da observação dos dados, nota-se que as exposições no G1 divulgam exponencialmente mais informações acerca da vida das vítimas (nome completo, cor, idade e estado civil) que dos autores dos crimes, e que as palavras mais frequentes são feminicídio, mulher e violência. Além disso, a forma do assassinato mais comum nas notícias veiculadas ao longo dos dois anos foi esfaqueamento, e que a média de idade das vítimas estava entre 23 a 36 anos. Também, a grande maioria dos casos ocorreu entre cônjuges ou companheiros, ou seja, agressor e vítima já se conheciam e mantinham uma relação amorosa antes do ocorrido. A partir disso, conclui-se que, ainda no ambiente virtual, a violência de gênero se fundamenta na cultura e em relações de poder entre homens e mulheres, por isso a necessidade de alterar comportamentos e significados culturais inscritos na sociedade como medida de prevenção, quais sejam, retratar os casos de forma mais completa e equânime na divulgação de informações do agressor e da vítima. Assim, a interconexão do cotidiano com o digital contribuirá para o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Internet; Violência de gênero.

## A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA MATERNIDADE E AS DIFICULDADES DA REINserÇÃO DA MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO

*Vitória Dreide (Ordem dos advogados do Brasil)*

**Resumo:** A adesão do estereótipo do “pensamento maternal” ou “maternalismo”, vem perpassando o contexto histórico do mundo, ainda estando presente na atualidade. Esses são responsáveis por gerarem a “ética do cuidado” definidas por Nancy Chodorow (1999), Carol Gilligan (1982) e Sara Ruddick (1989). Diante desse termo há uma estabilidade da homogeneidade das relações familiares. Dessa perspectiva vemos a reprodução da ideia dos

cuidados domésticos apenas pela mulher. Para analisar esse contexto a metodologia utilizada foi o método de abordagem dedutivo e técnicas de pesquisa foi a documental e bibliográfica, com a leitura de artigos, obras e legislação sobre o tema, a partir do que foram analisadas informações gerais para a construção de resultados específicos. O objetivo do trabalho é realizar uma crítica do pensamento construído sobre a maternidade principalmente quanto ao fato de que historicamente as mulheres vêm sendo sobrecarregadas com o “maternar” restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto o homem é dispensado de suas responsabilidades envolvendo os cuidados dos filhos. Essa devoção desigual de tempo torna mais difícil o exercício de trabalho remunerado pelas mulheres. Implicando até mesmo em restrições a vida pública como, por exemplo, na política. Observa-se assim que a maternidade se torna um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres. Isso porque a mulher contribui inteiramente nos demais deveres das crianças ainda que trabalhe mesmo nos casos em que os homens são provedores. No entanto, nota-se que entre as camadas mais pobres da população, a maternidade encontra dificuldades em serem exercidas, já que a precariedade das condições faz com que essas mães busquem trabalhos para auxiliar na verba e evitar o desemprego. Por isso, o que se observa é que as mulheres de hoje buscam ser mães mais tarde e têm menos filhos, isso ocorre principalmente pelo fato de que apesar de ocorrer um aumento da entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho não houve equivalência na oferta de equipamentos públicos e comunitários que pudessem amparar as mães e as crianças (BIROLI, 2016). Nesse sentido, essa questão acaba tornando-se um dos principais motivos da dificuldade do retorno das mulheres no trabalho remunerado.

**Palavras-chave:** Gênero; Trabalho; Maternidade.

### **“ESTADO MARIDO”: PROTEÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO ÂMBITO DO ESTADO PROVIDÊNCIA (MARANHÃO/BRASIL, 1930-1950)**

*Elizabeth Abrantes (UEMA- Universidade Estadual do Maranhão)*

**Resumo:** A partir de 1930, o Estado brasileiro teria um papel mais central no campo dos direitos sociais, mesmo que para as mulheres ainda ficasse aquém de suas reivindicações. As leis trabalhistas criadas nesse período se apresentavam geralmente como “direitos sociais”, quando voltadas para os trabalhadores masculinos, e de “amparo social”, de proteção da “reprodutora”, quando eram específicas para as trabalhadoras, dada a ideologia da “natureza maternal” como destino das mulheres e a concepção moralista de preservação da honra feminina, o que levava a evitar, por exemplo, o trabalho feminino noturno. A atual conjuntura no âmbito das políticas sociais no Brasil, na legislação do trabalho e no modelo de proteção social torna cada vez mais necessário a produção de conhecimento sobre essa temática, com destaque para as questões de gênero, o que justifica a presente pesquisa sobre a proteção social das mulheres no contexto do Estado Providência no Brasil. Pretendemos dar visibilidade às pesquisas sobre as raízes históricas desse processo, no contexto das primeiras medidas características de um Estado-Providência nos limites de um estado de capitalismo periférico como o Brasil, com destaque para esse processo no Maranhão. A pesquisa com enfoque nas relações de gênero no mundo do trabalho, problematiza as múltiplas experiências dos sujeitos históricos, por meio de abordagens interseccionais que articulam o conceito de gênero com outras categorias como raça/etnia e classe para a discussão das temáticas do Estado de Bem-

estar social, a legislação trabalhista de proteção social, previdência, trabalho feminino e o discurso maternalista relacionado às mulheres trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Estado Providência; Mulheres; Proteção Social.

### **ILDA LOPES X ILDA CARVALHO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA OPERÁRIA FABRIL (1944-1948)**

*Taiane Mendes Taborda (Colégo)*

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo investigar as experiências cotidianas de trabalho e a luta por direitos de uma mulher, tecelã, esposa e mãe nos mundos do trabalho interseccionando as questões de gênero, raça, etnia e classe. Para tanto, metodologicamente foram analisados de forma qualitativa, seguindo etapas propostas por CELLARD (2008), três processos judiciais que envolvem Ilda Lopes, uma operária da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, entre os anos de 1944 e 1948. O recorte temporal se refere à datação dos documentos jurídicos que serviram de fonte para o estudo salvaguardados no acervo do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – Prof. Beatriz Ana Loner (NDH-UFPel). O viés de observação das fontes proposto neste estudo segue o entendimento de que as experiências vivenciadas pela trabalhadora influenciaram diretamente na formação de uma consciência levando-a a agir contra os limites impostos a uma mulher. Nesse sentido, a categoria de experiência é pensada a partir dos estudos do historiador britânico E. P. Thompson (1981). A análise é orientada também pela perspectiva de gênero, que entende a diferença sexual como articuladora das relações de poder (SCOTT, 1995) e a divisão sexual do trabalho que objetiva a vinculação das mulheres ao trabalho reprodutivo como meio de desvalorização da sua mão de obra (FEDERICI, 2017). Os processos de Ilda descortinam as dificuldades que as mulheres em geral enfrentam no mercado de trabalho ainda hoje. Como desdobramento das necessidades de sua classe social, ingressa no mercado de trabalho formal ainda criança e torna-se operária antes mesmo de tornar-se mulher e, mais tarde, mãe e esposa. Perpassando identidades intercambiantes, Ilda vai forjando sua luta e garantindo direitos utilizando os aparatos disponíveis pelas leis até a Justiça do Trabalho colocar os aspectos da produção acima dos da reprodução, evidenciando que os elementos de gênero marcam fortemente as trajetórias das mulheres.

**Palavras-chave:** Estudos de gênero; Mundos do trabalho; Divisão sexual do trabalho.

### **HASHTAG(S) MOVIMENTO DE MULHERES: GÊNERO, FEMINISMO E RELIGIÃO NA REDE**

*Kátia Borges (IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)*

**Resumo:** O presente artigo é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Hashtag(s) movimento de mulheres: história e discursos dos novos ativismos femininos na rede” que está sendo desenvolvido no Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista. O projeto tem como objetivo geral pesquisar a história e os discursos dos movimentos de mulheres no Brasil manifestados na rede social do Instagram no período entre 2015 e 2020.

A periodização se justifica por se tratar de períodos de intensa agitação nas redes em função de mobilizações na web, como, por exemplo, #agoraequesaoelas\_, #nãomereçoserestuprada, #ascatolicas, entre outros. A opção de adotar como campo de pesquisa a rede Instagram ocorreu devido a diversos motivos, entre eles: por ter sido a 4ª rede social mais usada no Brasil em 2021, com 110 milhões de usuários; o fato de o aplicativo permitir compartilhar fotos, imagens, vídeos e textos com o limite de 2200 caracteres; e, o entendimento que os recursos utilizados por diferentes pessoas no Instagram são fontes de significados e portadores de cultura. Assim o estudo historiográfico se fundamenta na análise netnográfica visando compreender a cultura e a comunidade online das pessoas que utilizam as redes sociais. O recorte específico analisa o feed #ascatolicas criada pela ONG “Católicas pelo Direito de Decidir” cuja pauta defende a “luta pela laicidade do Estado e a vida das mulheres!”. Por meio dos levantamentos online (nuvens de palavras) e técnicas de visualizações identifica-se as demandas e manifestações desse coletivo.

**Palavras-chave:** Hashtag(s); Movimento; Mulheres; Católicas; Instagram.

## A MULHER GORUTUBANA

*Gilsa Florisbela Alcântara (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** A cultura Gorutubana existente no Vale do Gorutuba, possui em sua originalidade características genuínas, como por exemplo a peça feminina, tecida a mão pelas mulheres, a famosa blusa ou bata gorutubana. Ainda era Janaúba, uma vila chamada Gameleira, no Norte de Minas Gerais, a população consistia da união de negros libertos das fazendas do sul da Bahia e índios que viviam nas margens do rio Gorutuba – assim formou o povo gorutubano. A mulher tinha muitos filhos, acima de doze, plantava algodão, fiava, tecia e costurava à mão aqueles roupões grossos. A camisa do homem era também tecida e costurada pela mulher. Ainda não existia a cidade de Janaúba, era chamada vila Gameleira, possuía poucas casas, existia uma mata nas margens do rio, não havia ruas. Os primeiros que chegaram na região vieram fugidos, correndo, devido a escravidão maltratar muito as pessoas. Os Gorutubanos são todos uma família só. A mulher que vestia a casa toda. Era a escrava, trabalhava na roça, fazia o serviço da casa, carregando água do rio, em um pote na cabeça, cozinhando, lavando, criando os filhos. Nos momentos que já havia terminado tudo, sentava para fiar e tecer para vestir o marido e os filhos, naquela época ninguém comprava pano. A camisa gorutubana era feita com o pano do tear manual, a saia era tingida na lama. A maneira da mulher gorutubana se vestir, possuía uma forma diferente, não se vê uma peça igual, em nenhum lugar no mundo. A identidade do povo Gorutubano está associada à maneira das mulheres se vestir, “nos séculos anteriores, as roupas constituíam o principal meio de identificação do indivíduo no espaço público” (CRANE, 2006,p.21) a vestimenta gorutubana se destaca no meio da população que circula pela cidade. A blusa branca, com renda aplicada no decote, detalhada de bicos delicados tecidos no mesmo pano da blusa, nos punhos, na gola e no decote. A cor da blusa, sempre foi branca, mas ao passar dos anos o costume mudou, assim algumas peças são coloridas. A mulher gorutubana, no início do século XX, nunca usou calça, a saia cheia de prega, também tingida naturalmente. Quando uma moça casava naquela época, tinha que saber fiar e tecer no tear. Naquele tempo ninguém comprava pano para confeccionar as roupas. Por que era a mulher que vestia a casa toda.

**Palavras-chave:** Mulher; vestuário; gorutubana.

## OS MANUAIS CATÓLICOS: RELAÇÕES DE GÊNERO E INSTRUÇÃO FEMININA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

*Marcella de Sá Brandão (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

*Kátia Borges (IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)*

**Resumo:** Na transição do século XIX para o século XX a Igreja Católica promoveu uma forte reforma nas suas bases, processo que ficou conhecido como “catolicismo ultramontano” ou “romanização”. Momento de centralização da Igreja Católica Romana em que o clero brasileiro passou a reafirmar a submissão ao Sumo Pontífice, esse posicionamento também pode ser entendido como pertencente a um projeto de reorganização eclesiástica, visando a educação, a instrução e a ortodoxia religiosa, bem como a retomada da catequese pública. Impressos de todo tipo foram utilizados enquanto aliados no processo de catequização e ordenação das condutas. No que se refere às relações de gênero e a instrução das mulheres, o modelo feminino católico teve na imagem da “Virgem Maria” a sua máxima representação, que se tornaria a partir de então a “anti-Eva”, isto é, a “Ave”. Em meio a este contexto, os jornais católicos e principalmente os manuais (marianos e de catecismo) se tornaram ferramentas importantes para a instrução e disciplinarização dos corpos femininos, modelando o comportamento e a identificação da mulher segundo o paradigma mariano e os dogmas católicos. Destarte, este artigo analisa dois tipos de fontes impressas que circularam em Minas Gerais entre o final do século XIX e início do século XX. Para tanto, num primeiro momento analisamos as pastorais e a sessão livre do jornal religioso “Selecta Catholica” (1846-1847), que circulou em Mariana/MG, durante o bispado de D. Antônio Ferreira Viçoso. E num segundo momento, será analisado o manual católico intitulado “Manual da Pia União das Filhas de Maria” (1940), que circulou entre as mulheres que residiam a Vila Operária do Biribiri em Diamantina/MG. Os impressos, portanto, se apresentam como fontes de diversificado conteúdo, sendo possível identificar as nuances sociais e culturais de uma época, assim, este estudo historiográfico se fundamenta na análise do discurso. O discurso em si é uma construção linguística ligada ao contexto social em que o texto foi produzido, dessa forma, ao tomarmos como amostragem os textos supracitados, objetiva-se analisar suas respectivas estruturas e a partir disto, compreender as construções ideológicas presentes nos mesmos tendo em vista a categoria gênero para olhar o passado.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Manuais; Instrução Feminina.

## MULHERES QUE FOGEM DOS LOBOS: O GÊNERO NA LITERATURA MACHADIANA

*Davidson de O. Rodrigues*

*(IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)*

**Resumo:** Machado de Assis foi um escritor que refletiu acerca das características da sociedade brasileira apontando algumas de suas contradições. O objetivo do texto é analisar a violência contra as mulheres no universo ficcional machadiano. Para isso será discutido o papel da licantropia como um expediente de liberação da agressividade contra o feminino. A categoria de monstro/monstruosidade será empregada no sentido de discutir a construção da subalternidade como restrição de direitos. Isto é, os habitantes das margens (para além da fronteira) estariam vulneráveis aos monstros. As mulheres, na literatura machadiana, enquadrar-se-iam nessa situação. Não obstante as transformações da sociedade oitocentista

fluminense – pautadas em um cosmopolitismo e liberalismo de cunhos europeus – a violência contra as mulheres estava naturalizada. Define-se a licantropia como transformação de homens em monstros de modo a resguardar os discursos de civilidade. Nesse sentido, a metáfora do homem-fera (lobisomem ou homem-lobo) pode ser identificada em fragmentos da obra machadiana. Os contos “Casada e viúva”, “O relógio de ouro” e a “A causa secreta” vinculam-se ao tema da sujeição e dos abusos psicológicos. Trata-se da noção do duplo literário (homem/fera) absolvendo o masculino pela agressividade (doméstica e íntima) direcionada às mulheres. Vale ressaltar que estes contos, escritos no século XIX, refletem aspectos culturais e sociais da sociedade brasileira daquele período. Desse modo, o gênero na literatura machadiana se manifesta também através das relações de poder, do paternalismo e das desigualdades vigentes. A prática da religião católica também se manifesta na escrita machadiana revelando a sujeição dos corpos femininos. O que é peculiar, pois no período em questão a Igreja Católica implementava reformas nas suas bases, através do catolicismo ultramontano, que tinha como objetivo alinhar o mundo católico a Roma. Neste contexto, a pedagogia do medo foi restaurada como veículo de combate a modernidade e a laicização. Para essa pedagogia a mulher deveria ser submissa, dócil e útil, logo na literatura machadiana ela aparece como principal vítima do homem/fera.

**Palavras-chave:** Monstruosidades; Machado de Assis; Violência.

## **ECONOMIA, TRABALHO E QUOTIDIANOS FEMININOS NO ESPAÇO ULTRAMARINO PORTUGUÊS (1575-1769)**

*Isa Maria Liz (PIUDHist)*

**Resumo:** As mulheres participaram de forma ativa no desenvolvimento das sociedades ultramarinas e da economia colonial portuguesa, embora quase sempre invisível na historiografia. Entre 1575 e 1769, o Santo Ofício visitou o Brasil, os Açores e a Madeira, e desta atuação resultaram vários processos. Apesar da natureza repressiva da Inquisição, estamos face a fontes de alguma forma plurais, que complementadas com documentos paroquiais e notariais, podem refletir as nuances da vida feminina no âmbito público e privado. Este projeto de tese enquadra-se num debate atual de Gênero e de história das mulheres, e pretende contribuir com um projeto maior de classificação de ocupações do passado, a partir da Historical International Standard Classification of Occupations (HISCO/IISG). Neste sentido, o êxito desta investigação pode refletir na identificação de ocupações femininas relativas ao Brasil, Açores e Madeira, ainda pouco abarcadas nesta base de dados internacional. Há alguns desafios no sentido primário da recolha de dados, reflexo do próprio contexto histórico de produção das fontes, uma vez que a formalização de ofícios femininos não era comum, sobretudo no espaço moderno português. Importa abranger os arquivos de instituições civis e religiosas, tanto no aspecto formal dos seus documentos, como a partir de relatos dos seus cotidianos, nas entrelinhas de denúncias e confissões inquisitoriais. A partir disto será possível analisar o trabalho das mulheres no Brasil, nos Açores e na Madeira (1575-1769), avaliar a importância econômica deste e perceber como era socialmente lido num contexto colonial e migratório, conforme as suas especificidades étnicas, matrimoniais, estamentais e religiosas.

**Palavras-chave:** História econômica (séc. XVI-XVIII); Mulheres; Colonialismo.

## ST 12: PERSPECTIVAS DE GÊNERO - HISTÓRIAS DE (RE)CONFIGURAÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS



Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO/PR)

Dra. Kety Carla March (UNESPAR/Paranaguá)

Dra. Michele Tupich (UNICENTRO/PR)

Ao considerar o tema central do encontro, a perspectiva de diálogo que o simpósio pretende construir incorpora e dá ênfase às (re)configurações possíveis da articulação tecida entre História e Estudos de Gênero, pensando seus territórios constitutivos, pontos presentes e expectativas de futuro. Dessa forma, tem como objetivo constituir um espaço de reflexões para/ sobre as produções no campo da História que utilizam o gênero como categoria de análise, e dialogam com conceitos como: representações, sexualidade, política, violência, raça/etnia, identidades, poder, imaginário, memória, narrativa, meio ambiente, classe, colonialismo, cultura, corporalidades, entre outros. O simpósio proporcionará um espaço para diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores que produzem pesquisas e reflexões que relacionam gênero e história, bem como, aquelas que estabelecem uma perspectiva interdisciplinar entre gênero, história e outros campos do conhecimento. A proposta também está voltada ao diálogo, intercâmbio e reflexões sobre a produção historiográfica. Acolheremos estudos propostos que incorporam olhares, acima de tudo, plurais buscando novas (re)configurações e (re)existências.

### Referências

BUTLER, J. Vidas precárias. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

JELIN, E. El género en las memorias. In: \_\_. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 99-115.

MARTIN, Caroline; CASTRO, Susana (orgs.) Estudos em decolonialidade e gênero. Rio de Janeiro: ApeKu, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Sexo Tropical: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. Cadernos Pagu. 1996, (6-7), pp. 9-34.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, pp. 5-22, jul./dez., 1990.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta. Uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

## **GÊNERO E A TEORIA DECOLONIAL NA PESQUISA HISTÓRICA: DISCUTINDO A INTERSECCIONALIDADE E O CONCEITO DE MASCULINIDADES**

*Laís Prestes Redondo (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)*

**Resumo:** Na década de 1990, a historiadora Joan Scott (1995) teceu críticas aos historiadores que identificavam o gênero como um tema histórico relativo ao estudo das mulheres. Para Scott, longe de ser um objeto temático, o gênero deve ser abordado enquanto uma categoria de análise que investiga a construção relacional dos papéis femininos e masculinos, e observa como as relações de gênero (papéis, representações, práticas) sustentam as ordens políticas e sociais em dadas circunstâncias da História. No entanto, concomitante a definição da categoria gênero, as teóricas feministas latino-americanas e negras (como Angela Davis, Lélia Gonzalez) destacariam o quanto as relações de gênero se interseccionam com as múltiplas opressões e diferenças raciais, sociais e étnicas às quais os indivíduos foram submetidos desde o período colonial. E, em diálogo com essas teóricas feministas, as sociólogas e antropólogas da teoria decolonial apontariam como as pesquisas de gênero no sul global estão ainda contidas nas epistemologias de origem europeia, que não analisaram de maneira profunda as experiências raciais que acompanham a categoria mulheres e homens dos países com um passado colonial. Diante desses movimentos epistemológicos propostos pela teoria decolonial e de gênero, os estudos sobre os homens e as masculinidades começaram questionar a visão universal das feministas liberais e marxistas do “papel do sexo masculino” e do patriarcado (CONNELL, 2003; RAGO, 1998). Inferia-se que as masculinidades não podem ser estudadas apenas pelo viés do patriarcado, pois é preciso problematizar se todos os tipos de homens se beneficiaram desse poder no contexto colonial, sobretudo os homens de cor e marginalizados. Isso não significa negar a existência de uma ordem patriarcal instaurada durante o processo colonial. Pelo contrário, cabe analisar as variações históricas e espaciais das masculinidades tidas por hegemônicas, e verificar como as práticas ideais de masculinidade foram incorporadas ou modificadas pelos homens marcados pela diferença racial e social. Mas, em vista dos poucos pesquisadores brasileiros dedicados às discussões da teoria decolonial (BALLESTRIN, 2013), as investigações sobre as masculinidades dos homens de cor e marginalizados estão ainda em desenvolvimento na historiografia brasileira. Sendo assim, objetivamos nesse trabalho apresentar e analisar como as pesquisadoras da teoria decolonial e de gênero têm debatido a definição de masculinidade e da interseccionalidade a ponto desses conceitos serem úteis aos historiadores que trabalham com o período do Brasil Colonial. Para tanto, pretendemos trazer e discutir os diálogos interdisciplinares associados à categoria gênero e ao conceito de masculinidades a partir dos estudos da historiadora Joan Scott, da socióloga María Lugones, das sociólogas Patrícia H. Collins e Sirma Bilge, da antropóloga Rita Segato, do sociólogo Pierre Bourdieu, da socióloga Raewyn Connell e da antropóloga Mara Viveros Vigoya.

**Palavras-chave:** Gênero; Teoria decolonial; Masculinidades.

## **DA PROSTITUTA À MOÇA DE FAMÍLIA: DISCURSOS LEGITIMADORES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE ESTUPRO (PARANAGUÁ - PR)**

*Bárbara Bombasar Faria, Kety March (UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná)*

**Resumo:** Esse trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de iniciação científica, sob a

perspectiva da categoria analítica de gênero, voltando-se para a violência sexual sofrida por mulheres da década de 1970, através de processos criminais de estupro da Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranaguá (PR). A categoria analítica de gênero, cujo principal expoente é Joan Scott (1992), é responsável por desnaturalizar as noções biológicas de gênero que evocam papéis normativos, os quais estruturam a organização social agindo dentro de um sistema de poder assimétrico. Dessa forma, nos fundamentamos na categoria para analisar em nossas fontes as narrativas construídas pelos sujeitos envolvidos - pessoas subalternas, destinadas ao esquecimento -, e assim encontrar elementos acionados regularmente, tidos portanto como legitimadores da violência sexual imposta ao corpo feminino. Nosso rol documental possui 26 processos criminais e inquéritos, fontes oficiais e serializadas, cuja metodologia própria baseia-se em Marisa Correa (1983) e Keila Grinberg (2009), e revela a ficção empreendida ao longo da peça criminal, produzida tanto pela defesa quanto pela acusação. Afora os discursos legitimadores, buscamos compreender motivações e perfis dos envolvidos, além do próprio crime, e para tal, partimos de Susan Brownmiller (1975). Segundo a historiadora, o estupro é um ato de poder masculino, cuja submissão feminina parte da anulação total de sua vontade como sujeito social. Entendemos ainda como uma ameaça à existência, que se transforma conforme o contexto inserido. Em nosso recorte, o delito definia-se no art. 213 do Código Penal de 1940, na seção dos crimes contra os costumes, visto que historicamente essa violação foi tomada como ofensa à honra feminina. Em nossa conclusão, observamos o sistema judiciário local tratar o crime, dirigindo atenção e credibilidade a falas específicas. Atestamos a raridade de denúncias de estupro, sobretudo quando refere-se a agredidas com idade superior a 16 anos. Ademais, inferimos a tendência da justiça paranguara em ignorar os precedentes envolvendo estupro presumido ao priorizar a honra feminina em detrimento ao corpo violado, ou seja, ignorando a violência do ato em nome da reorganização moral da sociedade, tais movimentações acabaram por enquadrar o crime de estupro presumido como crime de sedução, mesmo que a vítima tivesse menos de 14 anos. Em crimes de violência de gênero, é constante a invocação das normatividades em busca de justificação. Na violação sexual, buscando também legitimação, há geralmente um jogo no qual o objetivo é imputar à agredida razões que atestem seu consentimento, excluindo o caráter violento da ação.

**Palavras-chave:** Gênero; Violência sexual; Processos criminais.

## **NARRATIVA DE ASSASSINATOS DE MULHERES NO JORNAL “DIÁRIO DO PARANÁ” NOS ANOS DE 1975 A 1980**

*Andriely Mikoda;*

*Kety March (UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná)*

**Resumo:** A violência contra as mulheres é um fenômeno socialmente construído, manifestando-se de diversas maneiras, seja por meio físico, psicológico ou simbólico. A violência que iremos tratar nessa pesquisa é o assassinato das mulheres publicados na imprensa paranaense nos anos 1970. Tais discursos eram expostos aos leitores no intuito de produzir opinião pública. Trabalhamos como fonte o jornal curitibano ‘Diário do Paraná’, que circulou entre os anos de 1955 a 1983. Como recorte temporal optamos pelos anos de 1975 a 1980, levando em consideração marcos da luta do movimento feminista contra a violência de gênero e a repercussão desses crimes dentro do jornal. Para realizarmos essa pesquisa utilizamos de base

teórica a história cultural enquanto objeto de criação de mundos representativos (Chartier, 1990) e investigamos o gênero como categoria de análise que procura problematizar as relações socialmente organizadas pelas assimetrias entre homens e mulheres (e também dentro desses próprios marcadores) e acentuadas por complexo desequilíbrio de poder (Scott, 1995). Quanto à metodologia, localizamos o periódico dentro da História da Imprensa (Capelato, 1988) e nos apoiamos nos passos metodológicos criados por Luca (2015), realizando adaptações que condizem com nossa fonte que se encontra digitalizada. Os homens em questão tinham relacionamento afetivo com as vítimas, sendo o marido (casado legalmente ou não), amante ou namorado, e ao terem seus crimes expostos muitos tomavam uma postura que buscava legitimar suas ações ou aceitavam o que fizeram com orgulho e sem remorsos. Enquanto o jornal toma uma postura acusadora e trágica sobre o acontecimento, os assassinos em maioria criavam narrativas de auto vitimização e desmoralização das mulheres, relacionando suas motivações as próprias emoções ou a causas externas. Em suma, a pesquisa demonstrou uma ascensão e queda das publicações, o que evidencia o grande interesse em noticiá-los à sociedade leitora, independente se fosse um crime local ou não, permitindo visibilizar essa forma de violência, por muito tempo silenciada por ocupar um espaço nem sempre considerado como digno de punição. Os assassinos muitas vezes buscavam legitimar o crime por meio de um discurso que se baseava em sentimentos como amor, necessidade de controle ou mesmo a posse sobre os corpos femininos caracterizada como ciúme. Já o jornal, que expunha essas narrativas, atrelava o crime a posicionamentos advindos das exigências da masculinidade, como a dificuldade de provimento o lar diante do desemprego, a necessidade de sustento do marido por parte da esposa, as ambições empresariais ou recusa ao divórcio, o comportamento não controlável das mulheres, dentre outros motivadores selecionados para que a narrativa tomasse um caminho de crítica a tais ações que o jornal, acompanhando esse movimento de mudança social, procurava incutir aos leitores, apontando inclusive para as vítimas secundárias do crime: os filhos.

**Palavras-chave:** Jornal; Violência de Gênero; Narrativa.

## O QUE GRANDES PERFIS NO TWITTER ESTÃO FALANDO SOBRE GÊNERO NÃO-BINÁRIO?

*Caíque Gonçalves Araújo*

**Resumo:** Esta proposta de apresentação oral advém de pesquisa de mestrado ainda em início de escrita, que tem como objetivo, partindo da história do tempo presente, buscar entender a recepção da não-binaridade de gênero, a partir do que “perfis” do twitter, que tem forte presença, alcance e influência, estão falando. Tanto de grupos negacionistas de extrema direita que fazem uso de desinformação, fake news, guerra cultural e pânico moral ao falar dessas pautas, mas também pessoas do espectro da esquerda, que tentam negar a existência de pessoas não-binária, que não querem discutir uma linguagem acessível ou simplesmente consideram uma pauta menor, “identitária”. As principais referências para esta apresentação oral será a partir do que as autoras Anne Fausto-Sterling e a Oyèrónke Oyèwùmí abordam sobre corpos que estão fora das normas das categorias binárias da sociedade, em que momento e quando essas categorias binárias passaram a existir. Tendo em vista que existem outras formas de sociedade fora do Ocidente, como Iorubás, que até antes da colonização não se baseavam em uma divisão binária, não tinha a mesma ideia de homem e mulher, e nem mesmo uma língua

com a mesma marcação de gênero como a nossa. Para pensar o design de redes sociais como o twitter e a maneira como passamos a nos comunicarmos a partir do impacto delas, utilizarei Jaron Lanier como referência. A ferramenta e principal abordagem para buscar as discussões do twitter, será utilizando a ferramenta de busca avançada do twitter, pesquisando **Palavras-chave** tais como “não binário”, “pronome neutro” e “ideologia de gênero”, utilizando os próprios tweets como fonte.

**Palavras-chave:** Colonização; Gênero não-binário; Redes Sociais.

## **MONSTRUOSIDADE E REVOLTA: RELAÇÕES CORPÓREAS DE AUTODEFESA E CONTRA-SECURITIZAÇÃO NAS MILITÂNCIAS QUEER-FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS (2005)**

*Rafaela Zimkovicz*

**Resumo:** Em 2020, foi obtida a legalização do aborto na Argentina, dependente, de maneira central, dos esforços da Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. Criada em 2005, ela passou a congregar um rol heterogêneo de cerca de 400 coletivos. Entre eles, destacam-se os grupos socorristas, promotores de abortos seguros clandestinos; de luta anti-institucional; e de aglutinação de dissidências de sexualidade e gênero. Tendo por base a relevância dessas formas de militância para o tensionamento de paradigmas sociopolíticos do presente latino-americano, bem como os pressupostos de desestabilização normativa levantados pelas teorias queer e de feminismo pós-estruturalista, analiso, nesta proposta, fanzines, manifestos e registros virtuais de performances de La Revuelta (2001), Ají de Pollo (2005) e Yo No Fui (2002). Integrantes da CNDA, eles se identificam, respectivamente, como coletivos de feminismo autonomista, queer e de abolicionismo penal. À vista do espalhamento transnacional das pautas enfocadas, considero também as produções do chileno Colectivo Universitario de Disidencia Sexual (2002), ligado à militância socorrista por meio da iniciativa “Doe por um aborto ilegal” (2012); utilizando, em âmbito metodológico, abordagens de avaliação material e discursiva das fontes. A partir delas, busco investigar quais deslocamentos são construídos - mediante as condutas de autonomia, de pluralização e questionamento categóricos, e de subversões jurisdicionais - para as relações de constituição subjetiva e de corporificação política formuladas e/ou disputadas pelos movimentos. Em diálogo com os campos teóricos citados, articulo três eixos de discussão: a) o mapeamento de rupturas específicas do ideário governamentativo de securitização, explicado, em relação às conjunturas neoliberais, como agregador de práticas repressivas que simultaneamente cristalizam uma autoridade protetiva violenta dos Estados e uma negatização obliterativa de sujeitos e reivindicações dissidentes (FOUCAULT, 1999; RAGO; PELEGRINI, 2019); e b) a interpelação da defesa do acesso digno ao aborto enquanto ponto de uma coadunação política radical em múltiplas instâncias - evento que sua desnaturalização dos lugares de corpo, do dispositivo histórico de sexualidade, e dos binarismos enunciativos de sexo-gênero no escopo de identidade dos feminismos é reverberada de modo entrecruzado pelas diferentes causas levantadas em paralelo (BUTLER, 2019; PRECIADO, 2014); e, c) o entendimento dos valores associados aos reclamos de queeridade nas regiões selecionadas da América Latina, percebendo suas conexões com o reconhecimento dos regimes raciais de outridade e a crítica aos domínios de colonialidade (REA, 2020; SEGATO, 2021). Defendo, assim, que o acionamento de repertórios públicos de monstruosidade e de performatividades plurais identificado permite vislumbrar

redes alternativas aos controles de população e às subjetivações normativas (GAGO, 2015; PUAR, 2020; DORLIN, 2020).

**Palavras-chave:** Queer-Feminismo; Aborto Seguro; Securitização Neoliberal.

### **“FERIDO EM SEUS BRIOS MARITAIS”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADES VIOLENTAS A PARTIR DE PROCESSOS-CRIME EM PARANAGUÁ NA DÉCADA DE 1980**

*Layla Policarpo*

**Resumo:** Esta pesquisa é proveniente do trabalho que está sendo realizado no curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Portanto, buscamos analisar processos-crime de lesões corporais cometidos por parceiros contra mulheres classificados pelo Art. 129 do Código Penal de 1940 e instaurados na década de 1980 em Paranaguá, região litorânea e portuária do Estado do Paraná. A partir de Joan Scott (1992), nossa pesquisa ancora-se na perspectiva de gênero como categoria de análise histórica a fim de investigarmos relações assimétricas de gênero marcadas pela violência. Também, damos especial atenção às possíveis aproximações e rupturas com modelos disciplinares e representações de feminilidades e masculinidades. Para a seguinte análise, selecionamos dois processos notáveis para pormenorizarmos suas particularidades que em alguma medida se complementam quando as narrativas atendem ou fogem às expectativas de papéis sociais histórica e culturalmente situados para homens e mulheres. Das peças dos autos, focamos nas narrativas dos atores jurídicos (promotor, advogado e juiz), bem como nos depoimentos dos envolvidos no processo (acusado, vítima e testemunhas). A partir de Foucault (2013), buscamos compreender como é realizada uma pretensa construção da verdade sobre “a imputação que é imposta ao acusado” e os jogos discursivos que avançam a trama a fim de influenciar no desfecho do processo. Os processos nos permitem compreender como padrões de comportamento do casal são reproduzidos de forma cíclica, ou seja, a partir da teoria de Lenore Walker, constatamos que o momento de instauração dos autos é resultado da tensão e seu desfecho geralmente é influenciado pela fase “lua de mel” em que se sobressai o argumento “devemos inocentar o acusado em prol da família”. A partir de Zanello (2018), abordamos questões pertinentes a violência psicológica e correccional sofrida pelas vítimas, suas dinâmicas de resistência e os dispositivos da eficácia incubido aos homens, ou seja, a relação destes com o trabalho, com a virilidade sexual e o alcoolismo. Sendo assim, acreditamos ser possível compreendermos, mesmo que minimamente, as práticas e os discursos normativos em relação ao gênero na Paranaguá dos anos 80, ininterruptamente construídos e reforçados no interior dos autos.

**Palavras-chave:** Violência De Gênero; Masculinidades Violentas; Processos-Crime.

### **(RE)EXISTÊNCIAS SÁFICAS PELA PRÁTICA COTIDIANA DO VESTIR**

*Natalia Rosa Epaminondas*

**Resumo:** Trata-se de uma reflexão, parte da tese de doutorado em andamento, sobre histórias de práticas de vestir por mulheres que se relacionam com mulheres. É feita uma revisão

bibliográfica de pesquisas na área da história e de moda, articulando com conceitos das teorias feministas, estudos queer, pensamento lésbico e estudos culturais. Aborda o vestir como uma prática corporal situada que abrange o corpo, objetos de design e a cultura, a partir de Elisabeth Wilson (1989) e Joanne Entwistle (2000). Os conceitos de “feminino” e “masculino” são importantes para a indústria da moda, uma vez que o dimorfismo sexual constitui as bases das práticas de criação e modelagem de roupas. O vestir, portanto, seria a prática que articula os elementos da indústria da moda com a dimensão cotidiana, aceitando, rejeitando ou subvertendo seus discursos – em especial, para esse texto, os discursos da heterossexualidade. Para explorar o vestir enquanto subversão, a reflexão parte da ideia de tecnologia do gênero de Teresa de Lauretis (1987), da noção de performatividade de Judith Butler (1990), do pensamento hétero de Monique Wittig (1992), da heterossexualidade compulsória como explorada por Adrienne Rich (1980) e da noção de resistência de María Lugones (2014). Associa esses conceitos com pesquisas sobre personagens sáficas, trípades, invertidas e lésbicas da história no Brasil e em diferentes lugares do mundo, com ênfase nas práticas de vestir que exploram o cross-dressing e o uso de elementos masculinos nas roupas, na gestualidade e na construção da aparência. Aborda o lugar de convergência das histórias de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, que hoje podem ser chamadas de lésbicas, bissexuais, intersexuais e trans. Apresenta conclusões preliminares a respeito de elementos que se repetem nas histórias desses vestires, como a experimentação com a fluidez de gênero – que tem uma ligação especial com a construção da subjetividade, e se dá na mediação com o meio, as regras e as leis dos grupos sociais. Esta reflexão parte de uma pesquisa que se caracteriza pela interdisciplinaridade e pelo registro da memória de mulheres que se relacionam com mulheres como legado criador de resistência política.

**Palavras-chave:** Lesbianidade; Vestir; Resistência.

## **EDUCAÇÃO JURÍDICA ENGAJADA: A DISCUSSÃO SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO DIREITO SOB OUTRAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS**

*Simone Rosiane Corrêa Araújo (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Os estudos e pesquisas que realizei até agora tentando compreender a relação entre Direito e as questões concernentes à diversidade sexual e de gênero envolveram discussões sobre a epistemologia na qual se fundamentam os discursos jurídicos e suas representações do sexo, do gênero e da orientação sexual; sobre a hermenêutica jurídica, à partir da problematização das interpretações realizadas pelos operadores do Direito e os sentidos por eles atribuídos às categorias mencionadas e sobre o processo formativo dos futuros operadores do Direito. Entretanto, ainda não encontrei as respostas e alternativas que busco. Assim, proponho um deslocamento, uma inversão da lógica que conduz minhas discussões: ao invés do Direito pensando diversidade sexual e de gênero, pensar o Direito a partir das minorias sexuais. A perspectiva que deve prevalecer nos meus estudos é a das pessoas LGBTQIA+. Questiono se a busca por novas alternativas que permitam ao Direito exercer uma função transformadora não deveria passar pelo exercício de pensar, interpretar, analisar e avaliar o Direito sob os olhos daqueles que historicamente não intervieram na sua criação e execução. Me pergunto se ouvir suas falas e conhecer suas experiências me permitiria pensar o Direito sob outras perspectivas, se seria possível, enfim, identificar novas

possibilidades epistemológicas, hermenêuticas e/ou formativas ao olharmos o Direito sob a ótica dessas pessoas. Para além do conhecimento teórico e abstrato sobre diversidade sexual e de gênero, penso na possibilidade de o profissional da área jurídica ver o Direito pelos olhos das minorias sexuais, conhecer como é a experiência do preconceito e da discriminação vivenciada por essas pessoas. Tenho em vista a possibilidade de formulação de uma perspectiva a partir desse lugar fronteiro, desse entre-lugar situado às margens dos discursos formulados pelo Direito e seus operadores e das narrativas e percepções fundamentadas nas vidas vividas pelas pessoas LGBTQIA+. O objetivo é ouvir as narrativas, as experiências das vidas vividas por pessoas LGBTQIA+ e buscar compreender como elas poderiam fundamentar a identificação de novas possibilidades epistemológicas, hermenêuticas e/ou formativas a serem empregadas na formação do profissional do Direito. Na produção bibliográfica de Moreira (2019) encontrei a proposta do autor de “ver o Direito pelos olhos de um subalterno”, pensar a igualdade como antissubordinação e anti-diferenciação e a noção de uma consciência jurídica. Estou adotando como referencial teórico dessa pesquisa os conceitos de fronteira e consciência “mestiza” de Gloria Anzaldúa (2012); de entre-lugar e hibridismo de Homi K. Bhabha (1998); de pensamento liminar, pensamento subalterno e entre-lugar de Walter D. Mignolo (2008) e, finalmente, as ideias de Maria Lugones (2014) sobre narrativas de vidas vividas. Os autores estudados ressaltam a necessidade de valorização dos saberes subalternos com novas propostas epistemológicas.

**Palavras-chave:** Gênero; Direito; Colonialidade.

### **A ARTE DRAG, A SUBVERSÃO E SUAS LIMITAÇÕES: UM OLHAR SOBRE “SEDANAPO” DO ÁLBUM AUDIOVISUAL “ALEGORIA” DE GLÓRIA GROOVE (2019)**

*Ian Gomes*

**Resumo:** Este trabalho tem como ponto de partida o questionamento de como as categorias binárias e cis-heteronormativas de gênero impactam nas afetividades para com corpos LGBTQ+ partindo da análise do videoclipe “Sedanapo” do EP (extended play) audiovisual “Alegoria” (2019) da drag queen Glória Groove. As mídias digitais, entendidas aqui como uma esfera pública técnico-midiatizada, têm se tornado cada vez mais um locus no qual a comunicação se torna uma ampla e potente possibilidade de debate acerca das identidades que se inserem nesse ambiente, carregando consigo seus posicionamentos e pautas socioculturais. Dessa forma, essas mídias produzidas por diferentes corpos localizados dentro de uma cultura visual disputam pelo espaço de visualização para que sejam entendidas como existentes. O trabalho de análise com videoclipe no campo da história é ainda pouco explorado, por isso utiliza-se do conceito de visualidade, adotando uma perspectiva cultural de análise partindo dos significados possíveis de serem construídos a partir da perspectiva do espectador. Pretende-se com a análise do videoclipe perpassar sobre questões políticas, sociais e, principalmente, culturais voltando o olhar para os elementos temáticos da música, do clipe, do figurino e dos componentes visuais a fim de entender como a artista busca construir uma narrativa de subversão e empoderamento por meio da arte e da performance, e até que ponto isso é possível dentro de uma cultura visual localizada num meio tecnocapitalista.

**Palavras-chave:** Performance; Subversão; Tecnocapitalismo.

## DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR PARANAENSE

*Roseli de Oliveira Machado (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste);  
Luciana Klanovicz (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** As assimetrias de gênero que afetam parcela importante das relações sociais também são encontradas no meio acadêmico e científico. Tal meio foi historicamente criado por homens e para eles, e a estrutura cultural das universidades, como o principal lócus de desenvolvimento da produção acadêmico-científica, mostra-se de vocação masculina. Neste contexto, estudos relacionados à posição, status e experiência de mulheres acadêmicas têm atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores. Apesar do aumento de mulheres ingressando no ensino superior como estudantes de graduação e pós-graduação, assim como na carreira acadêmico-científica, elas continuam a não progredir na hierarquia acadêmica em números significativos e na ocupação de posições de liderança. Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar o desenvolvimento de homens e mulheres docentes na carreira institucionalizada do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, até o alcance (ou não) do que é considerado o topo de carreira. Tal sistema é composto por sete universidades que conjuntamente empregam mais de 8.000 professores e concentram cerca de 95 alunos em cursos de graduação e pós-graduação. É um sistema único no Brasil, por sua envergadura, que desempenha um papel estratégico na formação de pessoas e na geração de conhecimento, pesquisa e cooperação técnico-científica. Inicialmente, traçamos um perfil do corpo docente atuante no sistema estudado, sob a ótica de gênero. Mais adiante, mensuramos estatisticamente e debatemos o que chamamos de ‘efeito acumulado de gênero na carreira’, que se reflete nas proporções de homens e mulheres ocupando as classes mais altas e mais bem remuneradas do cargo de professor. Nesse sentido, destacamos que homens têm 23% e 44% mais chances de estarem nas classes de Associado e Titular (as mais altas e melhor remuneradas), respectivamente, que mulheres. Destacamos que esta pesquisa é parte de uma investigação de doutorado em curso junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, que busca ampliar a visão que se tem dos efeitos de gênero no meio acadêmico-científico brasileiro.

**Palavras-chave:** Gênero e Trabalho; Carreira Acadêmica; Universidades Estaduais Paranaenses.

## MATERNAIS E COMBATENTES: AS MILITARES NA REVISTA VERDE-OLIVA (2006-2019)

*Fernanda Telma (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste);  
Rosemeri Moreira (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** O objetivo da pesquisa foi analisar representações de gênero presentes na Revista Verde Oliva, de 2006 a 2019, em específico sobre as mulheres militares, através de uma análise quantitativa e qualitativa. O estudo foi dividido em: uma breve introdução sobre a Imprensa Militar no Brasil; discussão sobre a entrada de mulheres no Exército Brasileiro; análise da construção e estrutura do periódico; por fim, análise de reportagens e capas referentes às militares. Como metodologia, realizamos o levantamento de informações e dados quantitativos por meio da Revista Verde-Oliva e de documentos oficiais publicados pelo Exército Brasileiro;

construímos tabelas referentes a periodicidade, estrutura do periódico, quantidade de reportagens e capas específicas sobre as militares; por fim, realizamos a análise qualitativa dessas fontes. Desse modo, foi possível observar representações de feminilidade vinculadas a uma dualidade: ora um feminino maternal, ligado ao cuidado e a uma representação da mulher/feminino sempre sorridente, doce e simpática, ora um feminino combatente retratada pela expressão de seriedade. Porém, em algumas reportagens esses “femininos” aparecem mesclados. Analisamos, como o Exército Brasileiro, por meio desse periódico, utiliza a favor de si, a representação de um feminino para agregar valor à instituição na construção de sua imagem perante a sociedade. Valores tais como cuidado, acolhimento, sensibilidade e humanidade – associados historicamente a ideia de feminino na cultura ocidental moderna.

**Palavras-chave:** Gênero; Periódicos; Militares.

## **AS MULHERES EM CARGOS DE PODER: UM OLHAR SOBRE AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT**

*Suely Lopes (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins);*

*Temis Gomes Parente*

**Resumo:** Este estudo pretende contribuir com a discussão sobre as perspectivas de gênero das mulheres ocupantes dos cargos de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo como recorte analítico a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nesse sentido, a pesquisa trata das perspectivas de gênero em um determinado contexto sociocultural e busca dialogar com as epistemologias feministas. A perspectiva de gênero se sustenta em Marcela Lagarde (1996), que busca analisar e compreender as características que definem as mulheres e os homens de modo específico, suas semelhanças e diferenças. O objetivo é analisar como as mulheres ocupantes de cargos de gestão como Reitora e Pró-reitora da UFT colocaram nas suas práticas as perspectivas de gênero. Assim como, contextualizar a trajetória dessas mulheres para compreender como ocorreu o percurso até a ocupação do cargo. A questão que guia este estudo é: como e se as mulheres que ocuparam cargos de gestão na UFT colocaram nas suas práticas as perspectivas de gênero? Para tanto, será realizado estudo de caso de natureza qualitativa com base na metodologia da História Oral. Assim, o referencial teórico-metodológico busca compreender as perspectivas de gênero no espaço organizacional, considerando as histórias de vida, as experiências pessoais das mulheres e homens que ocuparam cargos de gestão na UFT. A história oral é importante para essa pesquisa, por trazer narrativas das mulheres com interpretação do presente junto às memórias do passado. As memórias individuais constituem as experiências comuns das mulheres, possibilitando entender criticamente seu passado, se apropriar do que foi dito sobre elas, perceber as dificuldades presentes e refazer uma nova história com um olhar transformador. Nesse sentido, a história de vida avalia os momentos de mudanças e transformações. Por meio dela, as/os entrevistadas/os descrevem livremente a vida, editando os relatos das suas memórias. Desse modo, este trabalho contribui para os estudos de gênero nos espaços de poder no âmbito da universidade. Este trabalho tenciona as narrativas de mulheres e homens, porém, as falas das mulheres são destacadas, tendo em vista, a posição que se encontram na sociedade e o caminho percorrido. O recorte temporal foi 2003-2021 e tem como interlocutores 26 gestores/ras da universidade. A relevância desse estudo está em apresentar a realidade social e profissional vivenciada por mulheres

que atuaram e atuam na condução da UFT. Além disso, busca-se despertar o interesse de outros/as pesquisadores/as na continuidade de investigações das perspectivas de gênero nas universidades federais brasileiras, contribuindo com o tema no mundo contemporâneo, onde destaca-se a criação de novas epistemes sobre antigos temas. Ressalta-se que o estudo está em curso e que deriva da pesquisa dissertativa. Assim, as reflexões sobre os objetos e as relações de poder estão em processo de maturação, bem como as terminologias e o referencial.

**Palavras-chave:** Gênero; Gestão; UFT.

## **GÊNERO E HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS (1930-1970)**

*Gabriela Torres (Secretaria da Educação do Estado de Alagoas)*

**Resumo:** Os Institutos Históricos foram instituições fundadas à época do Segundo Império brasileiro. Tais instituições tinham como objetivo consolidar os ideais do Estado imperial de unidade nacional. Fundadas e frequentadas pelas elites brasileiras, tais institutos se voltaram para consolidar uma história do Brasil branca, da colonização europeia, dos grandes homens, de maneira que, a aparição de mulheres em tais meios se deu oficialmente somente a partir da primeira da década de 50 para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e para o Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, a partir dos anos 30. As fontes utilizadas consistem em alguns números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (RIHGAL). As revistas contêm trabalhos publicados por seus membros e membras, além de atas de reunião e ainda listas de sócios e sócias por categoria e ano de admissão, o que permite aproximar-se da rotina da instituição nas relações de gênero. Vale a pena lembrar que as várias edições dessa revista compõe uma série de textos que nem sempre foram escritos exclusivamente para sempre publicados nelas, sendo suas publicações apenas um registro para a história. Portanto ao levar-se em conta as características das fontes e presença das mulheres nesses textos, optou-se por dividi-las em duas partes: a primeira trata-se do tipo de fonte em que as mulheres não aparecem com suas vozes, mas indiretamente, nas bibliografias dedicadas aos homens, ou em cerimônias festivas oferecidas pelo instituto. Um segundo tipo de fonte, trata-se do período em que as mulheres começaram ter voz ativa dentro da instituição, a ocupar cargos administrativos e a ter seus textos publicados nas edições. Muito se tem construído sobre a história dos Institutos Históricos e Geográficos e suas atividades no âmbito da escrita da história nacional. Entretanto, quando o assunto é a relação desses institutos com a construção do gênero e da história das mulheres, há uma carência de trabalhos. Assim, este artigo, consiste numa tentativa de contribuir para a elucidação de algumas dessas questões.

**Palavras-chave:** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Mulheres; História.

## **‘SÓ É GORDO QUEM QUER’: CORPOS FEMININOS E MASCULINOS SOB A PRESSÃO NAS DIETAS DOS ANOS 1980**

*Luciana Klanovicz (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** Nesta comunicação, busco discutir os diferentes discursos sobre controle de corpos

em publicações, especialmente livros, de dietas que circularam no Brasil na década de 1980. É a partir dessa década que o regramento global dos corpos no estilo ‘americano’ foi intensificado e o consumo de alimentos e dietas, ou seja, ‘escolhas’ sobre o que comer, quando discutidas em termos de padrões de produção e consumo, podem ser consideradas práticas disciplinares por meio das quais homens e mulheres adquirem, performatizam, engajam-se em discursos de masculinidade, de feminilidade, e de modernidade normativas. Nessas performatividades alimentares, gênero e discursos alimentares estão posicionados em hierarquias binárias como macho-fêmea, vegetariano-carnívoro, passivo-agressivo, em que algumas ideias e comportamentos sobre comida são privilegiados e outras não, com dietas construídas na multiplicidade de discursos de raça, de sexualidade, de religião e de natureza. O interesse é perceber como alguns deles foram construídos, seus públicos-alvo, buscando perceber de que forma esses corpos foram sendo agenciados e disciplinados, reforçando estereótipos de gênero, a partir do encontro entre alimentos e corpos. Tal leitura faz parte de um projeto mais amplo que articula história ambiental, história do corpo e gênero no Brasil, desde o final do século XX. A pesquisa dá ênfase, também, à circulação de livros de dietas entre Norte Global e Sul Global, prestando atenção nos impactos corporificados de regimes alimentares.

**Palavras-chave:** Dietas; Corpos; Gênero.

## **“FEMINISMO VERDE”: O IDEAL FEMININO INTEGRALISTA E O MITO DA PASSIVIDADE DAS MILITANTES NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB)**

*Mariana Manfrinatti*

**Resumo:** Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de inspiração fascista, atuou no Brasil durante 1932 a 1937. Nele, encontramos a atuação de mulheres militantes que eram chamadas de ‘blusas verdes’. O presente trabalho busca romper com a ideia de passividade e total submissão das mulheres conservadoras, mostrando as rupturas em que estas fizeram a partir do padrão imposto não somente pela sociedade machista da época, mas também do próprio partido a qual eram filiadas. Para isso, é importante discutir sobre algumas problemáticas que tangem a categorias de análise e como elas implicam tanto na historiografia. Pensando nas categorias analíticas dentro da história, encontramos a de gênero que de acordo com Joana Maria Pedro (2005) passa por uma série de questionamentos e ramificações.. Aqui o que nos interessa de forma mais direta é a categoria “mulher” e “mulheres” e sua implicação na universalização dos sujeitos. Levando em conta que a identidade de sexo não é suficiente para haver a igualdade dentro da luta, precisou-se ampliar e desmontar os padrões estabelecidos. Assim, a categoria “mulheres” passa a dar atenção nas diferenças entre elas, perceber as pluralidades, diversidades e, a partir disso, quebrar com as limitações que a unificação de todas em uma categoria singular as colocava. Ana Paula Vosne Martins (2017) salienta que por mais que seja incontestável a contribuição à escrita da História realizada pela história das mulheres, é valioso reconhecer que a própria história das mulheres deu pouca atenção para as conservadoras dos séculos XIX e XX. Pela preferência nos estudos sobre mulheres inconformistas, rebeldes, que questionavam a estrutura social, a autora aponta que as de elite acabaram por se tornar sinônimos, como se esse rótulo fosse autoexplicativo. Veremos que por mais que as militantes fossem conservadoras e se apossaram da ideologia, não eram passivas como o próprio estereótipo de ser “de direita” as coloca. Veremos também,

militantes que transgrediam os padrões determinados sobre o “ser mulher” – aqui colocado no singular justamente pela universalização que o integralismo impõe. Outra questão que merece atenção é que no recorte temporal da pesquisa, ainda pairava sobre a sociedade a ideia de que as características inerentes dos gêneros de forma binária, feminino e masculino, são baseados no sexo biológico. Enfatizamos esse ponto sobre a questão do determinismo biológico pois é ele que norteia os discursos integralistas sobre o papel feminino não somente dentro do partido, mas também na sociedade em geral, como já supracitado. Através da análise de fontes selecionadas, encontramos mulheres que ao mesmo tempo em que apoiam a ideologia do partido, também rompem com algumas regras postas e até apontam que elas possuíam o “verdadeiro feminismo”. Essas mulheres nos mostram que o fato de serem conservadoras e estarem inseridas em partidos de extrema-direita não as tornam massa de manobra e completamente submissas.

**Palavras-chave:** Integralismo; Blusas-Verdes; Feminismo Conservador.

## **FIONA APRISIONADA: OS DISCURSOS QUE CONSTROEM VERDADES E SUBJETIVIDADES A PARTIR DOS CONTOS DE FADAS**

*Érika Müller*

**Resumo:** O filme Shrek, lançado em 2001, sob a direção de Andrew Adamson e Vicky Jenson, conta a história de um ogro do pântano chamado Shrek (Mike Myers). A vida do ogro verde e solitário muda drasticamente quando se vê rodeado por criaturas mágicas de contos de fadas. Em busca de recuperar a solidão de seu pântano, Shrek vive aventuras fantásticas acompanhado de seu novo amigo Burro (Eddie Murphy). Um único obstáculo separa o ogro de sua paz: uma princesa aprisionada. A princesa é Fiona e para que consigam alcançá-la, Shrek e Burro precisam atravessar uma ponte sobre um mar de lava, enfrentar um feroz dragão e subir até a torre mais alta de um castelo. Partindo, portanto, da materialidade fílmica Shrek (2001), com enfoque no cárcere de Fiona, a pesquisa se orienta pelo questionamento: “como a mulher é subjetivada nesse filme?”. Face às possíveis respostas, objetivamos descrever e analisar os enunciados que definem o sujeito mulher, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Os quais nos propõem que analisar a língua/linguagem implica considerar a relação indissociável entre discurso, sujeito e história. Nosso gesto de análise parte do campo da memória, mais precisamente olhamos para o arquivo dos contos de fada a fim de investigar os processos de subjetivação que atravessam e constituem o sujeito mulher-Fiona. Os resultados apontam que na atualidade da memória dos contos de fada, os discursos desse legado desempenham uma função social ancorada em certas tradições que presidem o ser mulher desde a noite dos tempos, visando ensinar às mulheres como se comportar e quais os perigos de não se casar. Verificamos, também, como, através de uma linguagem metafórica, os elementos visuais representam as prisões as quais são submetidos os corpos femininos, não somente em contos de fadas como também na sociedade em que vivemos.

**Palavras-chave:** Shrek; Aprisionamento Feminino; Estudos Discursivos Foucaultianos.

## MINHA VIDA EM PRETO E BRANCO: REPRESENTAÇÕES DO LUTO MATERNO

*Michele Tupich Barbosa (UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste)*

**Resumo:** Se uma mãe pode guarda o maior amor do mundo, a elas também coube o lado amargo de conviver com a maior dor, ao perder esse grande amor. Milhares de mães vivenciam diariamente o luto. Independente das circunstâncias que nas quais os filhos morrem, a dor da perda é imensurável. Apesar da morte ser um fenômeno biológico, é preciso compreender que a morte também um é fenômeno social que adquiriu significados compartilhados entre o indivíduo e o sistema cultural ao qual está inserido. As representações em torno da maternidade e do luto são portanto, processos que podem ser socialmente e culturalmente construídos. Portanto, faz-se necessário fomentar as abordagens dessa temática, tão crescente no campo da psicanálise, e pouco abordada como processo histórico permeado por representações e normatividades sociais. A análise das mães como sujeitos da história e suas experiências de luto como processos historicamente construídos é o objetivo de debate do presente resumo. A pesquisa que possibilitou esse trabalho é interseccional, nos campos da história e da psicanálise. A pesquisa está sendo desenvolvida na perspectiva da história oral, pois as memórias maternas são o fio condutor desse projeto. É uma pesquisa intergeracional, onde todas as entrevistadas perderam filhas, em fases diferentes da vida, vítimas de patologias tumorais, ou seja, alguma espécie de câncer. Procuo através da metodologia de história oral, captar pontos cruciais das narrativas de sensibilidade feminina. Também são analisadas publicações de revistas que tem como tema central o luto materno, afim de compreender as representações culturais em torno do luto.

**Palavras-chave:** Luto; Maternidade; História Oral.

## ESCRITOS LITERÁRIOS DE MULHERES NEGRAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

*Samara Abreu*

**Resumo:** A pesquisa que está sendo desenvolvida “Escritos Literários de Mulheres negras: Uma abordagem histórica”, está integrada ao projeto “Memórias e histórias de vidas de Mulheres nos sertões de São Francisco (MG)”, e visa dar continuidade às pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Gênero e Violência – GPEG. A pesquisa tem como objetivo a busca por essas escritoras negras no norte de Minas, e a análise histórica de suas produções literárias, que são em muitas das vezes bastante invisibilizadas pela nossa sociedade, traçando um diálogo dessas escritas com o feminismo negro, dando voz assim às narrativas dessas mulheres negras norte - mineiras. O objetivo da pesquisa é encontrar essas escritoras, realizar análise historiográfica, registrar essas obras e divulga – las, dando visibilidade as produções dessas mulheres negras. A primeira parte do trabalho de pesquisa consistiu em leituras e debates sobre feminismo negro, tendo como base grandes pesquisadoras sobre o tema, na segunda parte da pesquisa é a busca por essas escritoras negras no norte de Minas, trabalho que encontramos muita dificuldade em realizar pela invisibilidade que a sociedade dar a essas mulheres negras, que tem suas produções ofuscadas ou totalmente apagadas em nossa sociedade, além da falta incentivo a literatura e a cultura que vivenciamos diariamente no país. Das escritoras negras encontradas, que são minoria dentre as escritoras encontradas no norte de Minas, nota – se que embora tenham escritas encantadoras, quase nenhuma tem trabalhos publicados, utilizando das redes

sociais para registrar suas produções. Sendo assim, além de ter como objetivo o encontro dessas escritoras negras e dar visibilidade as suas produções literárias, a pesquisa também visa a problematização do saber historiográfico, que ainda tem como base as obras elitizadas produzidas por homens brancos, dando luz assim, à conhecimentos que estavam ofuscados, fora da academia, realizando um diálogo com a comunidade norte – mineira e pluralizando as narrativas históricas das mulheres negras em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Feminismo Negro; Norte de Minas.



Dra. Ana Maria Marques (UFMT)  
Dra. Paula Faustino Sampaio (UFR)

O colonialismo e as colonialidades aviltam os direitos socioculturais na América Latina e Caribe. São estruturas que interconectam entendimentos de raça, gênero, classe, geração, sexualidade, entre outros marcadores sociais, correspondentes ao padrão da violência colonialista. Ao seu revés, ações políticas foram e são realizadas pelos coletivos sociais e culturais e pelas (os, es) indivíduos(os/es). São construções processuais de ações em favor das(os) sujeitas(os) de luta que foram e são violadas(os) por serem mulheridades, masculinidades e pessoas LGBTQIPA+ étnica e racialmente diferenciadas(os) e considerada(os) pouco importantes e não dignos de luto. O presente simpósio temático visa a reunir estudos interdisciplinares que considerem os meandros dos projetos de exploração e de dominação capitalista; as políticas para enfrentar e eliminar a violência perpetrada contra corpos-territórios e os territórios-corpos; a produção do conhecimento histórico, entre eles os estudos literários e fílmicos, sobre história, gênero e resistência, tendo em vista a crítica ao sexismo e ao racismo; os caminhos da pesquisa e da escrita sobre histórias de resistências; e os estudos que mostram práticas sociais favoráveis a construção do bem viver nos diversos territórios da América Latina.

### Referências

- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios; Márcia Lima (Orgs.). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Orgs.) Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384p.
- MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da Revista “A Violeta” Cuiabá: 1916-1950. Revista Território e Fronteiras. V. 4 N. 1 – Jan/Jul. 2011. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT.
- PEDRO, Joana Maria. WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul. Florianópolis: ed. mulheres, 2010. p. 296.
- SAMPAIO, Paula Faustino. Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração – séculos XX e XXI. Teresina: Cancioneiro, 2021.

# CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E DO GIRO DECOLONIAL PARA UMA ANÁLISE DO FENÔMENO DA BELLE ÉPOQUE NA MÚSICA, FESTAS E CELEBRAÇÕES EM FORTALEZA

*Luiza Rios (UAB-UECE)*

**Resumo:** Este artigo debate o fenômeno da Belle Époque em Fortaleza na perspectiva da música, festas e celebrações. Compreendo a Belle Époque como um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, impondo um padrão de dominação desenvolvido pela modernidade que, por sua vez, incide na realidade dos corpos colocados em dissidência em relação às estruturas de poder. Nesse sentido, reflito sobre essas questões com base na leitura de autores do pensamento Pós-Colonial e do Giro Decolonial. Este artigo debate o fenômeno da Belle Époque em Fortaleza na perspectiva da música, festas e celebrações. Compreendo a Belle Époque como um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, impondo um padrão de dominação desenvolvido pela modernidade que, por sua vez, incide na realidade dos corpos colocados em dissidência em relação às estruturas de poder. Nesse sentido, reflito sobre essas questões com base na leitura de autores do pensamento Pós-Colonial e do Giro Decolonial. Este artigo debate o fenômeno da Belle Époque em Fortaleza na perspectiva da música, festas e celebrações. Compreendo a Belle Époque como um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, impondo um padrão de dominação desenvolvido pela modernidade que, por sua vez, incide na realidade dos corpos colocados em dissidência em relação às estruturas de poder. Nesse sentido, reflito sobre essas questões com base na leitura de autores do pensamento Pós-Colonial e do Giro Decolonial. Este artigo debate o fenômeno da Belle Époque em Fortaleza na perspectiva da música, festas e celebrações. Compreendo a Belle Époque como um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, impondo um padrão de dominação desenvolvido pela modernidade que, por sua vez, incide na realidade dos corpos colocados em dissidência em relação às estruturas de poder. Nesse sentido, reflito sobre essas questões com base na leitura de autores do pensamento Pós-Colonial e do Giro Decolonial.

**Palavras-chave:** Belle Époque; Colonialidade do Poder; Modernidade.

## DESAZER A ROSTIDADE: ROMPER A FISSURA, DESCOLONIZAR O ROSTO

*Losandro (UFGD - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados)*

**Resumo:** O rosto é um signo de identidade, é uma marca, uma presença que define nossa cultura. Representa uma fronteira que traça quem somos e, além disso, nos fala sobre os outros e sobre o mundo em que habitamos. É um território habitado por contradições, resistências, fugas. O rosto feminino na história produziu/produz não apenas acolhimento e repulsa, mas também uma estética entrelaçada à produção dos sujeitos políticos, máquinas de guerra. Com a modernidade-colonialidade, o rosto tornou-se valor, território de disputas pelo controle e reconhecimento. Tornou-se palco de vigilância, dos efeitos do biopoder, por um maquinismo na sua produção e controle. O rosto, na história, não é apenas um território que marca a singularidade e a coletividade, ele é também superfície de expressão, é um palimpsesto que traz as marcas de uma história pessoal e coletiva fixada na fisionomia e no corpo, e suas expressões trazem o tempo genealógico de um período, de um espaço. Na história das

mulheres, principalmente as mulheres do “Sul Global” , não se chega a um rosto acabado, finalizado, sendo, portanto, uma batalha, uma guerra diária a criação desse rosto. Não há um rosto universalizante, pelo contrário, na superfície do rosto navega a multiplicidade, o que permite confundir, desviar a máquina de codificação (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Nesse cenário, a fronteira onde essas mulheres habitam é fissurada por linhas de fuga, como forma de resistência ao padrão unificador. O conceito de rostidade é, aqui, nosso principal farol. Ao mesmo tempo em que permite às máquinas inscrever sobre ele os seus valores, a sua colonialidade escava os buracos negros onde se aloja nossa subjetividade, formatando nossa consciência, nosso agir, nosso pensar, nossa vida. Além disso, o conceito de rostidade aponta para a possibilidade de pensar o rosto feminino como uma fronteira de mobilidade, que migra conforme os fluxos de resistência, adaptação social e sobrevivência. Entre as muitas definições etimológicas ou figuradas para a palavra fronteira há, contudo, que se admitir que, nos últimos anos, esse termo desenvolveu suas metamorfoses, ampliando o conceito de lugar, tempo, sujeitos. (ANDALZUA, 1996) Neste trabalho, vamos caminhar no sentido de pensar a rostidade das mulheres de fronteira como exterioridade, abertura, re-existências. O rosto como um apelo, um chamado que nos é endereçado e nos desperta para a vulnerabilidade da vida do outro e da nossa própria vida. Interessa-nos, neste sentido, a emergência dos processos de rostificação nas vidas precárias das mulheres, o rosto na sua produção no cenário fronteiriço, como resultado do sofrimento histórico, de um lamento e de uma demanda; e a história como a máquina abstrata que produz rostos.

**Palavras-chave:** Rostidade; Mulheres; Colonialidade.

## **MUJERES, PATRIMONIO E INDEPENDENCIA: UNA APROXIMACIÓN A LOS MONUMENTOS DE HEROÍNAS Y PATRIOTAS DE LA INDEPENDENCIA DEL PERÚ**

*Luz Estefany Ramos Dolorier*

**Resumo:** A presente investigación está enfocada en abordar el significado de la construcción y representación de los principales monumentos femeninos más importantes de la Independencia peruana, como Micaela Bastidas, Tomasa Tito Condemayta, Ventura Ccalamaqui, las Heroínas Toledo, María Parado de Bellido y Manuela Sáenz. Dicha investigación trata de responder a las interrogantes de: ¿dónde están los monumentos de mujeres? ¿quiénes impulsaban su construcción y a quienes se ha representado? ¿qué es lo que se resaltó en ellas dentro de la construcción y discursos en torno a estos monumentos? Rescatamos a aquellas mujeres que han participado de distintas maneras en el proceso de la independencia peruana, en primera línea/en combate (como fue el caso de Tomasa Tito), económicamente (Brígida Silva), como informantes (como fue el caso de María Parado de Bellido), en la correspondencia y tertulias en los salones literarios donde se conspiraba (Rosa Campusano), en la confección del vestuario para las tropas, y, en brindar alimentación a todos los combatientes. Sin tales labores, la lucha por la independencia no hubiera tenido continuidad, sin el trabajo no remunerado y no reconocido de todas estas mujeres muchas de ellas anónimas. Es importante mencionar que estos monumentos de algunas mujeres y su presencia dentro del espacio público también muestran de forma visible y tangible que las mujeres fueron parte de la independencia del Perú, incluyendo a las mujeres como sujetos activos dentro de la construcción de la nación y de la memoria colectiva. En ese sentido dicha investigación muestra la importancia que

tiene el tener cerca representaciones femeninas dentro del espacio público, ya sea través de monumentos, nombre de calles, espacios en los cuales también se valore y se resalte la importancia de la lucha y presencia de estas mujeres en diferentes acontecimientos históricos en América Latina y particularmente en el Perú.

**Palavras-chave:** Monumentos, Mujeres, Independencia del Perú, Patrimonio, Memoria Colectiva.

## HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS: FUTEBOL DE MULHERES EM MATO GROSSO NO SÉCULO XX

*Kelen Katia*

**Resumo:** O futebol ocupa um lugar de destaque no mundo contemporâneo. Essa premissa percorre a obra *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*, de Hilário Franco Junior. Nas palavras de Victor Melo de Andrade “não seria exagerado afirmar que o século XX foi o século do futebol, ou ao menos que o futebol é uma das mais importantes manifestações culturais do século XX” (MELO, 2007, p. 73). Contudo, cabe destacar que o futebol, narrado pela história oficial, opera no singular e no masculino. Desse modo, compreendo a participação das mulheres em campo como histórias de resistências no universo futebolístico. A pesquisa a ser apresentada enfatiza a existência de mulheres no universo futebolístico mato-grossense desde os primeiros anos dessa prática no Estado, considerando o Sul e o Norte de Mato Grosso até 1977. Ao operar com a longa duração tomo como pressuposto que a história do futebol em Mato Grosso conta com a participação de mulheres em diversos espaços. O apagamento desses corpos se deu no processo de construção de “um” futebol, no singular. Portanto, outros futebolis foram silenciados pela história oficial. A própria construção de uma “história oficial” do futebol em Mato Grosso é um movimento recente. Se recuarmos algumas décadas observaremos que futebol brasileiro já foi sinônimo de futebol (de homens) jogado no Rio de Janeiro e São Paulo. A produção jornalista e até mesmo acadêmica, por diversas vezes, atribuiu a narrativa futebolística aos grandes centros econômico e políticos. Há um recente e notável esforço no campo das Ciências Humanas em tomar o futebol como objeto de pesquisa abordando-o para além do Rio de Janeiro e São Paulo e para além dos homens em campo. Portanto, a apresentação por mim proposta busca enfatizar a participação das mulheres no campo futebolístico mato-grossense em dois momentos durante o século XX: inicialmente abordarei a construção do universo futebolístico em Mato Grosso e as primeiras participações das mulheres. Para esse momento o recorte temporal corresponde do início do século XX até 1941 – com a publicação do decreto-lei 3.199, art. 54, que regulamentou os esportes no Brasil e proibiu a prática de alguns esportes por mulheres, entre eles o futebol. Por fim, abordarei a participação das mulheres no futebol em meio ao cenário de proibição entre 1941 e 1983 – ou seja, da proibição a regulamentação desse esporte no Brasil. A apresentação proposta neste simpósio temático discutirá os resultados parciais da pesquisa de doutoramento, ainda em andamento, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

**Palavras-chave:** Mulheres; Futebol; Mato Grosso.

## A VIOLÊNCIA CONTRA CORPOS-TERRITÓRIOS EM TELAS NACIONAIS: UM OLHAR FEMININO SOBRE A CHACINA EM SÃO PAULO, EM 2006

*Alcilene Cavalcante (UFG - Universidade Federal de Goiás)*

**Resumo:** A violência contra as populações latino-americanas racializadas constitui um traço marcante do sistema Moderno/colonial, cuja ressonância, em tempos recentes, tem sido tanto vivenciada por segmentos sociais desses territórios, como figurada, no caso brasileiro, em distintos filmes nacionais. O cinema brasileiro não se furtou, pois, a levar para as telas narrativas sobre tipos de violência, entrando na esfera pública sobre a questão, remontando diferentes períodos históricos do país. Filmes, de variados formatos, foram realizados no Brasil encenando violências, enquadrando segmentos sociais historicamente excluídos e a violência de Estado, em suas instâncias policial, carcerária e judiciária, como, para citar apenas alguns filmes: *ônibus 174* (2002), *Tropa de Elite* (2007) e *Tropa de Elite 2* (2010), de José Padilha; *Carandiru* (2003), de Hector Babenco; *Justiça* (2004) e *Juízo* (2007), de Maria Augusta Ramos; *Ultima Parada 174* (2008), de Bruno Barreto. Já na segunda década do século XXI, mais documentários, especialmente sobre a violência de Estado, continuaram a ser realizados. Alguns títulos se voltaram para certas tecnologias da violência policial, destacadamente a tortura e o extermínio, tais como: *Os dias com ele* (2012), de Maria Clara Escobar; *Retratos de identificação* (2014), de Anita Leandro; *Orestes* (2015), de Rodrigo Siqueira; *Martírio* (2016), de Vincent Carelli; *Pastor Cláudio* (2017), de Beth Formaggini, e *Sete anos em maio* (2019), de Affonso Uchôa. Nesta comunicação, inserida na perspectiva dos estudos de História do Tempo Presente, em diálogo com os estudos feministas decoloniais, na qual se enfatiza a intrínseca relação entre passado e presente, esquadrihando linhas de continuidades históricas no tempo vivido, abordaremos a violência efetivada contra corpos-territórios, plasmada, registrada, problematizada, em narrativas audiovisuais realizadas por mulheres no país. Voltaremos o olhar, especificamente, para o documentário *Mataram nossos filhos* (2016), de Susanna Lira. Trata-se de um filme, longa-metragem, sobre a organização e mobilização de mulheres em busca de justiça, frente aos assassinatos e desaparecimentos de seus filhos, em ação policial, em São Paulo, em 2006. Sustentamos que o cinema realizado por mulheres no Brasil não se furtou a abordar a violência contra os corpos-territórios, mostrando que esse tipo de violência é intrinsecamente política, uma vez que perpetrada por agentes do Estado contra populações pobres, afrodescendentes e de periferias, mas colocando em destaque, sobretudo, a resistência, o protagonismo de personagens-mulheres-mães que se organizam, a partir do luto, para exigir justiça. Com isso, reiteramos que filmes constituem fontes e objetos para a História, ao permitirem esquadrihar questões caras à sociedade e ainda incipientes na historiografia brasileira recente.

**Palavras-chave:** Violência de Estado; Cinema Brasileiro; Mulheres.

## AS TESSITURAS DA TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE SIMONE DOS ANJOS

*Jessica Silva Pereira, Conceição Pires  
(UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** Em julho de 1973 nasceu na cidade de Caravelas-BA Simone dos Anjos, a filha mais nova de dona Hilma. Assim, este artigo objetiva apresentar a trajetória de vida de Simone dos

Anjos, multiartista e membra fundadora do Grupo Afro-indígena de Antropologia Cultural Umbandaum, a fim de compreender sua vida artística através inserção nesse coletivo presente na cidade de Caravelas-BA. Para delineamento do tema de pesquisa elencamos as/os seguintes autoras/es: Carla Akotirene (2018); Cecília Mello (2014); Itamar Silva (2019); Jurema Werneck (2020); e para desenvolvimento do percurso metodológico tivemos as contribuições de Pierre Bourdieu (1998); Nobert Elias (1994); Sabina Loriga (2011); Michel Pollak (1992); Alistair Thomson (1997). O percurso metodológico adotado foi análise de uma entrevista narrativa, realizada com a biografada, bem como fotografias e referências bibliográficas para delineamento do tema. Tais procedimentos possibilitaram construir um breve relato biográfico, aqui denominado “minibiografia” da trajetória de vida de Simone dos Anjos. No caso de Simone dos Anjos, é notório que essa multiartista é corpo-movimento, corpo-cor, corpo-afro-indígena, corpo-mulher, corpo-arte, corpo-território, corpo-politizado; uma geografia que só pode ser visualizada a partir da lente interseccional, como proposto por Carla Akotirene (2018). Assim, percebeu-se como o percurso da vida de Simone dos Anjos dialoga sobre maneira com a constituição do Grupo Afro-indígena de Antropologia Cultural Umbandaum.

**Palavras-chave:** Simone dos Anjos; Trajetória de vida; Umbandaum.

## **FEMINILIDADE MAL-SUCEDIDA, MATERNIDADE E SEXUALIDADE NO CINEMA DE TERROR: O CONTRA-ATAQUE CONSERVADOR NOS EUA DOS ANOS 60 E 70**

*Muriel Rodrigues de Freitas (Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul)*

**Resumo:** O objetivo principal desta comunicação é apresentar minha pesquisa de doutorado, em andamento, trazendo a possibilidade do estudo do cinema de horror enquanto tecnologia de gênero e instrumento para análise de hierarquias de gênero a partir das práticas discursivas e não-discursivas sobre a loucura das mulheres. O período delimitado abrange as décadas de 1960 e 1970, focando no cinema estadunidense, utilizando os filmes *O que terá acontecido à Baby Jane* (1962), *O bebê de Rosemary* (1968) e *O exorcista* (1973). Apesar de existir e firmar-se desde meados do século XX foi entre as décadas de 1930 e 1960 que o cinema hollywoodiano se sentiu ameaçado pelo advento da televisão e envolveu-se em novos desenvolvimentos técnicos investindo em grandes produções, filmes monumentais e orçamentos milionários. É também durante os anos 60 que o horror surge como gênero cinematográfico e aparece, para autores como Noël Carroll, como importante termômetro da sociedade. Este contexto político e social mostra que o gênero cinematográfico serviu aos desejos de uma camada da população ávida por uma reviravolta conservadora diante da onda progressista encampada pelos movimentos feminista e negro. Procuro destacar as aproximações, embates e/ou disputas de narrativas entre os discursos médico psiquiátricos do século XIX que argumentam sobre as ligações entre o corpo feminino e a loucura e os enunciados disparados através das representações destas películas problematizando como o cinema pode ser agente propulsor de normalização e reforço de representações e estereótipos ou de questionamento destes. Entendo, como afirma Guacira Lopes Louro, que ao mesmo tempo em que são divertimento os filmes desenvolvem uma pedagogia. E por entender ser esta uma importante fonte de construção e propagação de discursos, acredito que filmes sobre exorcismos, encarnações malignas e possessões diabólicas, por exemplo, fizeram dos corpos das mulheres no cinema, como pensa Teresa de Lauretis, espetáculos, que remetem às imagens dos sanatórios psiquiátricos e de suas internas. A loucura, oficialmente ligada ao sexo feminino desde o século

XIX pelo discurso médico-psiquiátrico, foi um dos dispositivos utilizados como instrumento de sujeição das mulheres e esta pesquisa busca relacionar e problematizar o cinema de horror aos Estudos de Gênero e à História da Loucura, sobretudo, para compreender de que forma ele se torna uma tecnologia produtora de imagens e estereótipos, mantenedora de hierarquias.

**Palavras-chave:** Feminismo; Terror; Tecnologias de Gênero.

## **OS ARQUIVOS DA INFELICIDADE: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PROCESSOS DE DESQUITE - CUIABÁ (1934-1971)**

*Valeska Bassi de Souza*

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo discutir a violência de gênero identificada em processos de desquite da cidade de Cuiabá -MT. Esse é um recorte de minha pesquisa de tese de doutorado, em andamento pela Universidade Federal de Mato Grosso, em que o olhar investigativo se volta para pensar, de maneira geral, como a instituição familiar em meados do século XX se desdobrava enquanto mantenedora das desigualdades de gênero e como a violência se estabelecia na dinâmica dentro da conjugalidade heterossexual. Os dados quantitativos mais gerais sobre o tema proposto para essa comunicação se localizam dentro do recorte temporal de 1934 a 1971. Entendo, a partir de Ahmed (2022), que nomear uma violência e trazê-la para a existência, é atrapalhar e interromper o fluxo amigável da comunicação e gerar a discórdia. A análise parte do entendimento não só da violência física, mas também pela cobrança da manutenção dos papéis sociais, seja por meio da negação e contenção do desejo, da herossexualidade e maternidade compulsórias, pela violência psicológica, sexual ou patrimonial. Os processos trazem em suas motivações, algumas identificáveis imediatas da violência, como “sevícia” e “tentativa de morte”. Em outros casos, a violência está mais implícita na trama judicial, ligada, por exemplo, ao “adultério” e ao desamparo, denominado pelo código civil de 1916 - vigente no período e que legislava sobre a separação conjugal – de “abandono de lar”. A violência pode ainda ser denunciada mais enfaticamente por meio de cartas pessoais cooptadas por advogados e anexadas aos processos como provas de acusação/defesa. Para discutir mais precisamente os exemplos acima, trago um caso desquite litigioso em específico, datado do ano de 1943, que se encontra disponível no Arquivo Público de Mato Grosso e que ajuda a entender como agem as relações de poder entre os gêneros dentro da lógica do casamento.

**Palavras-chave:** Violência; Desquite; Gênero.

## **TRAMAS E CONTRA TRAMAS NA GESTÃO PORNOGRÁFICA DE CORPOS E ESPAÇOS EM FORTALEZA (1887-1940)**

*José Humberto Carneiro Pinheiro Filho*

**Resumo:** Aqui, o que é nomeado como “trama” poderia ser chamado de discurso, ardil, astúcia, estratégia, arquivo, prática, assim como outras formas e articulações que podem realizar ou potencializar os poderes, mas também suas resistências, quando forjadas ou experimentadas como contraposições a essas investidas, como “contra tramas”. Aqui, tal como fez Saidiya

Hartman ao escrever sobre as variações históricas das “tramas para acabar com ela”, ou tentar acabar, com os fios dos empreendimentos patriarcais, quero discutir alguns aspectos dessas “intrigas” em Fortaleza, capital do Ceará, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, quando se desdobrou uma ampla rede de elementos textuais e extra textuais para controlar as disposições de corpos e espaços de mulheres na cidade sob o pretexto de combater ou disciplinar o que era classificado como prostituição no circuito urbano. Aqui, como escreveu Hartman ao observar que a “trama para acabar com ela começa com a castidade, a fidelidade, a virtude e a submissão”, proponho analisar a produção do motivo de uma “localização do meretrício” como um “problema” para um funcionamento de um urbanismo moral dos limites corporais e espaciais femininos no cotidiano municipal. Com um censo populacional de Fortaleza de 1887 que informava uma presença de 389 “meretrizes” entre os seus habitantes, um habeas corpus de 1924 com o qual três mulheres, identificadas por “famílias de bem” como “mulheres da vida”, conseguiram frequentar uma praia e um relato policial de 1939 sobre a organização de um “bordel estatal” para confinar pessoas registradas como “prostitutas”, além de jornais, relatórios, textos técnicos, científicos e literários que circularam entre esses anos, trago uma discussão dos ordenamentos e dos embates pela espacialidade urbana do ponto de vista sexual e de suas hierarquias, exclusões e lutas morais, raciais e de gênero, entre o fazer e o desfazer de enredos de práticas íntimas e públicas, no âmbito de uma hipótese de uma política pornográfica dos movimentos e das localizações da cidade, no sentido de uma imaginação sobre um governo do comércio do sexo.

**Palavras-chave:** Sexualidades; Prostituição; Corpo.

## **AS MULTIDÕES QUEER E O MONSTRO: UM CONVITE A UMA SOCIEDADE ENVIADESCIDA**

*Marina Couto Ribeiro (Instituto Educacional Sólido)*

**Resumo:** Este artigo tem como objeto a análise do clipe oficial da música “Enviadescer”, da cantora Linn da Quebrada, a qual se identifica como “uma bixa transviada, uma bixa travesti, periférica, preta que está experimentando o corpo e está se jogando”. O objetivo do artigo é demonstrar que — já que a heteronormatividade cria comportamentos para manter a coesão interna dentro dos grupos sociais e as transgressões desses moledos comportamentais criam imagens monstruosas que causam aversão ao restante da população — a arte tem grande papel na subversão dessa forma de normalidade. Dessa forma, a música “Enviadescer” é uma maneira de demonstrar a importância das manifestações artísticas para a concretização dos ideais pensados pelos Estudos Decoloniais e da Teoria Queer e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade. Isso porque, no clipe de “Enviadescer”, Linn da Quebrada contrapõe as imagens que simbolizam e lembram a figura do demônio à coroa de espinhos utilizada por Cristo — elemento de redenção, apresentando, assim, cenas de exorcismo, que perpassam todo o clipe e demonstram como a desterritorialização dos corpos e a resistência à heteronormatividade seriam a forma de livrar a sociedade da maldição divina (agora transfigurada por Linn da Quebrada crucificada na hegemonia do patriarcado). Se a “maldição” é transformar os corpos em território, em objeto, ou seja, em propriedades submetidas ao poder, a “redenção” é se transviar, é ser resistência, estar em “via de descer” para “enviadescer-se”.

**Palavras-chave:** Teoria Queer; Decolonialidade; Monstruosidade.

## A CHEGADA DA BEMFAM NA PARAÍBA A PARTIR DO JORNAL A UNIÃO

*Adriana Augusta Beltrão*

**Resumo:** Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, e busca analisar brevemente como o pânico da superpopulação na década de 1960 desencadeou políticas de controle de natalidade na Paraíba. Sob a luz destas políticas, alguns órgãos disseminaram métodos contraceptivos para a população brasileira, tendo atuação também na Paraíba, como a BEMFAM (Sociedade Civil do Bem Estar), e contavam com patrocínio de empresas estrangeiras. O patrocínio que estava por trás deste projeto de contracepção feminina e diminuição da população de países subdesenvolvidos era o das grandes empresas privadas, que estariam contribuindo para a diminuição de uma população que não tinha poder de compra para os seus produtos, portanto, não era uma população interessante, falando economicamente, para essas empresas. A atuação destes órgãos, e a disseminação era noticiada em grandes jornais do período da década de 1960, como o jornal A União, na Paraíba. Assim, buscamos analisar como a contracepção atingiu diversas camadas populares e como foi a atuação da BEMFAM na Paraíba na década de 1960. Por fim, buscamos também compreender a sua relação com as políticas de planejamento familiar na Paraíba, contextualizando a população e entendendo como foram criados e implantados estes órgãos de planejamento familiar em solo paraibano. Para isso, contamos com o aporte teórico da história da saúde e de gênero, e buscamos preencher algumas lacunas na historiografia paraibana a partir da imprensa.

**Palavras-chave:** BEMFAM; Planejamento familiar; Paraíba.

## DO CU À VULVA, A REGULAÇÃO DOS CORPOS E SEU IMPACTO NA CULTURA

*Camila Mendonça (Anhanguera)*

**Resumo:** Como a sociedade enxerga os corpos? Como os corpos LGBTQ+ são recebidos nos ambientes que transita? Como esses corpos são representados na arte? Como a publicidade enxerga e reproduz em sua mídia essas pessoas? É com base nessas provocações, a pesquisa compreende o rompimento do falo para questionar a sociedade patriarcal, heteronormativa e falocêntrica da Contemporaneidade. História que remete a 200 anos de vivências veladas, cores apagadas. A pesquisa se guiará para pensar a trajetória narrativa que a mídia ocupou em território brasileiro na construção do apagamento dos corpos singulares, favorecendo a regulação dos corpos. A mídia que transmite o pensamento de sua população? Pergunta central que fomenta o presente trabalho. No qual encontra em Freud a leitura do Mal-Estar na Civilização, numa tentativa de responder, ou encontrar, justificativas do porquê em um país com uma grande Diversidade, ainda os corpos LGBTQ+ são apagados pelo preconceito e esquecidos pelas políticas públicas. Como metodologia de pesquisa resgata-se a história de telenovelas com a construção de personagens LGBTQ+, a divulgação dos jornais Lampião da Esquina e ChanacomChana. Além de pensar a regulação da sexualidade que a sociedade persiste em tentar, também como objetivo específico resgatar a História do Movimento LGBTQ+ no Brasil. Ao permitir que a história apareça, os corpos coloridos tem a potencialidade de contar a narrativa de suas vivências, sem a moral do bons costumes ditando as regulações dos corpos LGBTQ+.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Corpos LGBTQ; Movimento LGBTQ.

## TERESA DE BENGUELA: NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES NO TEMPO PRESENTE.

*Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva  
(IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso)*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte da pesquisa que venho desenvolvendo em nível de doutorado a respeito das narrativas e representações que envolvem a figura de Teresa de Benguela na contemporaneidade. Teresa foi a líder do mais importante quilombo que existiu em Mato Grosso no século XVIII, chamado de Quilombo Grande ou Quilombo do Quariterê, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT. Embora o quilombo do Quariterê tenha destaque considerável na historiografia matogrossense, o mesmo não ocorreu com Teresa, cuja trajetória foi silenciada e/ou minimizada. A historiografia tradicional assumiu um papel negligente ao afirmar que não existiam fontes para estudar a trajetória de Teresa, os historiadores (no masculino mesmo) de modo geral, ao se referir a Teresa destacaram que ela só teria exercido a liderança após a morte do seu esposo. A pesquisa busca refletir sobre como mesmo sendo invisibilizada dentro dos cânones oficiais, a trajetória de Teresa de Benguela tem despertado um interesse crescente dentre diferentes seguimentos que identificam o protagonismo e o legado de Teresa como ícone de luta e resistência negra, do ponto de vista do referencial teórico o meu trabalho se ancora na produção de intelectuais negras que tem evitado esforços para desenvolver uma produção historiográfica em contraponto ao epistemicídio, em acordo com a categoria de análise proposta do Sueli Carneiro. A pesquisa de natureza bibliográfica tem como corpus documental a produção literária de Jarid Arraes que, através da literatura de cordel, escreveu a respeito da história de 15 heroínas negras, dentre as quais, Teresa de Benguela é destaque. Nesse sentido, busco fazer uma intersecção entre as fontes históricas e a literatura como fonte, para entender como as representações identitárias e de poder tem sido utilizadas para se contrapor ao epistemicídio e as violências do patriarcado.

**Palavras-chave:** Teresa de Benguela; Escrita da História; Quilombo do Quariterê.

## REPRESENTAÇÕES DO FEMININO: EMBATES ENTRE O JORNAL A CRUZ E A REVISTA A VIOLETA SOBRE A MULHER CUIABANA (1916 – 1934)

*Suellen Patrícia Borges Amorim (UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso)*

**Resumo:** Quando falamos sobre os estudos sobre a temática ‘mulher x imprensa’ encontramos uma gama de pesquisas acadêmicas que versam sobre o assunto. Ao utilizarmos os jornais e as revistas para analisarmos a sociedade de um determinado período, temos que entender que esses “materiais” são uma espécie de “manancial” para o campo da História. Podemos dizer, que de certa maneira, o fortalecimento da imprensa durante as primeiras décadas do século XX, “atiçou” o surgimento das revistas femininas. A representação da mulher tanto por parte da imprensa masculina quanto feminina, em sua maioria, era basicamente sobre beleza, moda e comportamento. Havia sim, uma parte dessa imprensa, principalmente feminina, que pautava outros pontos, como o direito ao voto. Grande parte dessa representação feminina, se deve ao fato da imprensa vigente ter um forte cunho iluminista ali presente. Pois, essa imprensa visava reforçar o estereótipo de homem responsável pela sua família, do homem que ocupa o espaço público, do “cidadão de bem”, enquanto reforçava o estereótipo feminino

quanto boa mulher, boa esposa e boa mãe, a mulher exemplar, a “rainha do lar do espaço privado”. A imprensa cumpria com persistência duas “empreitadas, uma era a “compreensão” do dito “mundo feminino” e a outra “recomendar” regras a elas e dessa maneira, construindo a imagem da mulher. Inicialmente, a imprensa é voltada totalmente para o público masculino, porém em meados do século XIX temos as primeiras publicações feitas diretamente ao público feminino e produzido por elas também. Desse modo, a proposta desta pesquisa é analisar os embates entre o jornal católico A Cruz e a revista feminina A Violeta sobre a representação feminina na sociedade cuiabana entre 1916 e 1934. O recorte temporal está centrado entre os anos de 1916 e 1934. A revista A Violeta é uma revista que é escrita por mulheres e para mulheres, enquanto o jornal A Cruz é um jornal de viés religioso católico que busca recuperar o posto e o poder que fora perdido pela laicização. O recorte foi escolhido desse modo, pois, o ano de 1916 é quando a revista feminina A Violeta começa a circular na capital e 1934 por ser o ano em que é promulgado na constituição o direito ao voto feminino. Além disso, essa pesquisa visa discutir os efeitos desses embates na sociedade da época e também identificar as informações que confirmem como era feita a representação feminina tanto pelo jornal quanto pela revista. Assim, será feita uma análise das narrativas de ambos para que se possa mostrar como a imprensa e o seu discurso influenciava o comportamento da sociedade cuiabana no referido período.

**Palavras-chave:** Mulher; A Violeta; A Cruz.

## ST 14: GÊNERO E RELIGIÃO: DEBATES, MOBILIZAÇÕES E RUPTURAS



Dra. Miriam Cabral Coser (UNIRIO)  
Mnda. Aline Beatriz Coutinho (UERJ)

A introdução da categoria de gênero por Joan Scott como a articulação produzida na diferença entre gênero e sexo conjuntamente com a noção de poder (1986) tem decisivo impacto na forma como compreendemos as identidades masculinas e femininas. Essas identidades não são construções biológicas, mas sim formuladas e performadas (BUTLER, 2003) nos corpos dos indivíduos, sendo variáveis no tempo e sociedade, além de estruturadas pelas relações de poder. Nessas relações de poder, a religião tem uma importante função na construção sociocultural e mesmo política, contribuindo para a formulação das relações de gênero em sociedade. Algumas dessas construções socioculturais influenciadas pela religião podem ser observadas por uma perspectiva de longa duração, em que a construção de símbolos e discursos perduram e atravessam séculos e gerações. Virgindade, pureza e maternidade são alguns dos temas que se entrelaçam na constituição dessa identidade feminina a ser construída e que se relacionam na sacralização da figura da Virgem Maria pela Igreja Católica, por exemplo. A promoção das normas de gênero e sexualidade pela religião a serem acampadas das mais diversas formas pelo Estado fundamentam as funções sociais concebidas às mulheres. Funções sociais estas que são elaboradas e reelaboradas nas mais diversas formas e em diferentes temporalidades. Assim, a religião também se torna parte de disputa no campo político, em que as expectativas norteadas por convicções religiosas em sociedade são alvo de debates, mobilizações e rupturas em diferentes contextos. É a partir desses debates, mobilizações e rupturas que o presente Simpósio Temático tem o objetivo de pensar na multiplicidade das abordagens que a religião e os estudos de gênero possibilitam. Pretendemos acolher estudos que explorem as relações entre gênero e religião, em diferentes temporalidades e espacialidades. Pesquisas que versem sobre as ações de mulheres nas religiões, mobilizações das mais diversas dentro e fora de instituições religiosas, rupturas e novas formas de concepções sobre as religiões partindo da aplicação da categoria de gênero e da teoria feminista são especialmente bem vindas.

### Referências

BIROLI, Flavia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020

NYHAGEN, Kristin. Religion, Politics and Gender. In HAYNES, Jeffrey (ed.). Routledge Handbook of Religion and Politics. New York: Routledge, 2016, p. 335-351.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gerbara. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan-abril 2016, p. 294-304

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 20, n.2, (1986) 1995, p. 71-99 SCOTT, Joan. Sex & Secularism. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

## **ESCRAVAS, PLEBEIAS E MULHERES EXCELSAS: O POTENCIAL DISRUPTIVO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CARTAS DE AGOSTINHO DE HIPONA**

*Miriam Cabral Coser (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** O dogma cristão teve um momento crucial na Antiguidade Tardia, quando uma série de preceitos religiosos ainda estavam em discussão. Bispos e monges realizaram intensa atividade epistolar no intuito de firmar suas posições em detrimento de seus oponentes. Muitas de suas correspondentes eram mulheres que ocupavam um lugar fundamental nessas discussões. O presente trabalho foi feito no âmbito da pesquisa internacional Eurykleia e tem como objetivo analisar cartas enviadas por Agostinho de Hipona (354-430) a mulheres, de forma a demonstrar o papel potencialmente disruptivo que estas adquiriam nos primórdios do dogmatismo católico. Foram selecionadas cartas nas quais se verifica uma confluência dos temas da santidade e da virgindade, nas quais são perceptíveis as alterações das relações hierárquicas e de poder abertas no momento em questão. As reflexões de Michel Foucault sobre as relações de poder e de Joan Scott acerca da categoria gênero são as bases teóricas norteadoras da análise das fontes de forma a demonstrar como a posição de virgem consagrada a Jesus Cristo, diferente de qualquer outra posição religiosa feminina no mundo antigo, poderia operar inversões hierárquicas não apenas entre mulheres de diversos grupos sociais, mas também entre homens e mulheres. Assim, a virgindade e a santidade (advinda da virgindade) possibilitavam novas relações de poder na sociedade patriarcal, o que não deixou de ser identificado por homens como Agostinho, que se esforçaram para colocar a virgindade consagrada sob a tutela eclesiástica.

**Palavras-chave:** Cristianismo; Virgindade; Santidade.

## **UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA DO PL 5069/2013: A DISPUTA SOBRE OS DIREITOS REPRODUTIVOS SOB A ÓTICA DA RELIGIÃO E DO FEMINISMO**

*Aline Coutinho (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

**Resumo:** O objetivo da comunicação é analisar o projeto legislativo 5069, proposto na Câmara dos Deputados com o intuito de retirar a garantia de Direitos Reprodutivos no Brasil desde sua criação em 2013 até sua aprovação em 2015. Com foco no aumento progressivo da disputa sobre a autonomia reprodutiva no país nesse século XXI realizada por grupos políticos religiosos, por exemplo, notadamente na questão do aborto, a comunicação propõe-se a ampliar a compreensão sobre o momento sociopolítico em que a proposta legislativa foi formulada, analisando os atores políticos que atuam na contenda, o posicionamento do Poder Executivo e o impacto das mobilizações feministas no decorrer da tramitação da proposição. O entendimento dos posicionamentos desses atores e grupos permite compreender a existência no cenário nacional de forças políticas que buscam retroceder e retirar as garantias existentes no campo do direito e da saúde relacionadas aos Direitos Reprodutivos. Garantias essas alvo de constantes mobilizações por parte dos movimentos feministas brasileiros desde a década de 1980, com fortalecimento no decorrer dos governos petistas, como o de Dilma Rousseff - período em que o projeto é concebido. Assim, analisa-se que o PL 5069/2013 produziu um relevante impacto na disputa sobre os Direitos Reprodutivos, alavancando tanto a promoção de discursos contrários à autonomia reprodutiva e o direito ao acesso de informação tendo

por base argumentos “pró-vida”, quanto propiciou a repercussão de grandes mobilizações feministas reivindicando a plenitude dos Direitos Reprodutivos, expresso na chamada “Primavera Feminista”.

**Palavras-chave:** Aborto; Direitos Reprodutivos; Câmara dos Deputados.

## **ENTRE A CRUZ E O AXÉ: IMPACTOS DO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO NAS MULHERES DO CARNAVAL PAULISTANO**

*Marília Belmonte*

**Resumo:** A ala das baianas e a velha guarda são representações das figuras mais velhas e experientes dentro de uma agremiação. Sua importância não se encerra somente nas escolas de samba. Existe um entrelaçamento sensível entre a esfera individual e coletiva, pois, muitas vezes, essas pessoas construíram sua trajetória pessoal conjuntamente com os caminhos do pavilhão que escolheram defender. A partir de suas narrativas é possível identificar percursos marcados de permanências e transformações dentro das comunidades de samba, e como suas vidas e as vidas das escolas são intimamente ligadas em diferentes aspectos. Assim, a apresentação visa expandir a reflexão sobre a relevância da mulher e os significados de sua participação na construção cotidiana do Carnaval, através da metodologia da história oral, aliando narrativas de vida de mulheres ditas comuns, mas com histórias e reflexões extraordinárias, às categorias analíticas do âmbito acadêmico. Diante disso, proponho a discussão de como os marcadores de gênero e religiosidade estão diretamente atrelados às suas experiências dentro dos festejos carnavalescos. Além de discutir como o avanço neopentecostal impacta de forma crescente as comunidades de samba, tanto através da perseguição religiosa e de práticas discriminatórias, quanto a partir da cooptação e coerção para que membros das comunidades do samba abandonem suas práticas, que são atreladas dentro das igrejas a um caráter profano e desviante. Trabalharei com a hipótese de projeto consciente de destruição de raízes, isto é a busca por controlar ou acabar com a festa da forma que conhecemos, ataque direto às religiões de matriz africana – intimamente ligadas ao samba - e focado em atingir às mulheres, das mais velhas às mais novas, para que o ciclo reprodutivo do Carnaval (formação de novas gerações e transmissão dos saberes) seja impedido e também para indiretamente conseguirem afastar os homens dos espaços de elaboração dos festejos carnavalescos

**Palavras-chave:** Carnaval; História das Mulheres; Religiosidade.

## **AS RESTRIÇÕES E AS POSSIBILIDADES DO CORPO FEMININO NAS EPÍSTOLAS DE JERÔNIMO DE ESTRIDÃO**

*Patricia Cristine*

**Resumo:** Jerônimo de Estridão foi um padre cristão que viveu entre os séculos IV e V de nossa era. Ficou conhecido pela historiografia por sua ampla atuação como tradutor e comentador dos textos cristãos. Dedicou-se a vida ascética e se correspondeu com diversas

mulheres explicando a doutrina cristã e a forma que ele vivia o ascetismo. Essas epístolas apresentam uma série de proibições e também evidenciam qual seria a forma ideal que as mulheres deveriam atuar dentro desse círculo religioso. As recomendações de Jerônimo apontam as limitações impostas ao corpo feminino seja no vestuário, na alimentação ou mesmo na restrição aos locais que poderiam frequentar. Observando as restrições, propostas por Jerônimo, fica evidente qual seria o lugar ideal das mulheres dentro dos cristianismos. Nesse trabalho nos propomos a apreender quais ações as mulheres poderiam realizar, quais eram desejáveis e quais eram dignas de reprovação. Nosso objetivo foi entender quais costumes o monge estava contestando e/ou resignificando, e também, compreender o grau de mobilidade e autonomia que essas mulheres possuíam. Destacamos que no final do século IV e início do século V, foi fundamental para a construção de identidade cristã. Entendemos que nesse transcurso de afirmação da identidade cristã o lugar social das mulheres ainda não estava definido e são essas interdições e disputas que vão formar as bases dos papéis femininos e masculinos performados no medievo. Deste modo, ao longo dos séculos houve um esforço por parte dos bispos para delimitar o local da mulher enquanto a ortodoxia não estava totalmente definida. Assim, as mulheres foram perdendo espaço dentro dos cristianismos, mas percebemos que a insistência das mulheres em se dedicar com tanto afinco à vida austera reafirmava valores cristãos e se tornaram modelos vivos para a sociedade. Isso levou os padres a retomarem a discussão sobre a natureza feminina, e acabaram por desenvolver um discurso que frisava a vida ascética como uma forma de superar o pecado de Eva, se equiparar ao homem, ganhando assim um lugar dentro da salvação. Assim, a mulher pertencente à nobreza não estava destituída de agência, mas, como a sua conversão era voluntária, elas utilizaram sua posição, para fazer valer seus desejos, dispendo dos seus bens, apoiando e influenciando os grupos religiosos. Por outro lado, a imagem dessas mulheres foi utilizada por religiosos, para adquirir autoridade e confiabilidade. Encontramos, no discurso do monge, elementos que indicam que, apesar de toda repreensão, existia diferentes nuances de obediência às práticas ascéticas. Deparamos-nos com observações que relatam mulheres com roupas ascéticas “sensuais” e mulheres que cortavam os cabelos deixando a “aparência menos feminina”. O que evidencia que as mulheres não manifestavam uma postura tão submissa quanto aponta em geral a historiografia.

**Palavras-chave:** Corpo Feminino; Jerônimo; Ascetas Cristãs.

## AS MULHERES COMO TESTADORAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

*Maria Luiza Pereira da Silva*

**Resumo:** O tema das mulheres vem sendo incorporado gradualmente nos estudos historiográficos. De acordo com o trabalho de Joana Maria Pedro, nos anos 1970 era mais comum a inclusão da categoria “mulher” como uma unidade. A partir dos anos 80 esse termo permutou para “mulheres”, devido a emergência do debate plural. Nos anos 90 introduziu-se as “relações de gênero”, com o trabalho pioneiro da Joan Scott e a crítica da Judith Butler. Por mais que a historiadora aponte esse deslocamento linear, a História das Mulheres segue sua própria temporalidade, encontrando-se as três conceituações – mulher, mulheres e gênero – nos trabalhos do século XXI. No entanto, o que eu gostaria de frisar com base nestas questões é a ideia de pluralidade no campo dos estudos sobre as mulheres, introduzido na historiografia

nas últimas décadas do século XX. Com base na atividade de leitura historiográfica e pesquisa em registros paroquiais, observei que a possibilidade de identificação das mulheres estava mais atrelada à pergunta que eu poderia fazer a fonte, do que encontrar uma para amparar o meu estudo. Pois, como a própria Joana Maria Pedro escreveu em seu trabalho, “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”, a falta de reflexão sobre essa categoria não se trata de falta de fontes. Dessa forma, no contato com as fontes testamentárias ao longo da permanência na iniciação científica, eu já havia constatado a heterogeneidade dos perfis das mulheres contempladas nos testamentos. Mulheres casadas, viúvas, solteiras; donas, forras, livres; pretas, pardas, cabras... compunham essa documentação, e, conseqüentemente, integravam o que está sendo compreendido aqui por mulheres no século XVIII e início do XIX. Relacionando História de Gênero, História Social e História da Morte, a proposta dessa pesquisa é a hipótese de que não é possível falar em um único perfil ou papel da mulher naquela sociedade, uma vez que a cada grupo social, origem, cor, estado matrimonial e idade poderiam corresponder papéis variados das mulheres como agentes sociais, mesmo que vivessem numa sociedade cujo estatuto jurídico delas, naquela sociedade de Antigo Regime, fosse o da subordinação aos homens, conforme afirma António Manuel Hespanha (2010).

**Palavras-chave:** História de gênero; Registros Paroquiais; Rio de Janeiro colonial.

### **CRIPTOJUDAÍSMO ENTRE A BEIRA INTERIOR E A BAHIA NOS ANOS DE 1670 A 1730: UMA ANÁLISE DO PAPEL FEMININO NAS PRÁTICAS CRIPTOJUDAICAS ENTRE O REINO E O BRASIL**

*Mylena Correia de Melo*

**Resumo:** Esta apresentação tem como objetivo analisar o papel das mulheres cristãs-novas no ensino religiosos do criptojudaísmo e nas atividades que assumiam nas redes de contato que estavam inseridas. Para isso, utilizarei como fontes os processos inquisitoriais de cristãos-novos naturais da Beira Interior, em Portugal, e moradores da Bahia presos pelo Tribunal do Santo Ofício por judaísmo entre 1670 e 1730. Dentre eles, destaco quatro figuras femininas que servirão como ponto de partida para este trabalho: Brites Nunes, Catarina da Paz, Ana Bernal de Miranda e Maria Bernal de. O papel das cristãs-novas ganha destaque após a conversão forçada decretada por D. Manuel em 1497, quando proibiu também os principais pilares do judaísmo: a sinagoga e a atuação dos rabinos. Com a suspeita da sociedade cristã de que essa ordem não era cumprida, os conversos se tornaram alvo preferencial da atuação inquisitorial no Império Ultramarino Português, sendo excluídos socialmente e perseguidos religiosamente. A fim de resistir às investidas do Tribunal, adotaram algumas estratégias, como a migração e a união parental. É no seio familiar que as mulheres conversas ganham destaque e papel fundamental, pois, assim como as residências substituíram as sinagogas, as matriarcas substituíram os rabinos, assumindo, então, a responsabilidade pelo ensino religioso e pela disseminação da cultura e das tradições judaicas entre sua família e seus descendentes. Isso não significa que homens não participavam da vida religiosa conversas, mas sim abriram espaço para as mulheres assumirem essa função. Esse papel é descrito pelos processados homens e mulheres em suas confissões na Inquisição, pois muitos citam figuras femininas como as responsáveis pelo ensino da Lei de Moisés. Nesse trabalho, família será

compreendida em seu sentido mais amplo, pois trata-se de um contexto de migração, onde os laços genéticos e sanguíneos são acrescidos dos amigos e parceiros comerciais. Dessa maneira, essas mulheres assumiam destaque nos grupos que faziam parte, não apenas na sua família consanguínea. Elas se faziam presentes em reuniões, muitas vezes com intuito religioso, e eram próximas de homens de fora da família, tensionando a ordem social imposta por uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres deveriam se restringir ao lar e se distanciar de homens fora da família. Essas mulheres também se mostram capazes de gerir a família e as propriedades quando os homens da família se ausentavam ou em decorrência da viuvez, que significava ainda mais importância para essas mulheres em sua rede de contatos. O modo de vida dessas mulheres ia além do que o determinado pela sociedade colonial patriarcal, assumindo papéis que não lhes eram destinados, assim como mantendo práticas religiosas condenadas pela Igreja Católica. Portanto, eram alvo da repressão inquisitorial, que as culpabilizava pela continuidade do judaísmo e as compreendia como mais ameaçadoras ao cristianismo.

**Palavras-chave:** Criptojudaísmo; Cristãs-novas; Bahia.

## **AS TRAVESSIAS ATLÂNTICAS DE LUZIA PINTA: ESCRAVIDÃO, EXÍLIO E RECONSTRUÇÃO DE LAÇOS SOCIAIS**

*Lara Custodio Vieira*

**Resumo:** O presente trabalho investiga uma praticante de calundus em meados do século XVIII, Luzia Pinta. A sua trajetória foi marcada por tentativas de controle e repressão inquisitorial. A partir de seu processo, proveniente da Inquisição de Lisboa, e uma denúncia nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Évora no período em que já se encontrava degredada para o Reino, podemos visualizar sua atuação em três continentes distintos: Angola, onde teve seu primeiro contato com o sobrenatural; América Portuguesa, local que residiu a maior parte de sua vida; Lisboa, cidade em que ficou presa nos cárceres da Inquisição, e Castro Marim, lugar de seu degredo. Luzia não possuía controle sobre sua permanência e mobilidade, pois mesmo após conquistar sua alforria, foi obrigada a se estabelecer em novos ambientes. No entanto, ao observarmos as suas viagens em uma perspectiva ampla, podemos visualizar que a calunduzeira demonstrou flexibilidade para se (r)estabelecer sempre que necessário: criança traficada, obrigada a crescer em um novo território; mulher atormentada pela privação de sua ancestralidade; célebre e estimada praticante de calundus; ré e prisioneira da Santa Inquisição; e feiticeira em solo português. Nesse contexto, pretendemos analisar as relações que Luzia Pinta desenvolveu em solo africano, americano e europeu, procurando esclarecer sua capacidade de construção e reconstrução de laços, transformação e adaptação. Nossa intenção é demonstrar que o sistema colonial, inquisitorial e escravista poderia utilizar de violências físicas e sociais para garantir a marginalidade de alguns grupos, mas que em um ambiente em que pessoas de diferentes origens étnicas e culturais se encontravam, a troca e integração era corriqueira.

**Palavras-chave:** Calundu; Inquisição; Adaptação.

## IMAGENS E DOCTRINAS: RELAÇÃO DE GÊNERO NAS FOTOGRAFIAS DA REVISTA A LIAHONA (1978-1995)

*Juliana Sales Rodrigues (UEFS/ FAPESB)*

**Resumo:** A relação entre família e religião vem sendo alvo de inúmeras reflexões, por se tratar de duas organizações norteadoras do mundo social, inseridos neste contexto, os santos dos últimos dias, aperfeiçoou suas metodologias de ensino visando a consolidação dos papéis sociais de gênero, que de modo geral, alinhou o conceito de família e a ordem patriarcal enquanto sinônimos. Entre os principais valores defendidos entre a Igreja SUD, destaca-se o casamento enquanto estrutura de ordem divina e o sexo (biológico) como características identitárias, e por essa razão, definidora de ações, práticas e comportamentos. Como recurso pedagógico, a instituição faz uso de recursos imagéticos, em suas variadas tipologias, charges, gravuras, desenhos e fotografias, inseridas em produção periódica, a revista A Liahona. Dentre estes motivos, está comunicação busca analisar as relações sociais do gênero a partir das representações de família nas fotografias da revista A Liahona entre 1978 a 1995, pertencente a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Devido sua natureza complexa, a fotografia consegue ao mesmo tempo, registrar, apresentar e representar elementos do cotidiano que fortalece os códigos sociais convencionados a partir das relações de gênero. Para isso, a análise será pautada no método Histórico-Semiótico, desenvolvido pela historiadora Ana Maria Mauad (1990), associada as categorias analíticas de gênero (SCOTT, 1989) percebendo as designações impostas aos corpos sexuais, raça e racismo (MUNANGA, 2004), tendo em vista o jogo de relações de poder, dominação e diferenciação aos corpos de cor, muito visualizado nas imagens produzidos pela Igreja SUD, bem como, representação (CHARTIER, 1985; 2014) que fomenta a construção de uma visão de mundo. Por fim, cabe ressaltar, a importância de inserir os santos dos últimos dias nos debates entre religião, família e gênero, tendo em vista, sua participação ativa nos cenários políticos estadunidense e sua presença massiva no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos Dias; Fotografias.

## MULHERES, FEMINISMOS E GÊNERO NO ASSISTENCIALISMO CATÓLICO (1970-1988)

*Thatiane Ferreira de Assis*

**Resumo:** Este resumo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo analisar a instrumentalização do gênero nas práticas assistencialistas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres de Andradina/SP e do Movimento Regional de Mulheres (MRM) entre os anos de 1970 a 1988. A vivência diária com a pobreza mobilizou as mulheres em trabalhos que dessem conta de fornecer assistência mínima aos problemas dos bairros periféricos em que residiam. Sob o apoio da entidade católica denominada Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o descontentamento percebido foi estruturado através de determinadas mitológicas atribuídas as mulheres que permitiram-lhes intervir nos espaços públicos e até incitar questões tidas como feministas. Considerando que, no exercício institucional, nas encíclicas e dogmas as mulheres são relegadas a uma posição secundária, partimos da premissa de que é no mundo da religiosidade popular ou religiosidade

vivida que as mulheres ressignificam tais discursos, incorporando-os ou não, com base em suas especificidades de gênero, raça, classe e região. Por meio das fontes alocadas no Núcleo de Documentação Histórica do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) pretendemos conceber o gênero como constituinte do assistencialismo católico mobilizado por estas mulheres na comunidade, tendo em vista que a compreensão de como o gênero opera sobre a religião - e essa sobre as relações de gênero - evidencia o distanciamento do que é dito e efetivamente praticado, de maneira que possibilite a análise das formas pelas quais os princípios e normas religiosas foram recebidos pelas mulheres de Andradina e do MRM, além de incorporados, apropriados ou transgredidos. Ademais, questionar em que medidas a religiosidade e o feminismo contribuíram no processo pedagógico e contínuo da luta coletiva de mulheres periféricas evidencia a ampliação das narrativas historiográficas, haja vista a utilização de fontes ainda inéditas para a pesquisa histórica.

**Palavras-chave:** Gênero; Assistencialismo Católico; Movimento de Mulheres.

### **“A GENTE FOI CRIADA ASSIM... MUITO RÍGIDO, MUITA RELIGIÃO”: IGREJA CATÓLICA, RELAÇÕES DE GÊNERO E EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS NAS NARRATIVAS DOS MORADORES DE BRASÍLIA DE MINAS**

*Jonas Rosa Mendes*

**Resumo:** O presente trabalho faz parte de aspectos encontrados em uma pesquisa, ainda em desenvolvimento, que busca a compreensão das vivências e experiências dos moradores de Brasília de Minas a partir de suas narrativas orais sobre a Semana Santa. O município está localizado na região norte do estado de Minas Gerais, no vale do São Francisco e desde a sua formação carrega uma forte presença de um imaginário religioso. Observamos que, ao narrarem suas experiências religiosas, os brasilmínenses também narram um conjunto de experiências que constituem o sentido do que é viver na cidade na segunda metade do século XX. Entendemos, portanto, que essas vivências estão bastante relacionadas ao catolicismo que pautam diferentes dinâmicas sociais no espaço. Nessa comunicação abordaremos as relações de gênero presentes nessas dinâmicas a partir dos relatos de experiências religiosas católicas dos moradores. E quando analisamos a instituição católica entendemos ser um espaço cujas relações de poder procura disciplinarizar corpos e isso se estende para o espaço familiar. No processo o padre possui um importante papel exercendo seu poder sobretudo nos corpos das mulheres. Os entrevistados, nascidos entre as décadas de 1920 e 1960, moram no município, seja na parte urbana, seja na parte rural. Parte das entrevistas foram gravadas em 2019 e no ano de 2022. Estas últimas respeitando protocolos de segurança em razão da pandemia do novo coronavírus como distanciamento, uso de máscara, álcool em gel. Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

**Palavras-chave:** Gênero e Igreja Católica; História Oral; Brasília de Minas.

## ENTRE TRADIÇÃO E SUBVERSÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA PARA A MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES CAMPONESAS NO NORDESTE MINEIRO

*Lerrannya Lasmar*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo a apresentação de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado sobre as concepções de gênero e vivências femininas na constituição e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no nordeste mineiro. Para fins de análise serão consideradas documentação escrita e narrativas construídas através da metodologia oferecida pela História Oral realizadas no Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro - MG). É importante para a construção deste estudo a compreensão do gênero como elemento constitutivo das relações sociais e que serve como um campo primário de articulação de significados e poder, tal como foi defendido por Joan Scott. Dessa maneira, o gênero se manifesta nas relações sociais definindo lugares e papéis de masculinidade e feminilidade que encontram formas de legitimação e permanência através de diferentes estruturas de poder e reprodução social, muitas vezes representadas pela tradição e pela cultura. Nos estudos das relações de gênero em ambientes rurais, é comum entre os pesquisadores da área definirem a existência de um maior conservadorismo nesses espaços, que se mostra como um fator que exerce grande influência sobre a atuação das mulheres. A tendência conservadora tradicional é refletida nas relações sociais e nos movimentos políticos, proporcionando a definição e naturalização de uma noção essencialista de feminilidade que restringe a atuação da mulher principalmente aos ambientes privados, dificultando a atuação e o protagonismo na vida política. É interessante notar, no entanto, que foi justamente essa condição restritiva ao privado que facilitou o contato das mulheres camponesas com as instâncias de formação política da Igreja Católica, visto que a religião é considerada como uma extensão do lar. Foi através de instâncias como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que grande parte das camponesas do nordeste mineiro tiveram contato com a discussão política. O MST, criado oficialmente em 1984, contou desde seu início com forte apoio e influência dos setores progressistas da Igreja Católica. De acordo com a pesquisa realizada, para início das mobilizações para a ocupação que daria origem ao Assentamento Aruega o movimento contou com forte apoio de padres e outros membros da Igreja da região. A atuação de líderes religiosos inspirou confiança e credibilidade no movimento. Através da atuação dos setores progressistas da Igreja, as mulheres tiveram contato com a discussão política, debates sobre problemas sociais e encontraram formas de mudarem suas vidas por meio do ingresso em um movimento como o MST. A partir da experiência acumulada nos grupos de discussões e no Movimento, muitas entraram definitivamente para a vida política, atuando em partidos políticos e outros movimentos sociais, passando a refletir e buscar caminhos para uma mudança também em suas vidas cotidianas.

**Palavras-chave:** Mulheres Camponesas; MST; Igreja Católica.

## **EU ACOLHO, ELAS ACOLHEM: AS PERCEPÇÕES DO ACOLHIMENTO ÀS MULHERES EVANGÉLICAS NO QUE SE REFERE À PRÁTICA DO ABORTO**

*Mônica de Castro Dantas Louza (Instituto Gnosis)*

**Resumo:** O presente trabalho discorre sobre o tema do aborto tanto previsto em lei quanto clandestino e o acolhimento às mulheres evangélicas que abortaram. O aborto é uma grave e complexa questão de saúde pública (BRASIL, 2011). O Código Penal desde 1940 permite o abortamento quando a gravidez é resultante de estupro e quando a gravidez coloca em risco a vida da pessoa gestante. Em 2012 devido a luta do movimento feminista e dos profissionais de saúde também passou a ser permitido o abortamento quando o feto é anencéfalo através da ADPF 54. Hoje, 80 anos após as primeiras permissões de abortamento todos os outros casos ainda são criminalizados no país, apesar de ser um evento comum e muito frequente na vida das mulheres brasileiras (DINIZ, MEDEIROS, MADEIRO, 2017). Com o crescimento exponencial do neoliberalismo e neoconservadorismo religioso no Brasil uma de suas nefastas consequências tem sido a redução dos direitos sexuais e reprodutivos das meninas e mulheres (BIROLI, 2021), como o acesso ao aborto seguro. Devido a isto, o tema o abortamento segue sendo um tabu na sociedade e, conseqüentemente, no meio evangélico. Contudo, como aponta a Pesquisa Nacional do Aborto, as mulheres evangélicas abortam (DINIZ, MEDEIROS, MADEIRO, 2017). Estas mulheres necessitam de espaços de apoio e acolhimento, mas dificilmente os encontram em suas comunidades de fé. Como os evangélicos não são um grupo homogêneo, ao olhar o campo religioso percebe-se grupos, pessoas e teologias progressistas que se dispõem a apostar na justiça social e reprodutiva (o que inclui o abortamento), além de se posicionarem contrários ao racismo, LGBTfobia e afins (MACHADO, 2021). Este projeto ainda em andamento pretende compreender o acolhimento a partir de um determinado grupo evangélico de acolhedoras e as possíveis abordagens para tal, como a teologia feminista. Assim, pretende-se ampliar as práticas de acolhimento e contribuir para melhoria da saúde física e mental daquelas que abortam.

**Palavras-chave:** Mulheres evangélicas; Aborto; Acolhimento.

## ST 15: MULHERES EM CARGOS DE PODER: VIOLÊNCIAS, POLÍTICAS, EMBATES



Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Dra. Roselane Neckel (UFSC)

Muitas pesquisas têm mostrado a dificuldade das mulheres em ocupar cargos públicos, especialmente os que são resultado de eleições proporcionais ou majoritárias. Autoras como Mary Beard têm apontado para a longevidade na prática cultural ocidental de calar as mulheres e de impedi-las de atuar no espaço público considerado como masculino. Quando a Revolução Francesa estabeleceu uma nova forma de cidadania, as mulheres foram excluídas dela. Lynn Hunt já discutiu esta questão, mostrando como diferentes homens lutaram por cidadania e foram aos poucos conquistando o direito de votar e de serem eleitos, mas o direito das mulheres não foi sequer cogitado. Já se mostrou, também, que a Nova Zelândia foi o primeiro país a aprovar lei que garantia o voto para mulheres. No Cone Sul, o Brasil foi um dos primeiros países a aprovar lei que garantiam o direito de votar e ser eleita. Entretanto, em relação aos países do Cone Sul, o Brasil é, atualmente, um dos piores em participação política das mulheres, nas estruturas do poder formal. Sabemos que grande parte dos países do Cone Sul passou a adotar cotas para mulheres após o fim das ditaduras militares, no período chamado de democratização. Certamente resultado da presença das mulheres na luta contra as ditaduras. Entretanto, em vários países, as cotas não foram suficientes para garantir a presença maior de mulheres. Vários estudos têm mostrado que, embora tenha havido crescimento, a política de cotas não foi suficiente. No Brasil, por exemplo, as mulheres têm grandes dificuldades de receber apoio dos partidos no financiamento de suas campanhas. Muitas pesquisas têm discutido as dificuldades da presença das mulheres em cargos eletivos. Muitos países têm adotado políticas públicas visando criar igualdade de gênero; enfim, superar barreiras culturais. A política de cotas, a diferença das eleições majoritárias para as proporcionais, a diferença entre as listas fechadas e as listas abertas, as dificuldades com os partidos políticos, a desigualdade de tempo nas mídias, a violência política de gênero, tudo isso tem sido alvo de estudos e amplo debate. Neste ST pretendemos discutir a trajetória de mulheres na política, conhecer pesquisas que focalizam as mulheres que foram candidatas, as que foram eleitas e as que não foram. Pesquisas que estão investigando as campanhas eleitorais, as políticas públicas que foram criadas para atrair mais mulheres para a política e como essas mulheres são tratadas pela mídia. Além disso, serão bem-vindas as pesquisas que investiguem as mulheres que ocuparam diferentes cargos de poder, seja por terem sido eleitas ou por terem sido indicadas; as que mostrem a atuação de mulheres eleitas na busca da ampliação do direito das mulheres e das sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade. Queremos também saber de pesquisas que discutem mulheres que atuam no campo da direita, que usam jogos de gênero, que fazem acordos políticos. Enfim, queremos discutir a história de mulheres nos espaços de poder e aqui estamos entendendo como mulheres todas as pessoas

que assim se identificam, portanto, também serão bem-vindas investigações que discutem mulheres trans, em espaços de poder.

## Referências

- BEARD, Mary. Mulheres e poder: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta Brasil, 2018.
- HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COACCIL, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*. 1, 134-161, 2014
- COSTA Ana Alice. A política de cotas na América Latina, as mulheres e os dilemas da democracia In. BONETTI, Alinne e SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador : EDUFBA : NEIM, 2011, p. 189-219.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. *Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp. 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi(org) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 295.
- SPOHR, Alexandre Piffero et al . Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, Aug. 2016.
- YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020.
- VENTURINI, Anna Carolina e VILLELA, Renata Rocha. A inclusão de mulheres no parlamento como medida de justiça social: análise comparativa dos sistemas de cotas do Brasil e da Bolívia. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, n. 1, 2016. P. 69 -83.

## O PESSOAL É POLÍTICO: ANÁLISE DE DISCURSOS E PROJETOS DE LEI DAS VEREADORAS DE BELÉM EM 2021

*Juliana Silva Couto*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a atuação política de mulheres eleitas, buscando identificar como e se a mulher é contemplada dentro destas atuações. Além disso, pretende-se verificar se há a cristalização das mulheres eleitas em nichos específicos. Com base na teoria dos campos de Bourdieu, de representação da autora Iris Young e em pesquisas bibliográficas, como das autoras Flávia Biroli e Mary Beard, foram analisados os projetos de lei em tramitação das vereadoras eleitas em Belém, no ano de 2021. Dessa forma, foi possível compreender e categorizar quais áreas e quais temáticas são pautadas pelas vereadoras no que se refere ao gênero feminino. Outrossim, os discursos políticos proferidos por elas também foi analisado, possibilitando situar seus posicionamentos, entre eles, a adesão a luta feminista, norte que embasa este artigo. Ao total foram 6 vereadoras eleitas em um espaço para 35 vagas. Nota-se a importância de tal pesquisa para somatória da História das Mulheres e da História Local, visando contribuir para as pesquisas sobre o tema, gerando oportunidade para debater os resultados alcançados. Por fim, os resultados obtidos confirmam a concentração em nichos considerados “sociais”, porém, foi possível compreender que metade das vereadoras movem sua atuação política em direção a emancipação da mulher, com as pautas raciais e LGBTQIA+ como as mais propostas entre os projetos de lei. Dessas 3 mulheres, todas se posicionam como feministas. Foi observado também que há nuances nas atuações, onde parte das vereadoras não atrelam suas atuações políticas em pautas voltadas para mulheres e nem se identificam como feministas.

**Palavras-chave:** Mulheres na política; História Local; Gênero e Política.

## O PROGRESSISMO E O CONSERVADORISMO DA DEPUTADA MARIA DE MIRANDA LEÃO NA TRIBUNA AMAZONENSE (1935-1937)

*Luciane Maria Dantas de Campos (SEDUC)*

**Resumo:** As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de luta, reivindicações, articulações feministas e discussões políticas o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo em várias partes do Brasil através do decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. O direito ao voto constituía parte intrínseca das lutas femininas, representando para as mulheres a ideia de cidadania plena e um instrumento de conquista e igualdade de outros direitos, para promover a transformação de suas existências. Sem o sufrágio, as mulheres não poderiam ser verdadeiramente iguais. Após o alcance desse direito, algumas mulheres começaram a ser candidatar-se e ser eleitas em várias partes do país. A primeira representante do belo sexo na política estadual amazonense foi eleita por voto popular, inclusive feminino, em 1934, para o cargo de deputada estadual na Assembleia Constituinte. Maria de Miranda Leão foi professora, enfermeira e é considerada primeira assistente social do Amazonas. Ingressou na vida pública do Amazonas em 1922, atuando no serviço de Profilaxia rural. A Mãezinha como era conhecida, teve sua vida dedicada às causas sociais e era participante ativa do Movimento sufragista, sendo membro da Federação Feminista Amazonense e uma das fundadoras da FBPF. Liderou o movimento feminino católico de incentivo a participação das mulheres nas

eleições e na política de modo geral. Seus pronunciamentos no legislativo estavam voltados principalmente em defesa da Igreja Católica, pela valorização da mulher amazonense e pela inclusão do ensino religioso nas escolas. Como era de se esperar, a deputada foi vítima de preconceito de gênero tanto por parte dos colegas de Plenário, a quem deveria incomodar, mas principalmente por parte da imprensa da época que sempre noticiavam seu desempenho na Assembleia de forma jocosa. Esse intransigente comportamento dos homens e da imprensa tem sua justificativa: ver uma mulher assumir uma cadeira na tribuna pública era simplesmente o pior e o mais incômodo dos acontecimentos da época. Sua participação pioneira no poder legislativo ofereceu à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época.

**Palavras-chave:** Sufrágio; Gênero; Política.

### **O PIONEIRISMO POLÍTICO DE ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI: A PARLAMENTAR COMUNISTA**

*Daiane da Silva Vicente*

**Resumo:** Este trabalho, é fruto inicial da pesquisa de mestrado. Tem como objetivo evidenciar a atuação de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1907-1997) como deputada estadual de Pernambuco pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas eleições estaduais de 1947, Adalgisa se candidatou e conseguiu ser eleita, sendo a quinta deputada estadual mais votada do PCB. Durante seu mandato, propôs um projeto destinado à população feminina, que foi aprovado, “autorizando o Governo estadual a conceder abono familiar às mães que exerciam função pública estadual, abono esse que até então era privilégio exclusivo dos homens” (FERREIRA, 2002, p. 45). Também auxiliou a Casa dos Estudantes de Pernambuco e a Liga Camponesa de Iputinga. Seu compromisso enquanto deputada visava atender os excluídos, os que estavam à margem da sociedade devido sua condição social. Para o desenvolvimento deste trabalho, toma-se como fonte principal a entrevista de Adalgisa realizada em 21 de julho de 1982, pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes, localizada na Fundação Joaquim Nabuco. Dessa maneira, serão analisados os apontamentos da deputada sobre sua atuação política. Além dessa entrevista, também será utilizado a documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco, referente a Adalgisa. E o prontuário individual nº 5306, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). É importante mencionar que a política durante um bom tempo foi tida como trabalho exclusivo dos homens (SCOTT, 2019). Dessa maneira, o estudo das mulheres e política é relevante não porque seriam elas dotadas de alguma “especificidade”, mas por serem socialmente introduzidas a um papel subalterno, sendo as mulheres prejudicadas pelas estruturas de relação de poder (MELO e THOMÉ, 2018).

**Palavras-chave:** Trajetória; Mulheres e Política; Partido Comunista Brasileiro.

## AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PRODUÇÃO LEGISLATIVA: O CASO DE CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES

*Nicole Soares Ricardo da Silva (Secretaria de Educação)*

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo apresentar alguns dos resultados encontrados na minha pesquisa de mestrado, sobre as relações entre gênero e produção legislativa, acerca dos direitos das mulheres. A pesquisa em andamento desde o início de 2020 é feita no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP) sob orientação da Professora Doutora Stella Maris Scatena Franco. O caso observado é de Conceição da Costa Neves, que foi deputada da Assembleia Legislativa de São Paulo entre os anos de 1947 a 1969, nos quais obteve, 194 projetos de lei aprovados, principalmente na área do trabalhismo, saúde pública e educação. A deputada teve uma vasta produção legislativa e uma das problemáticas da minha dissertação de mestrado é descobrir como as relações de gênero influenciaram na atuação da deputada. Ela era católica e tinha um posicionamento anticomunista, atrelado ao varguismo, mas em muitos momentos demonstrava opiniões mais progressistas, principalmente sobre o campo do trabalhismo, educação e saúde pública. Em muitos momentos esteve envolvida com a luta dos doentes de hanseníase por políticas públicas. Esses assuntos se conectam com as relações de gênero no sentido de que “ética do cuidado” era um estereótipo feminino da época. Além disso, visamos descobrir se o posicionamento anticomunista da deputada também influenciou na produção e na forma como enxergava as relações de gênero. As fontes para esse trabalho são as leis produzidas pela deputada, os projetos de lei aprovados e os discursos do período em que foi deputada. A partir das fontes visamos compreender como as relações de gênero influenciaram as mais amplas esferas das vidas das mulheres, utilizando o caso específico como base de pesquisa.

**Palavras-chave:** História Política; História das Relações de gênero; História da Saúde Pública.

## GÊNERO, IMAGEM PÚBLICA E PODER: DILMA ROUSSEFF NAS CAPAS DO JORNAL O GLOBO

*Tatiana Scali Abritta*

**Resumo:** Historicamente as mulheres não representavam a si mesmas, elas são representadas. São representações de estereótipos de feminilidade que expressam o imaginário masculino, tanto nas pinturas, fotografias e publicidade. Da mesma maneira toda a história das mulheres foi feita pelos homens. Somente a partir da década de 1970 através da Nova História, das lutas feministas e movimentos de mulheres essa narrativa é subvertida e a história das mulheres começa a ser abordada por uma questão de gênero e classe. A aparência social da mulher foi forjada pela pintura na arte ocidental e convencionou representações de estereótipos de feminilidade que expressam o imaginário masculino, engendrando uma pedagogia visual do feminino que naturalizou o corpo da mulher como objeto de contemplação. Esse paradigma da objetificação feminina migrou no século XX para os meios de grande difusão como a fotografia, o jornalismo e a televisão. O século XX testemunhou a emergência da mulher no protagonismo da luta por direitos políticos, equidade de direitos civis e econômicos e o controle de seus corpos. Mas, apesar da emancipação da mulher, a representação imagética seguiu como entrave à identidade feminina. Ainda hoje, primeiro quartel do século XXI, num cenário político e social de desigualdades de gênero é um ruído e tanto para as estruturas machistas do

poder político que uma mulher tenha sido eleita e reeleita presidenta da República do Brasil. Ainda que, a partir da redemocratização após 21 anos de ditadura militar, algumas mulheres tenham conseguido ocupar cargos de representatividade no espaço masculino da política nacional. Dessa maneira, a partir dessa problematização e da narrativa das fotografias de Dilma Rousseff como ministra, candidata e depois como presidenta da República no exercício do poder nas capas do jornal O Globo, o presente trabalho tem como objetivo analisar essas imagens buscando compreender como a imprensa manipulou questões de legitimidade e gênero na imagem pública da presidenta.

**Palavras-chave:** Dilma Rousseff; Gênero; Imagem Pública.

## **VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DE MARIA LUÍZA FONTENELE EM FORTALEZA-CE (1985-1988)**

*Sarah Pinho da Silva*

**Resumo:** A violência política de gênero tem sido um dos grandes desafios enfrentados por mulheres, que almejam participar da política institucional. Os obstáculos, para ingressar, na vida pública, começam desde a filiação partidária, passando por financiamento de campanhas, escolha para concorrer a cargos eletivos, serem eleitas e governar. Na última década, acompanhamos o aumento de denúncias relacionadas à prática de violência política de gênero, mas sabemos que as expressões de violência já ocorriam anteriormente. Com isso, analisamos o caso de Maria Luíza Fontenele, que foi eleita prefeita, em Fortaleza-CE, em 1985, pelo Partido dos Trabalhadores, e permaneceu, no cargo, até o ano de 1988. O objetivo é compreender a gestão da primeira mulher eleita, na capital do Ceará, por um partido de esquerda, o qual foi fundado 5 anos antes do pleito municipal, ademais, quais foram os principais desafios enfrentados, por ela, para chegar à Prefeitura, mas também, que vetores permitiram sua ascensão ao cargo, no período de redemocratização brasileira, após 21 anos de ditadura militar, no país. Para buscar compreender essa vitória, que foi considerada, por alguns, como “espetacular” e para outros como uma “bizarrice”, utilizamos narrativas orais construídas por Maria Luíza Fontenele. Além disso, pesquisamos alguns jornais do período, tendo por intuito entender a construção da figura da ex-prefeita realizada pela mídia. Nesse sentido, apreendemos que os meios de comunicação são importantes veículos de informação, ao mesmo tempo em que podem se tornar relevantes propagadores de estereótipos e reprodutores de violências, principalmente, a simbólica, sendo essa uma das mais evidentes nas reportagens analisadas. As tentativas de demonstrar a incompetência da gestora, para administrar o município de Fortaleza-CE, atrelando aos comportamentos pessoais, à vida privada, aos modelos de roupas, utilizadas por ela, e às relações afetivas foram utilizados, pelos grandes meios de informação, para construir uma imagem de Maria Luíza Fontenele, diante dos eleitores, sugerindo as falhas da gestão a questões relacionadas ao gênero. Diante disso, investigamos sua gestão, para compreender como a violência política de gênero se manifestava, no período, mesmo entendendo que a categoria não estava formulada, as expressões, que se configuram enquanto violência, na política, já eram experienciadas, por diferentes mulheres, dentre elas, Maria Luíza Fontenele. Logo, a análise, desse caso, é relevante para apreender como essa categoria foi sendo desenvolvida, mas também, perceber que as violências, no campo político, foram, por muito tempo, negligenciadas e tangenciadas

a uma pretensa ideia de fazer parte do jogo político, quando, na verdade, isso impediu que diferentes sujeitos acessassem aos cargos, na política institucional, configurando esse espaço como um lugar dito masculino, branco e heteronormativo.

**Palavras-chave:** Eleições; Maria Luíza Fontenele; Violência Política de Gênero.

## **“A AVENTURA DE CONTAR-SE”: APONTAMENTOS DE UMA PESQUISA SOBRE O PERCURSO INTELECTUAL DE HISTORIADORAS NA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE HISTÓRIA DAS MULHERES E ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL**

*Paula Azevedo (SEDUC)*

**Resumo:** Me propondo nesse trabalho “o descaminho daquele que conhece”, como nos diz Foucault (1984, p.13), para “perceber diferentemente do que vê” e assim refletir sobre uma temática que me acompanha desde o início da minha trajetória como historiadora – a História das Mulheres e os Estudos de Gênero. Busco olhar para as experiências vividas, para vozes narradoras de mulheres historiadoras que compartilharam o início da trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no Brasil. Investigo as agentes que fizeram parte desse processo e que constituem, o que chamo, de primeira geração de historiadoras ligadas aos estudos de gênero e História das Mulheres no campo da História. Para entender esse processo de constituição e institucionalização do campo que hoje chamamos de História das Mulheres e Estudos de Gênero estabeleci como marco temporal, os anos de 1980, 1990 e 2000, que notabilizaram na cena nacional como um período inicial desses estudos. Nesse sentido, investigo as trajetórias intelectuais das historiadoras: Ana Paula Vosne Martins (PR), Ana Maria Colling (RS), Céli Pinto (RS), Cristina Scheibe Wolff (SC) Diva Gontijo Muniz (DF), Iole Macedo Vanin (BA), Joana Maria Pedro (SC), Lana Lage da Gama Lima (RJ), Lidia Possas (SP), Luzia Margareth Rago (SP), Maria Izilda Santos de Matos (SP), Maria Odila Leite da Silva Dias (SP), Maria Beatriz Nader (ES), Rachel Soihet (RJ), Tania Navarro Swain (DF), Temis Parente (TO) e Vera Lucia Puga (MG). Os critérios utilizados ao optar por essas historiadoras e não outras foram: a relevância no meio acadêmico das suas produções intelectuais, a circulação no âmbito nacional da sua produção. Ter participado da construção de espaços de discussão sobre o tema (GTs, Núcleos, Revistas). Especialmente a presença na fundação do GT Gênero Nacional que ocorreu em 2001, mas demonstra reflexos dos debates em torno da categoria de gênero nos anos 80/90 e sua presença na fundação dos primeiros núcleos de pesquisa em gênero e história do Brasil. Além desses, ter contribuído com a constituição de disciplinas acadêmicas e/ou como linha de Pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Contar com financiamento das agências de fomento reconhecidas no campo científico voltado aos seus projetos de pesquisa. Por fim, o que as reúne nessa pesquisa foi à iniciativa de todas em discutir e construir os referenciais teóricos de História das Mulheres e Estudos de Gênero que se fazem presentes na historiografia contemporânea. Em termos metodológicos utilizei os testemunhos orais das historiadoras e ao optar pelos relatos orais dessas busco dar ênfase “as decisões tomadas, os desafios enfrentados, as soluções propostas para problemas que surgiram” (LIBLIK, 2017, p. 14) no decorrer da construção das suas carreiras profissionais. Além disso, entendo assim como Michelle Perrot que “os desenvolvimentos recentes da história “oral” são de certa maneira uma revanche das mulheres” (2005, p.40).

**Palavras-chave:** História das Mulheres; História Intelectual; Historiadoras.

## PRESENÇA DE MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER NO CONE SUL: LEI DE COTAS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

*Joana Maria Pedro (UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina)*

**Resumo:** Participar das decisões do Estado, propor ou rejeitar leis, estava na pauta do chamado “Feminismo de Primeira Onda”, já no final do século XIX. As mulheres queriam votar e ser eleitas para não ficarem sujeitas a leis que não as contemplavam. Sabemos que, embora, já no final do século XIX vários países tenham aprovado leis que garantiam o direito de voto para mulheres, isso não significou que muitas delas foram eleitas e que passaram a participar de cargos de importância dentro do Estado. Esta situação começou a mudar, nos países do Cone Sul, a partir do final das ditaduras militares, ou seja, a partir dos anos oitenta, quando algumas legislações foram aprovadas e visavam promover a cidadania das mulheres (ARAÚJO, 2001). Sabemos que as legislações aprovadas faziam parte de acordos internacionais, promovidas pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, da ONU, que, desde o final dos anos setenta, estavam sendo assinados por países do Cone Sul ampliar a cidadania para as mulheres (PRÁ, 2014). A adoção de cotas para mulheres nas eleições proporcionais foi alvo de discussão e aprovação de legislação em vários países desta região; entretanto, não significou, a curto prazo, ampliação do número delas em cargos de representação política. Um conjunto de legislações foram aprovadas e, posteriormente, ajustadas buscando formas de driblar como os partidos tentavam fugir da lei, impedindo a inclusão das mulheres. Foram adotadas as mais diferentes normas buscando a paridade (SPOHR et alii, 2016). Obviamente, a presença de mulheres não representa que os direitos delas seriam defendidos. Mulheres de direita e de extrema direita passaram a ser eleitas, mostrando como a “política de presença” não significa ampliação de direitos para as mulheres (PHILLIPS, 2001) As legislações que criaram cotas para mulheres, seus resultados e dificuldades, mostram a complexidade desta questão que, aliada à violência política de gênero, tem trazido impactos sobre os resultados eleitorais. É sobre estes resultados que pretendo discutir, apresentando um estudo comparativo de legislações de cotas para mulheres, nos diversos países, as adaptações, as dificuldades, as vantagens e os resultados.

**Palavras-chave:** Mulheres; Representatividade; Gênero.

## O CINEMA COMO TECNOLOGIA DE GÊNERO E AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA SÉRIE CLÁSSICA DE STAR TREK

*Mariana Ruas Fernandes*

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a série televisiva Star Trek (1966-1969), exibida nos Estados Unidos em um período marcado por importantes revoluções e eventos sociopolíticos que ocorriam no país e no mundo de maneira geral, tais como a Guerra Fria, o Movimento dos direitos civis dos negros, a 2ª onda do feminismo e protestos contra a Guerra do Vietnã. No recorte que fizemos do programa, analisaremos no episódio selecionado a forma como as personagens femininas foram abordadas, levando em conta o contexto social, político e histórico em que a série foi produzida, bem como a maneira como as representações de gênero do período influenciaram na construção e posteriores rejeição ou aceitação das personagens. Daremos especial destaque para o episódio intitulado The Cage, piloto da série, desenvolvido

em 1965 por Gene Roddenberry, criador de Star Trek, e que foi rejeitado pela emissora NBC por, entre outros motivos, apresentar uma personagem feminina em posição de autoridade, algo que não seguia os padrões esperados do gênero feminino na época. Nesse episódio piloto, o papel de primeiro-oficial da nave USS Enterprise e braço-direito do capitão Christopher Pike (Jeffrey Hunter) era exercido por uma mulher, a Número Um (Majel Barrett), algo inovador para a época. A personagem, que não recebeu nome, era uma mulher assertiva devido a sua posição de comando, algo que, segundo o próprio Roddenberry, incomodou o público de teste e a NBC. Naquela época, com efeito, era praticamente impensável ver uma mulher dando ordens a homens ao seu redor, pois no modelo vigente de família, a figura central era indubitavelmente o homem, conceito que se manifestava nas produções televisivas do período. Sabendo que a mídia, em especial o cinema, é ferramenta de reprodução e implementação de práticas culturais, em particular as representações de gênero, queremos avaliar como isso foi aplicado na série. Para tal, utilizaremos os conceitos de gênero, segundo Judith Butler (2019), de tecnologia de gênero, desenvolvido por Teresa de Lauretis (1994) e o de representação, a partir de Stuart Hall (2016).

**Palavras-chave:** Tecnologia de Gênero; Cinema; Star Trek.

## **MULHERES E GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**

*Janikelle Bessa Oliveira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros);  
Romilda Sergia de Oliveira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** O presente artigo é o resultado de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, com o objetivo de investigar o papel das mulheres servidoras públicas que atuam em atividades de gestão no ensino superior. O estudo se baseou em uma abordagem quali-quantitativa (método misto) e a análise dos resultados apresentados no texto permite compreender como a questão de gênero e poder se apresentam na gestão da universidade. Os dados mostram que apesar de serem a maioria na universidade, 61,16%, o mesmo não se efetiva em relação à ocupação ao número nos cargos de gestão da instituição, pois correspondem a menos de 50% das servidoras. A pesquisa contribui com dados, que ratificam a necessidade de ampliar o debate de gênero e poder na gestão universitária, que se configura como um espaço público e, portanto, que deve primar pela equidade de gênero. A partir da compreensão dos dados levantados foi possível perceber: a) existe uma paridade entre homens e mulheres, que ocupam os 136 cargos de gestão na IES pesquisada. Entre os gestores 51% se declararam homens e 49% se declararam mulheres, apesar da diferença de 2%, considerada pequena, observa-se ainda uma predominância masculina; b) observou-se que as mulheres têm mais dificuldades de chegarem e se mantêm nos cargos de gestão da universidade, que estão vinculados à descrença na competência das mulheres, sobrecarga com os afazeres domésticos, responsabilidade com os cuidados dos filhos e familiares. Espera-se que os resultados apresentados neste estudo possam contribuir para o avanço do debate sobre gênero e suas relações de poder no universo acadêmico. E, vale ressaltar que a pesquisa contou com o apoio irrestrito da IES e da Diretoria de Desenvolvimento e Recursos Humanos da instituição (DDRH). Observando as particularidades das mulheres em cargos de gestão na Universidade Estadual de Montes Claros percebemos que suas trajetórias são permeadas pelas

representações dos papéis socialmente atribuídos para homens e mulheres. A desigualdade de gênero é influenciada por essa construção social, que através de estereótipos, desqualifica a mulher como sujeito passível de ocupar lugares de poder. Verificamos que as mulheres que ocupam cargos de gestão tendem a investir mais em sua carreira e formação acadêmica, adiando o casamento e a maternagem. A pesquisa elucida que há uma pequena diferença existente na universidade quando se refere ao quantitativo de homens e mulheres que ocupam cargos de gestão, no entanto ressalta que sobre elas recaem as responsabilidades consideradas vinculadas ao universo do “cuidado” – afazeres domésticos, que sobrecarregam sua atuação profissional. Aqui ressaltamos a importância do papel da universidade que deve atuar em constante apoio à equidade de gênero, possibilitando um maior incentivo e acesso das mulheres a cargos de gestão eletivos e comissionados.

**Palavras-chave:** Relações de Poder; Gênero; Gestão Universitária.

## **MAESTRAS - OS BASTIDORES DAS LÍDERES DE ORQUESTRAS - DESAFIOS DAS MULHERES POR UM ESPAÇO DE IGUALDADE NA MÚSICA**

*Andrea Botelho (Escola estadual de Música de Charlottenburg-Wilmersdorf Berlim)*

**Resumo:** A orquestra representa a organização musical que oferece mais prestígio na cultura ocidental. Subir ao pódio “comandando” um coletivo de músicos, em uma sociedade predominantemente patriarcal, representa um desafio, muitas vezes inatingível para mulheres. O passado e presente persistem na ideia de que essa profissão pertença somente à seara masculina. Ao contrário do que se imagina, mulheres regem orquestras há muito tempo. A descrição mais antiga de um regente é de 1594, no convento de San Vitto em Ferrara, na Itália. No período Entreguerras, pela carência de profissionais homens, devido ao grande número mortos, mulheres começaram a ocupar esses cargos profissionalmente. Não obstante, cumpriram a função sempre cercadas de discriminação, misoginia, violências e de muita resistência social. Mulheres regentes estão, ainda em dias atuais, extremamente sub-representadas em tais posições, e pouco há escrito sobre suas vidas neste campo de trabalho. No Brasil, a obscuridade é tamanha que pouco se sabe sobre Joanídia Sodré (1903-1975), a primeira mulher da América Latina a alcançar o título academicamente, e, que no ano de 1930, aos 27 anos, alcançou o pódio de uma das maiores orquestras do mundo, a Orquestra Filarmônica de Berlim. Com o aporte teórico de teorias feministas e do livro Mulheres e poder: um manifesto de Mary Beard, esta proposta de trabalho pretende desvelar os pormenores desse universo de liderança e poder artístico, expondo as adversidades que mulheres precisam defrontar para estarem nesse espaço profissional. Dentro do contexto, pretende-se apresentar um panorama atual neste setor e relatar o ativismo que maestras realizam desde o ano de 2016 com o evento de abrangência mundial - Simposio Internacional Women Conductors, criado pela iniciativa de quatro regentes brasileiras, sob a liderança até 2022 pela maestra brasileira Lígia Amadio.

**Palavras-chave:** Maestras; História das Mulheres; Feminismo; Mulheres na Música.

## A MULHER NEGRA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LENINHA (PT)

*Mayra Paula Bispo De Moura;*

*Clara Oliveira (UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros)*

**Resumo:** Historicamente mulheres têm condições limitadas para a formação de conhecimento, experiências e oportunidades. As desigualdades de gênero ocupam principalmente a esfera doméstica, entretanto não sobressaíram apenas no privado, também tardaram a participação política nas decisões coletivas e no exercício da cidadania. As reivindicações para a igualdade feminina se mantiveram na organização popular e proporcionaram a construção do Feminismo, um movimento social que luta em oposição ao capitalismo-patriarcal. Nesse sentido, o Feminismo pôde ser teorizado e também inserido em diversas questões sociais e igualmente, elaborando novas epistemologias, correntes e organizações, possibilitando avanços em relação ao passado. Diante das elaborações feministas, construídas ao longo das articulações populares, é possível hoje enxergarmos eventos comuns do cotidiano que proporcionam pequenos avanços rumo a transformação da sociedade mais justa. Em relação ao Estado de Minas Gerais dez mulheres foram eleitas para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para décima nona legislatura de 2019-2023, sendo a primeira vez que a ALMG elege esse número de mulheres e exclusivamente com três mulheres pretas, são elas: Ana Paula Siqueira (Partido Rede Sustentabilidade), Andréia de Jesus (Partido dos Trabalhadores) e Marilene Alves de Souza (Partido dos Trabalhadores). Marilene Alves de Souza é natural de Montes Claros/MG, se formou em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Montes Claros, é mestre em Desenvolvimento Social pela mesma instituição, foi professora da rede estadual e municipal de educação, Diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), dentre outras ocupações. O envolvimento das mulheres na política acontece principalmente a partir da relação e participação em movimentos sociais, lideranças comunitárias e sindicatos, como é o caso da deputada Leninha, como é mais conhecida. Assim, o presente trabalho visa mostrar a importância da representação da mulher negra dentro do poder legislativo de Minas Gerais, mais especificamente, no Norte de Minas, uma vez que a questão racial no país está ligada ao processo de desigualdade social provocada pelo capitalismo. Ademais, objetiva-se ressaltar que a falta de representação em espaços de poder indica que essa população ainda se encontra na base social explorada e invisibilizada pelo capitalismo. Por fim, esse trabalho se baseia na teorização das opressões de gênero, classe, raça e territorialidades para consolidar a importância simbólica e representativa em espaços de poder político. Nesse sentido, compreender o percurso da deputada Leninha com olhar feminista, é uma forma de analisar categorias que atualmente ganharam visibilidade como desigualdade de gênero e de raça na política, mas também possibilitam analisar que representações identitárias não são suficientes para sanar as contradições e problemáticas da sociedade capitalista e da democracia.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Política; Identidade.

## A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA EM MATO GROSSO, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E DE 2020.

*Dejenana Campos*

*(IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso)*

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar brevemente uma análise da atuação da mulher negra na política no estado de Mato Grosso, notadamente nas eleições municipais de 2016 e de 2020. Nesses dois últimos pleitos notaram-se mudanças importantes nas esferas federal, estadual e municipal em função da crescente participação das candidaturas de mulheres negras, mulheres trans, mulheres indígenas e mulheres periféricas. Mesmo que ainda seja baixa a presença das mulheres em diversas instâncias do espaço de poder, seguimos visibilizando, resistindo e fortalecendo os direitos das mulheres e das maiorias minorizadas no cenário político, eleitoral e partidário. A metodologia contempla a pesquisa bibliográfica de dados eleitorais da participação e representatividade nas eleições proporcionais de 2016 e de 2020. O referencial teórico aborda questões de gênero, feminismos, feminismo negro e feminismo decolonial, interseccionalidade, potencializando sua visibilidade e representatividade. As mulheres negras representam 27% de toda sociedade brasileira, então, garantir a participação e a representatividade das mulheres no espaço político é fundamental para a transformação da sociedade e para a qualidade e o fortalecimento da democracia, combatendo, assim, o racismo, machismo, misoginia, o sexismo, a violência política de gênero. Além disso, propõe questões como o subfinanciamento público das candidaturas negras, que se encontram em número pouco expressivos em espaços decisórios. Reverter e ampliar o número de candidaturas de mulheres negras, balizados no diálogo coletivo com os movimentos sociais, com o movimento negro, fortalece a entrada e a permanência delas na política partidária, eleitoral e institucional, em uma luta contínua, marcada pela resistência em nosso país.

**Palavras-chave:** Representação de mulheres negras; Feminismos negro e decolonial; Eleições 2016 e 2020.

## SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA AMAZONENSE: A HISTÓRIA DA LUTA FEMINISTA PELA INSERÇÃO DE MULHERES JUNTO AO PARLAMENTO BRASILEIRO

*Michelle de Souza Vale (UFAM - Universidade Federal do Amazonas);*

*Aline dos Santos Pedraça (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)*

**Resumo:** A desigualdade de gênero nos cargos legislativos e executivos no Brasil é quantitativamente visível em períodos de campanhas e após eleições quando nos deparamos com o número de mulheres eleitas. Se hoje, apesar de algumas conquistas decorrentes da luta feminista, sendo a participação de mulheres na política uma delas, ainda se observa uma disparidade de gênero gritante em cargos de representatividade no Brasil. Na história de protagonismo feminino, a paulista Carlotas Pereira de Queiroz foi a primeira mulher eleita para a Câmara Federal em 1934, causando estranhamento por parte dos demais deputados homens. Após 45 anos, chegou ao Senado brasileiro a também paulista Eunice Michiles, representando o estado do Amazonas, após falecimento do titular, o senador João Bosco Ramos de Lima (ARENA). A década de 1970 e 1980 torna-se emblemática para a sociedade

que vivia sob uma ditadura militar e ao mesmo tempo o fortalecimento dos estudos de gênero do âmbito das Universidades com o surgimento dos movimentos feministas universitário. No Amazonas, o feminismo surgiu no final dos anos de 1970 e início de 1980 com o Comitê da Mulher Universitária dentro da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo a primeira entidade feminista criada em pleno regime militar no estado. Crescia também nesta época os grupos de mulheres nos bairros das periferias da cidade de Manaus com objetivo de reivindicar o direito à moradia, creche, infraestrutura, criação de clubes de mães com cursos voltados para profissionalizar as mulheres donas de casa e com a expansão da Zona Franca de Manaus, crescia também a luta contra o assédio nas indústrias do Distrito Industrial. Com o objetivo de descrever esse momento histórico vivenciado por algumas mulheres amazonenses, optamos por desenvolver este estudo através dos relatos de sujeitos que consideramos essenciais para o registro da história de luta do feminismo no Amazonas. Como metodologia optou-se pelo método da história oral, onde entrevistamos professoras da Universidade da qual exerciam papel social importante para a nucleação dos movimentos sociais. Entrevistamos também membros do Fórum de Mulheres do Amazonas que vivenciaram o início dessa luta histórica pela inserção de mulheres no parlamento brasileiro. Com o passar dos anos, entendeu-se que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade somente será alcançada quando houver também igualdade na casa parlamentar, local onde são criadas as leis capazes de enfrentar as diferentes formas de preconceito e violência contra a mulher. Compreende-se também a relevância da luta feminista no Amazonas pela construção de uma igualdade política e social entre homens e mulheres na sociedade. Partindo desse pressuposto, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a importância da luta feminista para que mais mulheres possam adentrar nos espaços de poder político, e assim, exercerem o seu protagonismo e representatividade.

**Palavras-chave:** Mulheres na Política; História do Movimento Feminista no Amazonas; Sub-Representação Feminina.

## **UMA HISTÓRIA ORAL DAS MULHERES QUE ATUARAM NA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CARANGOLA-MG (1992-2020)**

*Stefany Reis Marquioli*

**Resumo:** Esta comunicação apresenta dados do estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, que tem o objetivo de analisar as trajetórias das mulheres que atuaram no Poder Legislativo do município de Carangola, localizado no mesorregião na Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1992 e 2020. Isso porque em 1992 foi eleita a primeira mulher para atuar no Legislativo municipal e, em 2020, findou o mandato da última vereadora. Cabe mencionar que nenhuma mulher chegou ao cargo de Prefeita no município – com exceção a uma vice-prefeita eleita em 2008. Este estudo utiliza a história oral como instrumento metodológico, com o intuito de narrar e problematizar as trajetórias das mulheres no Legislativo municipal de Carangola. Assim, as principais fontes deste estudo são as entrevistas realizadas com seis ex-vereadoras. Ressalta-se que o uso de entrevistas na pesquisa é um recurso que destaca a autoridade e a autoconsciência do relator de forma implícita. Além disso, as entrevistas possibilitam o levantamento de assuntos associados à experiência que em nenhum momento foram narrados ou pensados de forma séria pelo narrador (PORTELLI, 2001). Por meio dos

relatos das colaboradoras, foi possível identificar a violência política de gênero contras as mulheres, bem como a importância da representatividade feminina em cargos de poder e decisão. Além do mais, notou-se menções que podem ser associadas a uma perspectiva da necessidade de uma mudança cultural no que concerne à atuação das mulheres nos espaços de atuação política.

**Palavras-chave:** Gênero; História Oral; Política.

## A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A DEMOCRACIA NO BRASIL

*Roselane Neckel (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)*

**Resumo:** No Brasil, em 2018, a “crise democrática”, “a crise representativa”, a “crise econômica”, aumentos da retórica antipolítica, populismo do combate contra a corrupção, crise da segurança pública” abriram caminho para “posturas antidemocráticas, que colocam em risco o avanço nos direitos e garantias fundamentais” (GALLEGO, 2018, p. 27). As campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção às minorias, direito à livre expressão e a oposição. A segunda razão é que elas têm servido para legitimar alternativas e lideranças autoritárias em termos de antipolítica. “O neoconservadorismo”, que defende “tradições morais”, foi instrumentalizado na disputa política, com campanhas antigênero e antifeministas, pelo uso e difusão da noção de “ideologia de gênero”. Um dos aspectos dessas campanhas é a defesa de “uma antiga ordem no qual os papéis de gênero seriam mais claros e que as mulheres cuidavam das demandas da vida familiar cotidiana, enquanto os homens podiam assumir os encargos da masculinidade (BIROLI, 2020, p. 149). A construção intelectual da “ideologia de gênero” se deu nos anos de 1990 e tornou-se uma bandeira política nos processos eleitorais, em vários países da América Latina. “Em estreita relação com os processos de erosão da democracia, abrem oportunidades para lideranças autoritárias e de extrema direita” (BIROLI, 2020, p. 162). Essas questões demandam atenção, nos estudos que problematizam os significados desses movimentos conservadores para as democracias estabelecidas e o fortalecimento de sistemas políticos que desmontam a legitimidade de agendas de justiça social e igualdade social, abrindo caminhos para “visões discriminatórias, autoritárias e anti-igualitárias” (BIROLI, 2020, p. 187). Neste contexto de transformação das democracias, os intelectuais têm problematizado como as disputas em torno do gênero ganharam novos padrões e foram trazidas para o centro da política e do processo de enfraquecimento das democracias. Considerando a importância de estancar esses processos deletérios em nossa sociedade, pretendo apresentar um levantamento de livros e artigos disponíveis na internet sobre “ideologia de gênero” e democracia no Brasil, na tentativa de combater o que ameaça as conquistas dos movimentos feministas e LGBTQI+.

**Palavras-chave:** Mulheres; Neoconservadorismo; Democracia.



Gênero e Colonialidade nos 200 anos de  
Brasil (In)dependente

## V ENCONTRO NACIONAL DO GT DE ESTUDOS DE GÊNERO DA ANPUH/BRASIL

ISBN: 978-65-995718-6-2

CDL



9 786599 571862